



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

O posicionamento político e partidário sobre a regulamentação do lóbi em Portugal (outubro de 2015 a setembro de 2016)

Autora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Orientadora: Maria Conceição Pequito Teixeira



Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política apresentado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Lisboa 2016

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT



**Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas**

Maria Antónia Gaspar da Mota

**O posicionamento político e partidário sobre a
regulamentação do lóbi em Portugal
(outubro de 2015 a setembro de 2016)**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política, apresentada ao Instituto Superior de
Ciências Sociais e Políticas de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Professora Doutora Maria Conceição Pequito Teixeira

Júri:

Presidente: Professor Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins

Vogais: Professor Doutor Luís Macedo Sousa

Professor Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

Lisboa, setembro de 2016

Dedicado à minha mãe, a razão da minha existência
e à minha filha, por dar significado à minha vida.

Agradecimentos

Para a realização desta dissertação de mestrado pude contar com o apoio de algumas pessoas sem as quais esta investigação não teria sido possível.

Começo por agradecer à minha família por me apoiar incondicionalmente e pedir desculpas pelo tempo que lhes deixei de dedicar. À minha doce e voluntariosa filha de 10 anos, pela paciência quando não lhe respondia às suas solicitações.

Um grande agradecimento aos meus entrevistados pelo seu precioso tempo e disponibilidade em participar neste estudo, passo a enumerar por ordem de entrevista temporal: Dr. José Manuel Pureza, Dr. José Miguel Júdice, Dr. Pedro Filipe Soares, Dr. Nuno Magalhães, Dr. Henrique Burnay, Dr.^a Susana Coroado, Dr. Paulo Marcos, Dr. Nuno Biscaya, Dr. Carlos Zorrinho, Dr.^a Marisa Matias, Dr. Joaquim Martins Lampreia, Dr. Fernando Negrão, Dr. Marques Guedes, Dr. Luís Montenegro, Dr. Luís Marques Mendes e Dr.^a Assunção Cristas, os quais tive o privilégio de entrevistar pessoalmente apesar de muitas dificuldades em conseguir agendar as entrevistas, devido às férias parlamentares e outros compromissos assumidos, no entanto todos me concederam a autorização para gravar as entrevistas em formato áudio.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Conceição Pequito que apesar de estar ausente fisicamente, agradeço todo o apoio na reta final quando mais precisei.

À Professora Doutora Cristina Sarmento pelo workshop e pelas suas contribuições e ao Professor Doutor Manuel Meirinho pelo seu incentivo.

Quero agradecer aos amigos que me deram apoio e que me acompanharam, entre os quais Tatiana, Bruna, Benedita, Conceição, Paula, Ana Raquel, Nuno, Sandra, Dora, Maria do Céu e Jorge Caleiras.

Quero também agradecer ao Dr. Pedro Brito e ao Dr. Paulo Marcos pela disponibilidade e encorajamento.

Quero deixar um especial agradecimento para o meu colega de mestrado Jorge Napoleão sempre disponível para ajudar e dar apoio.

Não posso deixar de agradecer aos meus professores, apesar da distância ainda consegui assistir a algumas aulas do Professor Doutor Adelino Maltez, da Professora Doutora Sandra Balão e da Professora Doutora Cláudia Vaz. Bem como, agradecer à instituição de ensino que me acolheu, o ISCSP.

E por fim, o meu sincero agradecimento a todas as pessoas que me incentivaram e que contribuíram para a concretização desta dissertação.

NOME: Maria Antónia Gaspar da Mota

MESTRADO EM: Ciência Política

ORIENTADORA: Maria Conceição Pequito Teixeira

DATA: 30 de setembro de 2016

TÍTULO DA TESE: O posicionamento político e partidário sobre a regulamentação do lóbi em Portugal (outubro de 2015 a setembro de 2016)

Resumo

Esta investigação de Mestrado pretende refletir sobre a contribuição da regulamentação do lóbi para a qualidade da democracia em Portugal.

A hipótese da transposição da experiência teórica e prática existente na União Europeia e em outros países para a realidade portuguesa é igualmente colocada.

Poderá o lóbi vir a ser uma profissão legalizada ou continuará a ser exercido por agências de comunicação, advogados e outras profissões que pretendam influenciar os decisores legislativos e governantes?

Foi utilizada uma metodologia qualitativa dando primazia ao estudo fenomenológico em que foram considerados 16 entrevistados privilegiados, bem como uma observação externa de um debate na AR sobre *lobbying*.

Foram obtidos contributos sobre questões políticas relacionadas com o tema, na tentativa de concluir sobre qual a viabilidade da regulamentação do lóbi em Portugal. Concluiu-se que o tema é transversal e polémico, havendo forças políticas que apoiam a regulamentação do lóbi e outras que não concordam com a existência desta atividade. Existe, porém, unanimidade no que respeita à defesa da transparência necessária para o aumento da qualidade da democracia.

Informações especializadas, tendo por base diversos pontos de vista, poderão ser um contributo importante para o Legislador tomar uma decisão política mais informada, ponderada e equilibrada.

Palavras chave: lóbi, *lobbying*, democracia, transparência, grupos de interesses, influência

NOME: Maria Antónia Gaspar da Mota

MESTRADO EM: Ciência Política

ORIENTADORA: Maria Conceição Pequito Teixeira

DATA: 30 de setembro de 2016

TÍTULO DA TESE: The political and party stance on the regulation of the lobby in Portugal (October 2015 to September 2016)

Abstract

This Master's research aims to reflect on lobbying regulation on contribution to the quality of democracy in Portugal. The hypothesis of implementation of theoretical experience and existing practice available in the European Union and other countries for the Portuguese reality is also addressed. Can the lobby become a legalized profession or does it continue to be practiced by communication agencies, lawyers and other professionals, who wish to influence legislative decision makers and governors? A qualitative methodology was used, giving primacy to the phenomenological study, in which 16 interviewers were considered privileged respondents, as well as an external observation of a debate in National Assembly on lobbying. Were obtained input on policy issues related to the topic in an attempt to conclude on which the viability of the regulation of lobbying in Portugal. We conclude that the issue is transversal and controversial, with political forces that support the regulation of lobbying and others that do not agree with the existence of this activity. However, there is unanimity regarding the interests of transparency necessary to increase the quality of democracy. Specialized information, based on different points of view, may be an important contribution to the Legislator takes a more informed, thoughtful and balanced policy decision.

Keywords: Lobby, lobbying, democracy, transparency, interest groups, influence

SIGLAS

AR - Assembleia da República

APCE - Associação Portuguesa de Empresas de Comunicação

BE - Bloco de Esquerda

BES - Banco Espírito Santo

CDS-PP - Centro Democrático Social Partido Popular

CEC - Confederação Europeia de Quadros

CERTEFP - Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas

CES - Conselho Económico Social

CGTP-IN - Confederação Nacional de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

CIP - Confederação Empresarial Portuguesa

COPA - Comité das Organizações Profissionais Agrícolas

CPCS - Comissão Permanente de Concertação Social

ETI - European Transparency Initiative

EUA - Estados Unidos da América

FRLA - Federal regulation of Lobbying Act

FARA - Foreign Agents Registration Act

LDA - Lobbying Disclosure Act

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAC - Política Agrícola Comum

PCP - Partido Comunista Português

PEV - Partido ecologista –Os Verdes

PLMJ - Sociedade de Advogados, R.L

PS - Partido Socialista

PSD - Partido Social Democrata

SNQTB - Sindicato Nacional Quadros e Técnicos Bancários

TI - Transparency International

TIAC - Transparência Integridade, Associação Cívica

UE - União Europeia

UGT - União Geral de Trabalhadores

USI - União dos Sindicatos Independentes

Índice de Quadros

Quadro 1. Dados do Corruption Perceptions Index de 2015	19
---	----

Índice de Figuras

Figura 1: Categorização por grupos	39
--	----

Índice de Anexos

Anexo 1: Projeto de Lei do CDS	81
Anexo 2: Estatuto dos Deputados	95
Anexo 3: Conferência sobre o “Lobbying” na Assembleia da República	109

Índice de Apêndices

Apêndice A - Guião da Entrevista	113
Apêndice B - Lista dos Entrevistados	115
Apêndice C - Quadros de análise conteúdo	117
Apêndice D - Entrevista ao Dr. José Manuel Pureza.....	159
Apêndice E - Entrevista ao Dr. José Miguel Júdice	169
Apêndice F - Entrevista ao Dr. Pedro Filipe Soares	187
Apêndice G - Entrevista ao Dr. Nuno Magalhães	199
Apêndice H - Entrevista ao Dr. Henrique Burnay	205
Apêndice I - Entrevista à Dr. ^a Susana Coroadó	219
Apêndice J - Entrevista ao Dr. Paulo Marcos	227
Apêndice L - Entrevista ao Dr. Nuno Biscaya.....	245
Apêndice M - Entrevista ao Dr. Carlos Zorrinho	255
Apêndice N - Entrevista à Dr. ^a Marisa Matias.....	263
Apêndice O - Entrevista ao Dr. Joaquim Martins Lampreia	273
Apêndice P - Entrevista ao Dr. Fernando Negrão	283
Apêndice Q - Entrevista ao Dr. Duarte Marques	291
Apêndice R - Entrevista ao Dr. Luís Montenegro	297
Apêndice S - Entrevista ao Dr. Luís Marques Mendes.....	303
Apêndice T - Entrevista à Dr. ^a Assunção Cristas	317

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
 CAPÍTULO 1 - Dos conceitos do lóbi aos modelos de lóbi americano e europeu.....	5
1. Enquadramento teórico	5
1.1. Alguns conceitos: lóbi, grupos de interesse e grupos de pressão	5
1.2. O modelo de lóbi nos EUA.....	8
1.3. O modelo europeu do lóbi	11
1.3.1. Os quatro ciclos do lóbi na UE	11
1.3.2. Desde o reconhecimento do lóbi até ao seu registo na UE.....	13
1.4. Lóbi em Portugal	14
1.5. Qual a relação entre lóbi e a corrupção?.....	19
1.6. Vantagens da regulamentação do lóbi	22
1.7. O lóbi enquanto instrumento de reforço da democracia	24
1.8. O papel do lóbi no aumento da transparência em democracia	26
 CAPÍTULO 2 - Enquadramento metodológico	31
2. Delimitação do objeto de estudo.....	31
2.1. O Objeto empírico	31
2.2. Modelo analítico	33
2.3. Metodologia	34

CAPÍTULO 3 - Uma investigação no campo do lóbi em portugal	39
3.1 A definição ou conceito de lóbi na ótica do sujeito	40
3.2. A delimitação da fronteira do lóbi e a confusão com práticas irregulares e ilegais...	42
3.3. A regulamentação do lóbi em Portugal	45
3.4. A implementação da profissão através de registo e código de conduta	47
3.5. A exclusividade dos deputados na Assembleia da República e os possíveis conflitos de interesse	51
3.6. A influência dos grupos de interesses ou dos grupos de pressão nas decisões políticas	54
3.7. As desvantagens do não reconhecimento da atividade de lóbi a nível nacional e europeu	56
3.8 A relação entre a atividade de lóbi e a qualidade da democracia.....	61
3.9. O debate na Assembleia da República sobre o “ <i>Lobbying</i> ”. Observação não participante	63
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	79
APÊNDICES	111

INTRODUÇÃO

Apesar da vulgarização e banalização da palavra lóbi, o verdadeiro significado do conceito é pouco claro e desconhecido, quase sempre conotado com corrupção. De acordo com Daridan e Luneau “o lóbi permanece uma atividade misteriosa, uma via secreta que se desenvolve na sombra do poder e que torna esta proximidade suspeita no imaginário coletivo”¹ (Daridan e Luneau, 2012, p. 3).

Para o cidadão comum, o lóbi tem um significado obscuro, ou seja, é uma atividade não regulamentada em Portugal, em que os lóbis “... preferem continuar a actuar na sombra, em vez de o fazerem às claras e com a devida transparência” (Lampreia, 2005, p. 25). A palavra lóbi é utilizada como se fosse uma força oculta (quase mística), em que o verdadeiro significado é ambíguo, associado quer a grupos de interesse (económicos, financeiros ou políticos), quer a influência oculta ou corrupção. O lóbi “é mal entendido, são numerosos os que associam este vocábulo a tráfico de influências, pagamento de luvas, dinheiro por debaixo do pano e desvios de dinheiro (...)” (Nonon e Clamen, 1999, p. 16).

De acordo com Joaquim Martins Lampreia, em Portugal o lóbi não é regulamentado por falta de vontade política, afirmando que: “Trinta anos de Democracia não conseguiram mudar as mentalidades dos governantes. Esperemos agora uma directiva comunitária, no sentido de mudar as coisas” (Lampreia, 2005, p. 25).

No dia 30 de maio de 2015, assisti a uma conferência da CEC (Confédération Européenne de Cadres), realizada em Lisboa, na qual pude constatar que esta Confederação Sindical Europeia contrata os serviços de lobistas profissionais para defender os seus interesses junto da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu.

Se o lóbi é uma prática formal e aceite nos corredores da Comissão Europeia e no Parlamento Europeu, não se compreende que em Portugal, seja associado a práticas informais, irregulares, obscuras (Lampreia, 2005, p. 71) ou ilícitas, sendo o nosso país membro da União Europeia, importa por isso, compreender os motivos que obstaculizam ou impedem a legalização do lóbi no nosso país.

A ideia de defender uma dissertação de mestrado sobre este tema resulta do meu interesse pessoal e profissional, uma vez que trabalho num sindicato bancário que é filiado numa Confederação Europeia que recorre à prática de lobbying. Além disso,

¹ Tradução livre da autora. No original “*le lobbying reste une activité mystérieuse, voire secrète qui se développe à l’ombre du pouvoir, avec tout ce que cette proximité véhicule de suspicion dans l’imaginaire collectif*”.

durante o último ano (2015), estive profissionalmente ligada à única Confederação Sindical Independente (USI) em Portugal e notei a necessidade de lóbi profissional para que a USI conseguisse integrar o CES (Conselho Económico e Social). A USI depara-se com a ausência de apoio das máquinas partidárias, o bloqueio das duas centrais sindicais existentes e a ausência da transposição da recomendação da OIT de 2005 (Oliveira, 2015, p. 12) relativamente à queixa apresentada na OIT “nº 2334/2004 pela não inclusão da USI nos órgãos de Concertação Social” (Ferreira, 2008, p. 50) em Portugal.

O lóbi é um tema pertinente no âmbito da Ciência Política e pouco estudado em Portugal, os principais autores de livros publicados são o lobista acreditado em Bruxelas Joaquim Martins Lampreia, mais direccionado para as ciências da comunicação, o advogado Luís Nandin de Carvalho, autor do livro *Direito ao Lobbying*, o qual refere que a temática “apenas foi objecto de estudo e de uma forma lateral...”, tendo sido privilegiada uma componente mais jurídica como o próprio nome indica (Carvalho, 2000, p. 19).

No primeiro capítulo faremos um enquadramento teórico em que se define o conceito de lóbi e o que o distingue dos grupos de interesse e de grupos de pressão.

Far-se-á uma incursão pelo modelo de lóbi dos Estados Unidos da América em contraponto com o modelo de lóbi e a sua evolução na União Europeia. Este capítulo incluirá ainda uma breve referência às várias tentativas de regulamentação do lóbi em Portugal. Abordar-se-á também a relação entre lóbi e corrupção fundamentado com dados da *Transparency International* e outros estudos sobre a transparência, nomeadamente da TIAC² em que são apontadas oito importantes recomendações ao Parlamento Português. Seguir-se-á a linha de pensamento da regulamentação do lóbi e das suas vantagens nomeadamente no reforço da qualidade da democracia quer pelo incremento da transparência, quer pelo incremento da participação cívica.

O segundo capítulo refere-se ao enquadramento metodológico, no qual começamos pela delimitação do objeto de estudo e pelo modelo analítico escolhido e apresentar por fim, a metodologia. Por sua vez, adota-se uma metodologia que teve particular atenção ao facto de o objeto de estudo não ser “legal”, não estar regulamentado, e, por isso, a abordagem foi numa perspetiva fenomenológica em que consiste na análise do fenómeno do ponto de vista do sujeito (Coutinho, 2013, p. 386).

² TIAC – Transparência, Integridade Associação Cívica.

Por último, o terceiro capítulo é uma investigação no campo do lóbi em Portugal, onde são entrevistados 16 sujeitos³ escolhidos por amostragem criterial, que são essencialmente deputados, nomeadamente líderes parlamentares e da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas da Assembleia da República, bem como eurodeputados, sendo os restantes entrevistados lobistas acreditados em Bruxelas, advogados e uma investigadora da TIAC⁴. Questionou-se a sua perceção do conceito de lóbi e a sua conotação com práticas irregulares; a sua regulamentação e quais os critérios; a influência dos grupos de interesse e grupos de pressão; a questão da exclusividade dos deputados para evitar possíveis conflitos de interesse; as consequências da ausência de regulamentação da atividade, quer a nível nacional, quer a nível europeu e por fim a relação entre lóbi e a qualidade da democracia. Ainda neste capítulo, far-se-á uma síntese da Conferência sobre o lóbi que decorreu na Assembleia da República no dia 14 de setembro de 2016.

E, por fim, a conclusão que permite retirar os pontos principais das questões anteriormente enumeradas e apresentar alguma reflexão sobre a temática, bem como deixar pistas para investigações futuras.

³ As entrevistas fazem parte integrante da Dissertação e estão todas em Apêndices.

⁴ TIAC – Transparência Integridade, Associação Cívica.

CAPÍTULO 1 - Dos conceitos do lóbi aos modelos de lóbi americano e europeu.

1. Enquadramento teórico

1.1. Alguns conceitos: lóbi, grupos de interesse e grupos de pressão

Importa começar por clarificar e definir o conceito de lóbi e grupos de interesse. *Lobbying* é uma expressão de origem americana cujo objetivo prende-se com “...a ação de persuadir os membros de uma legislatura (...)” (Florence, 1997). Para Bobbio, o *lobbying* define-se como a “transmissão de mensagens do Grupo de Pressão aos *decison-makers*, por meio de representantes especializados (em alguns casos como nos Estados Unidos, legalmente autorizados), que podem fazer uso ou ameaça de sanções” (Bobbio, Dicionário de Política, 2004, p. 564). Joaquim Martins Lampreia entende o lóbi como “um conjunto de actividades que visa exercer pressão, directa ou indirectamente, sobre poderes públicos (legislativo e executivo), na defesa dos interesses de uma empresa, instituição, sector de actividade, região ou país no plano legislativo” (Lampreia, 2005, p. 19; Lampreia, 2006, p. 7).

Uma outra definição mais próxima da realidade europeia é a que consta no Livro Verde sobre transparência da Comissão Europeia; segundo esta, o lóbi diz respeito às “actividades realizadas com o objetivo de influenciar a formulação das políticas e os processos de tomada de decisões das instituições europeias” (Comissão Europeia, 2006, p. 5). Quando se refere ao sujeito que pratica lóbi, o dicionário de Oxford (Oxford University, 1995, p. 841) define “lobista” como alguém que “procura influenciar os membros do poder legislativo, através de entrevistas e solicita o apoio de pessoas influentes”⁵. O lobista desempenha uma atividade, em princípio por conta de outrem, cujo objetivo é o de conseguir alterar a legislação de acordo com um ponto de vista, partindo do princípio que o fará através de contactos com pessoas influentes ou legisladores. Para Joaquim Martins Lampreia, os lobistas são “pessoas que desenvolvem a tempo inteiro e por conta de outrem, a actividade de lóbi, visando convencer os legisladores e governantes a votarem medidas favoráveis aos interesses dos particulares que eles representam (Lampreia, 2005, p. 19).”

⁵ Tradução livre da autora. No original : “seek to influence the members of a legislature, attempts to get bills through by interviews in the lobby and solicits the support of influential people”.

Marie Thiel da Unidade de Transparência do Parlamento Europeu define lóbi como “ o que influência direta ou indiretamente a formulação ou implementação de políticas e os processos de tomada de decisão política”⁶ (Thiel, 2016, p. 4)

A comunicação política faz parte do exercício normal e do bom funcionamento das instituições, Manuel Meirinho Martins entende que

...a comunicação política é considerada um elemento cardeal para o estabelecimento das relações entre um multiplicidade de agentes políticos, entendidos como estruturas políticas (partidos, grupos de interesses, parlamentos, governos, tribunais, serviço administrativos, etc.) que desempenham funções relativas à execução, legitimação, ratificação e implementação de decisões: ao controlo do processo político; à competição pelo poder e à mobilização política e socialização.” (Martins, 2010, pp. 13,14).

Importa referir que nem toda a comunicação é lóbi. É importante também definir o conceito de grupos de interesse, uma vez que estes agem no sentido de influenciar o processo de tomada de decisões, embora não devam ser confundidos com as estruturas de lóbi profissionais.

Almond citado por Ferreira (2014, p. 227) entende:

Por grupos de interesse queremos apenas significar um conjunto de indivíduos que estão ligados por laços de preocupação ou vantagem e que estão a par desses interesses partilhados. O grupo de interesse pode ser organizado para actividade contínua por membros do grupo, ou pode refletir o seu envolvimento ocasional (Almond and Powell, *Comparative Politics*, op. cit, p. 170).

Para Adriano Moreira (Moreira, 1979, p. 153), os grupos de interesses são “um dos primeiros intervenientes na luta política...”, sendo difícil destriçar um grupo de interesses de um grupo de pressão. Segundo o mesmo autor, um grupo de interesses pretende a defesa de interesses instituídos protegidos por lei, sendo que este “...pode não ser necessariamente político, ter índole cultural ou religiosa, e agrupar pessoas que apenas sustentam um gosto comum, ou uma atitude comum perante o mundo e a vida” (Moreira, 1979, p. 154). No entanto, os grupos de interesses podem transformar-se em grupos de pressão. “Ao grupo de interesses tem de acrescentar-se alguma coisa para se transformar em grupo de pressão” (Moreira, 1979, p. 155). Moreira cita Mathiot ao mencionar que a atividade do grupo de pressão é: “Toda a acção realizada junto de qualquer autoridade para influir sobre as suas decisões, através de métodos apropriados, desde a propaganda hábil até aos meios de intimidação” (Moreira, 1979, p. 155). Torna-se assim difícil distinguir entre grupo de interesses e grupo de pressão, uma vez que utilizam os mesmos métodos. Ambos “(...) actuam em primeiro lugar num plano de

⁶ Tradução da autora, no original: “directly or indirectly influencing the formulation or implementation of policy and the decision-making processes”, disponível em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheEvento.aspx?BID=102775>

relação recíproca, que tanto pode ser de oposição como de cooperação em face do aparelho de Poder” (Moreira, 1979, p. 170). Esta é uma relação complexa, na medida em que enquanto os partidos políticos procuram o exercício direto do poder político, os grupos de interesses e grupos de pressão defendem as suas reivindicações junto deste mesmo poder político. Pode-se distinguir os grupos de pressão por utilizarem “... técnicas de manipulação da persuasão colectiva” (Carvalho, 2000, p. 136), e “toda a panóplia de instrumentos ...” (Carvalho, 2000, p. 137), ou seja, técnicas de persuasão para a obtenção de influência, enquanto que os grupos de interesses estão mais direccionados “para uma negação da sociedade, (...) pretendem provocar a sua insegurança, porque antagonizam valores de Moral social, e pretendem substituí-los por outros, os seus, de forma autocrática, que supõem melhores, senão mesmo únicos” (Carvalho, 2000, p. 137).

No Dicionário de Ciência Política os grupos de pressão são definidos como grupos que não participam no processo eleitoral, mas pretendem influenciar as decisões governativas na defesa dos seus interesses particulares (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1983, pp. 562-571) Já a definição de lóbi aparece como “o processo por meio do qual os representantes de grupos de interesses, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos *decision-makers* os desejos dos seus grupos” (Bobbio, Matteucci, e Pasquino, 1983, pp. 563-564). Assim, estes autores entendem que o lóbi é uma transmissão de mensagens do grupo de pressão aos decisores políticos através de especialistas.

Por outro lado, Luís Nandim de Carvalho entende que

os grupos de pressão marginalizam-se como tais, na própria sociedade existente e constroem a sua sociedade subterrânea, em gheto, numa dialéctica de controversia, de antítese e de revolução, pela pretendida e reclamada inversão e substituição dos valores da sociedade, assumir-se o único epicentro susceptível de o poder fazer, pois é essa a percepção de Poder, o poder próprio, que detêm (Carvalho, 2000, p. 137).

Em suma, e pelo exposto até aqui, não há um consenso quanto à definição dos grupos de pressão e grupos de interesses, ou muito provavelmente uma definição complementa a outra e coexistem as duas.

1.2. O modelo de lóbi nos EUA

As principais diferenças entre o lóbi americano e o lóbi praticado na União Europeia resume-se à angariação de fundos para as campanhas políticas e o pelo apoio direto aos candidatos ao poder pelo lobista americano (Lampreia, 2005, p. 42). Já na Europa, o lobista não angaria fundos nem está normalmente associado aos partidos políticos, salvo as exceções de ex-deputados e ex-políticos que se dedicam à atividade de lóbi. “Nos Estados Unidos o lóbi é visto como um instrumento adicional de participação da sociedade civil na vida pública...” (Lampreia, 2005, p. 16), além de ser uma atividade regulamentada e reconhecida, é considerada também como o quinto poder⁷ logo a seguir à comunicação social.

O lóbi americano, tal como o sistema jurídico, tem alguma influência britânica, no entanto, constitui um direito novo e republicano de tipo descentralizado e federal muito participativo. Nos Estados Unidos da América (USA), o Congresso é o órgão de poder mais relevante para os grupos de interesse, assim “...o político é o primeiro representante dos grupos de interesse que o elegeram, é o primeiro agente das ações de *lobbying* que se lhe dirigem” (Carvalho, 2000, p. 189). Para Bardon e Libaert, o *lobbying* americano assemelha-se a um mercado económico com regras liberais mas bem regulamentado, enquanto o *lobbying* europeu é de compromisso e influência (Bardon e Libaert, 2012, p. 115). Por outro lado, Daridan e Luneau (2012, p. 9) entendem que o lóbi só tem influência no campo das decisões políticas.

O lóbi é uma prática ancestral no exercício da política americana, razão por que se “sustenta que, desde sempre, em todos os locais onde os legisladores (*lawmakers*) se reuniam, se registou a constante presença de defensores dos mais variados interesses (*petitioners*), a começar pelo Federal Hall de New York, o primeiro assento do Congresso Americano, em 1789, e no Congresso Hall de Filadélfia, nas salas e salões à volta da Assembleia” (Lampreia, 2006, p. 17). Jacqueline Nonon e Michel Clamen (1993, p. 25) também são de opinião de que o lóbi é um elemento essencial da democracia americana. Estes autores referem que esta atividade sempre fez parte da prática política americana e realçam que a própria criação do Estado decorre da ação de lobistas céleres como Madison, Hamilton e Washinton. Contudo, a primeira iniciativa para regulamentar o lóbi nos EUA data de 1876 – precisamente um século após a fundação deste país – e coube à Câmara dos Representantes. Nem sempre pacífica, a

⁷ *Idem*

atividade seria na mesma época criminalizada por alguns estados americanos, sendo disso exemplo o Estado da Georgia (Santos, 2007, p. 367). A tendência, porém, foi favorável a esta prática profissional.

Ao longo da história dos EUA, o lóbi proliferou e tornou-se num poderoso braço armado da sociedade civil, não sem que contudo haja casos de excessos e até práticas eticamente bastante censuráveis. Na década de 1930, o senador Hugo Black foi um dos maiores opositores às práticas corruptas do lóbi em Washington, sem grandes resultados práticos (Santos, 2007, p. 368). Com o emergir da II Guerra Mundial, os EUA preocupam-se em regulamentar a atividade dos lóbis estrangeiros em território americano. É por essa razão que, em 1938, surge o *Foreign Agents Registration Act* (FARA) (Clamen, 2005).

Com o intuito de combater a corrupção e incutir maior transparência às atividades de lóbi de forma abrangente surge, em 1946, o *Federal Regulation of Lobbying Act* (FRLA). Trata-se da primeira lei específica do Governo Federal, que assim segue o exemplo de inúmeros Estados ao disciplinar o exercício do lóbi (Santos, 2007, p. 370) e permite um registo sobre as atividades dos grupos com interesses nos EUA (Nonon e Clamen, 1993, p. 25). Esta lei, segundo Graziano, citado por Santos, permitiu trazer para a esfera pública os interesses e os meios empregados pelos lobistas. O FRLA vigorou durante cerca de 50 anos e o objetivo principal era fornecer informações aos membros do Congresso sobre quem fazia lóbi. Mas apesar do avanço que esta lei representou, ela foi apontada por Bonavides, citado por Santos (2007), como “vaga e abstrata” e “pessimamente redigida”. Ou seja, a ambiguidade da lei deu azo a interpretações dúbias e abriu espaço à sua contestação por parte de alguns grupos de lobistas.

Críticas à parte, o FRLA faculta importantes registos da atividade nos EUA, embora se questione o montante das verbas declaradas. Uma das conclusões a tirar é que na década de 50 os lóbis americanos representavam maioritariamente empresas e sindicatos. O lóbi americano toma, contudo, um novo rumo nos anos 60, após o escândalo Watergate. Os lobistas americanos passam a representar cada vez menos grupos sócio-económicos e são cada vez mais porta-vozes de interesses individuais junto do poder (Nonon e Clamen, 1993, p. 25). Ou seja, o FRLA torna-se cada vez mais desfasado da realidade. Após uma sucessão de escândalos envolvendo lobistas, congressistas e funcionários do governo e de décadas de esforços, os EUA revogam a legislação anterior pelo “*Lobbying Disclosure Act*” (LDA) de 1995, o qual define os

critérios de quem se deve registar como lobista de uma forma bastante mais ampla e aperfeiçoada (Clamen, 2005, p. 216).

O LDA torna a legislação federal mais efetiva e procura através de um sistema eficaz dar transparência ao lóbi (Santos, 2007, p. 378). Esta legislação foi completada em 2002 com o *Honest Leadership and Open Government Act* (Bardon e Libaert, 2012, p. 112) e reforçada em 2006 com o *Legislative Transparency and Accountability Act*, após o escândalo em 2005 de Jack Abramoff (Bardon e Libaert, 2012, p. 111), o lobista mais poderoso de Washington à época que serviu de inspiração em 2010 ao filme “*Casino Jack*” (Hickenlooper, 2010). O caso do lobista Jack Abramoff é considerado um dos maiores escândalos na área do lóbi e conduziu ao endurecimento da lei – o lobista foi alvo de uma investigação parlamentar e declarou-se culpado de vários crimes, entre os quais suborno e tráfico de influência; Abramoff denunciou dez pessoas, todas alvo de pena de prisão (Silva, 2010). Os lobistas têm de estar inscritos nas Câmaras Parlamentares e tem a obrigatoriedade de entregar relatórios trimestrais das suas atividades, bem como manter contabilidade dos últimos dois anos de exercício (Romagni, 1994, p. 129). O código de deontologia do Senado americano é composto por 562 páginas, nas quais todos os lobistas têm de estar registados e declarar os respectivos honorários, os clientes e os programas (Bardon e Libaert, 2012, p. 112). Este registo é publicado trimestralmente na Internet, no sítio do secretariado do Senado - *Office of Public Records* (www.senate.org) (U. S. Senate , 2016).

A atividade do lóbi no processo de decisão pública americana é reconhecida e nunca foi tão transparente como atualmente, o que favorece “a confiança da sociedade na integridade dos governantes, considerando estes como os representantes de qualquer nível do poder executivo, e do poder legislativo, o que integra o conceito mais amplo de *Governance*” (Carvalho, 2000, p. 196).

Em suma, e após uma série de abusos que abalaram a opinião pública, os políticos americanos avançaram para uma legislação que promove a abertura e o aumento de *accountability* de lobistas, congressistas e deputados, e em simultâneo estabelece restrições mais severas para os casos de conflitos de interesses e práticas abusivas e/ou corruptas. Embora seja difícil redigir uma lei perfeita, os EUA conseguiram, com as mais recentes propostas e imposições éticas, salvaguardar o máximo de transparência e de rigor no exercício da atividade lobista.

1.3. O modelo europeu do lóbi

Ao longo dos quase 60 anos de construção da UE, Bruxelas foi-se assumindo como o principal centro de poder da Europa e, por essa mesma razão, é o palco privilegiado da atividade dos lobistas. A deslocação dos poderes de decisão nacionais para Bruxelas foi acompanhada pela migração de grupos de interesses para o “coração” da UE, os quais se adaptaram ao funcionamento da “máquina comunitária”, responsável por praticamente 80% da legislação nacional dos diversos Estados-membros (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 7). Historicamente, o modelo europeu de lóbi remonta à génese da própria Comunidade Económica Europeia, na década de 1950 do século XX.

1.3.1. Os quatro ciclos do lóbi na UE

Daniel Guéguen, lobista francês especializado nas questões europeias e nas suas instituições, identifica quatro grandes ciclos na história do lóbi na UE:

- 1) *A construção* (1957-1970) – o lóbi de fusão;
- 2) *O refluxo* (1971-1987) – o lóbi diplomático;
- 3) *O grande mercado* (1988-2005) – o lóbi estratégico;
- 4) *A Europa a Trinta* (2006-...) – o lóbi transversal.

Por sua vez, cada um destes ciclos corresponde a quatro grandes fases no desenvolvimento da União Europeia (Lampreia e Guéguen, 2008, pp. 51-55):

- 1) *A construção* – A Europa a Seis centra a sua ação em três prioridades: a Política Agrícola Comum, a supressão dos direitos alfandegários internos e a instauração de uma Tarifa Aduaneira Comum. Este período caracteriza-se por uma intensa atividade legislativa e regulamentar. A PAC surge da interação entre funcionários da Comissão e os responsáveis agrícolas. O lóbi de fusão é corporalizado por Henri Cayre, fundador do *Europe Information Service* e o primeiro a praticar a atividade de lóbi, e também por André Herlistka, secretário-geral do Comité das Organizações Profissionais Agrícolas (COPA).
- 2) *O refluxo* – Corresponde ao período em que a construção europeia entra em recessão provocada pela crise na indústria do petróleo. Esta fase coincide com o aparecimento de uma nova categoria de lobistas, “os diplomatas” que tinham contatos privilegiados com os decisores.

- 3) *O grande mercado* – Com o novo presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, é executada uma reforma profunda das instituições (o Ato Único de 1987), simbolizada no regresso do voto por maioria qualificada e na proposta de realização de um Mercado Único Europeu. O lóbi diplomático torna-se obsoleto face ao novo modelo de funcionamento europeu, o que conduziu a uma revolução nas técnicas de lóbi, ainda hoje utilizadas. O lóbi passa a usar como ferramentas a persuasão e a argumentação com base em fundamentos técnicos; a constituição de uma rede global e a comunicação de qualidade, interna e externa. Neste período assiste-se ao aumento do número de lobistas e à fixação de associações em Bruxelas.
- 4) *A Europa a Trinta* – O alargamento da UE impõe nova mudança radical nas técnicas de lóbi. No xadrez da influência, as ONG's ganham terreno em detrimento das associações profissionais. O lóbi torna-se transversal “ao longo de toda uma cadeia de valor” (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 55) e um parceiro europeu, cuja capacidade de influência passa pela apresentação de propostas com “consensos prontos a usar”. Ou seja, com soluções tipo “chave na mão”, com capacidade de federar à sua volta, do produtor ao consumidor.

O lóbi faz parte da tradição das instâncias europeias e é considerado um contrapoder legalmente reconhecido, fazendo parte integrante do complexo processo de decisão na UE. Segundo Joaquim Martins Lampreia, qualquer instituição, região ou país que queira defender eficazmente os seus interesses a nível comunitário tem obrigatoriamente de o fazer em Bruxelas e preferencialmente através de lobistas – profissionais devidamente habilitados e hábeis conhecedores da engrenagem comunitária (Lampreia e Guéguen, 2008, pp. 7,8).

1.3.2. Desde o reconhecimento do lóbi até ao seu registo na UE

Como já acima referido, o lóbi na UE existe desde a sua génese. Porém, as primeiras tentativas de regulamentação desta prática antecedem apenas a década de 1990, por iniciativa do Parlamento Europeu, cujas recomendações não foram adoptadas (Minh, 2012, p. 32). Em 5 de março de 1993, a Comissão Europeia debruça-se sobre a questão dos grupos de interesse, através de um documento publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (nr C63/2). Em 1996, o Parlamento Europeu define a necessidade de registo para lobistas que pretendam ter acesso ao edifício parlamentar e um código de conduta.

Dez anos mais tarde, o comissário Siim Kallas lança a “Iniciativa Europeia em matéria de Transparência” (ETI – *European Transparency Initiative*) inspirada no modelo norte-americano, que assenta na máxima transparência. Na sua essência, a ETI visa: aumentar a *accountability* em matéria financeira; fortalecer a integridade e a independência das instituições da UE; e controlar mais eficazmente esta atividade.

Em 2007, a Comissão Europeia adota a comunicação do Livro Branco da ETI, que inclui o registo voluntário dos lobistas (criado em 2008) numa base de dados na Internet – acessível ao público em geral – e um Código de Conduta. De modo a aumentar a transparência dos processos de tomada de decisão na UE, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia adotam em 2011 um registo público comum, designado de Registo da Transparência.

Em 1994, contabilizaram-se 1.734 entidades relacionadas com *lobbying* no Parlamento Europeu. De acordo com Chilton (1998) Bruxelas é a capital do lóbi na Europa com cerca de 3.000 grupos de interesses⁸ no Parlamento Europeu, tendo 2.600 escritório permanente em Bruxelas, ou seja existem entre 15.000 a 20.000 lobistas que trabalham em Bruxelas, oriundos de 27 países europeus (Bardon e Libaert, 2012, p. 84), (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 19) e (Lampreia, 2005, p. 53). Em 2008, existiam 5 000 lobistas acreditados de várias nacionalidades só no Parlamento Europeu, considerando que existem 732 deputados, equivale a uma média de sete lobistas para cada deputado (*idem*, p. 67).

Em 2006 foi feito um estudo junto do Parlamento Europeu o qual demonstrou que 80% das emendas apresentadas aos parlamentares tinham origem na prática do lóbi (Cohen, 2007). Para se ter a noção da dimensão da atividade de lóbi a nível europeu, em

⁸ O termo de “grupos de interesse” é utilizado pelos autores em referência e englobam os lobistas.

25 de setembro de 2016, as estatísticas do Registo de Transparência da União Europeia mostram que estão inscritos 9 902 registos, dos quais são organizações, *think-tanks*, ONGs entre outros (*Transparency Register*, 2016). Os números falam por si e justificam o epíteto de Bruxelas como “capital europeia do lóbi”. Justifica-se a forte afluência de lobistas devido aos amplos poderes da Comissão Europeia, quer a nível legislativo, executivo, bem como a guardião dos Tratados (Bowen, 2016, p. 20). Ou, seja a Comissão Europeia tem um papel preponderante, porque é a responsável pela iniciativa legislativa, sendo por isso, alvo da ação dos lobistas. Enquanto a nível nacional, a Assembleia da República tem este poder, no caso do Parlamento Europeu passa em primeiro lugar pela Comissão Europeia (Bowen, 2016, p. 20). Apesar dos tratados de Maastricht e de Amesterdão terem melhorado as competências do Parlamento Europeu, este devido à sua estrutura política sofre mais influências dos media e da opinião pública do que propriamente dos lobistas (Bowen, 2016, p. 9).

Com efeito, as principais instâncias europeias sempre foram recetivas ao contributo dos lóbis e grupos de interesse da sociedade civil, procurando desta forma reforçar o diálogo democrático. O seu papel é incontestável e considerado de grande utilidade, sobretudo em dossiers com elevada tecnicidade (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 19). Para Joaquim Martins Lampreia (2008, p. 142), a missão do lóbi não é “fazer pressão”, mas “sim contribuir para a solução”, ou seja, entende que o lóbi pode contribuir de uma forma positiva no processo de decisão política. Para este lobista, o lóbi emerge da sociedade civil como agente de influência positiva, que, em última análise, busca consensos e decisões equilibradas.

Com as atividades dos grupos de interesse em ascensão nas Instituições Europeias, em simultâneo, discute-se a necessidade de regulamentação desta prática em vários países da União Europeia. Em 2009, o eurodeputado José Mendes Bota elaborou um relatório, no qual defende a necessidade da regulamentação da atividade de lóbi como contributo para a democracia, uma vez que a ausência de regulamentação põe em causa os princípios da democracia e da boa governação (Bota, 2009).

1.4. Lóbi em Portugal

O lóbi é prática corrente aceite e legitimada nas principais democracias modernas, embora continue a ser uma atividade não reconhecida – nem regulamentada – em Portugal. O termo lóbi, no nosso país, mantém-se associado a uma conotação

pejorativa, como explica Sofia Branco (2007), num artigo publicado em 9 de julho de 2007, no Jornal Público, que “passa por uma cultura que estranha e deturpa os objectivos do *lobbying*”.

Olhado com desconfiança em Portugal, tal como noutros países do sul da Europa – Espanha, Itália e Grécia –, o lóbi é todavia, “uma atividade perfeitamente legítima em qualquer país democrático, que permite à sociedade civil defender legalmente os seus interesses perante os poderes políticos com toda a transparência” (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 11).

A discussão em torno da regulamentação da atividade de lóbi em Portugal foi lançada no início de 2007, ano em que duas agências de comunicação solicitaram junto da Assembleia da República uma acreditação permanente, à semelhança da que é concedida aos jornalistas (Leite, 2007). A pretensão foi rejeitada e justificada com a falta de regulamentação do lóbi em Portugal, mas também por os jornalistas estarem sujeitos a um código de ética e lutarem pela liberdade de imprensa (Leite F. A., 2007) e (Lusa, 2008).

Para aumentar o debate sobre o tema, a 19 de Junho de 2007, Lisboa acolheu o primeiro seminário nacional dedicado ao lóbi. Findo o encontro, foi entregue a Jaime Gama, então presidente do Parlamento, um documento que propunha a discussão com vista ao reconhecimento e à regulamentação da atividade em Portugal. Jaime Gama, “prometeu que o assunto seria analisado até ao fim da sessão legislativa” (Branco, 2007), porém, tal não sucedeu. Volvidos dois anos, o tema entrou novamente para a agenda política, por iniciativa da Universidade de Aveiro e do eurodeputado Armando França, com a realização do seminário sobre “A Actividade Lobística na União Europeia”. Nesse mesmo ano, o então governo de José Sócrates (PS) manifesta intenção de regulamentar o lóbi na vigência da legislatura (Correio da Manhã, 2009), no entanto, até à data Portugal continua sem qualquer avanço nesta matéria.

Só em 2014, o tema voltou à “ordem do dia”, com a realização do debate “Conversas com Lobistas”, promovido pela Associação Portuguesa de Empresas de Comunicação (APCE) (Lopes, 2014).

Em 2015, o então secretário de Estado-adjunto do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional Pedro Lomba (PSD) afirmou ao “Diário Económico” que o Governo está preparar uma proposta para regulamentar o lóbi e que “o Executivo já começou a preparar as bases” (Bastos I. D., 2015a). Pretende-se criar um registo de transparência que acredita os lobistas, em que é declarado o interesse que representam

acompanhado de um conjunto de regras de conduta da atividade (Bastos I. D., 2015a). O objetivo era “criar um quadro legal” à semelhança do que existe nos EUA e com regras de transparência como as que existem no Parlamento Europeu (Pereira, 2015). No final da legislatura, e quando tudo indicava que a proposta de regulamentação da atividade lobista seria votada, a discussão foi suspensa em Conselho de Ministros. Conforme noticiou o “Observador”, em 2015, o Executivo considerou “insuficiente” a regulamentação do lóbi apenas por decreto-lei, na medida em que deixaria de fora os deputados – o Estatuto dos Deputados só pode ser alterado através de lei da Assembleia da República e era impossível introduzir mais temas na agenda da última sessão plenária (Pereira, Governo desiste de regulamentar lobbying, 2015).

O ex-ministro Miguel Relvas em entrevista ao “Expresso” afirmou que “legalizar o lóbi e deixar os deputados de fora não é possível. Para fazer assim, é melhor não fazer nada”, ou seja, a legalizar o lóbi seria para todos os que praticam essa atividade, incluindo os deputados (Pereira, 2015). Já em 2016, e antecipando-se ao atual Governo (PS) em funções, cujo programa eleitoral inclui a promessa de legalizar o lóbi (Socialista, 2015: 26), os deputados do CDS-PP apresentaram o Projeto De Lei nº 225/XIII-1ª de 2016. Este, prevê a criação de um Registo de Transparência e de um Código de Conduta para os lobistas, tal qual sucede junto do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia (Assembleia da República, 2016) (Projeto lei 225/XIII-1.ª, 2016 - Anexo 1).

Assunção Cristas, atual líder do CDS-PP, defende que a regulamentação da atividade do lóbi

é uma das formas de reforçar a transparência nas relações entre os entes públicos, de um lado, e os particulares e as instituições da sociedade civil, por outro, e uma forma de trazer ao conhecimento das entidades públicas os interesses públicos e privados que compõem o feixe de ponderações associadas a cada procedimento decisório (Projeto de Lei 225/XIII-1.ª, 2016)⁹ (Assembleia da República, 2016)

Este Projeto de Lei que pretende regulamentar a atividade de representação de interesse, designada por “*lobbying*”, parece ser bastante equilibrado e representaria um importante avanço para o nosso país, no que respeita à regulamentação e legalização de uma prática, até agora considerada obscura, o que contribuiria para o aumento da transparência. A influência por parte de diversas entidades, organizações e particulares,

⁹ Pode ser consultado o Projeto de Lei 225/XIII-1.ª, 2016 no Anexo 1.

tais como cidadãos e empresas, junto do poder legislativo e executivo é uma realidade em Portugal, cujo debate importa trazer para a esfera pública.

No que respeita ao setor privado, a contratação de lobistas para defender os seus interesses mantém-se, em geral, ausente da cultura empresarial (Duarte, 2003, p. 86).

A exceção à regra, são as grandes empresas como a “TAP” e a “EDP” que, reconhecendo a importância de defender os seus interesses fora de Portugal, têm recorrido à contratação destes serviços em Washington, para fazer lóbi junto da administração norte-americana. Igualmente, sub-representadas estão as empresas portuguesas em Bruxelas (Coroado, 2014, p. 14). De acordo com Joaquim Martins Lampreia, em Portugal o poder do lóbi é uma questão controversa e problemática, com uns a favor (grupos económicos) e outros contra (ONGs ambientais), os quais têm alguma relutância no entendimento da indústria do lóbi e “reclamam do poder crescente do lóbi da Indústria” (Lampreia, 2005, p. 111).

O lobista português reconhece que o lóbi continua a ser em Portugal um assunto tabu, que incomoda tanto governantes como governados, apesar de em Bruxelas os lóbis serem considerados uma extensão da própria sociedade civil, “permitindo a esta defender os seus interesses, de forma profissionalizada, perante as instituições europeias” (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 11).

O lóbi enquanto transmissor de mensagens ao poder político pode ser considerado “um instrumento de persuasão consciente dos agentes políticos, no sentido em que a intenção de influenciar é a verdadeira essência do fenómeno político” (Martins, 2010, p. 27), daí a atualidade da questão em torno da ida de Durão Barroso para a Goldman Sachs (Rapazote, 2016).

Esta atividade permanece mal conotada no nosso país, olhada com desdém e confundida com a troca de favores, tráfico de influências ou mesmo atos de corrupção. Tradicionalmente, o lóbi não faz parte “dos nossos hábitos de relacionamento da sociedade civil com os poderes instituídos” (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 154).

Após 42 anos de democracia, Portugal continua a ter uma postura defensiva no que respeita a esta prática. O problema, defende o lobista, é que essa postura acaba por nos sair cara. Ou seja, Portugal acaba por perder representatividade, sobretudo no principal centro de decisão da Europa, por falta de competitividade. Isto mesmo é confirmado pelo estudo europeu intitulado a “Participação na Tomada de Decisões da UE: Portugal numa Perspetiva Comparativa”, da autoria de Richard Rose e Alexander Trechsel (2014), segundo o qual, Portugal não exerce pressão suficiente, não só sobre os

comités consultivos, nem tão pouco sobre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia ou o Conselho (Trechsel e Rose, 2014, pp. 191-193).

Ao invés, de seguir uma estratégia institucionalizada articulada com outros canais institucionais, o *lobbying* português é fraco e coordenado informalmente, o que resulta num “impacto significativamente negativo na estratégia portuguesa em Bruxelas” (Albuquerque, 2014).

Para Joaquim Martins Lampreia (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 155), Portugal continua a defender os seus interesses de uma forma “muito amadora” e “à antiga portuguesa”, ao dar preferência à rede de relações pessoais, como contactar um eurodeputado amigo, para levar as suas preocupações às instituições europeias. A estratégia, porém, não passa da boa intenção, ficando a mensagem comprometida logo à partida. Defender os interesses nacionais através de lobistas profissionais “é um aspeto que a maioria dos Estados-membros já compreendeu, incluindo os recém-chegados países do Leste, (...) enquanto Portugal teima em continuar a tentá-lo através de métodos obsoletos” (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 155).

A possibilidade de fazer pressão junto dos decisores políticos é, para os autores, um apanágio da democracia e, por isso, consideram que é mais do que tempo, de em Portugal se “democratizar a influência” (Lampreia e Guéguen, 2008, p. 12).

Na opinião do lobista português, enquanto o nosso país não reconhecer e regulamentar o lóbi como atividade profissional, continuaremos também nesta matéria, na cauda da Europa.

O país já esteve, porventura, mais longe de proceder à legalização do lóbi, mas este passo não se afigura fácil de dar. É preciso muita coragem política. É preciso ir contra os “poderes instituídos”. Ou seja, enquanto uma boa parte dos deputados na Assembleia da República não estiver em regime de exclusividade de funções é muito difícil que este assunto seja alvo de debate, porque na prática já existem “deputados-lobistas” no hemiciclo.

Talvez por recomendação da União Europeia, e uma eventual mudança na opinião pública, os nossos políticos se sintam pressionados a enveredar por este processo.

1.5. Qual a relação entre lóbi e a corrupção?

Num relatório do Banco Mundial sustenta-se que a corrupção é “o maior obstáculo ao desenvolvimento económico e social” (Morgado e Vegar, 2003, p. 57).

O Banco Mundial defende que a

corrupção desenvolve-se num ambiente onde o poder de membros individuais da sociedade, medido em termos de acesso aos poderosos e em poder financeiro, suplanta o respeito pelas Leis (...) uma alta desigualdade reduz o crescimento económico, que por sua vez impede a redução da pobreza (...) afecta o modo como o dinheiro público é aplicado, divergindo o investimento de sectores menos lucrativos, como a educação, para outros de altos lucros, como a construção (Morgado e Vegar, 2003, p. 57).

Pode resumir-se, assim, e de acordo com esta análise, que a corrupção é um grave problema, não só democrático, mas também económico contribuindo de uma forma negativa para o desenvolvimento dos países. Uma posição que é corroborada por Morgado quando afirma que:

ao reproduzir-se impunemente, a corrupção vai contaminando toda a estrutura pública, criando uma subversão desreguladora, porque a complexa teia de interesses e cumplicidades criada vicia o desenvolvimento do país e do próprio mercado (Morgado, 2003: 58).

A *Transparency Internacional* (TI), uma organização privada existente desde 1993, presente em mais de 100 países, dedica-se ao combate à corrupção e tem como missão “combater a corrupção e promover a transparência, a prestação de contas e integridade em todos os níveis e em todos os setores de atividade”. Os seus principais valores são: “a transparência, prestação e contas, integridade, solidariedade, coragem justiça e democracia”¹⁰.

De acordo com um estudo de 2015 da TI elaborado em 168 países, conclui-se que os países com menor índice de corrupção são a Dinamarca, Finlândia e Suécia. Portugal encontra-se em 28º lugar, ao lado de países como o Botswana, o Butão e Polónia (cf. Quadro 1).

Quadro 1. Dados do Corruption Perceptions Index de 2015

CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX 2015

Rank	Country/territory	2015 Score	2014 Score	2013 Score	2012 Score
28	Portugal	63	63	62	63

¹⁰(Consultar:http://www.transparency.org/whoweare/organisation/mission_vision_and_values/0/, consultado a 3 março 2016.)

<http://www.transparency.org/cpi2015#results-table>, consultado dia 03 de março 2016.

Para o presidente da TI, José Ugaz “a corrupção pode-se combater se trabalharmos em conjunto. Para acabar com o abuso de poder, corrupção e iluminar os negócios secretos, os cidadãos têm de dizer aos governos, já chega” (Transparency International, 2015).

Quando se prevê que 80% das legislação dos países membros da União Europeia tem origem no direito comunitário (Nonon e Clamen, 1999, p. 16), é de extrema importância que a legislação emanada da União Europeia vá ao encontro dos interesses nacionais. “A corrupção é uma das armas mais frequentemente utilizadas, umas vezes sem disfarce, outras vezes revestindo aparente legalidade” (Moreira, 1979, p. 155), principalmente em países em vias de desenvolvimento, onde é justificada como “um meio de criar uma classe média” (Moreira, 1979).

Segundo o estudo “Lóbi a Descoberto: O Mercado de Influências em Portugal” (2014), realizado pela TIAC¹¹ – Transparência e Integridade Associação Cívica em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e apresentado em Novembro de 2014, o reconhecimento do lóbi constitui um importante contributo para reduzir a corrupção (Coroado, 2014). Para a Transparency International e a TIAC a “criação de regras e limites para a prática do lóbi e a transparência desta atividade são ferramentas essenciais de combate à corrupção e da responsabilização dos agentes públicos e privados” (TIAC, 2015b).

No estudo acima referenciado, a TIAC produziu 8 importantes recomendações ao Parlamento português para a regulamentação da indústria do lóbi em Portugal:

- O Parlamento deveria regular a indústria do lóbi em Portugal, reconhecendo a existência de sociedades de lóbi e incluindo na categoria de lobistas outras profissões e empresas, como agências de comunicação, profissionais de *corporate affairs*, associações empresariais, organizações da sociedade civil e advogados” com a “adopção de códigos de conduta;
- Os lobistas deveriam instituir os seus códigos de conduta e mecanismos de auto-regulação”;
- ... tornar públicas as agendas de todos os decisores políticos e públicos, os gabinetes ministeriais e quadros dirigentes da Administração Pública...;
- ...impor exclusividade aos deputados em funções (...) e aumentar os periodos de quarentena pós-funções...;
- Reforçar competências e recursos da Comissão Parlamentar de Ética;
- O Governo e a generalidade da administração pública deveria recorrer a concurso público para a contratação de consultoras jurídicas e financeiras...;
- O Governo e o Parlamento deveriam criar um mecanismo de “pegada legislativa” que permita o acompanhamento do processo legislativo, bem como as contribuições das partes interessadas;
- Decisores públicos devem ser mais inclusivos (...) alargando a participação no processo à sociedade civil (Coroado, 2014, p. 8) e (TIAC, 2015b).

¹¹ TIAC -Organização não governamental que tem como missão combater a corrupção, representante em Portugal da rede global anti-corrupção Transparency International.

O custo da ausência de regulamentação do lóbi em Portugal, não raras vezes significa que “a pressão faz-se, mas na sombra, (...) sem regras definidas, sem caras assumidas e sem códigos de conduta” (Bastos I. D., 2015).

Segundo o estudo da TIAC, os lóbis mais fortes em Portugal são o da banca, o da energia e o da construção civil (Coroado, 2014, p. 8). De facto, o grupo financeiro é considerado o mais influente em Portugal e isso reflete-se, por exemplo, na escolha dos governantes: “dos últimos 19 ministros das Finanças, 14 trabalharam em bancos ou instituições financeiras” (Coroado, 2014, pp. 8,28).

Referindo ainda, este mesmo estudo, a saída à *posteriori* de governantes para o privado também revela a predominância das entidades bancárias: 54% dos governantes já tiveram cargos na Banca (Coroado, 2014, pp. 8,28).

Embora, em Portugal a atividade não esteja regulamentada, em várias ocasiões o próprio Estado já recorreu à contratação destes serviços para defender os interesses do país. A mais mediática, porventura, foi a contratação de um lobista para fazer pressão junto dos EUA a favor da autodeterminação de Timor-Leste. Também em 2011, aquando do *bailout* a Portugal, o Governo português contratou empresas de consultadoria estrangeiras, para melhorar a imagem internacional de Portugal nos mercados financeiros internacionais, antes e depois de recorrer à ajuda financeira internacional (Antunes, 2010; Pereira, 2011). Esta contratação do *Brunswick Group* por ajuste direto custou 63 mil euros por 3 meses de trabalho. Já em 2010, o governo de José Sócrates também tinha contratado a *Kreab Gavin Anderson* (kGA) por 330 mil euros igualmente por um período de 3 meses (Antunes, 2010) e (Pereira, 2011). Ao comportar-se desta forma, o Estado português manifesta uma posição ambivalente em relação à prática do lóbi, uma vez que não reconhece a sua existência legal em Portugal, pese embora em alguns momentos-chave da sua história recorra a esta atividade para defender os seus interesses/imagem a nível internacional.

A manutenção deste *status-quo* é contraproducente para uma efetiva participação da sociedade civil na vida pública e contribui, de certo modo, para o descrédito da classe política.

1.6. Vantagens da regulamentação do lóbi

Em Portugal, a participação na vida pública e política está consagrada como um direito constitucional. Segundo o artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa (2009): “Todos os cidadãos têm o direito a tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos”.

Para Vasco Freitas da Costa, advogado e mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Columbia (Nova Iorque), o lóbi é a atividade

pela qual interesses externos aos órgãos de decisão política ou administrativa procuram influenciar, através de contactos realizados com os titulares desses órgãos ou com os seus assessores, o conteúdo das opções políticas a adotar em cada momento, ou das escolhas discricionárias a realizar no plano da implementação administrativa das leis. Recorrendo a um termo anglo-saxónico, aqueles agentes externos visam assim influenciar o *policymaking* levado a cabo pelos decisores públicos (Costa, 2015).

Amplamente difundido nos principais países democráticos, como EUA, Canadá, França, Alemanha e Grã-Bretanha, o lóbi quando regulamentado permite um maior controlo sobre os grupos de pressão, ao tornar público o registo dos indivíduos ou entidades que se dedicam a essa atividade. Assim, como os grupos de interesses que representam e, eventualmente, as suas fontes de financiamento. Pode afirmar-se que “a germinação de um mercado de empresas de serviços de *lobbying* poderia contribuir para organizar e potenciar tais elos de ligação intermédios entre cidadãos de base e as autoridades”¹².

Quais são as vantagens de regular o lóbi em Portugal?

Segundo o jurista português Vasco Freitas da Costa, elas são as seguintes:

a obrigação de registo público torna a atividade de *lobbying* transparente, quer aos olhos do regulador, quer potencialmente aos olhos de qualquer cidadão. Deste modo se ajudaria a prevenir a ocorrência de versões malignas do *lobbying*, em que este é utilizado, não para a resolução benigna de problemas concretos na sociedade, mas sim para práticas de corrupção¹³.

De acordo com o autor acima referenciado, a regulamentação da atividade tornaria mais claro todo o processo decisório, não só para o cidadão comum, como para o legislador, contribuindo para a prevenção de influências indevidas ou ilegais, nomeadamente a corrupção.

Conforme o Artigo 11.º do Tratado da União Europeia, as instituições devem estabelecer “um diálogo, aberto, transparente e regular com as associações representativas e com a sociedade civil” (União Europeia, 2010, p. 21). A própria

¹² *Idem*

¹³ *Idem*

Comissão Europeia prevê o lóbi como o conjunto “de actividades realizadas com o objectivo de influenciar a formulação das políticas e os processos de tomada de decisões das instituições” (Comissão Comunidades Europeias, 2006, p. 5), definição apresentada em 2006 no Livro Verde da Iniciativa Europeia em Matéria de Transparência.

Para garantir maior transparência e tornar mais abertos os processos decisórios das instituições europeias, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu lançaram em 2011 o Registo de Transparência. Esta iniciativa conjunta substituiu o anterior registo – de cariz voluntário –, instituído pela Comissão Europeia, em 2008, para acompanhar a atividade dos diversos grupos de interesses nas instâncias europeias.

O Registo de Transparência foi “criado para dar resposta a questões básicas, tais como quais os interesses que estão a ser promovidos, por quem e com que fundos” (Comissão Europeia, 2015), procurando, desta forma, “assegurar uma representação equilibrada e evitar pressões indevidas e o acesso ilegítimo ou privilegiado a informações ou a responsáveis políticos” (Comissão Europeia, 2015). O Registo de Transparência fornece as informações sobre quem faz lóbi junto do Parlamento Europeu e da Comissão, em nome de quem o faz e quais os meios que utiliza (Comissão Europeia, 2016).

De acordo com as estatísticas, aquando o seu primeiro aniversário, a 23 de junho de 2012, este registo contava com mais de 5 150 organizações inscritas. A 23 de junho de 2016, ou seja, cinco anos depois, o número de entidades que estavam vinculadas a um código de conduta comum ascendia a 9 442, das quais apenas 124 eram portuguesas (Comissão Europeia, 2015) e (Comissão Europeia, 2016).

O controlo efetivo da prática do lóbi nas instâncias europeias parece, pois, um passo importante para o alcance de uma maior ética e transparência no processo de tomada de decisões e, conseqüentemente, para a qualidade da democracia na UE.

1.7. O lóbi enquanto instrumento de reforço da democracia

Começamos por uma definição de democracia de Dominique Chagnollaud (2010, p. 74) segundo a qual esta é caracterizada “por um conjunto comum de regras, mecanismos e convenções: eleições periódicas e livres para designar os representantes dos poderes, o pluralismo político e sindical, a garantia das liberdades individuais e coletivas¹⁴”.

Mas considerando o conceito de democracia liberal representativa segundo Robert Dahl (1998) em que esta deve conter pelo menos seis garantias institucionais:

“1. Representantes eleitos. 2. Eleições livres, justas e frequentes. 3. Liberdade de expressão. 4. Fontes alternativas de informação. 5. Liberdade de associação. 6. Cidadania inclusiva” (Dahl, 1998, p. 85).

Atendendo a esta definição, das muitas outras possíveis e complexas (polissémicas) de democracia, o lóbi pode ser um instrumento ao serviço da democracia, contribuindo para uma sociedade mais justa e mais democrática em Portugal. A Comissão Europeia reforça esta ideia quando defende que “a atividade de lóbi faz parte integrante de uma democracia saudável. Permite que os diferentes grupos de interesse deem a conhecer as suas posições sobre decisões que lhes dizem respeito” (Comissão Europeia, 2016). Donde se conclui, que estes podem contribuir para a melhoria da qualidade das decisões e para o reforço da democracia através da participação cívica dos cidadãos. Neste sentido, considera-se que

as teses dos grupos de interesse situam-se na democracia política, na defesa da dignidade da pessoa humana, e no liberalismo, de justiça social, têm uma vocação universalista, embora intervenham a nível nacional, e pretendem ser parte integrante de um todo de que fazem parte, e que querem influenciar (Carvalho, 2000, p. 125).

Atualmente, o aumento da participação dos cidadãos na vida política, denominada por “democracia participativa”, tem-se multiplicado e existem “milhares de iniciativas de orçamentos participativos no mundo inteiro (Leston-Bandeira e Tibúrcio, 2015, p. 89) o que fomenta a aproximação do cidadão ao poder político. Este conceito de aproximação dos cidadãos ao governo, através da chamada democracia participativa pode contribuir para mitigar o problema do “*deficit* de legitimidade”, na medida, em que os cidadãos individualmente considerados ou organizados sob diferentes tipos de grupos ganham maior poder no processo de decisão política. O Parlamento Europeu tem de

¹⁴ Tradução livre da autora. No original: “La démocratie se caractérise par un fonds commun de règles, de mécanismes et de conventions: des élections compétitives périodiques et libres pour désigner des représentants sur la séparation des pouvoirs, le pluralisme politique et syndical, la garantie des libertés individuelles et collectives” (Chagnollaud, 2010, p. 74).

reforçar, não só a transparência, como também a prestação de contas em relação às decisões coletivas e à conceção de leis em áreas críticas (Burns, Jaeger, Liberatore, Meny e Nanz, 2000, p. 5).

Numa entrevista dada ao jornal “O Público”, Joaquim Martins Lampreia (2007) defende que em democracia “é legítimo pressionar os poderes públicos, de forma transparente e ética” (Branco, 2007).

A crise de credibilidade das instituições no nosso país poderia ser mitigada, quiçá até ultrapassada, com um incremento da transparência, ética e integridade na tomada de decisões das políticas públicas, promovendo uma cidadania mais forte, participativa e informada. A Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC) considera que a regulamentação do lóbi, com a criação de regras e limites à sua prática, é uma forma de promover uma mudança positiva e um meio de fomentar a igualdade de acesso de todos os grupos de interesse ao processo decisório (Coroado, 2014, pp. 41,45), ou seja, pode manifestamente contribuir para a qualidade da democracia.

Entende-se aqui, que a qualidade da democracia integra três componentes essenciais e indissociáveis: liberdade, igualdade e controlo (Ferreira, 2014, p. 227 *apud* Magalhães, 2009, p. 9; Buhlmann et al., 2008, p. 8). Quanto à liberdade refere-se ao facto de os cidadãos poderem exercer livremente um conjunto de direitos fundamentais sem a interferência abusiva do Estado (Ferreira, 2014, p. 227). No que se refere à igualdade, entende-se que todos os cidadãos têm oportunidades iguais, inclusive no campo político. Por fim, e em relação ao controlo, este refere-se ao controlo que os cidadão exercem sobre os políticos, sobre o Estado e que por sua vez, estão sujeitos a controlo ¹⁵. Em 2011, foi elaborado um estudo através de inquérito a uma amostra de eleitores em Portugal, associado ao Barómetro da Qualidade da Democracia, em que a qualidade da democracia foi mensurável em nove dimensões: 1. direitos e liberdades civis; 2. Estado de direito; 3. participação; 4. representação; 5. responsabilidade horizontal; 6. responsabilidade vertical; 7. responsividade; 8. igualdade e 9. autonomia do poder político/governança (Magalhães, Sousa e Gorbunova, 2011, p. 22). Este estudo acima indicado demonstrou que os partidos políticos, não são só as instituições em que os cidadãos menos confiam, como também são os que mais contribuem para a limitação da participação e expressão dos cidadãos.

¹⁵ *Idem*

1.8. O papel do lóbi no aumento da transparência em democracia

A transparência é um valor cada vez mais importante nas democracias modernas, com os cidadãos a exigirem, com toda a legitimidade, mais informação sobre os interesses que estão por trás das decisões políticas, legislativas e administrativas. Que implicações tem para a qualidade da democracia a inexistência de regulamentação das práticas de lóbi?

No estudo efetuado por Coroado (2014, p. 6), no Preâmbulo do mesmo, Luís de Sousa considera que a ausência de regulação do lóbi acarreta pesadas consequências ao contribuir para “este clima geral de descrédito da democracia e de capitulação percecionada dos órgãos de soberania perante o poder económico” (Sousa, in Coroado, 2014, p. 6). Segundo o estudo “Lóbi a Descoberto – O Mercado de Influências em Portugal”, da autoria de Susana Coroado, a prática lobista é uma realidade no nosso país, sendo, grosso modo, praticada por sociedade de advogados e agências de comunicação junto do decisor político, sem qualquer controlo por parte da opinião pública (Coroado, 2014, p. 8). E a falta de transparência, torna a condução da política permeável a práticas menos lícitas, como o tráfico de influências, o clientelismo, o favoritismo ou até mesmo a corrupção, práticas bastante nefastas para os valores democráticos.

De acordo com o estudo, efectuado em 2014 sobre a “Qualidade da Democracia em Portugal”, solicitado pelo Barómetro da Qualidade da Democracia em que foram inquiridos 1 254 portugueses com mais de 15 anos, as principais conclusões nesta matéria são as seguintes: “73% dos portugueses considera que a democracia é preferível a qualquer outro regime” (Lobo, 2014, p. 5). No entanto, a desconfiança nos políticos é enorme, sendo que “61% dos portugueses tende a concordar que seria preferível que as decisões mais importantes fossem tomadas por técnicos e não por políticos” (Lobo, 2014, p. 6). Contudo, os portugueses na sua globalidade entendem que a democracia em Portugal tem qualidade, uma vez que “para todas as dimensões da Democracia [satisfação das necessidades básicas de todos; igualdade perante a lei; poucas desigualdades entre ricos e pobres; liberdade para criticar o governo; eleições livres e regulares e a participação plena de todos na vida social e política do País] há um consenso superior a 90% de toda a população” (Lobo, 2014, p. 7). O que não deixa de ser contraditório, já que “73% dos portugueses declara-se pouco ou nada satisfeito com a forma como funciona a democracia portuguesa” (Lobo, 2014, p. 8), com destaque para

os mais idosos e a população com menor escolaridade, o que é justificado pelos efeitos da crise económica nestes grupos sociais mais vulneráveis.

Também no estudo da TIAC acima referido, a falta de confiança nos políticos, a ineficácia governativa, a corrupção e as diferenças sociais foram os principais motivos apontados para a decepcionante perceção da qualidade da democracia (Coroado, 2014, p. 12). O “puxar de cordelinhos” ou a famosa “cunha” é uma prática generalizada na sociedade portuguesa, sendo, muitas vezes, “difícil distinguir entre meras relações pessoais e a prática de lóbi” (Coroado, 2014, p. 19). A inexistência de regulação desta matéria dá azo à perceção de que “as ligações empresariais dos deputados fazem-se sentir em múltiplos sectores, e principalmente naqueles em que a promiscuidade com o Estado é mais rentável, das obras públicas ao ambiente, das finanças à saúde” (Moraes, 2011, p. 40), pelo que poderá afirmar-se que o lóbi é feito dentro do Parlamento pelos próprios deputados.

Sem exclusividade de funções, os deputados podem manter, em paralelo, a sua atividade profissional privada. De acordo com o “Estatuto dos Deputados” (Anexo 2), Artigo 19º, “estes não podem ser prejudicados (...) no seu emprego permanente por virtude do desempenho do mandato” (Assembleia da República, 2009, p. 8).

Mas com um regime de prevenção de conflitos de interesses “demasiado permissivo” (Cerejo, 2012), o risco de conflito de interesses é grande e controverso (Campos, 2016).

Em 2014, num debate organizado pela Associação Portuguesa de Empresas de Comunicação (APCE), intitulado “Conversas com Lobistas”, o deputado e presidente da comissão parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, José Mendes Bota, reconheceu que “há membros da política que são decisores e ao mesmo tempo são concorrentes dos lobistas profissionais”, defendendo, por isso, que os deputados exerçam a sua função em regime de exclusividade. Há que evitar que se confunda “o decisor político com o lobista e o facilitador”, o que leva a que “se suscitem suspeições de que estejam lá [na AR] para servir outros interesses”, argumentou José Mendes Bota em entrevista dada ao jornal o “Público” em 13 de outubro de 2014 (Lopes, 2014).

Geradora de desconfiança é também a contratação de ministros por empresas privadas, após cessarem funções governativas ou ainda a oferta de presentes a membros do Governo. É o caso recente do ex Vice-Primeiro-ministro Paulo Portas, que foi contratado pela construtora “Mota Engil” conforme notícia do dia 24 de junho de 2016 publicada no “Diário de Notícias” (Diário Notícias, 2016) e o caso da antiga ministra

das Finanças Maria Luís de Albuquerque contratada pela “Arrow Global Company” (Cavaleiro, 2016). A comunicação social, em 20 de novembro de 2015, também noticiou que o antigo primeiro-ministro José Sócrates usufruiu, alegadamente, de férias pagas por um amigo (Coelho, 2015). Estes são alguns exemplos de casos noticiados com ex-governantes, mas dos quais não se conhece a conclusão ou veracidade dos factos.

No estudo “Pegada Legislativa – Um Guia para Leis Transparentes” (2014), a *Transparency International* adverte que a “influência indevida pode fazer com que políticas e legislação fiquem à mercê de interesses privados em vez do interesse público. Este é um risco particularmente relevante quando estão em causa grandes empresas com muitos recursos” (Berg, 2015, p. 5).

Escrutinada pelos meios de comunicação sociais, a queda do “império” do banqueiro Ricardo Salgado é um exemplo paradigmático do envolvimento pernicioso do poder financeiro na esfera pública, com graves consequências na opinião pública. As investigações em curso apontam para suspeitas de tráfico de influências, entre outras ilicitudes, no relacionamento com o poder político (TSF, 2012) (Negócios, 2012).

A Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do “BES” e do “GES” confirmou a existência de ocultação de passivos dentro do grupo e a tentativa de provisão através da emissão de títulos de dívida, à revelia das melhores práticas comerciais. Esta investigação concluiu ainda, que a gravidade do colapso deste grupo económico se deveu à estrutura complexa, com teias e cascatas de relações empresariais extensíveis a diversos países e, portanto, sujeitas a diferentes entidades de supervisão e modos de concretização das funções de auditoria. Para evitar situações semelhantes, a Comissão de Inquérito recomenda um conjunto de medidas de melhoria do sistema financeiro, que visam a criação de uma cultura de exigência; remoção de conflitos de interesses; acesso, clareza, transparência e partilha de informação e reforço da articulação e coordenação das entidades fiscalizadoras (Saraiva, 2015, pp. 252,398).

Após a reprodução até à exaustão de expressões como: “O BES é o banco de todos os regimes” ou “O BES é o regime” (Guerreiro, 2013), é crescente a necessidade de apostar na transparência, na integridade e na igualdade de acesso aos decisores políticos, na medida em que “a falta de demarcação entre o poder financeiro e os políticos faz com que o interesse privado muitas vezes prevaleça sobre o interesse público” (Arrontes, 2013).

Definir as formas de acesso e os termos em que o poder político ouve os grupos de interesse “representaria um importante avanço na clarificação das práticas de lóbi e daria início a um processo de reconstrução da confiança dos cidadãos na política do país” (Coroado, 2014, p. 9). A regulação do lóbi pode ser, por isso, considerada mais um importante mecanismo ao dispor das democracias para minimizar os riscos de influência indevida dos decisores políticos e aumentar a integridade do processo legislativo perante os cidadãos.

O director executivo da TIAC João Paulo Batalha entende que:

A falta de regras claras para a regulação do lóbi cria um problema sério de desigualdade de acesso e situações de favorecimento na conclusão das políticas públicas. Enquanto não regularmos esta atividade a nível europeu, não estaremos em condições de garantir aos cidadãos que as decisões dos responsáveis públicos são tomadas em função do interesse público, e não de interesses privados de grupos de pressão poderosos e bem organizados (TIAC, 2015a).

Para tornar mais transparente e aberto ao escrutínio público os processos de decisão políticos, a TI defende inclusivamente a instituição de uma “pegada legislativa” – “que registe de forma pública todos os contributos externos dados ao processo legislativo, bem como os contactos mantidos entre lobistas e responsáveis públicos” (TIAC, 2015a).

O director executivo da TIAC defende que:

para assegurarmos que as decisões públicas estão livres de influências indevidas, é necessário uma regulação específica para a atividade de lóbi, que assegure transparência, integridade e igualdade de acesso. Mais do que isso, precisamos de ter uma pegada legislativa que permita ao cidadão comum saber quem foi ouvido no processo legislativo e que contributos foram recolhidos junto de grupos de interesses. Por outro lado, as regras sobre conflitos de interesses e portas giratórias tem de ser apertadas e implementadas de forma eficaz, o que hoje não acontece. Não podemos permitir que os políticos possam proteger os interesses de alguns poucos, à custa dos sacrifícios de quase todos (TIAC, 2014).

“A pegada legislativa” pode melhorar os resultados das políticas públicas e eventualmente reduzir os riscos de corrupção. Clarificar o processo de tomada de decisão e identificar quem são os responsáveis políticos, ao mesmo tempo, garantir o acesso um maior número e mais representativo de partes interessadas e ainda reduzir o risco de corrupção (Berg, 2015).

CAPÍTULO 2 - Enquadramento metodológico

2. Delimitação do objeto de estudo

2.1. O Objeto empírico

O objeto empírico enquadra-se no âmbito da Ciência Política, uma vez que o tema do lóbi está intimamente ligado às decisões políticas e move-se principalmente no palco político, apesar de ser uma temática transversal a várias áreas de estudo, nomeadamente direito, comunicação e marketing (Carvalho, 2000, pp. 16-29).

Analisar esta temática à luz da Ciência Política é difícil em virtude de um conceito pré-existente (“preconceito”), ou seja, uma ideia pré-concebida e errónea do entendimento de lóbi e de este ser “...tão maltratado e polemizado emocionalmente na opinião pública portuguesa...” (Carvalho, 2000, p. 16). Assim, começamos por apresentar o conceito de lóbi, segundo vários autores, bem como os modelos de lóbi praticado nos Estados Unidos da América e na União Europeia, não só do ponto de vista da sua regulamentação, mas também da sua execução.

No início do projeto de investigação foi equacionada a possibilidade de utilização do método quantitativo, mas dada a especificidade do tema, a investigação qualitativa considerou-se mais adequada, sobretudo devido à limitação de páginas da dissertação e também à possibilidade de recorrer a outras formas de recolha de dados tais como a observação (Lessar-Hébert, Goyette e Boutin, 2010, p. 146).

Trata-se de um estudo qualitativo, com recurso à análise documental e à observação direta não participante, que será feita presencialmente na Assembleia da República numa conferência sobre o projeto de lei do CDS-PP sobre o *lobbying*. Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas presenciais, com base num guião (Apêndice A) pré-definido de perguntas abertas, mas com alguma flexibilidade para dar uma certa liberdade de resposta aos entrevistados, privilegiando a sua perspetiva de acordo com a metodologia fenomenológica adotada. Sendo, que a recolha da evidência empírica servirá de base à refutação ou confirmação das hipóteses, o que não é linear de acordo com Adriano Moreira “formular hipóteses verificáveis, de fixar tendências, e de enunciar leis, corresponde a duas funções principais da ciência política: explicar os fenómenos e prognosticar sequências” (Moreira, 1979, p. 121).

Assim, apesar das dificuldades apontadas por Adriano Moreira, é relevante apresentar um conjunto de hipóteses de acordo com o objetivo de investigação deste estudo, cujo trabalho no terreno decorrerá entre o mês de julho a setembro de 2016.

Após a análise qualitativa da informação recolhida, importa compreender, se a regulamentação da atividade do lóbi em Portugal pode contribuir para a melhoria da qualidade da democracia, ao tornar o processo de influência sobre os decisores públicos mais aberto, transparente e responsável. Ou seja, saber se, ao aplicar os códigos de conduta dos lobistas e as boas práticas existentes em Bruxelas à legislação nacional, o processo legislativo a nível nacional tornar-se-ia mais democrático e transparente, através do registo dos intervenientes, o que pretendem e os seus respetivos honorários.

Recorrer-se-á, para este efeito, a um conjunto de entrevistas individuais semidiretivas e presenciais aos vários intervenientes com experiência em matéria de lóbi, tais como: lobistas europeus acreditados em Bruxelas, deputados e ex-deputados, consultores de comunicação (Public Affairs), advogados, dirigentes sindicais e patronais com experiência na representação de interesses. Através destas entrevistas pretende-se apurar se a regulamentação do lóbi pode contribuir (ou não) para a qualidade da democracia em Portugal.

A pergunta de partida que serve de guia a esta pesquisa, pode ser formulada nos seguintes termos: *Tendo em conta a experiência e a prática do modelo de lóbi na União Europeia, constituiria a sua transposição para a realidade nacional um contributo positivo para a qualidade da democracia em Portugal?*

À pergunta de partida principal acrescem ainda algumas perguntas secundárias, nomeadamente:

- O que foi feito até à data para a legalização do lóbi em Portugal?
- O quadro institucional em Portugal (*institutional framework*) é ou não favorável a uma "transposição" ou adaptação do modelo europeu do lóbi para o plano nacional? e
- Quais as vantagens da regulamentação do lóbi para a qualidade da democracia em Portugal?

2.2. Modelo analítico

Quanto à estrutura da investigação que procuramos desenvolver, esta desdobra-se em três momentos fundamentais, os quais passamos a descrever:

Num primeiro momento, far-se-á o estudo aprofundado, tanto normativo como empírico, dos modelos de lóbi praticados na União Europeia e nos Estados Unidos da América, equacionando à luz destes a ausência de regulamentação do lóbi e a sua necessidade em Portugal.

Num segundo momento, proceder-se-á a uma análise comparada entre as práticas do lóbi na União Europeia (lóbi legalizado) e as práticas em Portugal (lóbi não legalizado), tendo por objetivo saber se, e em que medida, a regulamentação do lóbi no nosso país poderia contribuir para reforçar a qualidade da democracia;

Por fim, e num terceiro momento, proceder-se-á à análise concreta da realidade portuguesa, procurando determinar qual a influência efetiva que tem a prática do lóbi, no processo de decisão política.

Os objetivos visados pela presente investigação são os seguintes:

- 1) Analisar o modelo de lóbi da União Europeia, com base na legislação existente, conjugada com uma abordagem de natureza empírica, ou seja, indicar um conjunto de dimensões de análise e de indicadores que revelem a “distância” existente entre o que as normas estipulam e o que a *praxis* revela;
- 2) Verificar se estão reunidas as condições formais necessárias para que se possa assistir à implementação da profissão de lobista em Portugal. Através da análise bibliográfica e da análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos lobistas profissionais portugueses acreditados em Bruxelas e aos vários intervenientes no processo de influência da legislação portuguesa, tais como deputados ou advogados;
- 3) Analisar quais são efetivamente as forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a legalização da atividade de lobista;
- 4) Verificar quais as profissões que exercem lóbi de forma informal.

2.3. Metodologia

O desenho de investigação adotado nesta tese será hipotético-dedutivo e a metodologia de natureza qualitativa. Hipotético-dedutivo, porque se trata de um desenho de investigação “fundado na elaboração conceptual e que desenvolve as seguintes fases sucessivas: hipótese, observação e experimentação, confirmação ou infirmação da hipótese” (Lara, 2005, p. 155). Qualitativo, porque para levar a cabo o estudo que nos propomos desenvolver serão utilizadas três técnicas de investigação.

Por um lado, uma análise documental com recurso a fontes primárias e secundárias, nomeadamente a bibliografia especializada sobre o tema a investigar, bem como aos sítios eletrónicos do Parlamento, da Comissão Europeia e do Registo de Transparência, entre outros, considerados pertinentes para o estudo. Será efetuada uma análise da imprensa que é um outro método utilizado para complementar a investigação. Apesar de não ter a mesma validade científica que a publicação de natureza científica, consideramos que as informações provenientes da imprensa, não são só mais atualizadas, como fornecem informações complementares que não constam em outro registo documental. Adriano Moreira (1979) defende que o documento indireto mais importante “é a imprensa, e ainda os anuários e boletins que se ocupam da matéria política” (Moreira, 1979, p. 126). O autor defende ainda, que se pode recorrer a diversas fontes documentais porque a maioria dos documentos são indiretos, isto é “todos os que não sendo emitidos por intervenientes no processo de decisão, testemunham a actividade do poder político de forma intencional ou acidental” (Moreira, 1979, p. 125).

Por outro lado, utilizar-se-á também a técnica de recolha de dados, em que será utilizada a “técnica de observação não participante” (externa) em que “se observa mas não [se] participa no estudo” (Coutinho, 2013, p. 331) da Conferência sobre “*Lobbying*” a ter lugar no dia 14 de setembro de 2016 às 14:30, na Sala do Senado da Assembleia da República, onde serão tomadas notas e recolha de áudio, bem como de textos escritos fornecidos pelos organizadores. Será elaborado um texto com a análise tendo em consideração o objetivo deste trabalho, que será explanado no Capítulo 3.

Por fim, e adotando o método fenomenológico, cuja principal característica consiste no “estudo dos fenómenos desde a perspetiva dos sujeitos individuais”, o objetivo é “conhecer e compreender um fenómeno pela análise de um conjunto de ‘experiências subjetivas vividas’ desse fenómeno” (Coutinho, 2013, p. 386). O método da fenomenologia está relacionado com a corrente filosófica defendida por autores

clássicos como Herman, Husserl e Gusdorf, sendo que este “constitui uma reacção antimaterialista em sociologia e antibehaviorista nas ciências do comportamento” (Lessar-Hébert, Goyette e Boutin, 2010), ou seja, pretende-se descobrir a lógica dos fenómenos subjetivos analisados na perspetiva do sujeito e da forma como este entende o fenómeno em si. Deste modo, o guião foi construído para dar resposta à pergunta de partida e para confirmar ou refutar as hipóteses formuladas.

Quanto à selecção dos entrevistados a participar no estudo, optou-se por uma amostragem criterial, em que “o investigador seleciona segmentos da população para o seu estudo segundo um critério pré-definido.” (Coutinho, 2013, p. 95), ou seja, neste caso, seleccionou-se uma amostra de sujeitos relacionados com o lóbi, no entanto “à medida que o investigador descobre novos dados para o estudo, novas comparações que importa fazer, vai escolhendo novos elementos para incorporar a amostra” (Coutinho, 2013, p. 96).

Pretende-se contruir uma amostragem criterial, atendendo não à quantidade, mas antes à qualidade dos entrevistados, seleccionados por serem atores privilegiados neste tema e porque “...o número não é de facto o factor mais importante numa amostra... (Coutinho, 2013, p. 99)”, sendo que a dimensão da amostra recomendado no estudo fenomenológico é de “6 participantes” (Coutinho, 2013, p. 99). Neste caso em concreto foram realizadas 16 entrevistas e procurou-se abarcar o máximo de sujeitos representantes de diversas áreas profissionais para fornecer perspetivas variadas e complementares.

Dar-se-á preferência aos principais intervenientes ou interlocutores de várias áreas de atividade, mas que estejam de alguma forma relacionados com a atividade de lóbi, ou seja, a lobistas portugueses acreditados, que operarem em Bruxelas e que em Portugal são mais conhecidos por *Public Affairs*, nomeadamente Joaquim Martins Lampreia e Henrique Burnay, uma vez que em Portugal não há lobistas profissionalmente reconhecidos.

Além dos lobistas acima referidos, serão também entrevistados deputados, sendo escolhidos preferencialmente os líderes dos grupos parlamentares da Assembleia da República e os deputados da Comissão que tem em mãos o debate do tema do lóbi, ou seja, a Comissão Eventual para a Reforço da Transparência no Exercício das Funções Públicas.

Na área do direito, entrevistar-se-ão os advogados que têm refletido e se têm pronunciado publicamente sobre o tema em estudo, como o Dr. José Miguel Júdice e o

Dr. Luís Marques Mendes, não só como advogado, mas também como ex-governante e comentador político do canal de televisão - SIC. Quanto aos grupos de pressão, entrevistar-se-á o representante de uma confederação sindical independente, ou seja, o atual coordenador da União dos Sindicatos Independentes (USI), Dr. Paulo Marcos; assim como o representante de uma organização empresarial mais representativa, nomeadamente o Dr. António Saraiva, Presidente da Confederação Industrial Portuguesa (CIP). Dar-se-á igualmente destaque a personalidades reconhecidas no estudo académico e científico deste tema, assim como, a alguns dirigentes políticos que têm defendido a necessidade de regulamentação do lóbi em Portugal.

Procurou-se garantir a representatividade de interlocutores dos vários quadrantes políticos, sendo que se registou um *deficit* de entrevistas aos partidos de esquerda nomeadamente, PS, PCP e PEV, não por discriminação, mas por falta de resposta aos emails enviados e contactos telefónicos com chefes de gabinete e secretárias, a solicitar as entrevistas. Devido ao período de férias da Assembleia da República, os restantes entrevistados também estavam em gozo de férias, o que dificultou muito mais a recolha empírica dos dados. Assim, devido a este constrangimento, a primeira entrevista foi realizada no dia 25 de julho e a última teve lugar no dia 16 de setembro.

Foram realizadas entrevistas individuais semidiretas presenciais com registo áudio para posterior transcrição com base num guião predefinido. Dado ter-se optado por análise qualitativa foi dada primazia à entrevista a qual é considerada

(...) um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações (Ketele e Roegiers, 1993, p. 22).

Após a recolha procedeu-se à transcrição das entrevistas, o que constitui um processo bastante moroso, já que as entrevistas são ouvidas uma média de 4 a 5 vezes cada uma. No entanto, “é importante que a transcrição seja feita pelo analista, pois ela é parte importante do processo de análise ...” e, além disso, “...permite focalizar os fenómenos que podem fazer parte da explicação analítica” (Ladeira, 2007, p. 50) e posteriormente facilita a análise de conteúdo.

As entrevistas foram objeto de categorização e análise de conteúdo, recorrendo a uma grelha de análise construída pela investigadora, no sentido de responder à pergunta de partida e validar ou infirmar as hipóteses de investigação acima enunciadas. Pretendeu-se com a análise de conteúdo retirar a informação mais objetiva por categorias (Bardin, 2013, p. 199). A análise e interpretação dos dados qualitativos

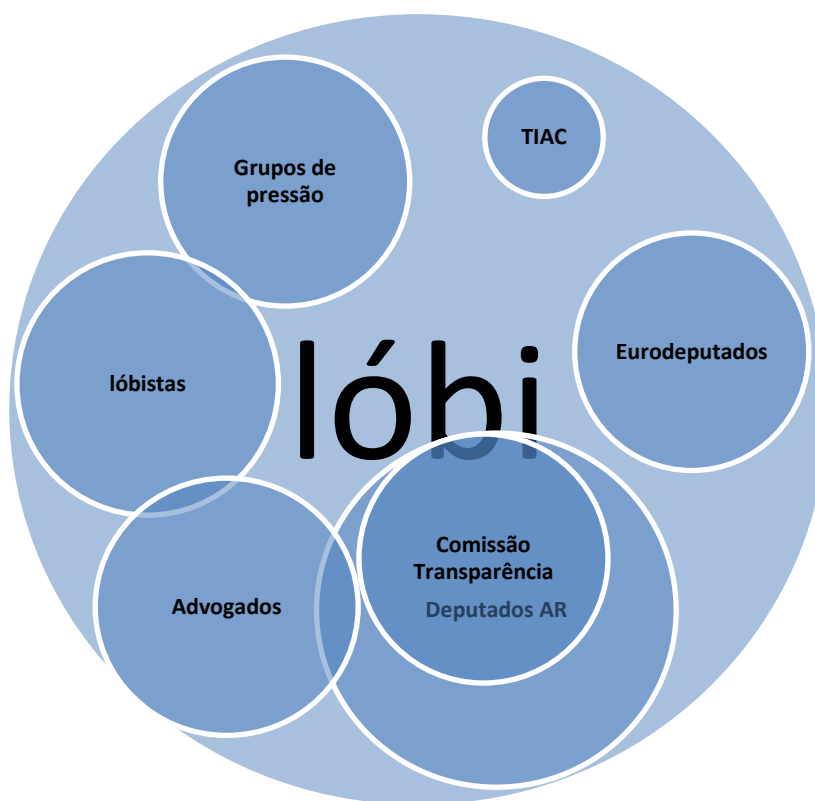
resultantes das entrevistas transcritas e a redução dos dados em categorias para a elaboração dos respetivos quadros de análise podem ser consultados nos Apêndices que integram o presente estudo (Lessar-Hébert, Goyette e Boutin, 2010, pp. 107-130).

Por fim, a redação do relatório de investigação qualitativa, que constitui a última etapa deste percurso, consiste em interpretar os dados através de um entendimento tão objetivo e claro quanto possível do significado das respostas, o que está longe de ser uma tarefa fácil. Através destas sucessivas etapas espera-se “conhecer e compreender um fenómeno [o lóbi] pela análise de um conjunto de «experiências subjetivas vividas» desse fenómeno” (Coutinho, 2013, p. 386).

CAPÍTULO 3 - Uma investigação no campo do lóbi em Portugal

Como foi referido na capítulo metodológico, este estudo sobre o lóbi em Portugal pretende descobrir quais as várias perspetivas dos atores considerados relevantes na operacionalização deste tema. Foram realizadas 16 entrevistas e para a sua categorização, por uma questão de facilidade de análise e contraponto, optou-se por dividir os entrevistados em categorias profissionais, assim temos: o grupo dos lobistas (2), o dos advogados (2), o dos líderes parlamentares (3), o dos deputados da Comissão Eventual para a Transparência no Exercício de Cargos Públicos (3), o dos eurodeputados (2), um representante de uma Confederação Sindical - USI (1) e de uma Confederação Empresarial – CIP (1), uma Associação Cívica da Transparência nomeadamente a TIAC (1) e, por fim, o contributo dos eurodeputados. Para melhor compreender as várias dimensões e o modo como foram agrupados os vários entrevistados, apresenta-se de seguida uma figura que ilustra a opção em termos de categorização.

Figura 1: Categorização por grupos



Fonte: Figura elaborada pela autora.

3.1 A definição ou conceito de lóbi na ótica do sujeito

O lóbi é um tema muito polémico, não só enquanto prática, mas porquanto o problema reside logo na sua definição ou no seu entendimento pela sociedade - não me refiro à população em geral, porque a pesquisa é feita a atores privilegiados, em que este conceito não é desconhecido e cujas habilitações académicas são de grau superior. Na maior parte dos casos, a definição de um conceito é relativamente clara e consensual, no entanto, não podemos afirmar o mesmo quanto ao lóbi. A ausência de regulamentação faz com que os entrevistados fiquem na dúvida quanto à sua definição. Uma pergunta tão simples como: *“Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?”* permite obter as mais diversas respostas. Para Nuno Magalhães¹⁶, líder da bancada parlamentar do CDS/PP - o lóbi *“não está definido, nem está entendido! (...) promove e provoca muitas vezes confusões, mal-entendidos e até aproveitamentos e demagogias políticas”*; O facto das atividades de representação de interesses não estarem regulamentadas coloca a dificuldade na definição do termo lóbi. Para o representante da Confederação Empresarial de Portugal (CIP)¹⁷, *“o conceito de lóbi em Portugal não está regulamentado, portanto arranjar um definição não é fácil, nem existe legalmente, o que há em Portugal é representação de interesses.”* O presidente da Comissão Eventual de Transparência para o Exercício de Cargos Públicos - Fernando Negrão¹⁸ expõe a mesma dificuldade na definição do conceito: *“Em Portugal nós não temos lóbi, por isso não há nenhuma definição legal.”*, mas no seguimento da entrevista confirma que o *“... o lóbi é feito pela sociedade portuguesa, seja junto dos governantes e dos partidos políticos.”*

Já para o deputado Duarte Marques¹⁹, lobista é *“alguém que representa interesses junto de uma entidade, seja ela pública ou privada, e que o faz de forma transparente e aberta com interesse de melhorar a qualidade da decisão política.”* Enquanto que, para o deputado José Manuel Pureza²⁰ (BE), o lóbi *“traduz-se na interlocução por parte de profissionais ou por parte de representantes desses interesses (...) com os responsáveis pela tomada de decisão.”*

Para a maioria dos entrevistados o conceito de lóbi é simples e pode resumir-se na representação de interesses. Uma vez que em Portugal o lóbi já é praticado, nem que

¹⁶ Ver Entrevista Dr. Nuno Magalhães – Apêndice G.

¹⁷ Ver Entrevista Dr. Nuno Biscaya – Apêndice L.

¹⁸ Ver Entrevista Dr. Fernando Negrão – Apêndice P.

¹⁹ Ver Entrevista Dr. Duarte Marques – Apêndice Q.

²⁰ Ver Entrevista Dr. José M. Pureza – Apêndice D.

seja, por relações informais, o conceito é claro para Susana Coroado²¹, “*lóbi é todo o tipo de comunicação e contacto que seja feito com decisores públicos ou políticos com vista a influenciar decisões de carácter legislativo, político, administrativo, orçamental.*” Para Joaquim Martins Lampreia²² “*o lóbi é um conjunto de atividades (...) que visa defender os interesses da sociedade civil junto (...) do poder executivo e do legislativo...*”, enquanto para Henrique Burnay²³ “*o lóbi é a representação de interesses com o objetivo de influenciar processos de decisão políticos.*” Por outro lado, uma definição mais pragmática do coordenador da USI²⁴, “*o lóbi é o conjunto de práticas, técnicas e disciplinas. (...) de pessoas que procuram fazer esta aproximação e sensibilização de ideias para aproximar diversos stakeholders conceitos e posições junto de quem tem a capacidade legislativa*”.

Por sua vez, os advogados têm uma visão jurídica do conceito de lóbi. José Miguel Júdice²⁵ entende que “*...o lóbi é a contratação de entidades que vão defender interesses, que eles visam proteger tentando influenciar a produção legislativa e em certa medida as decisões administrativas.*” Na mesma linha de pensamento, para Luís Marques Mendes²⁶ lóbi “*é o patrocínio, a representação de interesses específicos dentro da sociedade portuguesa. Alguém que, digamos assim, assume esse papel junto da sociedade e junto das instituições....*”.

Do ponto de vista de Luís Montenegro²⁷ (PSD), lóbi “*em Portugal é um bocadinho difícil de definir porque, basicamente, não há ainda uma definição*”. Posição reforçada por Pedro Soares²⁸ (BE) que refere que “*em Portugal não existe lóbi! É ilegal*”. Assunção Cristas²⁹, presidente do CDS/PP, também é da opinião que a atividade está ainda um pouco indefinida, uma vez que não está regulamentada: “*Uma atividade que não tem esse nome, que na prática existe, através das mais variadas pessoas, desde entidades coletivas, associativas e até pessoas individuais, mas que não são reconhecidas enquanto tal, como lobistas ou como atividade de lóbi.*”

²¹ Ver Entrevista Dr.^a Susana Coroado – Apêndice I.

²² Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

²³ Ver Entrevista Dr. Henrique Burnay – Apêndice H.

²⁴ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos – Apêndice J.

²⁵ Ver Entrevista Dr. José M Júdice – Apêndice E.

²⁶ Ver Entrevista Dr. Marques Mendes – Apêndice S.

²⁷ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

²⁸ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

²⁹ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

3.2. A delimitação da fronteira do lóbi e a confusão com práticas irregulares e ilegais...

Na opinião de ambos os lobistas portugueses acreditados em Bruxelas, Joaquim Martins Lampreia³⁰ e Henrique Burnay³¹, a fronteira entre lóbi e práticas irregulares, como tráfico de influência e corrupção é muito clara e não levanta dúvidas. Este último afirma: *“É absolutamente claro. É o problema das legitimidades: Número um, estamos a falar de ter representados interesses legítimos, legais que vão ser afetados(...). A ideia do “advocacy” não é completamente inútil, para pensarmos nestes termos – aquilo que se espera de um advogado, num processo perante um juiz é que represente os interesses da parte, mas dentro da legalidade.”* Para reforçar esta ideia e diferenciar lóbi de corrupção Joaquim Martins Lampreia³² salienta que *“O tráfico de influências é (...) uma troca (...) Uma contrapartida. [no lóbi] não há troca de coisa nenhuma... A grande diferença é que o lóbi profissional é feito de forma transparente, profissional e ética, não tem troca.”*

Já Susana Coroadó,³³ investigadora e autora do estudo sobre o lóbi afirma que não pode haver uma contrapartida, mas que por vezes, até na corrupção *“... é difícil identificar o que é, o que é a contrapartida(...) No entanto, eu acho que a grande diferença é que a corrupção e o tráfico de influências fazem-se de forma opaca e o lóbi tem de ser sempre feito de forma transparente.”*

Para o deputado Duarte Marques³⁴ (PSD) não há qualquer dúvida: *“lóbi e corrupção são coisas completamente distintas.”* E defende, a fronteira está bem demarcada *“é entre aquilo que é legal e o que é ilegal. A corrupção passa-se quando se prejudica o interesse público para beneficiar o interesse privado. Isso é corrupção. Lóbi não tem nada a ver”* e exemplificando que o *“ lóbi é o que fazem os sindicatos, por exemplo a QUERCUS. É um bom lóbi ou um mau lóbi? É um excelente lóbi. Fazem falta lóbis desses.”*

José Manuel Pureza³⁵ (BE) também é peremptório, *“uma coisa é lóbi, outra coisa é corrupção, outra coisa é tráfico de influências.”*

³⁰ Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

³¹ Ver Entrevista Dr. Henrique Burnay – Apêndice H.

³² Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

³³ Ver Entrevista Dr.^a Susana Coroadó – Apêndice I.

³⁴ Ver Entrevista Dr. Duarte Marques – Apêndice Q.

³⁵ Ver Entrevista Dr. José Manuel Pureza – Apêndice D.

Assim, pode concluir-se que os intervenientes acima referidos afirmam que o lóbi é feito de forma transparente, profissional e ética e que o mesmo não se confunde com qualquer tipo de práticas irregulares.

A confusão instalada entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências resulta da ausência de regulamentação, razão pela qual Fernando Negrão³⁶ argumenta que “*a primeira fronteira é a legalização. Porque enquanto, nós não tivermos essa legalização é muito fácil haver essa mistura, entre uma coisa e outra. Entre aquilo que é uma conversa com o intuito de transmitir uma ideia positiva e aquilo que pode ser tráfico de influência ou corrupção.*” Acima de tudo, o deputado defende um processo legislativo transparente e público “*para que possamos perceber se houve efetivamente intervenção e só intervenção do lobismo ou se foram para além disso.*” O objetivo nota, é as pessoas terem acesso a todo o processo legislativo para melhor compreender a decisão política.

Já o advogado e ex-bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice³⁷ defende que “*é absurdo dizer que o lóbi favorece a corrupção. Eu diria que o lóbi torna mais difícil a corrupção.*”

No que toca à definição de lóbi há uma consonância entre Marisa Matias (BE) e Carlos Zorrinho (PS), para os quais, esta é uma atividade utilizada com vista a influenciar decisões políticas. De acordo com Marisa Matias,³⁸ “*lóbi é para influenciar decisões e para ter uma forma de organização para influenciar decisões*”. Opinião que é partilhada por Carlos Zorrinho³⁹ que encara o lóbi como “*o ato de influenciar uma tomada de decisão beneficiando quem tenta fazer essa influência, tendo por referência determinados princípios*”.

O lóbi é uma das atividades mais praticadas na União Europeia, enquanto em Portugal não se sabe o que é lóbi ou “outra coisa”, porque não se encontra legalizado, nem sequer existe qualquer registo público. Ainda assim, o lóbi continua a ser encarado com grande relutância e desconfiança, sobretudo pela opinião pública, dado que esta atividade é ainda muito associada ao crime de tráfico de influências. No entanto, para os dois eurodeputados, a fronteira entre lóbi e tráfico de influências ou corrupção é bem clara. Se na atividade de lóbi é utilizado sobretudo o “dom da palavra” com o objetivo de influenciar os decisores políticos, no crime de tráfico de influências é oferecida uma

³⁶ Ver Entrevista Dr. Fernando Negrão – Apêndice P.

³⁷ Ver Entrevista Dr. José Miguel Júdice – Apêndice D.

³⁸ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

³⁹ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

contrapartida. De acordo com Marisa Matias (BE),⁴⁰ “*há linhas vermelhas (...) que são identificáveis por toda a gente, por exemplo, receber dinheiro, luvas*”. Posição partilhada por Carlos Zorrinho (PS),⁴¹ que considera que “*para chegarmos ao tráfico de influências tem de haver uma troca, ou para chegarmos à corrupção tem de haver algo, tem de haver o corrompido e o corruptor. Tentar convencer é uma coisa e tentar corromper é outra*”.

Não obstante os dois eurodeputados serem favoráveis à regulamentação e à legalização do lóbi e dos lobistas em Portugal, porém, ambos concordam que o registo dos lobistas não evita, por si só, irregularidades. Isto, porque de acordo com Marisa Matias (BE),⁴² “*por um lado, há um lóbi invisível e, portanto, o registo por si só, não resolve*.” Já Carlos Zorrinho (PS)⁴³ argumenta que apenas o registo “*não basta. A questão de fundo é uma questão de ética social. Aquilo que a sociedade aceita como comportamentos admissíveis.... a melhor prevenção é que o corruptor ou o corrompido seja mal visto pela sociedade*”.

Para Paulo Marcos⁴⁴ coordenador da USI a questão é sobretudo cultural, “*somos o país da cunha, do nacional porreirismo e do amiguismo. (...) a fronteira é relativamente ténue*,” afirma. Também Luís Marques Mendes⁴⁵ tem exatamente a mesma opinião: “*a fronteira entre o crime de tráfico de influências e o lóbi é uma fronteira muito ténue*”.

Apesar das irregularidades estarem devidamente previstas na lei, em Portugal há uma tendência para se confundir conceitos simples com lóbi e tráfico de influências. Como refere Nuno Biscaya⁴⁶ da CIP, quando “*falamos em lóbi, não nos deixa de vir logo à memória, uma expressão com sentido pejorativo, quando falamos em representação de interesses, já não será bem assim*.” Ou seja, a própria palavra encerra, em si mesma, uma conotação negativa.

Apesar da fronteira entre lóbi e tráfico de influências ser pequena, na opinião de Luís Montenegro⁴⁷ (PSD) “*o lóbi deve distinguir-se do tráfico de influências, precisamente, porque é pressuposto no tráfico de influências uma conduta censurável e*

⁴⁰ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

⁴¹ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

⁴² Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

⁴³ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

⁴⁴ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

⁴⁵ Ver Entrevista Dr. Luís Marques Mendes – Apêndice S.

⁴⁶ Ver Entrevista Dr. Nuno Biscaya - CIP – Apêndice L.

⁴⁷ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

no lóbi, propriamente tido como tal, não é censurável". Também Assunção Cristas⁴⁸ (CDS) destaca, que *"são coisas muito diferentes"*, uma vez que *"o tráfico de influência e corrupção são crimes, são tipos penais perfeitamente descritos e regulados na legislação portuguesa. A atividade de lóbi é uma atividade que pode ser regulamentada e tem que ver com o fazer valer e apresentar, junto de determinados grupos, determinados pontos de vista que são legítimos porque também são necessários à própria decisão política"*. Assim, para os deputados, o limiar entre o lóbi e o tráfico de influências prende-se sobretudo com a questão da legalidade e com a existência ou não da prática de crime. De acordo com Luís Montenegro,⁴⁹ (PSD) *"o lóbi não é crime e certamente a corrupção e o tráfico de influências são crime"*. Igualmente para Pedro Soares⁵⁰ (BE) *"sempre que houver uma vantagem pessoal, em qualquer tomada de decisão que vá defender um privado, então aí, é um caso de corrupção ou um caso de tráfico de influências. Pagamentos é claríssimo que não é aceitável!"*.

3.3. A regulamentação do lóbi em Portugal

Henrique Burnay⁵¹ defende que a regulamentação do lóbi em Portugal deve ser feita com o máximo de transparência. Afirma: *"É necessário dizer que nas suas relações com os decisores, quem representa interesses deve cumprir estas regras. Que se aplicam a quem tenha uma consultora de lóbi [tal] como se aplicam a quem seja o responsável das relações institucionais numa empresa, (...) associação ou sindicato."* Identicamente defensor assumido da regulamentação, Joaquim Martins Lampreia⁵² classifica o registo de informação como *"essencial"* e optando pelo *"modelo da União Europeia."* Apesar de entender, que a maioria é favorável à regulamentação do lóbi, o lobista adverte para alguns conflitos de interesse que subsistem na AR, assim *"enquanto esta situação se mantiver, [deputados-lobistas] vai ser muito difícil avançar com uma lei muito restritiva."*

Pese embora as desconfianças existentes em relação ao lóbi, os eurodeputados do BE e do PS consideram que é fundamental proceder à regulamentação deste. *"Eu era contra o registo de lóbi quando cheguei ao Parlamento Europeu. Mudei de opinião"*,

⁴⁸ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

⁴⁹ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

⁵⁰ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

⁵¹ Ver Entrevista Dr. Henrique Burnay – Apêndice H.

⁵² Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

afirma Marisa Matias⁵³ (BE). A experiência vivida pela eurodeputada em Bruxelas fê-la mudar de opinião e encarar a regulamentação do lóbi como sendo positiva, uma vez que *“aumenta a transparência”* e, permite saber de antemão, *“quais eram os setores que estavam organizados e que iam pedir reuniões, que iam querer falar comigo, que iam querer influenciar”*. Carlos Zorrinho⁵⁴ (PS) reconhece ainda que *“toda a gente é a favor da regulamentação do lóbi”*, no entanto, sustenta essa legislação não foi ainda criada em Portugal, na medida que *“não se regula porque é melhor não existir”*, ou seja manter o atual *status quo*.

O deputado Duarte Marques⁵⁵ (PSD) defende que em relação à regulamentação do lóbi *“Portugal deveria fazer precisamente uma transposição exata das regras europeias nessa matéria.”*

Já Paulo Marcos⁵⁶ é igualmente a favor da regulamentação do lóbi e vai mais longe, ao sugerir a criação de uma Associação, à semelhança das Ordens profissionais. Para este entrevistado a informação fornecida ao legislador acrescenta valor, já que *“o processo de decisão fica mais competitivo, mais informado e isso tendencialmente melhora em benefício público”*. Paulo Marcos tem uma perspetiva pluridimensional e com efeito dominó positivo, não só para a sociedade, mas também para o mercado laboral. Com efeito, afirma: *“a minha convicção profunda é que diferentes lobistas perfeitamente registados, identificados, enquadrados e supervisionados por um órgão próprio tenderiam a fazer, a surgir e atrair pessoas à profissão, a fazer baixar a influência dos principais lobistas, que hoje atuam de forma subreptícia.(...) o registo dos lóbis tem de ser legal. É um imperativo moral e legislativo...”*

Com uma perspetiva completamente oposta à anterior, o representante da CIP (Nuno Biscaya)⁵⁷ afirma que *“a regulamentação através do código de conduta é um contrassenso. O código de conduta deverá ser de adesão voluntária, era quase estarmos a negar a própria essência da participação ou intervenção dos interesses na sociedade, não vamos subverter esse sistema”*.

Ambos os advogados entrevistados são favoráveis à regulamentação do lóbi. José Miguel Júdice⁵⁸ expõe: *“um governo capaz e competente agradece que lhe mandem informações contraditórias; Porque é assim, por exemplo, que trabalham os*

⁵³ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

⁵⁴ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

⁵⁵ Ver Entrevista Dr. Duarte Marques – Apêndice Q.

⁵⁶ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

⁵⁷ Ver Entrevista Dr. Nuno Biscaya - CIP – Apêndice L.

⁵⁸ Ver Entrevista Dr. José Miguel Júdice – Apêndice E.

tribunais; o processo democrático baseia-se no pluralismo, na diversidade (...); a atividade de lóbi deve ser regulamentada. Deve ser regulamentada para que seja feita de acordo com regras e para que seja punido quem desrespeite as regras.” Similarmente, Luís Marques Mendes⁵⁹ refere que o lóbi legalizado *“é positivo porque garante maior lisura, clareza e transparência”* no processo decisório.

Na perspetiva de Susana Coroadó⁶⁰ o registo *“deve ser obrigatório, porque já há experiências de registos voluntários que não têm funcionado,”* tendo dado o mau exemplo da Geórgia, onde houve apenas 9 registos, por este ser voluntário.

Do ponto de vista de Assunção Cristas⁶¹ (CDS) *“faz sentido haver um registo”*. E, na opinião de Luís Montenegro⁶² (PSD) a regulamentação do lóbi, também faz todo o sentido, uma vez que, no campo do Parlamento em *“mais de noventa por cento dos casos, o nosso diálogo é com instituições.”* Opinião contrária tem Pedro Soares⁶³ (BE) que considera que *“é negativa a presença destes lobistas no Parlamento Europeu (...)”* Devido à *“agressividade atroz”* e à *“tentativa de condicionar a própria atividade dos eurodeputados”*. Em síntese, tendo em conta a experiência no Parlamento Europeu, não pode *“defender a existência deles no nosso país”*.

3.4. A implementação da profissão através de registo e código de conduta

O modelo regulamentário instituído pela União Europeia é para os lobistas, a melhor opção para Portugal reconhecer o lóbi. Lampreia⁶⁴ defende, por isso, a implementação de o *“código de ética e uma regulamentação que define os parâmetros em que um profissional pode atuar...”* mas, além disso, salienta: *“o que nós precisamos ter é o que já se faz na União Europeia, a ‘pegada legislativa’, ou seja, esta lei que foi votada pelos partidos X Y e Z teve a influência e a informação de quem?(...) isso é importante para mais tarde, não haver dúvidas sobre a transparência.”*

Pelo mesmo disposto alinha Burnay⁶⁵, embora este, admita que a implementação da ‘pegada legislativa’ seja de difícil de concretizar, mas *“um Registo de Transparência, com um registo público das agendas dos decisores”* é para Burnay

⁵⁹ Ver Entrevista Dr. Luís Marques Mendes – Apêndice S.

⁶⁰ Ver Entrevista Dr.^a Susana Coroadó – Apêndice I.

⁶¹ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

⁶² Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

⁶³ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

⁶⁴ Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

⁶⁵ Ver Entrevista Dr. Henrique Burnay – Apêndice H.

outro aspeto fundamental para aumentar a transparência. *“Há 3 coisas que se se tiver, eu acho, que funcionava lindamente: Registo de Transparência e entidades que digam: «Eu só reúno com representação de interesses com quem esteja no Registo de Transparência», portanto, se quer falar comigo, inscreve-se no Registo de Transparência.”* E, para finalizar, tornar as *“Agendas públicas dos decisores, naquilo que é relevante”* observa o lobista.

Paulo Marcos⁶⁶ é um dos vários entrevistados favoráveis à implementação da profissão, mas contra o registo público dos honorários. Este, defende que *“deve haver algum tipo de registo num órgão regulador, uma tabela recomendada de honorários com alguma liberdade de amplitude, os principais atos a praticar e o nível de seriedade de quem o faz. Quem não atuasse segundo estas regras seria criminalizado.”* Em suma, Paulo Marcos⁶⁷ é favorável à *“autorregulação musculada”* e por outro lado, *“com uma maior profissionalização e com abertura da profissão ficaríamos muito mais bem servidos e assim, teríamos uma opinião pública muito mais formada. Os lóbis lutariam de forma mais transparente e o processo legislativo seria muito mais competitivo, o que ganharíamos todos”*.

Menos optimista revela-se o presidente da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas (CERTEFP) Fernando Negrão⁶⁸ que nota, subsistirem na sociedade portuguesa *“muitos preconceitos relativamente à questão do lóbi e dos lobistas. (...) A própria palavra criou na sociedade portuguesa um sentido pejorativo. Quem faz lóbi é lobista, é porque é vigarista, não é?! Esta é a conotação que a palavra tem hoje, na sociedade portuguesa. Não se percebendo que muitas vezes, nós ouvimos determinadas associações ou determinadas pessoas ligadas a determinados sectores, porque queremos fazer a legislação mais adequada possível a um problema, que temos entre mãos.”* Quanto aos honorários, Fernando Negrão defende que estes *“devem ser públicos”*.

José Miguel Júdice⁶⁹ é defensor da implementação da profissão e insiste *“acho mal que não se regule a profissão.”* Luís Marques Mendes⁷⁰ não partilha a mesma convicção e afirma: *“Não sei. Tenho dificuldade em me pronunciar”*, mas defende a clarificação, *“tem é de ser muito bem debatido, porque é uma matéria pouco*

⁶⁶ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

⁶⁷ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

⁶⁸ Ver Entrevista Dr. Fernando Negrão – Apêndice P.

⁶⁹ Ver Entrevista Dr. José Miguel Júdice – Apêndice E.

⁷⁰ Ver Entrevista Dr. Luís Marques Mendes – Apêndice S.

debatida em Portugal (...) sobretudo, porque a forma como isto se faz, é muito importante, e insisto, porque estamos na fronteira com o chamado crime de tráfico de influências, sobretudo para bem lícito.”

Quando questionados os eurodeputados sobre qual era a melhor solução e opção para o registo do lóbi, ou seja, se este deveria ser voluntário ou obrigatório, estes discordam entre si. Para Marisa Matias (BE),⁷¹ o registo deveria ser obrigatório, visto que com este tipo de registo *“nós podemos controlar melhor ... Os registos são todos públicos, as fontes de financiamento são todas públicas e eu acho que é muito mais democrático, desse ponto de vista, é mais transparente”*. No entanto, Carlos Zorrinho (PS),⁷² tendo em conta a sua experiência no Parlamento Europeu, onde o registo é voluntário, deduzimos que seja favorável a uma opção voluntária, ao *“dizer que sim. Que é uma boa experiência”*.

Se em Portugal não há ainda uma regulamentação do lóbi, em Bruxelas são já milhares, as organizações que estão acreditadas como lobistas no registo de transparência da União Europeia, o que leva Bruxelas a ser denominada como a “capital europeia do lóbi”, apenas ultrapassada por Washington. Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, e Carlos Zorrinho, do Partido Socialista, são eurodeputados no Parlamento Europeu, onde contactam diariamente com lobistas profissionais. Ambos, tendo em conta as suas experiências na União Europeia, consideram que deveria haver, de facto, uma profissionalização do lóbi em Portugal, uma vez, que esta é uma atividade, que é praticada e que deve ser controlada. De acordo com Marisa Matias (BE),⁷³ a *“profissão existe e está bem enraizada. Tem outro nome, tem outras formas e desse ponto de vista, eu acho que é sempre melhor o registo.”* E, uma vez que *“a profissão existe e está bem enraizada”*, os eurodeputados são da opinião de que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão em Portugal. Para Carlos Zorrinho (PS),⁷⁴ *“deve-se regulamentar o lóbi, sendo que no fundo, o lóbi é o departamento de relações institucionais. É bom, que as empresas, os sindicatos e as Organizações Não Governamentais tenham departamentos institucionais e que a sociedade civil também se relacione institucionalmente”*.

⁷¹ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

⁷² Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

⁷³ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

⁷⁴ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

A investigadora Susana Coroado⁷⁵ está pouco confiante e confidencia: *“tenho algum receio que a lei que venha a ser regulamentada, se fique pelo registo...”*

O debate em torno da regulamentação do lóbi em Portugal é já longa, uma vez que são várias as forças políticas, económicas e sociais que se encontram em lados opostos. Se umas apoiam a sua regulamentação, outras não concordam com a existência da atividade e da profissão. Para Assunção Cristas⁷⁶ (CDS/PP), se encararmos *“a atividade de lóbi como processo de informação, de argumentação, mas no fundo, de prestação de pontos de vista, que depois têm de ser ponderados pelos decisores políticos”*, podemos afirmar que deve haver a regulamentação do lóbi, pois *“é positivo que possa haver mais transparência, mais qualidade de informação prestada e que todo o processo esteja organizado de maneira absolutamente legal e natural”*. Igualmente para Nuno Magalhães⁷⁷ (CDS/PP) é necessário proceder à implementação e profissionalização do lóbi *“à semelhança do que acontece com os titulares de cargos públicos, com a necessária entrega de registo no Tribunal Constitucional. Uma declaração de rendimentos, com uma declaração de interesses, com registo de interesses, como por exemplo os deputados. (...) não vejo mal nenhum em que quem utilize e quem faça essa profissão, (...) para [o lóbi] ser público, para ser transparente!”*. No entanto, completamente do lado oposto Pedro Soares⁷⁸ (BE) é incisivo e afirma: *“Não devia existir lóbi, ponto”*.

No que toca à forma de registo do lóbi, tanto Assunção Cristas (CDS/PP)⁷⁹ como Nuno Magalhães (CDS/PP)⁸⁰, ambos os deputados do CDS, consideram que este se deve proceder de modo *“obrigatório”* em Portugal. Já Luís Montenegro⁸¹ (PSD) considera que o foco, não está tanto no registo obrigatório ou voluntário, mas sim na *“transparência”*.

⁷⁵ Ver Entrevista Dr.^a Susana Coroado – Apêndice I.

⁷⁶ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

⁷⁷ Ver Entrevista Dr. Nuno Magalhães – Apêndice G.

⁷⁸ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

⁷⁹ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

⁸⁰ Ver Entrevista Dr. Nuno Magalhães – Apêndice G.

⁸¹ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

3.5. A exclusividade dos deputados na Assembleia da República e os possíveis conflitos de interesse

A relação da exclusividade dos deputados com os conflitos de interesse é uma das questões de que Montenegro coloca, para compreender qual seria a melhor solução para este tema. Será que com os deputados em exclusividade, o conflito de interesses desaparecia ou era mitigado? A resposta é complexa, vamos analisar os pontos de vista dos entrevistados.

Os advogados José Miguel Júdice⁸² e Luís Marques Mendes⁸³ são contra a exclusividade dos deputados. Júdice diz que *“no dia em que deputados só possam ser pessoas em full-time. Como você paga em amendoins, quem é que concorre ao emprego? Macacos!!!”*. Para Marques Mendes⁸⁴ o parlamento *“já está tão mau, que isso significaria matá-lo. O Parlamento já perde qualidade, de eleição para eleição”*. Marques Mendes defende a criação de *“círculos uninominais. O povo votava com conhecimento de quem é o deputado. Assim, como não sabe quem é, vota num partido. E, é isto, que destrói a qualidade da democracia e não permite escolher os melhores”*.

Contra a exclusividade dos deputados, revela-se também Paulo Marcos⁸⁵ *“... a democracia ganha qualidade, se as pessoas tiverem outros interesses profissionais, cá fora. É preciso, é que eles sejam declarados e sejam expressos. Um dos problemas que nós temos, é esta sobre-especialização político-partidária, onde uma grande parte dos atores políticos são profissionais da política...”*, exemplifica que *“...os últimos três Primeiros-Ministros cujo currículo base é começaram a colar cartazes aos 15 anos, e não mais pararam de «colar cartazes»”*. Reforça a ideia de que a classe política deve ser constituída por *“... pessoas mais maduras, experientes, com uma diversidade, quer de género, quer de experiências sociais, políticas, esses é que vão trazer riqueza à democracia”*. Quanto ao representante da CIP⁸⁶ desconhece a posição da CIP, por se tratar de uma pergunta política, mas afirmou: *“exclusividade ou de não exclusividade, é uma outra questão, o que nós queremos são pessoas competentes. Agora eu não sei qual é a posição da CIP.”*

⁸² Ver Entrevista Dr. José Miguel Júdice – Apêndice E.

⁸³ Ver Entrevista Dr. Luís Marques Mendes – Apêndice S.

⁸⁴ Ver Entrevista Dr. Luís Marques Mendes – Apêndice S.

⁸⁵ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

⁸⁶ Ver Entrevista Dr. Nuno Biscaya - CIP – Apêndice L.

O deputado da AR, Fernando Negrão⁸⁷ (PSD) é igualmente contra a exclusividade: *“Não concordo de todo”,* comenta adiantando que *“...os deputados em exclusividade na Assembleia da República (se forem todos) transformam-se em funcionários dos partidos políticos...”*, e além disso, *“... um deputado que tenha atividades exteriores à função de deputado, para além de não perderem o contacto com a vida real, tem mais liberdade dentro do seu partido para poder divergir das posições oficiais. A última coisa que eu desejo, para um país democrático e para um sistema democrático, é que os deputados se transformem em marionetes das direções dos partidos políticos.”*

Os deputados do Bloco de Esquerda defendem a exclusividade na profissão, sendo que José Pureza⁸⁸, em particular, destaca que: *“ o Bloco de Esquerda apresentou – foi aliás o único partido que apresentou – uma proposta nesse sentido (...) Nós, Bloco, não estamos(...) isolados propriamente, porque há vozes individuais de outras forças políticas que (...) se manifestam favoravelmente a isso, mas a decisão dos grupos parlamentares é de não acompanhar essa perspetiva.”* A confirmar esta afirmação, podemos dar o exemplo, do deputado Duarte Marques⁸⁹ que foi o único deputado do PSD a defender a exclusividade, desde que, com distinção de vencimento e poder, ao dizer que vê com bons olhos *“obrigar à exclusividade ou então diferenciar bastante os poderes e a remuneração dos que estão em exclusividade e dos que não estão exclusividade.”*

Henrique Burnay⁹⁰ também não concorda com os deputados em exclusividade, defendendo antes *“um Registo de Transparência e quem reúne com quem, sobre o quê, parece-me importante.”* A exclusividade dos deputados é um tema diferente, afirma: *“acho inútil querer-se regular a exclusividade ou não dos deputados porque isso mexe com uma quantidade de outras coisas.”*

Na opinião de Luís Montenegro,⁹¹ (PSD) a existência de conflitos de interesses não depende do facto de um deputado estar ou não estar, em exclusividade, mas sim da postura que o deputado assume e salienta: *“Uma pessoa não é mais honesta ou menos honesta, por estar em exclusividade ou não estar. Isso é como as leis de anticorrupção. Por mais leis que hajam não significa que as pessoas não se desviem delas.”* Esta

⁸⁷ Ver Entrevista Dr. Fernando Negrão – Apêndice P.

⁸⁸ Ver Entrevista Dr. José Manuel Pureza – Apêndice D.

⁸⁹ Ver Entrevista Dr. Duarte Marques – Apêndice Q.

⁹⁰ Ver Entrevista Dr. Henrique Burnay – Apêndice H.

⁹¹ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

posição é igualmente partilhada por Assunção Cristas⁹² que defende a *“liberdade de escolha para os deputados”*. *“Eu acho que seria pobre, ter um parlamento feito de deputados em exclusividade. Acho, que o Parlamento se enriquece, quando as pessoas também podem trazer para o Parlamento, a sua experiência recolhida na sua vida profissional(...)”* defende Cristas. Quem igualmente discorda do regime de exclusividade dos deputados é Nuno Magalhães⁹³, que é da opinião que *“deputado não é uma profissão”*. O deputado do CDS acredita *“em duas coisas: primeiro, que haja regras de incompatibilidade e de transparência por um lado. Em segundo lugar, e talvez o mais importante, no bom senso do titular do cargo público, de se declarar ou não, impedido de votar esta ou aquela Lei, por ter um interesse direto”*. Em sentido completamente contrário está Pedro Soares,⁹⁴ (BE) que defende convictamente a exclusividade dos deputados, argumentando que *“essa é a melhor forma de separar o interesse público do interesse privado”*. Para justificar o regime de exclusividade, Pedro Soares⁹⁵ (BE) exemplifica ainda que *“o que acontece muitas vezes, também, é que os próprios deputados são quem carrega do seu escritório, da sua atividade profissional para o Parlamento, essa informação. E isso é errado!”*.

Os eurodeputados quando questionados sobre a hipótese dos deputados estarem em regime de exclusividade para evitar possíveis conflitos de interesses, tem opiniões divergentes. Marisa Matias⁹⁶ (BE) mostra-se favorável à exclusividade dos deputados e refere: *“pergunto-me sempre, como é que alguém consegue ter tempo para fazer mais alguma coisa quando está no parlamento, para além de ser deputado. Se alguém continua a trabalhar noutra área, como é que nós podemos alguma vez ter a garantia de que não existe conflitos de interesses?”*. Por sua vez, Carlos Zorrinho⁹⁷ (PS) admite que este é um assunto *“complicado”*, e até contraditório, porque *“implica que ao mesmo tempo que aceitemos o princípio que (a) política é uma escolha profissional boa para sociedade, as duas coisas não jogam”*.

Tanto Joaquim Martins Lampreia⁹⁸ como Susana Coroadó⁹⁹ defendem o exercício da função de deputado em exclusividade. O primeiro afirma *“concordo a*

⁹² Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

⁹³ Ver Entrevista Dr. Nuno Magalhães – Apêndice G.

⁹⁴ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

⁹⁵ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

⁹⁶ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

⁹⁷ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

⁹⁸ Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

⁹⁹ Ver Entrevista Dr.^a Susana Coroadó – Apêndice I.

100%... Enquanto essa situação se mantiver [deputados-lobistas] vai ser muito difícil avançar com uma lei muito restritiva,” enquanto Susana Coroadó refere que “acho que deveriam de estar em exclusividade. Nós na Transparência [TIAC] ainda não temos uma posição definida, mas claramente tem de haver mais controlo. Poderia ser, por exemplo, não estarem em exclusividade, mas quando tivessem interesses em determinadas matérias, não poderiam legislar sobre elas.” Esta posição prende-se com o conflito de interesses latente. Um estudo sobre os conflitos de interesses na AR em 2014, concluiu que “O número de conflitos de interesse declarados pelos deputados cresceu entre a IX e XII legislatura, sendo o caso de PS, PSD e CDS preocupante, chegando a haver deputados com mais de 20 interesses em conflito potencial com o seu mandato” (Mesquita, 2014).

3.6. A influência dos grupos de interesses ou dos grupos de pressão nas decisões políticas

No que toca à influência dos grupos de pressão junto dos decisores políticos, Carlos Zorrinho¹⁰⁰ considera que, de facto, existe essa influência que “decorre da fragilidade do Estado”, dado que é visível um “desequilíbrio entre a estrutura técnica que suporta grandes decisões na administração e a estrutura técnica de grandes empresas”.

Paulo Marcos¹⁰¹ da USI é bastante pragmático quanto à influência dos grupos de pressão, ao afirmar: “há duas maneiras de fazer isto: ou se corrompe alguém ou se procura eleger alguns dos nossos. ...uma associação profissional, sindical, patronal que se preze tem deputados”. Ou seja, atualmente “damos acesso a um punhado de Instituições, aos que têm mais votos, aos que são mais ricos, damos um acesso desproporcionado àquilo que seria a representação política em detrimento do bem comum. Aos dias de hoje, a única solução que existe é eleger os seus próprios deputados.” Desta afirmação, pode concluir-se que este tipo de práticas são condicionantes e desviantes de uma democracia com qualidade e transparência.

Quanto à influência dos grupos de interesses e/ou grupos de pressão José Miguel Júdice¹⁰² não afirma com certeza, mas acha que “os ambientalistas influenciam imenso, mas os anti-ambientalistas também. Os laboratórios farmacêuticos influenciam. Toda a

¹⁰⁰ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

¹⁰¹ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

¹⁰² Ver Entrevista Dr. José Miguel Júdice – Apêndice E.

gente anda aqui a influenciar! Uns têm mais sucesso do que outros (...) eu diria que todo o processo de decisão política é influenciado. Umas vezes legalmente, outras vezes ilegalmente!” Luís Marques Mendes¹⁰³ considera que “*sempre têm alguma importância (...) um governante ou um ministro, que receba sindicatos, associações profissionais, associações de várias naturezas, eu considero que isto é o normal numa atividade política. Governar é ouvir, é dialogar, é sentir e depois, decide-se da forma que melhor se entender.*” O lobista está devidamente identificado, “*encaro o lóbi da perspetiva de alguém que tem uma atividade profissional registada, que paga os seus impostos, e que de alguma forma representa o interesse da empresa «A», sem, todavia, ser nem dirigente, nem administrador da empresa «A».*” Há os representantes de interesses já definidos por lei e que não são lobistas, por exemplo: “*alguém que é dirigente de uma empresa, ou acionista, ou gestor, que é dirigente de um sindicato, ou dirigente de uma associação profissional, não acho que seja um lobista*”, acrescenta o advogado.

A influência dos grandes grupos e a falta de transparência das decisões governativas são duas das críticas apontadas por Susana Coroadó¹⁰⁴. Dá um exemplo: “*há uns meses, o primeiro-ministro resolveu ter uma reunião com várias empresas e associações industriais e comerciais para discutir o futuro do país e analisar como se podia aumentar o crescimento. Está tudo muito bem nessa reunião, mas nós não soubemos quem lá foi. Soubemos de duas ou três pessoas (...) é o caso da Galp... temos a noção que há muita influência, no entanto, na prática, é praticamente impossível medi-la, porque não há transparência*”.

Joaquim Martins Lampreia¹⁰⁵ é da opinião que as PME's são quem mais necessita do lóbi legal, porque os “*grandes grupos, a Banca, grandes empresas, os partidos têm os seus contactos a nível governamental e parlamentar e não tem problema nenhum. O grande problema põe-se com as PME's, que não têm acesso, por isso que na minha cruzada pessoal, é que a legislação era boa, fazer lóbi pelo lóbi... Regular o lóbi também é para que haja igualdade de oportunidades de acesso na sociedade civil aos decisores públicos...a segunda atividade mais antiga do mundo, [é] o lóbi. Já havia na 'Ágora' a defesa dos interesses... Desde que existe política, humanidade, há a defesa de interesses, o que é legítimo.*”

¹⁰³ Ver Entrevista Dr. Luís Marques Mendes – Apêndice S.

¹⁰⁴ Ver Entrevista Dr.^a Susana Coroadó – Apêndice I.

¹⁰⁵ Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

Henrique Burnay¹⁰⁶ concorda e afirma que “*é evidente que há! ... ninguém toma decisões sem ter noção do impacto que elas têm nas várias entidades e sem ter em conta o peso que essas entidades têm, e, muitas vezes é o peso económico, o peso eleitoral, o impacto positivo ou negativo que isso tem para a economia, a capacidade ou não de reclamação. Os sindicatos mais fortes provavelmente têm mais capacidade de influenciar e chegam a usar um mecanismo, absolutamente legítimo e fortíssimo que é o da greve. Tem que se regular é outras formas de tentar influenciar. Absolutamente legítimas!*”.

Na perspetiva de Pedro Soares¹⁰⁷ (BE) existe de facto uma influência dos grupos de pressão, apesar de ser “*infelizmente de uma forma pouco transparente.*” No entanto, para a presidente do CDS/PP, Assunção Cristas¹⁰⁸ esta influência é variável e incerta, uma vez que “*depende muito dos setores porque há setores bem organizados, bem representados (...). Portanto, eu acho que é muito irregular...*”. Luís Montenegro¹⁰⁹ (PSD) inclusive, considera que “*cada caso é um caso.*” Já para Nuno Magalhães,¹¹⁰ (CDS/PP) a influência que possa existir não depende apenas dos grupos de pressão mas “*depende também da recetividade ou não que os titulares desse cargo possam ter.*”

3.7. As desvantagens do não reconhecimento da atividade de lóbi a nível nacional e europeu

A nível nacional, há posições completamente opostas. Enquanto, a Confederação Sindical entende que a regulamentação traria vantagens, a Confederação Empresarial não vê qualquer vantagem. Nuno Biscaya¹¹¹ da CIP afirma: “*Durante anos e anos sobrevivemos sem a regulamentação do lóbi nos termos em que ela esta a ser enquadrada.*” Paulo Marcos¹¹² entende que “*O estado atual (...) favorece os concorrentes instalados que têm uma influência desproporcionada no processo legislativos. E, portanto, sobre diversos argumentos, sobre a não oportunidade ou sobre conceitos ético-morais, uns porque são contra, outros porque querem fingir que não existe, na prática não se regula. A atual situação é mais favorável a quem tem mais influência no processo. Não há controlo, registo, mecanismos de supervisão*

¹⁰⁶ Ver Entrevista Dr. Henrique Burnay – Apêndice H.

¹⁰⁷ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

¹⁰⁸ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

¹⁰⁹ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

¹¹⁰ Ver Entrevista Dr. Nuno Magalhães – Apêndice G.

¹¹¹ Ver Entrevista Dr. Nuno Biscaya - CIP – Apêndice L.

¹¹² Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

da autorregulamentação.” Não é apenas a nível político, mas a própria *“sociedade civil em Portugal é relativamente fraca, a participação cívica está declinada. Tipicamente esta entropia é um dos problemas da economia portuguesa e da sociedade como um todo. Eu diria, como observador externo, e agora, como participante ativo, que o facto de não existir um mercado, não existir um sistema de preços, de declaração de interesses, etc. faz com que uma organização emergente como é a nossa, tenha dificuldade em penetrar num sistema que protege alguns em detrimento de todos os outros.”* Assim, A USI¹¹³ depara-se com uma dificuldade pela ausência do mercado regulado e *“tenta participar num mercado que por definição não existe e cujas regras não são suscetíveis de ser percebidas por quem está fora.”*

Enquanto, a maior parte dos entrevistados não vê grande desvantagem no facto do lóbi não estar regulamentado. José Miguel Júdice¹¹⁴ por sua vez, refere que há desvantagens *“a todos os níveis! A profissão de lóbi é uma profissão muito exigente. (...) Há muito trabalho, há muita experiência, há muito “know-how”... Ora bem, se Portugal quer ser defendido, não era pior que não tivesse apenas que contratar lobbyists estrangeiros, que pelo menos tivéssemos portugueses competentes e preparados para ajudar. A defesa do Estado pela ordem externa ganha com a existência de lobistas (...) Eu acho que o processo de decisão política, no meu entendimento, é melhor se for bem informado e se for informado pelos próprios [lobistas] a qualidade da decisão política melhora imenso se houver lóbi organizado (...) Porque nada está definido, é uma trapalhada! Portanto, era melhor que dissesse, o que é que é tráfico de influências e o que é que é lóbi. Porque não estar definido, é um caos, é um perigo!”*, reforça a ideia de que *“há pessoas que são contratadas por empresas, apenas porque têm acesso fácil a um ministro. Acho que isso é mais desonesto, do que contratar uma empresa de lóbi! e afinal, há alguns que tiram proveito, além disso.”* Júdice¹¹⁵ defende a criação de regras, visto que *“...se não se pode acabar com uma coisa, mesmo que nós não gostemos, é melhor regulamentá-la! É melhor criar regras do que não criar regras, porque a sociedade evoluiu assim.”* Concluindo, que *“A transparência hoje em dia é uma exigência! E a do lóbi organizado é aumentar a transparência!”*.

¹¹³ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

¹¹⁴ Ver Entrevista Dr. José Miguel Júdice – Apêndice E.

¹¹⁵ Ver Entrevista Dr. José Miguel Júdice – Apêndice E.

A vantagem da legalização do lóbi para Luís Marques Mendes¹¹⁶ é óbvia, resulta do facto de o “*lóbi não estar legalizado em Portugal não significa que este não possa existir, no nosso país e junto das instituições europeias. Se ele existir legalizado, eu julgo que o processo é mais transparente e, sendo mais transparente, pode ter mais força, designadamente junto das instituições europeias.*”

Além de considerarem que a regulamentação do lóbi proporciona um conjunto de vantagens para a democracia, os eurodeputados consideram que o seu não reconhecimento acarreta desvantagens, a nível nacional e no contexto europeu. No contexto nacional, Carlos Zorrinho (PS)¹¹⁷ é da opinião que o não reconhecimento leva a uma maior desigualdade, uma vez que não há um acesso igual aos detentores do poder. “*É preciso que a regulamentação crie alguns níveis de equilíbrio, permita igualdade de acesso às várias forças.*” A nível europeu, Marisa Matias (BE)¹¹⁸ tem dúvidas que a não regulamentação acarrete desvantagens para Portugal, porque “*o maior lóbi são os deputados que são eleitos para defender esses interesses em articulação com os interesses europeus, portanto nunca me coloquei essa questão*”. Apesar de Marisa Matias (BE) considerar que a não regulamentação de Portugal não coloca em causa a representação dos interesses nacionais em Bruxelas, porque são os deputados portugueses, que lá estão, que defendem os interesses nacionais, a eurodeputada reconhece que “*há uma grande quantidade de países em que as associações de utentes não estão organizadas o suficiente. Portugal é um dos casos*”.

De acordo com Carlos Zorrinho¹¹⁹ (PS) são inúmeras as empresas que são lobistas em Bruxelas, mas que não praticam a atividade em Portugal. Expõe: “*essas empresas têm representantes em Bruxelas, que estão reconhecidos não são lobistas em Portugal, mas são em Bruxelas*”. Para o eurodeputado, “*do ponto de vista europeu, os nossos atores económicos e sociais usam lóbi, não lóbi direto, mas lóbi indireto*”, uma vez que “*Portugal não é dos países maiores, nem dos países com mais peso*”.

Enquanto os eurodeputados entendem que a representação nacional é feita pelos próprios eurodeputados, a CIP¹²⁰ não vê nenhuma desvantagem na ausência de representação a nível europeu, no entanto é importante salientar que “*a CIP está inscrita, nós também somos uma confederação europeia...*”. O coordenador da USI,

¹¹⁶ Ver Entrevista Dr. Luís Marques Mendes – Apêndice S.

¹¹⁷ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

¹¹⁸ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

¹¹⁹ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

¹²⁰ Ver Entrevista Dr. Nuno Biscaya - CIP – Apêndice L.

Paulo Marcos¹²¹ tem uma perspetiva oposta, uma vez que considera que Portugal fica mal representado, assim refere: *“temos um défice de representação lá fora. Eu acho que, a nossa capacidade de influência é diminuta, não somos formatados a exercer o nosso magistério de influência nos órgãos europeus. Esta falta de prática em Portugal, ou pelo menos de um mercado regulado de lóbi leva a que nos seja muito mais difícil participar neste processo. Digo a nível europeu, onde isto é muito mais transparente, regulado e comumente aceite e profissionalizado. Nós, candidatos a fazer passar algum ponto de vista setorial ou nacional, defrontamo-nos com ‘players’ muito especializados com os quais nós não temos preparação técnica, política para poder dialogar de igual para igual”*.

O mesmo interlocutor salienta a desvantagem a nível financeiro, *“por isso somos um país que tem menos fundos comunitários per capita, do que aquilo que seria razoável, mesmo comparando com a economia grega, que não é muito diferente da nossa, vemos que na maior parte dos setores, o apoio per capita na Grécia chega a ser duas vezes e meia maior que o português”*. Paulo Marcos¹²² conclui que a nossa inexperiência de lóbi resulta num prejuízo económico efetivo, *“isto pode ser relevante para Portugal, esta perda de transparência e da ausência de mercado faz com que a economia portuguesa perca centenas de milhões de euros por ano”*. Esta afirmação é comprovada com um estudo sobre “Portugal nas Decisões Europeias” de 2014 em que a representação de interesses portugueses não tem capacidade de influenciar a tomada das decisões nível europeu, devido à *“ausência de tradição de lobbying, uma redução da densidade sindical, níveis moderados de fragmentação das associações patronais ...”* (Trechsel e Rose, 2014, p. 192).

Susana Coroadó¹²³ faz referência precisamente a este *“estudo de Alexander Trechsel e Richard Rose que foi financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre a defesa dos interesses de Portugal na União Europeia, mostra que Portugal ainda não defende bem os seus interesses. Há pouco lóbi português na União Europeia, exatamente porque não há prática e, não havendo prática, depois as pessoas não sabem bem como fazer as coisas e estão pouco despertas para isso.”* Ainda mais, de acordo com investigadora esta situação conduz a um defice de representatividade para a defesa dos interesses em geral.

¹²¹ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

¹²² Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

¹²³ Ver Entrevista Dr.^a Susana Coroadó – Apêndice I.

Algumas das principais vantagens a nível nacional apontadas por Joaquim Martins Lampreia¹²⁴ são “*uma maior transparência na sociedade civil. Sabe-se quem é que influenciou ou tentou influenciar, sabe-se como é que as coisas funcionam... por outro lado, havendo regulamentação tem um segundo efeito que é a abertura do mercado a profissionais.*” Além do mais, afirma: “*externamente seríamos mais competitivos e internamente seríamos mais transparentes.*”

A falta de experiência e desconhecimento contribuem para mistificar o que é uma prática corrente na União Europeia. “*Aquilo que devia ser natural cá, era ser feito de uma forma organizada, saber-se como é que é suposto fazer. Nós costumamos reunir, a Comissão de Assuntos Económicos, a Comissão de Emprego, ouvimo-nos sempre. Nós trabalhamos regularmente, isso é, que devia ser! A falta de enquadramento prejudica a capacidade de replicar o modelo de fora de Portugal. Nessa medida, esse prejuízo existe*” explica Henrique Burnay.¹²⁵

Quanto às desvantagens do não reconhecimento do lóbi a nível nacional, Luís Montenegro (PSD)¹²⁶ considera que tudo depende da “*transparência das decisões*” e “*é no fundo demonstrar que aquela decisão tem uma determinada finalidade e que produz um determinado resultado que é benéfico para a comunidade*”. Se alguns eurodeputados e organizações consideram que a não regulamentação do lóbi não acarreta desvantagens para Portugal, quando comparado com outros países que têm essa regulamentação. Nuno Magalhães (CDS/PP)¹²⁷, defende uma opinião contrária e considera que “*Portugal está em desvantagem em relação a outros países que podem fazê-lo de forma legítima e legal, porque está regulamentado no seu país e em Portugal não está!*”. Luís Montenegro¹²⁸ (PSD) está neste ponto, em concordância com o deputado do CDS, pois é da opinião que a legalização do lóbi em Portugal traria vantagens para o país, a nível europeu. Refere: “*se a circunstância de se poder regulamentar a atividade terá um efeito positivo nesse domínio, talvez. Porque isso significa que os pontos de vista nacionais, poderão ter uma representação naquilo que é a capacidade de persuasão das instituições europeias*”. Já a presidente do CDS/PP, Assunção Cristas,¹²⁹ não encontra quaisquer problemas ao nível da representação de Portugal em Bruxelas, uma

¹²⁴ Ver Entrevista Dr. J. Martins Lampreia – Apêndice O.

¹²⁵ Ver Entrevista Dr. Henrique Burnay – Apêndice H.

¹²⁶ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

¹²⁷ Ver Entrevista Dr. Nuno Magalhães – Apêndice G.

¹²⁸ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

¹²⁹ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

vez que *“a verdade é que as entidades que sentem necessidade de se fazerem ouvir, a nível europeu, recorrem a lóbi que o exerce a nível europeu. Até porque, normalmente, quem exerce a defesa dos interesses portugueses são as entidades públicas”*. Também Pedro Soares¹³⁰ (BE) não crê que Portugal esteja fragilizado em Bruxelas, em função da não regulamentação do lóbi, pois *“o que interessa é discutido no Conselho Europeu, onde Portugal tem um acento do primeiro-ministro a par da mesa de outros ministros. Não é resultado de atividades lobistas, não é resultado de grupos de pressão na Europa, mas sim, vontade de uns países e duns governos relativamente aos outros”*.

3.8 A relação entre a atividade de lóbi e a qualidade da democracia

Até que ponto a regulamentação do lóbi em Portugal pode contribuir para a qualidade da democracia, esta é a pergunta de partida. Neste ponto, a representação dos grupos de pressão têm uma posição clara e favorável. *“O lóbi é, por essência, positivo. O que não é positivo é ele ser clandestino e ser exclusivo de poucos. Portanto, isso é claramente perverso. Tudo o que seja para tornar o lóbi visível, legal, suscetível de escrutínio, de pagar impostos, etc., eu acho que faz imenso sentido e, tipicamente, eu acho que o lóbi profissional, transparente e competitivo faz melhorar a democracia. O que eu acho que nos está a faltar é transparência, é legislação, é cumprimento, é consciência social, mas acima de tudo uma legalização e tornar transparente.”* Esta é a opinião de Paulo Marcos¹³¹ da USI. A mesma opinião é partilhada por Nuno Biscaya,¹³² representante da CIP *“a ideia que a representação de interesses, eu creio que isso seja mesmo essencial para o funcionamento da democracia, permitindo assim que todos influenciar decisões ou pelo menos fazerem-se ouvir, para que os decisores políticos talvez tomem as decisões mais acertadas... quanto mais participação houver da sociedade civil, melhor serão regulamentados os seus interesses, contribuindo para o bem de toda a sociedade em geral.”*

Tanto Marisa Matias¹³³(BE), como Carlos Zorrinho¹³⁴(PS) defendem a legalização do lóbi em Portugal, uma vez que permite melhorar a qualidade da democracia, pois a regulamentação da atividade significa o aumento da transparência.

¹³⁰ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

¹³¹ Ver Entrevista Dr. Paulo Marcos - USI – Apêndice J.

¹³² Ver Entrevista Dr. Nuno Biscaya - CIP – Apêndice L.

¹³³ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

¹³⁴ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

Marisa Matias (BE),¹³⁵ acredita “... *que aumenta a transparência. A transparência é importante, mas não resolve o problema de fundo, que é a acumulação de funções*”. Carlos Zorrinho (PS)¹³⁶ também defende que “*o lóbi legalizado torna mais transparente mais confiável e transparente a decisão*” o que, por sua vez “*aumenta a confiança das pessoas na política.*”

Quando questionado sobre a possibilidade de existência de obstáculos à separação entre o mundo da política e dos negócios, Luís Montenegro (PSD)¹³⁷ referiu que depende do deputado evitar esse mesmo obstáculo, uma vez que “*independentemente dos deputados terem as suas profissões, as suas famílias, a sua vida, os seus interesses, é pressuposto do exercício da sua função que, acima de tudo isso, eles são deputados porque estão a prover o bem comum e a representar a vontade do povo*”. Já Pedro Soares (BE)¹³⁸ considera que “*é muito difícil ter uma Lei equiparada à ética. Normalmente é a ética que perde e não a Lei que ganha quando as duas são iguais*”. Também Assunção Cristas,¹³⁹ do CDS/PP, no âmbito da separação entre o mundo da política e dos negócios, abordou a questão da ética, referindo que “*o mundo do direito e o mundo da ética cruzam-se em alguns pontos, mas são mundos separados. A questão é saber, em que ponto e qual é a medida de premeio do mundo da ética, em relação ao mundo do direito e ao mundo jurídico, neste caso, o direito que regula relações, que têm que ver com a política e o exercício das funções políticas. Naturalmente, que há sempre uma zona de interação, mas depois, há zonas em que essa interação não existe*”. Por sua vez, Nuno Magalhães (CDS/PP)¹⁴⁰ é da opinião que os cidadãos também têm uma atitude influente, pois “*isto vai do bom senso e do julgamento popular! (...) o que pode ser legal pode não ser eticamente aceitável, mas isso cabe ao povo*”.

No que concerne a relação entre o lóbi e a qualidade da democracia, nomeadamente o aumento ou a diminuição da transparência, Luís Montenegro (PSD)¹⁴¹ reconhece que podem existir, ou não, práticas corretas de lóbi, no entanto, para este deputado esta questão depende da “*transparência das decisões, com fundamentação das decisões, que é uma das formas de combater a corrupção*”. Na perspetiva de

¹³⁵ Ver Entrevista Dr.^a Marisa Matias – Apêndice N.

¹³⁶ Ver Entrevista Dr. Carlos Zorrinho – Apêndice M.

¹³⁷ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

¹³⁸ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

¹³⁹ Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

¹⁴⁰ Ver Entrevista Dr. Nuno Magalhães – Apêndice G.

¹⁴¹ Ver Entrevista Dr. Luís Montenegro – Apêndice R.

Assunção Cristas (CDS/PP),¹⁴² *“a transparência traz, pelo menos, a possibilidade de escrutínio... diria que é positivo que possa haver mais transparência, mais qualidade de informação prestada e que todo o processo esteja organizado de maneira absolutamente legal e natural”*. Para Pedro Soares (BE)¹⁴³ é necessário *“que haja um reforço dos mecanismos de transparência dos agentes públicos, isto é, obrigações de transparência no registo de interesses, das propriedades e rendimentos”*, sendo que Nuno Magalhães (CDS/PP) considera que a profissão de lóbi deve ser *“transparente, pública”*.

Já Fernando Negrão (PSD),¹⁴⁴ presidente da “CERTEFP”, expressa que *“... há aqui um trabalho pedagógico muito importante a fazer na sociedade portuguesa relativamente a esta matéria e demonstrar que a regulamentação desta atividade e explicar como é que vai ser essa regulamentação.”* O objetivo é *“as pessoas perceberem que o intuito é trazer mais transparência a esta atividade.”*

3.9. O debate na Assembleia da República sobre o “Lobbying”. Observação não participante

No dia 14 de setembro realizou-se na sala do Senado da Assembleia da República uma conferência sobre o “lobbying” (Anexo 3), organizada pela Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas.

A conferência contou com a presença de oradores da área judicial, da comunicação e da política, quer a nível nacional, quer internacional, relacionados com o tema, em que se discutiu essencialmente a importância da transparência e da regulamentação do lóbi em Portugal. A sala do Senado estava bem composta a nível de presenças, o que demonstra o interesse do tema na sociedade civil.

O primeiro painel era composto pelos seguintes oradores: a professora Maria Lúcia Amaral, o jurista Gonçalo Matias e a investigadora da “TIAC” Susana Coroadó e era moderado pelo deputado José Manuel Pureza.

No início da sessão, a professora catedrática e ex-vice-presidente do Tribunal Constitucional, Maria Lúcia Amaral, definiu o lóbi como uma atividade onde *“um grupo de interesse e um conjunto de pessoas, sob o impulso do interesse comum e de um valor comum, atua no espaço público, nele pretendendo fazer prevalecer o interesse*

¹⁴² Ver Entrevista Dr.^a Assunção Cristas – Apêndice T.

¹⁴³ Ver Entrevista Dr. Pedro Filipe Soares – Apêndice F.

¹⁴⁴ Ver Entrevista Dr. Fernando Negrão – Apêndice P.

particular que o move, através da emissão de pretensões que afetam de maneira direta e indireta os demais atores sociais”.

Não obstante ser uma prática muito desenvolvida em toda a União Europeia, não foi aprovada ainda uma legislação que regule a atividade em Portugal, uma vez que, para a professora catedrática, sempre houve uma *“enorme dificuldade na cultura jurídico-constitucional do continente europeu em admitir a existência deste fenómeno”*. Parte da relutância em assumir e reconhecer esta atividade prende-se com o facto de o lóbi ser muitas vezes associado ao crime de tráfico de influências e, portanto, ser prejudicial à qualidade da democracia. No entanto, para o jurista e consultor da Presidência da República, Gonçalo Matias, *“é falso pensar que quem exerce lóbi está a praticar um crime de tráfico de influências. Só pratica um crime de tráfico de influências quem abusar da influência, e não quem usa a influência de forma lícita, ou seja, não abusiva”*. Para o consultor da Presidência da República, a solução é a regulamentação do lóbi que *“ajudaria a definir quais são as atividades e as condutas consideradas lícitas e quais são aquelas consideradas ilícitas. Ao fazermos isto e regulamentarmos o lóbi acabamos por contribuir para uma segurança jurídica”*.

A mesma opinião foi partilhada por Susana Coroado, investigadora da Associação da Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC), que iniciou a sua participação com duas interrogações: *“Porquê regulamentar o lóbi? E porquê fazê-lo em Portugal?”*. De relembra que, com vista a responder a estas e outras questões em torno da regulamentação do lóbi, chegou já ao Parlamento uma proposta do CDS/PP, aceite pelo PSD e PS, de forma a efetivar a regulamentação daquela que é considerada por muitos *“a segunda profissão mais antiga do mundo”*.

O segundo painel de oradores composto por Henrique Burnay, lobista acreditado em Bruxelas, Domingas Carvalhosa, *managing partner* da “Wisdom Consulting” e Marie Thiel da Unidade de Transparência do Parlamento Europeu. No centro do debate esteve o facto de a regulamentação do lóbi ser encarada por muitos especialistas como sendo imperativa e urgente, uma vez que contribuirá para diminuir o crime de corrupção e de tráfico de influências. De acordo, com Maria Domingas Carvalhosa, *managing partner* da consultora de comunicação “Wisdom Consulting”, administradora e sócia da empresa de comunicação e *marketing* – “Lift World” e presidente da Assembleia Geral da “APECOM”, refere que *“não faz muito sentido que o lóbi não seja regulamentado, até porque se considerarmos que a regulamentação do lóbi vai ocupar um espaço de informalidade que existe e que é terreno fértil para o desenvolvimento da corrupção,*

penso que ficaremos sem dúvidas relativamente à necessidade dessa mesma regulamentação". Durante a sua intervenção, Domingas Carvalhosa defendeu ainda, que é *"importante" haver um registo «obrigatório» de todas as entidades que pratiquem lóbi em Portugal. "Se os advogados estão a efetuar lóbi, devem registar-se. Se vamos desenvolver uma regulamentação para ser eficaz, é importante que metade da atividade de lóbi não fuja à regulamentação"*. A consultora reconheceu também que *"é necessário criar um código de conduta, que prevê sanções para o seu incumprimento. Todos nós que trabalhamos nesta atividade queremos a sua regulamentação e queremos ser regulamentados, logo, parece-me importante que isso aconteça"*.

A sessão contou ainda com a presença de Henrique Burnay, *senior partner* da "Eupportunity", uma empresa portuguesa de consultoria em assuntos europeus com escritório em Bruxelas, que falou do lóbi de uma forma muito prática, sem grandes mistérios sobre o modo como o lóbi é praticado na União Europeia e nas instituições europeias. Explica: *"Diariamente existem centenas de reuniões entre lobistas e titulares do poder nas instituições europeias. Infelizmente, de todos os lobistas registados na União Europeia, poucos são de Portugal. Considero que é sempre vantajoso ter entidades portuguesas em Bruxelas, uma vez que ajudam a que as decisões europeias tenham em conta a perceção portuguesa"*. Segundo Henrique Burnay, seria *"muito vantajoso para Portugal proceder à regulamentação da atividade lóbi"*, através da criação de um *"registo de transparência"* dado que *"permitiria saber que interesses são representados, quem os representa, em que temas essas entidades se envolvem e se interessam, os clientes que estão a representar, com quem reúnem"*. No fim da sua intervenção, Henrique Burnay utilizou uma alegoria para melhor ilustrar a sua opinião, de que é imperativo regulamentar a atividade lóbi em Portugal à semelhança do trânsito. *"Se existem estradas e carros, eu diria que é uma boa ideia que haja um código de estrada"*, assim como é *"uma boa ideia"* a regulamentação e a legislação do lóbi, dada a sua existência e a sua vasta praticabilidade em Portugal.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o lóbi permitiu perceber que se trata de um tema ético, delicado e controverso, muito associado a práticas ilegais, tais como: tráfico de influências e corrupção, sendo que os entrevistados revelaram cautela e um cuidado legal na sua definição.

Chegamos a algumas conclusões um pouco contraditórias. Se, por um lado, a falta de regulamentação do lóbi dificulta a definição do próprio conceito, por outro lado, alguns dos entrevistados escusam-se na (i)legalidade para não o definir, como se a sua não definição evitasse a sua existência. São, essencialmente, os deputados com formação jurídica que evitam a sua definição, refugiando-se na ausência de legalização. Contudo, não há qualquer relação entre a existência do lóbi e a legalidade, uma vez que, embora não seja regulamentado, isso não significa não existe. Perante esta afirmação, que reconhece a existência do fenómeno, é paradoxal o facto de se assumir que não se consegue resolvê-lo, enquadrando-o devidamente na sociedade, e se prossiga fazendo de conta que este não existe. No fundo, esta má reputação do lóbi representa a negação de um direito constitucional, nomeadamente, o direito de representação pluralista.

Verifica-se que a grande maioria dos entrevistados é favorável à regulamentação do lóbi, com a criação de um registo público, de preferência obrigatório para ser mais eficaz e de um código de conduta. Um dos entrevistados até sugere a criação de uma associação profissional, no sentido de criar normas e regras que regulem a atividade. Contudo, dos argumentos apresentados depreende-se que, apesar de defenderem a regulamentação, não sustentam que esta seja totalmente transparente, no que respeita os honorários dos lobistas, aludindo ao foro privado.

O não reconhecimento deste tipo de atividade, significa negligenciar a sua ação estratégica, no sentido de influenciar e defender os interesses setoriais, económicos e da sociedade em geral. Como referido, por alguns dos entrevistados, no Norte da Europa a atividade dos lobistas é comum, pelo que a sua regulamentação iria beneficiar a democracia, ao tornar mais visível o sistema político, demonstrando aos cidadãos a transparência das decisões políticas. A porta fechada ou entreaberta para o lóbi, induz a um maior desconfiança no sistema político, bem como levanta dúvidas sobre quais as verdadeiras razões da vontade dos intervenientes. A regulamentação do lóbi iria contribuir não só para a transparência em relação às decisões públicas, como também

incrementaria a igualdade de acesso aos decisores, por parte dos que atualmente não tem esse privilégio.

A insatisfação crescente com a qualidade da democracia, tendo em conta as suas características, tais como: um elevado “grau de liberdade e igualdade política e o controlo das políticas públicas e dos políticos” (Pinto, Sousa e Magalhães, 2011, p. 19) resulta, também da incapacidade para assumir todas as dinâmicas que vão florescendo entre si, permitindo que alguns circulem num sistema de portas “giratórias”, ou seja, saiem da política e entram no mundo dos negócios, o que compromete seriamente a qualidade da democracia. Conforme publicado na revista *Visão* de 22/09/2016 (Rapazote, 2016, pp. 7-10), o exemplo mais recente desta afirmação é o caso do ex-presidente da Comissão Europeia Durão Barroso que acaba de ser contratado como representante de interesses da *Goldman Sachs*, após 18 meses de período de nojo.

Para alguns entrevistados, a ausência de regulamentação do lóbi traduz-se num problema de falta de vontade política. Para outros, a solução passaria por dois outros instrumentos de reforço da democracia, através do incremento das competências e reformulação da Comissão de Ética, bem como, a implementação da “Pegada legislativa”, ou seja, o registo de todos os contributos dados para uma determinada legislação. Em suma, a “pegada legislativa” poderia contribuir positivamente para a transparência no que respeita à legislação, e até diminuir a insatisfação da (população) com a democracia, que é hoje já bastante elevada e tende a aumentar (Pequito e Pereira, 2014). Essa insatisfação é maior entre os grupos sociais mais vulneráveis da sociedade, a saber os mais idosos, os menos escolarizados e os reformados” (Lobo, 2014, p. 11).

Sendo o lóbi frequentemente associado à corrupção e tráfico de influências. E, se é verdade, que para a maioria dos entrevistados, não restam dúvidas sobre o que é lóbi e o que é corrupção ou tráfico de influências, não é menos verdade, que há quem considere a fronteira entre estes dois fenómenos muito “ténue”. Esta opacidade e fronteiras poucos delimitadas, nada abonam a favor da regulamentação, razão pela qual, alguns acreditam que se pode estar a legalizar o “ilegal”.

É importante salientar, não só as desvantagens da ausência de regulamentação do lóbi na falta de transparência, como também nas desvantagens económicas, quer pela ausência de novos *players* no mercado nacional, quer pela sub-representação dos “nossos” pontos de vista a nível europeu, onde poderíamos exercer mais influência e defender os interesses sectoriais, económicos e da sociedade em geral.

Quanto aos deputados em regime de exclusividade, esta é uma proposta com pouca aceitação ou até rejeitada na maioria dos casos, porque se esta fosse concretizada a qualidade parlamentar da Assembleia da República iria diminuir de forma significativa. Emergem assim, duas perspectivas distintas: uma, que aceita a legalização do lóbi, não completamente transparente, admitindo que a remuneração dos lobistas não seja pública; e, outra, que defende as virtudes da possibilidade de os deputados não se relacionarem com o parlamento em regime de exclusividade, abrindo a porta, a que subtilmente cheguem à política, influências provenientes de muitos setores económicos, sociais e culturais. De forma deliberada ou inconsciente, reproduz-se, desta forma, o senso comum que define o lóbi como uma atividade sub-reptícia e oculta, que talvez tenha repercussões na forma como é operacionalizada em Portugal. Por outro lado, os deputados do Bloco de Esquerda entendem que não se deve regularizar a atividade de lóbi e enquadrá-la enquanto profissão, defendendo antes a exclusividade dos deputados como profissionais da política. O que se poderá resultar numa “...crise do mandato individual dos parlamentares e à sua subalternização perante os partidos a que pertencem, que resultam fundamentalmente da crescente profissionalização política, da acumulação de cargos públicos e partidários...” (Teixeira, 2008, p. 154) que é considerado por alguns entrevistados a submissão dos deputados aos partidos políticos e serem “marionetes dos partidos políticos”.

Em suma, os eurodeputados que trabalham diariamente com lobistas em Bruxelas, reconhecem a utilidade desta atividade e defendem que deve ser regulamentada em Portugal, pois esta legislação beneficiaria a democracia através do aumento da “transparência” e da confiança no sistema político por parte dos cidadãos.

Da observação da conferência sobre o “*lobbying*”, realizada no dia 14 de setembro de 2016, na Assembleia da República, onde se discutiu a contribuição na regulamentação do lóbi para o incremento da transparência, da responsabilidade, da integridade, da confiança, da ética e da igualdade de acesso aos representantes de interesses, concluiu-se que são mais as vozes a favor da regulamentação do lóbi, do que contra. No entanto, dado tratar-se de um tema muito sensível e controverso, terão de haver subseqüentes debates de ideias e mais alargados de forma a levar adiante a regulamentação do lóbi.

Relativamente à discussão pública do Projeto de Lei nº 225, do Grupo Parlamentar CDS-PP, tendente a regulamentar a atividade de representação profissional de interesses, é possível verificar que se contou com alguns contributos (publicados na

página eletrónica da Assembleia da República¹⁴⁵) da sociedade civil e que estes são na sua maioria favoráveis à regulamentação da atividade – sendo disso exemplo, a Ordem dos Médicos, a CIP, a Ordem dos Solicitadores e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre outros.

Tendo em conta o exposto, o lóbi pode representar um espaço de democracia participativa onde confluem interesses de forma dialética, contribuindo para mitigar o problema do *deficit* de legitimidade, na medida em que os cidadãos obtêm um maior poder no processo de decisão política. Desta forma, o lóbi pode contribuir para a melhoria da qualidade das decisões e para o reforço da democracia através do aumento da participação cívica dos cidadãos.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que, na prática, o debate público e académico em torno do lóbi proporciona um fórum de discussão, com informações especializadas de diversos pontos de vista, antagónicos ou não, mas que irão permitir ao legislador tomar uma decisão mais informada, ponderada e equilibrada. Isto é, o lóbi pode configurar-se como uma oportunidade para criar sinergias, de forma a ampliar a possibilidade da participação política dos cidadãos, daí fazer parte integrante de uma democracia saudável.

Nesta investigação, o foco residiu essencialmente nos deputados da AR em detrimento do poder executivo, ou seja, deu-se privilégio aos deputados eleitos da AR e a outros atores que “gravitam” em torno do tema. Assim, esta investigação apresenta a lacuna de não ter dado espaço à audição do governo, o que se deveu, não só à metodologia escolhida, mas também à escassez de tempo, inerente a uma dissertação de mestrado com um curto prazo de entrega.

Para concluir, deixa-se uma pista para investigações futuras, em que o alvo de estudo resida no poder executivo, não só porque os seus membros também “legislam”, mas sobretudo porque implementam as leis e as grandes decisões que afetam a maioria dos cidadãos residem precisamente nesse órgão de soberania, sobretudo quando é conhecida a recorrente tendência do nosso sistema político para a “governamentalização do parlamento”.

¹⁴⁵ Ver os diversos pareceres e contributos publicados na página eletrónica da AR, na Comissão Eventual para o Reforço do Exercício de Funções Públicas. Disponível em : <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIIIILEG/CERTEFP/Paginas/Pareceres-e-Contributos.aspx>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

- Bardin, L. (2013). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardon, P., e Libaert, T. (2012). *Le lobbying*. Paris: Dunod.
- Bobbio, N. (2004). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB Dinalivro.
- Bobbio, N., Matteucci, N., e Pasquino, G. (1983). *Dicionário de Política* (2ª ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Carvalho, L. N. (2000). *Direito ao Lobbying: Teoria, meios e técnicas*. Lisboa: Edições Cosmo.
- Chagnollaud, D. (2010). *Science politique: éléments de sociologie politique* (7ª ed.). Paris: Dalloz.
- Clamen, M. (2005). *Manuel de lobbying*. Paris: Dunod.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Dahl, R. A. (1998). *On democracy*. Yale University Press: New Haven.
- Daridan, M.-L., e Luneau, A. (2012). *Lobbying. Les coulisses de l'influence en démocratie*. Orléans: Pearson France.
- Ferreira, A. C. (2008). *Memória Futura, Portugal e a OIT: Dinâmicas de uma Relação*. Lisboa: OIT.
- Ferreira, A. C. (2014). *Política e Sociedade. Teoria Social em tempo de austeridade*. Porto: Vida Económica Editorial SA.
- Florence, E. (1997). *Dicionário de Política*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ketele, J., e Roegiers, X. (1993). *Metodologia da recolha de dados Fundamentos dos Métodos de Observação de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lampreia, J. M. (2005). *Lóbi Ética, Técnica e Aplicação*. Lisboa: Texto Editores.
- Lampreia, J. M. (2006). *ABC do Lóbi*. Lisboa: Texto Editores.
- Lampreia, J. M., e Guéguen, D. (2008). *O Lóbi na União Europeia*. Lisboa: Texto Editores.
- Lara, A. S. (2005). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão* (8ª ed.). Lisboa: ISCSP.
- Lessar-Hébert, M., Goyette, G., e Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e práticas* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Leston-Bandeira, C., e Tibúrcio, T. (2015). O Futuro da representação parlamentar. Em A. Freire, *O Futuro da representação política democrática* (pp. 73-92). Lisboa: Nova Vega Lda.
- Martins, M. M. (2010). Comunicação Política - uma abordagem na perspectiva sistémica. Em M. M. Martins, N. Sena, S. Balão, E. Serrano, e V. Gonçalves, *Comunicação e Marketing Político* (p. 239). Lisboa: Instituto de Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morais, P. (2011). Anatomia da Corrupção. Em L. d. Sousa, e D. Soares, *Transparência, Justiça e Liberdade. Em memória de Saldanha Sanches* (pp. 29-40). n.d.: Rui Costa Pinto Edições.

- Moreira, A. (1979). *Ciência Política*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Morgado, M. J., e Vegar, J. (2003). *O inimigo sem rosto. Fraude e corrupção em Portugal*. Porto: Publicações Dom Quixote.
- Nonon, J., e Clamen, M. (1993). *L'Europe au pluriel: douze pays au singulier*. Paris: Dunod.
- Nonon, J., e Clamen, M. (1999). *Como Influenciar na Europa Comunitária ou a Arte de Meter uma Cunha Política ou Económica*. Mem Martins: Edições CETOP.
- Oxford University. (1995). *The Oxford English Reference Dictionary*. Oxford: Oxford University Press.
- Pequito, C. e Almedida, P. (2014), *Contributos para a Avaliação da Qualidade da Democracia nos Países Europeus*, Lisboa: Aletheia.
- Pinto, A., Sousa, L., e Magalhães, P. (2011). *A qualidade da Democracia em Portugal A visão dos cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Romagni, P. (1994). *O lobbying: viagem ao centro dos grupos de pressão e dos circuitos de influência: guia prático da arte de influenciar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Trechsel, A., e Rose, R. (2014). *A Participação de Portugal nas Decisões EU, uma Perspectiva Comparada*, 4º Relatório para a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Tese de mestrado ou de doutoramento:

- Mesquita, B. (setembro de 2014). *Conflito de interesses no Parlamento Português: O caso da XII Legislatura (2011-2015)* (Dissertação de Mestrado). Obtido de ISEG:
<https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=591963&method=getFile>
- Minh, B. (5 de janeiro de 2012). *Citizen Interest Representation, the Key to Solve the European Union's Democratic Legitimacy? Lobbying for citizen participation in the EU* (Master of arts Thesis). Obtido de Euroculture:
http://theses.cz/id/14iu00/B__Minh_-_MA_Thesis_Euroculture.pdf
- Santos, L. A. (Dezembro de 2007). *Regulamentação das atividades de Lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo das políticas públicas - análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil* (tese de mestrado). Obtido de
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1483/1/Tese_2008_LuizAlbertoSantos.pdf
- Teixeira, M. C. (2008). *Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal O Povo semi-soberano (Tese de Doutoramento em Ciência Política)*. Lisboa: ISCSP.

Documentos legislativos:

- Assembleia da República. (1 de abril de 2009). *Estatuto dos Deputados*. Lisboa, Portugal: Assembleia da República.

Assembleia da República. (06 de maio de 2016). *Projeto de Lei nº 225/XII- Diário da República II Série A Nº 79/XIII/1*. Obtido em 9 de maio de 2016, de Assembleia da República: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/13/01/079/2016-05-06/9?pgs=9-13&org=PLC>

Constituição da República Portuguesa. (2009). *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Artigos em revista científicas:

Burns, T. R., Jaeger, C., Liberatore, A., Meny, Y., e Nanz, P. (2000). The Future of Parliamentary Democracy: Transition and Challenge in European Governance. *Green Paper prepared for the Conference of the Speakers of EU Parliaments* (pp. 1-9). Rome - September 22-24, 2000: European Commission.

Chilton, S. (maio de 1998). Reflects on the regulation of lobbying in the European Union. *ELIR - European Level Interest Representation Newsletter*, nº 4, p. 12.

Duarte, J. A. (2003). A co-decisão e a defesa de interesses sectoriais e nacionais no Parlamento Europeu. *Revista Negócios Estrangeiros*, nº 4,5, 82-89.

Ladeira, W. T. (Jan/Jun de 2007). Teoria e Métodos de Pesquisa qualitativa em Sociologia internacional. *Revista C. Humanas*, Vol. 7, pp. 43-56.

Artigo de um jornal:

Guerreiro, N. S. (2013). O BES ou o fim do mito. *Jornal de Negócios*.

Rapazote. (2016). Vida de Lobista. *Revista Visão*, pp.7-10.

Fontes eletrónicas:

Comissão Comunidades Europeias. (3 de maio de 2006). *Livro Verde A Iniciativa Europeia em matéria de Transparência*. Obtido de Comissão Europeia: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:l14521&from=PT>

Comissão Europeia. (3 de maio de 2006). *Green Paper - European Transparency Initiative* - COM(2006)194 final. Obtido de Commission of the European Communities: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52006DC0194>

Comissão Europeia. (2011). *A Comissão e o Parlamento Europeu lançam o Registo de Transparência Comum para mostrar quem procura influenciar a política Europeia, Comunicado de Imprensa IP/11/773, Bruxelas, COM(2011), 3*. Obtido de Comissão Europeia: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/773&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>

Comissão Europeia. (2011). *Novo portal da transparência: um balcão único para um processo de decisão aberto na Comissão, Comunicado de Imprensa IP/12/574*. Obtido de <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/12/574&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>

- Comissão Europeia. (12 de março de 2015). *Registo de Transparência*. Obtido em 23 de Junho de 2016, de Comissão Europeia Transparência: <http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/homePage.do?locale=pt#pt>
- Comissão Europeia. (1 de junho de 2016). *Consulta pública sobre uma proposta relativa a um registo de transparência obrigatório*. Obtido em 6 de julho de 2016, de Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/transparency/civil_society/public_consultation_pt.htm
- Saraiva, P. M. (28 de abril de 2015). *Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do GBES*. Obtido de Assembleia da República: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030765131424a516b56544c30467963585670646d39446232317063334e68627939535a577868644d4f7a636d6c76637938774d4355794d464a6c62474630773>
- Socialista, P. (2015). *Programa Eleitoral do Partido Socialista, Legislativas 2015*. Obtido em 30 de junho de 2016, de PS: <http://costa2015.pt/wp-content/themes/PS2015/assets/pdf/programa-eleitoral-PS-legislativas2015.pdf>
- Thiel, M. (2016). *EU Transparency Register* (p. 17). Lisboa: Europe Parliament. Obtido em 24 de setembro de 2016, de <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheEvento.aspx?BID=102775>
- TIAC. (13 de novembro de 2014). *Poder Político é permeável à influência dos grandes grupos de interesses, revela estudo da TIAC*. Obtido em 8 de julho de 2016, de TIAC Transparência e Integridade Associação Cívica: <https://transparencia.pt/2014/11/13/poder-politico-e-permeavel-a-influencia-dos-grandes-grupos-de-interesses-revela-estudo-da-tiac/>
- TIAC. (15 de abril de 2015a). *Lóbi desregulado expõe Europa à corrupção*. Obtido em 08 de julho de 2016, de Transparência: <https://transparencia.pt/2015/04/15/lobi-desregulado-expoe-a-europa-a-corrupcao/>
- TIAC. (9 de maio de 2015b). *Política e Governo Campanha limpa*. Obtido em 17 de junho de 2016, de Focus Social Revista de Economia Social: <http://www.focussocial.eu/noticia.php?id=100>
- Transparency International. (2015). *Tables of results: Corruption Index 2015*. Obtido de Transparency International: <http://www.transparency.org/cpi2015#results-table>
- Transparency Register. (25 de setembro de 2016). *Statistic for Transparency Register*. Obtido em 25 de setembro de 2016, de Transparency Register: <http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/consultation/statistics.do?locale=en&action=prepareView>
- U. S. Senate. (14 de fevereiro de 2016). *United States Senate*. Obtido de www.senate.gov: http://www.senate.gov/pagelayout/legislative/g_three_sections_with_teasers/lobbyingdisc.htm#lobbyingdisc=lda

Artigos de jornal on-line:

- Abreu, A. S. (10 de maio de 2016). Acabar com o lobbying. Será que é desta? Obtido em 22 de junho de 2016, de *Expresso*: <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-05-10-Acabar-com-o-lobbying.-Sera-que-e-desta->

- Albuquerque, R. (15 de maio de 2014). Lobbying português tem pouco peso na União Europeia. Obtido de *Expresso*: <http://expresso.sapo.pt/politica/lobbying-portugues-tem-pouco-peso-na-uniao-europeia=f869676>
- Antunes, R. P. (8 de outubro de 2010). Governo contratou KGA por 330 mil euros dia do PEC II. Obtido em 27 de junho de 2016, de *Diário de Notícias*: <http://www.dn.pt/economia/interior/governo-contratou-kg-a-por-330-mil-euros-no-dia-do-pec-ii-1680677.html>
- Arrontes, E. (4 de janeiro de 2013). Lobby e Transparência: União Europeia sob pressão. Obtido em 5 de julho de 2016, de *Global Voices*: <https://pt.globalvoices.org/2013/01/04/lobby-e-transparencia-uniao-europeia-sob-pressao/>
- Bastos, I. D. (13 de Abril de 2015). Regulação "pode reduzir" a corrupção. Obtido em 17 de junho de 2016, de *Económico*: http://economico.sapo.pt/noticias/regulacao-pode-reduzir-a-corrupcao_215845.html
- Bastos, I. D. (13 de abril de 2015a). Governo está a estudar a forma de regulamentar lobby em Portugal. Obtido em 30 de junho de 2016, de *Diário Económico*: http://economico.sapo.pt/noticias/governo-esta-a-estudar-forma-de-regulamentar-lobby-em-portugal_215843.html
- Branco, S. (9 de julho de 2007). Portugal está a perder oportunidades por não fazer "lobbying" na Europa. Obtido em 20 de 06 de 2016, de *Público*: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/portugal-esta-a-perder-oportunidades-por-nao-fazer-lobbying-na-europa-1298938>
- Campos, A. (10 de Fevereiro de 2016). Regime de prevenção de conflito de interesses dos deputados é "permissivo". Obtido em 28 de junho de 2016, de *Público*: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/regime-de-prevencao-de-conflitos-de-interesses-dos-deputados-e-permissivo-1722863>
- Cavaleiro, D. (3 de março de 2016). Maria Luís Albuquerque contratada por Gestora Britânica de dívida. Obtido em 1 de julho de 2016, de *Jornal de negócios*: http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca___financas/detalhe/maria_luis_albuquerque_contratada_para_gestora_de_divida_britanica.html
- Cerejo, J. A. (13 de Fevereiro de 2012). Prática mostra que as regras dos conflitos de interesse não servem para nada. Obtido em 28 de junho de 2016, de *Público*: <http://www.publico.pt/destaque/jornal/pratica-mostra-que-regras-dos-conflitos-de-interesses-nao-servem-para-nada-23875742>
- Coelho, J. (20 de novembro de 2015). As férias de Sócrates pagas por Santos Silva quando ainda era primeiro-ministro. Obtido em 1 de julho de 2016, de *Observador*: <http://observador.pt/2015/11/20/as-ferias-socrates-pagas-santos-silva-ainda-era-primeiro-ministro>
- Correio da Manhã. (4 de novembro de 2009). Governo quer regular actividade dos lóbis. Obtido em 30 de junho de 2016, de *Correio da Manhã*: <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/politica/detalhe/governo-quer-regular-actividade-dos-lobis.html>
- Costa, V. F. (28 de junho de 2015). Sobre a necessidade de regular o lobbying em Portugal. Obtido em 18 de maio de 2016, de *Público*: <https://www.publico.pt/politica/noticia/sobre-a-necessidade-de-regular-o-lobbying-em-portugal-1700289>

- Diário Notícias. (24 de junho de 2016). "Tua: Cristas e Portas terão sido essenciais para a obra da Mota-Engil". Obtido em 1 de julho de 2016, de *Diário Notícias*: <http://www.dn.pt/portugal/interior/tua-cristas-e-portas-terao-sido-essenciais-para-a-obra-da-mota-engil-5248083.html>
- Durães, P. (9 de maio de 2016). Regulamentação do lóbi regressa à Assembleia. Obtido em 15 de maio de 2016, de *Meios e Publicidade*: <http://www.meiosepublicidade.pt/2016/05/regulamentacao-do-lobi-regressa-a-assembleia/>
- Leite, F. (22 de Março de 2007). Lobbyistas invadem corredores do Parlamento. Obtido em 30 de junho de 2016, de *Diário de Notícias*: <http://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/lobbyistas-invadem-corredores-do-parlamento-654747.html>
- Leite, F. A. (27 de 07 de 2007). Jaime Gama vai vetar lobby no Parlamento. Obtido em 30 de 06 de 2016, de *Diário Notícias*: <http://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/jaime-gama-vai-vetar-lobby-no-parlamento-662048.html>
- Lopes, M. (23 de 10 de 2014). Secretário de Estado defende debate “sem complexos” para a legalização do lóbi em Portugal. Obtido de *Público*: <https://www.publico.pt/politica/noticia/secretario-de-estado-defende-debate-sem-complexos-para-a-legalizacao-do-lobi-em-portugal-1673926>
- Lusa. (30 de 01 de 2008). AR: profissionais agências comunicação não terão credenciação específica equiparada a jornalistas. Obtido de *Expresso*: <http://expresso.sapo.pt/feeds/lusa/ar-profissionais-agencias-comunicacao-nao-terao-credenciacao-especifica-equiparada-a-jornalistas=f229488>
- Negócios, J. d. (24 de maio de 2012). Banqueiros, gestores e políticos na investigação à rede de lavagem de dinheiro. Obtido em 1 de julho de 2016, de *Jornal de Negócios*: http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/banqueiros_gestores_e_poliacuteticos_na_investigaccedilatildeo_agrave_rede_de_lavagem_de_dinheiro.html
- Oliveira, E. (30 de outubro de 2015). A USI e o Conselho Económico e Social em busca da representatividade perdida. Obtido de *USI*, p.12: <http://usi.pt/wp-content/uploads/2015/08/USI1.pdf>
- Pereira, H. (6 de Dezembro de 2011). Governo contrata lobistas. Obtido em 27 de junho de 2016, de *Jornal Sol*: <http://sol.sapo.pt/artigo/35628/governo-contrata-lobistas>
- Pereira, H. (12 de julho de 2015). Governo desiste de regulamentar lobbying. Obtido em 30 de junho de 2016, de *Observador*: <http://observador.pt/2015/07/12/governo-desiste-de-legalizar-lobbying/>
- Silva, C. (19 de Setembro de 2010). EUA fecharam cerco à atividade após caso que envolveu suborno e tráfico de influência. Obtido em 20 de Julho de 2016, de *Folha de São Paulo*: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1909201018.htm>
- TSF. (21 de Outubro de 2012). José Maria Ricciardi admite conversas com "vários membros do Governo". Obtido em 1 de julho de 2016, de *TSF*: <http://www.tsf.pt/portugal/politica/interior/jose-maria-ricciardi-admite-conversas-com-varios-membros-do-governo-2838673.html>

Livros e relatórios on-line:

- Berg, J. (2015). *Pegada Legislativa. Um guia para Leis Transparentes*. Lisboa: Transparency International EU Office. Obtido de Transparency International EU: https://transparencia.pt/wp-content/themes/twentyfourteen/.../Pegada_Legislativa.pdf
- Bota, J. M. (2009). *"Lobbying in a democratic society (European Code of Conduct on Lobbying)", Report Committee on economics Affairs and Development*. Obtido de Parliamentary Assembly: <http://www.assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=17832&lang=en>
- Bowen, P. (21 de setembro de 2016). *Lobbying the European Union*. Obtido de Oxford University Press: <http://elib.peaceland.edu.ng:8383/greenstone3/sites/localsite/collect/peaceland/index/assoc/HASH0170.dir/doc.pdf#page=162>
- Cohen, D. (novembro de 2007). *Lobbying in European Union*. Obtido de European Parliament: <http://www.ipolnet.ep.parl.union.eu/ipolnet/cms/pid/450>
- Coroado, S. (2014). *Lóbi a Descoberto - O mercado de Influências em Portugal*. Lisboa: TIAC - Transparência e Integridade Associação Cívica e ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Obtido de Transparency International: https://issuu.com/transparencyinternational/docs/2015_lobbyingineurope_en?e=2496456/12316229
- Lobo, M. C. (2014). *A qualidade da democracia em Portugal, 2014*. Obtido em 6 de Julho de 2016, de Barómetro da Qualidade da democracia: <http://www.ics.ul.pt/flipping/bdq/files/assets/common/downloads/publication.pdf>
- União Europeia. (Março de 2010). *Tratados Consolidados Carta dos Direitos Fundamentais*. Obtido em 22 de junho de 2016, de União Europeia: http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties_pt.pdf

Filmes:

- Howsam, G. (Produtor), Hickenlooper, G. (Realizador). (2010). *Casino Jack, o dinheiro dos outros* [Filme]. Canada: Hannibal Pictures.

ANEXOS

Anexo 1: Projeto de Lei do CDS

Grupo Parlamentar

**PROJETO DE LEI Nº 225/XIII-1.^a****REGULAMENTA A ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL
DE INTERESSES (“LOBBYING”)**

O CDS-PP inscreveu entre as suas prioridades a melhoria do quadro institucional da vida portuguesa, fazendo-o assentar num poder público transparente, sujeito a escrutínio efetivo e merecedor de mais e maior confiança.

A participação dos cidadãos e das empresas nos processos de formação das decisões públicas, refletida, desde logo, nos artigos 48.º e 52.º da Constituição, que consagram respetivamente a participação na vida pública e o direito de petição, é um elemento fundamental de qualquer Estado de Direito democrático.

Refletindo esta realidade, o programa eleitoral da coligação “Portugal à Frente” previu precisamente que a regulamentação da atividade de representação profissional de interesses - melhor conhecida por «lobbying» - constituiria uma das formas de reforçar a transparência nas relações entre os entes públicos, de um lado, e os particulares e as instituições da sociedade civil, por outro, e uma forma de trazer ao conhecimento das entidades públicas os interesses públicos e privados que compõem o feixe de ponderações associadas a cada procedimento decisório. O acompanhamento ativo pelos cidadãos e pelas empresas da vida do País é um indicador significativo do grau de consenso democrático que todas as partes interessadas pretendem alcançar.

Sempre que tal participação ocorre num contexto jurídico transparente, definido e seguro, em particular, no que respeita as entidades e organizações que representam os interesses dos cidadãos e das empresas, os decisores públicos têm oportunidade de obter de forma clara informação alargada e aprofundada acerca dos interesses efetivamente relevantes para a sua atuação, aumentando a qualidade e a eficácia das decisões produzidas. Paralelamente, tal quadro jurídico permite assegurar que todos os interesses têm equivalente oportunidade de serem conhecidos e ponderados, em igualdade de circunstâncias. E, do mesmo modo, um modelo aberto e transparente de participação permite informar os respetivos destinatários sobre os procedimentos de formação das decisões públicas, bem como aumentar os níveis de confiança dos cidadãos nos seus decisores, reforçando a legitimidade democrática das suas atuações.

Verifica-se que muitos outros regimes jurídicos já incentivam práticas pautadas pela transparência, como aqueles que se encontram previstos no Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro (que estabelece a natureza, a composição, a orgânica e o regime jurídico a que estão sujeitos os gabinetes dos membros do Governo), no Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro (que modifica as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, bem como as matérias relativas aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios), ou na Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da

Administração Pública). O mesmo sucede com a regulação da atividade parlamentar, que encontra no Regimento da Assembleia da República (Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 96-A/2007 de 19 de setembro, e alterado pelo Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro) inúmeras normas que promovem e cultivam práticas de transparência, abertura e comunicação.

No que respeita em particular a administração direta do Estado, o artigo 3.º, n.º 7, da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro (que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado), na redação em vigor, estipula que aquela deve assegurar a interação e a complementaridade da sua atuação com os respetivos destinatários, no respeito pelo princípio da participação dos administrados.

A adoção de mecanismos de regulação da atividade das entidades que representam interesses legítimos dos cidadãos e das empresas junto dos centros de decisão, em conjunto com a implementação de práticas de transparência, é também o sentido das recomendações das principais organizações e instituições internacionais, tais como a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou o Pacto Global da Organização das Nações Unidas. Em geral, salientam tais organizações que a representação de interesses de cidadãos e de empresas junto dos decisores públicos impulsiona a prosperidade das sociedades, bem como que o pluralismo de interesses é um traço importante da

democracia, desde que as atividades de representação de tais interesses não ponham em causa princípios democráticos e de boa governança, o que pode ser evitado através da aplicação de sistemas regulatórios.

Na União Europeia, encontra-se em funcionamento um sistema de regulação assente num Registo de Transparência facultativo para aqueles que participem na formulação e na execução das políticas europeias no âmbito da atuação do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, associando-se a tal registo o cumprimento de um Código de Conduta. Estes mecanismos, instituídos desde 2011 em ambos os órgãos mas decorrentes de instrumentos semelhantes existentes no Parlamento Europeu desde 1996 e na Comissão Europeia desde 2008, são aliás utilizados rotineiramente por empresas e associações portuguesas. Também por este motivo, foi o modelo de tratamento da questão na esfera europeia que esteve na base da presente regulação e das suas normas.

À semelhança do que sucedeu há algumas décadas nos Estados Unidos da América e na Alemanha, também recentemente se tem verificado em vários países europeus a preparação e a introdução ao nível nacional de normas reguladoras da atividade de representação de interesses legítimos ou de atividades similares, sendo exemplo a França, a Áustria, o Reino Unido e a Irlanda. Com efeito, o atraso relativo do ordenamento português nesta matéria tem sido assinalado criticamente por várias organizações, nomeadamente a Transparência Internacional.

É neste contexto que o CDS-PP entende que devem ser adotadas medidas eficazes de promoção de maior transparência e progressiva abertura na participação dos interessados nos processos decisórios estruturantes da administração direta do Estado ou de outros órgãos ou entidades públicas, mediante o estabelecimento de regras claras que regulem a atividade das entidades e organizações que representam os interesses daqueles, estimulando a interação entre todas as partes interessadas num quadro determinado e fiável.

É intenção da presente iniciativa implementar um modelo de regulação da representação de interesses legítimos junto da administração direta e indireta do Estado, que reúne as entidades administrativas públicas portuguesas que produzem decisões estruturantes para a vida do País, assente em princípios de transparência, responsabilidade, abertura, integridade, formalidade, confiança, ética e igualdade de acesso.

Tal regulação será realizada através de um sistema de registo desses representantes de natureza pública, gratuita e facultativa, não se prevendo presentemente qualquer sanção associada à sua não adoção. À semelhança do que sucede junto do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, o registo será acompanhado de um Código de Conduta, exortando-se todas as entidades e pessoas que representam interesses legítimos a proceder ao respetivo registo e a adotar o Código de Conduta na sua atividade. Exortam-se ainda todas as entidades públicas a quem são apresentados interesses a incentivar e a promover a inscrição no registo dos interlocutores de tais interesses, dando

prevalência e preferência de interação àqueles que se encontrarem registados.

Seguindo o exemplo da representação de interesses legítimos nas instituições europeias, que atualmente se direciona para um projeto de implementação de um sistema de registo obrigatório, pretende-se que o regime jurídico que agora se aprova seja apenas um primeiro passo no sentido de uma regulação futuramente mais exigente. Assim, as medidas agora adotadas terão sempre associado um caráter de progressividade no seu alcance e nos seus efeitos, com vista a garantir gradualmente um nível máximo de transparência nas relações entre cidadãos, empresas e decisores.

Pelo exposto, os deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP abaixo assinados apresentam o seguinte projeto de lei:

Artigo 1.º

Objeto

1 - O presente diploma contém regras de transparência aplicáveis às relações entre representantes de interesses legítimos e as entidades públicas, definidos no artigo 2.º

2 - O presente diploma procede à criação de um Registo de Transparência dos representantes de interesses legítimos.

3 - O presente diploma aprova um Código de Conduta para as relações entre representantes de interesses legítimos e entidades públicas, constante do Anexo I.

Artigo 2.º**Âmbito**

1 - Para efeitos do presente diploma consideram-se entidades públicas a Assembleia da República, o Governo, incluindo os gabinetes dos respetivos membros, os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado, bem como a administração autónoma, autárquica, direta e indireta.

2 - Para efeitos deste diploma, consideram-se representantes de interesses legítimos todas as entidades, com ou sem fim lucrativo, singulares ou coletivas, sob a forma comercial ou não, que atuem junto das entidades públicas referidas no número anterior no sentido de, direta ou indiretamente, influenciarem, designadamente, a definição de políticas públicas, legislação, regulamentação ou decisões, em representação dos seus interesses, dos interesses de grupos específicos ou de terceiros.

3 - As atuações previstas no número anterior incluem, nomeadamente, contatos sob qualquer forma com as entidades referidas no n.º 1, o envio e circulação de correspondência, material informativo ou documentos de discussão ou tomadas de posições, ou a organização de eventos, reuniões, conferências ou quaisquer outras atividades de promoção dos interesses representados, bem como a participação em consultas sobre propostas legislativas ou outros atos normativos.

4 - Não se consideram abrangidos pelo presente diploma:

a) A prática de atos próprios dos advogados e solicitadores, tal como definidos em legislação especial, ou atos preparatórios destes,

nomeadamente contatos com organismos públicos destinados a melhor informar os seus clientes acerca de uma situação jurídica geral ou concreta, ou de os aconselhar quanto à adequação de uma pretensão;

b) Atividades dos parceiros sociais, nomeadamente, organizações sindicais e patronais ou empresariais, enquanto participantes na concertação social e apenas nessa medida;

c) Atividades em resposta a pedidos de informação diretos e individualizados das entidades referidas no nº 1, do artigo 2.º, ou convites individualizados para assistir a audições públicas ou participar nos trabalhos de preparação de legislação ou de políticas públicas.

Artigo 3.º

Manutenção e acesso ao Registo

1 - Às entidades públicas referidas no artigo anterior compete criar e gerir um Registo de Transparência eletrónico dos representantes de interesses legítimos nas suas relações com aquelas.

2 - A veracidade e atualização do conteúdo do Registo de Transparência é da responsabilidade dos representantes de interesses legítimos, sem prejuízo do disposto no número anterior e da assistência ao preenchimento prestada pelas entidades públicas.

3 - O Registo de Transparência é público, obrigatório e gratuito.

Artigo 4.º

Objeto do Registo

1 - O Registo de Transparência contém, pelo menos, as seguintes informações sobre os representantes de interesses legítimos:

- a) Categoria de representante de interesses legítimos, nos termos do artigo 2.º;
- b) Enumeração dos principais interesses legítimos que representem;
- b) Nome da entidade, morada, telefone, correio eletrónico, sítio web;
- c) Nome do titular do órgão social de gestão, quando aplicável;
- d) Nome da pessoa responsável pela atividade de representação de interesses legítimos, quando aplicável;
- e) Nome dos três principais clientes da atividade de representação de interesses legítimos, no caso da representação profissional de interesses de terceiros.

2 - Para efeitos do número anterior os três principais clientes correspondem àqueles três que representem o maior valor relativo de rendimentos derivados de serviços de representação de interesses prestados, tendo em conta o total de rendimentos de serviços de representação de interesses prestados a todos os clientes no ano anterior.

Artigo 5.º

Procedimento de registo

1 - As entidades referidas no artigo 2.º que se registem em qualquer dos registos de transparência obtêm um número de registo automático.

2 - As entidades inscritas devem atualizar os dados constantes do Registo de Transparência pelo menos uma vez por ano.

3 - A inscrição no registo pode ser cancelada, a pedido ou oficiosamente, nomeadamente quando as entidades inscritas:

a) não tenham exercido qualquer atividade de representação de interesses legítimos nos últimos 12 meses; ou,

b) pretendam deixar de exercer a atividade de representação de interesses por um período previsivelmente superior a 12 meses.

Artigo 6.º

Código de Conduta

As entidades públicas referidas no artigo 2.º e os representantes de interesses legítimos registados nos registos de transparência aderem ao Código de Conduta para as Relações entre Representantes de Interesses Legítimos e Entidades Públicas constante do Anexo I à presente lei.

Artigo 7.º

Avaliação do sistema de transparência

1 - As entidades públicas referidas no artigo 2º publicam anualmente um relatório sobre os respetivos registos de transparência e o código de conduta, contendo uma análise qualitativa e quantitativa do funcionamento dos registos, incluindo o número de entidades registadas, os acessos, as atualizações, e os problemas encontrados na sua aplicação e na dos códigos de conduta.

2 - As entidades públicas referidas no artigo 2º procederão a consultas regulares com os representantes de interesses legítimos, as associações profissionais, as instituições do ensino superior, e outras entidades relevantes, para a melhoria do Registo de Transparência e do Código de Conduta, tendo em conta um objetivo de gradual aumento da exigência do sistema de transparência na representação de interesses.

ANEXO I

CÓDIGO DE CONDUTA PARA AS RELAÇÕES ENTRE REPRESENTANTES DE INTERESSES LEGÍTIMOS E ENTIDADES PÚBLICAS (a que se refere o artigo 1.º)

1) Os representantes de interesses legítimos reconhecem a importância de se relacionarem com entidades públicas de um modo transparente, correto e rigoroso, e o papel fundamental desempenhado por um sistema de registo público.

- 2) As entidades públicas reconhecem a importância dos representantes de interesses legítimos para a formação de decisões e políticas públicas informadas e procurarão interagir de forma transparente com os representantes inscritos no Registo de Transparência.
- 3) As entidades públicas, quando observarem que um representante de interesses que consigo queira interagir não se encontra registado no Registo de Transparência, deverá notifica-lo para proceder previamente à sua inscrição no Registo.
- 4) Os representantes de interesses legítimos comprometem-se a indicar sempre essa qualidade em todos os contactos e correspondência trocada com as entidades públicas, incluindo o número de inscrição no Registo de Transparência e a declaração expressa de adesão a este Código de Conduta, e, se aplicável, a outros.
- 5) Os representantes de interesses legítimos devem declarar com rigor os clientes e interesses que representam em cada situação concreta, e esclarecer de forma inequívoca os objetivos que pretendem alcançar com a sua atuação.
- 6) Os representantes de interesses legítimos procurarão aderir a outros códigos de conduta que se apliquem à sua atividade, e a desenvolver concertadamente regras de conduta e regras deontológicas, tendo em conta a especificidade da regulamentação portuguesa.
- 7) As empresas e outras instituições devem indicar publicamente um responsável pela área de relações institucionais públicas.

Grupo Parlamentar do CDS-PP, 6 de Maio de 2016

Os Deputados,

Nuno Magalhães

Telmo Correia

Vânia Barros

Antonio Carlos Monteiro

Assunção Cristas

Cecilia Meireles

Helder Amaral

João Almeida

Abel Baptista

Alvaro Castello-Branco

Ana Rita Bessa

Filipe Lobo D'Ávila

Isabel Galriça Neto

João Rebelo

Paulo Portas

Pedro Mota Soares

Patricia Oliveira

Teresa Caeiro

Anexo 2: Estatuto dos Deputados

ESTATUTO DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO
VERSÃO SIMPLES

Estatuto dos Deputados

Lei nº 7/93, de 1 de março (TP),
com as alterações introduzidas pela Lei nº 24/95, de 18 de agosto¹ (TP),
Lei nº 55/98, de 18 de agosto² (TP), Lei nº 8/99, de 10 de fevereiro³ (TP),
Lei nº 45/99, de 16 de junho (TP), Lei nº 3/2001, de 23 de fevereiro^{4,5} (TP),
(retificada pela Declaração de Retificação n.º 9/2001, de 13 de março)⁶,
Lei n.º 24/2003, de 4 de julho (TP), Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro (TP),
Lei n.º 44/2006, de 25 de agosto⁷ (TP), Lei n.º 45/2006, de 25 de agosto⁸ (TP),
Lei n.º 43/2007, de 24 de agosto⁹ (TP), e Lei n.º 16/2009, de 1 de abril (TP)

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

Capítulo I Do mandato

Artigo 1.º Natureza e âmbito do mandato

1 - Os Deputados representam todo o País, e não os círculos por que são eleitos.

¹ Nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 24/95, de 18 de agosto, a presente lei entra em vigor à data da verificação de poderes dos Deputados à Assembleia da República eleitos no primeiro ato eleitoral que tiver lugar após a sua publicação.

² Nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 55/98, de 18 de agosto, 1 - O disposto no presente diploma é aplicável às situações anteriores à sua entrada em vigor, desde que verificadas na legislatura em curso. 2 - O previsto no número anterior reporta-se exclusivamente às situações em que ocorreu suspensão de mandato. De acordo com o previsto no artigo 3.º do mesmo diploma a presente lei entra em vigor com a aprovação do Orçamento do Estado para o ano económico de 1999.

³ Nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 8/99, de 10 de fevereiro, a presente lei entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

⁴ Nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 3/2001, de 23 de fevereiro, o regime de incompatibilidades e impedimentos previsto na presente lei aplica-se aos Deputados nacionais eleitos ao Parlamento Europeu, considerando-se derrogada qualquer legislação em contrário. De acordo com o artigo 6.º do mesmo diploma: 1 - A presente lei entra imediatamente em vigor, ressalvado o disposto nos números seguintes. 2 - O novo regime de cessação do mandato e demais normas que estabeleçam maiores restrições decorrentes das disposições legais relativas às incompatibilidades só entram em vigor com o início da nova legislatura. 3 - Os efeitos financeiros decorrentes das alterações introduzidas pela presente lei produzem-se com a entrada em vigor da lei do Orçamento do Estado para o ano de 2001. Este diploma republicou e reenumerou o Estatuto dos Deputados.

⁵ A Lei nº 3/2001, de 23 de fevereiro, republicou e reenumerou o Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei nº 7/93, de 1 de março.

⁶ A Declaração de Retificação n.º 9/2001, de 13 de março, republicou, na íntegra, a Lei n.º 3/2001, de 23 de fevereiro.

⁷ Nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 44/2006, de 25 de agosto, a presente lei entra em vigor no primeiro dia da próxima legislatura, isto é, no primeiro dia da XI legislatura.

⁸ Nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 45/2006, de 25 de agosto, a presente lei entra em vigor no primeiro dia da próxima legislatura, isto é, no primeiro dia da XI legislatura.

⁹ Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 43/2007 de 24 de agosto, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 44/2006, e no artigo 2.º da Lei n.º 45/2006, ambas de 25 de agosto, a presente lei entra em vigor no primeiro dia da 3.ª Sessão Legislativa da X Legislatura (15 de setembro de 2007).

2 - Os Deputados dispõem de estatuto único, aplicando-se-lhes os mesmos direitos e deveres, salvaguardadas condições específicas do seu exercício e o regime das diferentes funções parlamentares que desempenhem, nos termos da lei.

Artigo 2º

Início e termo do mandato

1 - O mandato dos Deputados inicia-se com a primeira reunião da Assembleia da República após as eleições e cessa com a primeira reunião após as eleições subsequentes, sem prejuízo da suspensão ou da cessação individual do mandato.

2 - O preenchimento das vagas que ocorrerem na Assembleia da República é regulado pela lei eleitoral.

Artigo 3º

Verificação de poderes

Os poderes dos Deputados são verificados pela Assembleia da República, nos termos fixados pelo respetivo Regimento.

Artigo 4º

Suspensão do mandato

1 - Determinam a suspensão do mandato:

- a) O deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante, nos termos do artigo 5.º;
- b) O procedimento criminal, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º;
- c) A ocorrência das situações referenciadas nas alíneas a), à exceção do Presidente da República, d), e), f), g), h) e l) do n.º 1 do artigo 20.º

2 - A suspensão do mandato estabelecida no número anterior para os casos da alínea g) do n.º 1 do artigo 20.º só é admissível imediatamente após a verificação de poderes pela Assembleia da República ou no momento da investidura no respetivo cargo autárquico e não pode ocorrer por mais do que um único período não superior a 180 dias.

Artigo 5º

Substituição temporária por motivo relevante

1 - Os Deputados podem pedir ao Presidente da Assembleia da República, por motivo relevante, a sua substituição por uma ou mais vezes, no decurso da legislatura.

2 - Por motivo relevante entende-se:

- a) Doença grave que envolva impedimento do exercício das funções por período não inferior a 30 dias nem superior a 180;
- b) Exercício da licença por maternidade ou paternidade;
- c) Necessidade de garantir seguimento de processo nos termos do n.º 3 do artigo 11.º.

3 - O requerimento de substituição será apresentado diretamente pelo próprio Deputado ou através da direção do grupo parlamentar, acompanhado, neste caso, de declaração de anuência do Deputado a substituir.

4 - A substituição temporária do Deputado, quando se fundamente nos motivos constantes das alíneas a) e b) do n.º 2, não implica a cessação do processamento da remuneração nem a perda da contagem de tempo de serviço.

Artigo 6º
Cessação da suspensão

1 - A suspensão do mandato cessa:

- a) No caso da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º, pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado, diretamente indicado por este ou através da direção do grupo parlamentar em que se encontre integrado, ao Presidente da Assembleia da República;
- b) No caso da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, por decisão absolutória ou equivalente ou com o cumprimento da pena;
- c) No caso da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, pela cessação da função incompatível com a de Deputado.

2 - Com a retoma pelo Deputado do exercício do mandato, cessam automaticamente todos os poderes do último Deputado da respetiva lista que nessa data esteja a exercer o mandato.

3 - O regresso antecipado do Deputado não pode ocorrer antes de decorridos os 50 dias previstos no n.º 5 do artigo 5.º, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 11.º

Artigo 7º
Renúncia do mandato

1 - Os Deputados podem renunciar ao mandato mediante declaração escrita apresentada pessoalmente ao Presidente da Assembleia da República ou com a assinatura reconhecida notarialmente.

2 - Não será dado andamento ao pedido de renúncia sem prévia comunicação ao presidente do respetivo grupo parlamentar, quando o houver.

3 - A renúncia torna-se efetiva com o anúncio pela Mesa no Plenário, sem prejuízo da sua ulterior publicação no *Diário da Assembleia da República*.

Artigo 8º
Perda do mandato

1 - Perdem o mandato os Deputados que:

- a) Venham a ser feridos por alguma das incapacidades ou incompatibilidades previstas na lei, mesmo por factos anteriores à eleição, não podendo a Assembleia da República reapreciar factos que tenham sido objeto de decisão judicial com trânsito em julgado ou de deliberação anterior da própria Assembleia;
- b) Não tomem assento na Assembleia da República ou excedam o número de faltas, salvo motivo justificado, nos termos do n.º 2 e de acordo com o Regimento;
- c) Se inscrevam em partido diferente daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio;
- d) Sejam judicialmente condenados por participação em organizações de ideologia fascista ou racista.

2 - Considera-se motivo justificado a doença, o casamento, a maternidade e a paternidade, o luto, força maior, missão ou trabalho parlamentar e o trabalho político ou do partido a que o Deputado pertence, bem como a participação em atividades parlamentares, nos termos do Regimento.

3 - A invocação de razão de consciência, devidamente fundamentada, por Deputado presente na reunião é considerada como justificação de não participação na votação.

4 - Em casos excecionais, as dificuldades de transporte podem ser consideradas como justificação de faltas.

5 - A não suspensão do mandato, nos termos do artigo 4.º, nos casos aplicáveis do artigo 20.º, e desde que o Deputado não observe o disposto no n.º 7 do artigo 21.º, determina a perda do mandato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 160.º da Constituição, a qual será declarada após verificação pela Assembleia da República, nos termos do Regimento.

Artigo 9º

Substituição dos Deputados

1 - Em caso de vacatura ou de suspensão de mandato, o Deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência na mesma lista.

2 - O impedimento temporário do candidato chamado a assumir as funções de Deputado determina a subida do candidato que se seguir na ordem de precedência.

3 - Cessado o impedimento, o candidato retomará o seu lugar na lista para efeito de futuras substituições.

4 - Não haverá substituição se já não existirem candidatos efetivos ou suplentes não eleitos na lista do Deputado a substituir.

5 - A substituição prevista no presente artigo, bem como o reconhecimento do impedimento temporário de candidato não eleito e do seu termo, depende de requerimento da direção do respetivo grupo parlamentar, quando o houver, ou do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Capítulo II

Imunidades

Artigo 10º

Irresponsabilidade

Os Deputados não respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções e por causa delas.

Artigo 11º

Imunidades

1 - Nenhum Deputado pode ser detido ou preso sem autorização da Assembleia, salvo por crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos e em flagrante delito.

2 - Os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia, sendo obrigatória a decisão de autorização, no segundo caso, quando houver fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 3 anos.

3 - Movido procedimento criminal contra um Deputado e acusado este definitivamente, a Assembleia decide, no prazo fixado no Regimento, se o Deputado deve ou não ser suspenso para efeito do seguimento do processo, nos termos seguintes:

a) A suspensão é obrigatória quando se tratar de crime do tipo referido no nº 1;

b) A Assembleia pode limitar a suspensão do Deputado ao tempo que considerar mais adequado, segundo as circunstâncias, ao exercício do mandato e ao andamento do processo criminal.

4 - A acusação torna-se definitiva, acarretando prosseguimento dos autos até à audiência de julgamento:

- a) Quando, havendo lugar a intervenção do juiz de instrução, este confirme a acusação do Ministério Público e a decisão não seja impugnada, ou, tendo havido recurso, seja mantida pelo tribunal superior;
- b) Após o trânsito em julgado da decisão de pronúncia, por factos diversos dos da acusação do Ministério Público;
- c) Não havendo lugar a instrução, após o saneamento do processo pelo juiz da audiência de julgamento;
- d) Em caso de processo sumaríssimo, após o requerimento do Ministério Público para aplicação de sanção.

5 - O pedido de autorização a que se referem os números anteriores é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia da República e não caduca com o fim da legislatura, se o Deputado for eleito para novo mandato.

6 - As decisões a que se refere o presente artigo são tomadas pelo Plenário, precedendo audição do Deputado e parecer da comissão competente.

7 - O prazo de prescrição do procedimento criminal suspende-se a partir da entrada, na Assembleia da República, do pedido de autorização formulado pelo juiz competente, nos termos e para os efeitos decorrentes da alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do Código Penal, mantendo-se a suspensão daquele prazo caso a Assembleia delibere pelo não levantamento da imunidade e enquanto ao visado assistir tal prerrogativa.

Capítulo III

Condições de exercício do mandato

Artigo 12º

Condições de exercício da função de Deputado

1 - Os Deputados exercem livremente o seu mandato, sendo-lhes garantidas condições adequadas ao eficaz exercício das suas funções, designadamente ao indispensável contacto com os cidadãos eleitores e à sua informação regular.

2 - Cada Deputado tem direito a dispor de condições adequadas de trabalho, nomeadamente de:

- a) Gabinete próprio e individualizado na sede da Assembleia da República;
- b) Assistente individual, a recrutar nos termos da lei;
- c) Caixa de correio eletrónico dedicada;
- d) Página individual no portal da Assembleia da República na *Internet*.

3 - Todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas.

4 - Os serviços da administração central ou dela dependentes devem facultar aos Deputados condições para o exercício do mandato, nomeadamente fornecendo os elementos,

informações e publicações oficiais solicitados e facultando, sempre que possível, instalações para reuniões de trabalho, desde que tal não afete o funcionamento dos próprios serviços.

5 - Os governos civis, quando solicitados pelos Deputados, devem disponibilizar instalações adequadas que lhes permitam um contacto direto com a comunicação social e com os cidadãos dos seus círculos.

6 - No exercício das suas funções, os Deputados têm direito a utilizar gratuitamente serviços postais e sistemas de telecomunicações, bem como à utilização da rede informática parlamentar e de outras redes eletrónicas de informação.

7 - É assegurada a utilização pelos Deputados de linhas verdes, sistemas automatizados de informação e outras formas de divulgação das suas atividades parlamentares e de contacto com os eleitores, a nível central e nos círculos eleitorais.

8 - As condições de utilização de cada um dos meios de comunicação são fixadas pelos órgãos competentes da Assembleia da República.

Artigo 13º

Indemnização por danos

1 - Os Deputados que, no exercício das suas funções ou por causa delas, sejam vítimas de atos que impliquem ofensa à vida, à integridade física ou moral, à liberdade ou a bens patrimoniais têm direito a justa indemnização.

2 - Os factos que a justificam são objeto de inquérito determinado pelo Presidente da Assembleia da República, o qual decide da atribuição e do valor da indemnização, salvo e na medida em que os danos estejam cobertos por outros meios.

Artigo 14º

Deveres dos Deputados

1 - Constituem deveres dos Deputados:

- a) Participar nos trabalhos parlamentares e designadamente comparecer às reuniões do Plenário e às das comissões a que pertençam;
- b) Desempenhar os cargos na Assembleia e as funções para que sejam eleitos ou designados, sob proposta dos respetivos grupos parlamentares;
- c) Participar nas votações;
- d) Assegurar o indispensável contacto com os eleitores;
- e) Respeitar a dignidade da Assembleia da República e dos Deputados;
- f) Observar o Regimento da Assembleia da República.

2 - O exercício de quaisquer outras atividades, quando legalmente admissível, não pode pôr em causa o regular cumprimento dos deveres previstos no número anterior.

Artigo 15º

Direitos dos Deputados

1 - A falta de Deputados por causa das reuniões ou missões da Assembleia a atos ou diligências oficiais a ela estranhos constitui motivo justificado de adiamento destes, sem encargo, mas tal fundamento não pode ser invocado mais de uma vez em cada ato ou diligência.

2 - Ao Deputado que frequentar curso de qualquer grau de ensino, oficialmente reconhecido, é aplicável, quanto a aulas, exames e outras prestações de provas académicas e científicas, o regime mais favorável de entre os que estejam previstos para outras situações.

3 - Os Deputados gozam ainda dos seguintes direitos:

- a) Adiamento do serviço militar, do serviço cívico ou da mobilização civil;
- b) Livre trânsito, considerado como livre circulação em locais públicos de acesso condicionado, mediante exibição do cartão de Deputado;
- c) Passaporte diplomático por legislatura, renovado em cada sessão legislativa;
- d) Cartão de Deputado, cujo modelo e emissão são fixados por despacho do Presidente da Assembleia da República;¹⁰
- e) Remunerações e subsídios que a lei prescrever;
- f) Os previstos na legislação sobre proteção à maternidade e à paternidade;
- g) Direito de uso e porte de arma, nos termos do n.º 7 do presente artigo;
- h) Prioridade nas reservas de passagem nas empresas públicas de navegação aérea durante o funcionamento efetivo da Assembleia ou por motivos relacionados com o desempenho do seu mandato.

4 - O cartão de Deputado deve incluir, para além do nome do Deputado, as assinaturas do próprio e do Presidente da Assembleia da República, a validade em razão do respetivo mandato, bem como o número do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão.

5 - O cartão de Deputado inclui no circuito integrado a aplicação informática para a votação eletrónica, bem como o certificado qualificado para assinatura eletrónica e outros elementos indispensáveis a novas aplicações que nele sejam integradas.

6 - O passaporte diplomático e o cartão de Deputado devem ser devolvidos, de imediato, ao Presidente da Assembleia da República quando se verifique a cessação ou a suspensão do mandato de Deputado.

7 - Para efeitos de detenção, manifesto, uso e porte de armas e suas munições, são aplicáveis aos Deputados as disposições constantes do artigo 5.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro.

Artigo 16º **Deslocações**

1 - No exercício das suas funções ou por causa delas, os Deputados têm direito a subsídios de transporte e ajudas de custo correspondentes.

2 - Os princípios gerais a que obedecem os subsídios de transporte e ajudas de custo são fixados por deliberação da Assembleia da República.

3 - Quando em missão oficial ao estrangeiro, os Deputados terão direito a um seguro de vida, de valor a fixar pelo Conselho de Administração da Assembleia da República.

¹⁰ O modelo e emissão do cartão de deputado foram fixados pelo [Despacho do Presidente da Assembleia da República n.º 94/XI](#), publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série E, n.º 5, de 7 de dezembro de 2010. No entanto, a Entidade Certificadora da Assembleia da República (ECAR) foi extinta, tendo sido substituída pela Entidade de Registo da Assembleia da República (ERAR), pelo que este despacho se encontra desatualizado.

4 - A Assembleia da República poderá estabelecer, mediante parecer favorável do Conselho de Administração, um seguro que cubra os riscos de deslocação dos Deputados no País ou os que decorrem de missões ao estrangeiro.

5 - A Assembleia da República assume os encargos de assistência médica de emergência aos Deputados, quando em viagem oficial ou considerada de interesse parlamentar pela Conferência de Líderes.

Artigo 17º

Utilização de serviços postais e de comunicações

Revogado.

Artigo 18º

Regime de previdência

1 - Os Deputados beneficiam do regime geral de segurança social.

2 - No caso de os Deputados optarem pelo regime de previdência da sua atividade profissional, cabe à Assembleia da República a satisfação dos encargos que corresponderiam à entidade patronal.

Artigo 19º

Garantias de trabalho e benefícios sociais

1 - Os Deputados não podem ser prejudicados na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente por virtude do desempenho do mandato.

2 - Os Deputados têm direito a dispensa de todas as atividades profissionais, públicas ou privadas, durante a legislatura.

3 - O desempenho do mandato conta como tempo de serviço para todos os efeitos, salvo para aqueles que pressuponham o exercício efetivo da atividade profissional, sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 5º do presente Estatuto.

4 - No caso de função temporária por virtude de lei ou de contrato, o desempenho do mandato de Deputado suspende a contagem do respetivo prazo.

Artigo 20º

Incompatibilidades

1 - São incompatíveis com o exercício do mandato de Deputado à Assembleia da República os seguintes cargos ou funções:

- a) Presidente da República, membro do Governo e Representantes da República para as Regiões Autónomas;
- b) Membro do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Procurador-Geral da República e Provedor de Justiça;
- c) Deputado ao Parlamento Europeu;
- d) Membro dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas;
- e) Embaixador não oriundo da carreira diplomática;
- f) Governador e vice-governador civil;
- g) Presidente, vice-presidente ou substituto legal do presidente e vereador a tempo inteiro ou em regime de meio tempo das câmaras municipais;

- h) Funcionário do Estado ou de outra pessoa coletiva pública;
- i) Membro da Comissão Nacional de Eleições;
- j) Membro de gabinete ministerial ou legalmente equiparado;
- l) Alto cargo ou função internacional, se for impeditivo do exercício do mandato parlamentar, bem como funcionário de organização internacional ou de Estado estrangeiro;
- m) Presidente e vice-presidente do Conselho Económico e Social;
- n) Membro da Entidade Reguladora para a Comunicação Social;
- o) Membro do conselho de gestão de empresa pública, de empresa de capitais públicos ou maioritariamente participada pelo Estado e de instituto público autónomo.

2 - O disposto na alínea h) do número anterior não abrange o exercício gratuito de funções docentes no ensino superior, de atividade de investigação e outras de relevante interesse social similares como tais reconhecidas caso a caso pela Comissão de Ética da Assembleia da República.

3 - Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º, o exercício de cargo ou função incompatível implica a perda do mandato de Deputado, observado o disposto no n.º 7 do artigo 21.º

Artigo 21º **Impedimentos**

1 - Os Deputados carecem de autorização da Assembleia para serem jurados, peritos ou testemunhas.

2 - Os Deputados carecem de autorização da Assembleia para servirem de árbitros em processos de que seja parte o Estado ou qualquer outra pessoa coletiva de direito público.

3 - A autorização a que se refere o n.º 1 deve ser solicitada pelo juiz competente, ou pelo instrutor do processo, em documento dirigido ao Presidente da Assembleia da República, e a decisão será precedida de audição do Deputado.

4 - Os Deputados podem exercer outras atividades desde que não excluídas pelo disposto nos números seguintes, devendo comunicá-las, quanto à sua natureza e identificação, ao Tribunal Constitucional.

5 - Sem prejuízo do disposto nos regimes de incompatibilidades e impedimentos previstos em lei especial, designadamente para o exercício de cargos ou atividades profissionais, são ainda impeditivas do exercício do mandato de Deputado à Assembleia da República:

- a) A titularidade de membro de órgão de pessoa coletiva pública e, bem assim, de órgão de sociedades de capitais maioritária ou exclusivamente públicos ou de concessionários de serviços públicos, com exceção de órgão consultivo, científico ou pedagógico ou que se integre na administração institucional autónoma;
- b) Servir de perito ou árbitro a título remunerado em qualquer processo em que sejam parte o Estado e demais pessoas coletivas de direito público;
- c) Cargos de nomeação governamental, cuja aceitação não seja autorizada pela comissão parlamentar competente em razão da matéria.

6 - É igualmente vedado aos Deputados, em regime de acumulação, sem prejuízo do disposto em lei especial:

- a) No exercício de atividade de comércio ou indústria, direta ou indiretamente, com o cônjuge não separado de pessoas e bens, por si ou entidade em que detenha participação relevante e designadamente superior a 10% do capital social, celebrar contratos com o Estado e outras pessoas coletivas de direito público, participar em concursos de fornecimento de bens ou serviços, empreitadas ou concessões, abertos pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público, e, bem assim, por sociedades de capitais maioritária ou exclusivamente públicos ou por concessionários de serviços públicos;
- b) Exercer o mandato judicial como autores nas ações cíveis, em qualquer foro, contra o Estado;
- c) Patrocinar Estados estrangeiros;
- d) Membro de corpos sociais das empresas públicas, das empresas de capitais públicos ou maioritariamente participadas pelo Estado e de instituto público autónomo não abrangidos pela alínea o) do n.º 1 do artigo 20.º
- e) Beneficiar, pessoal e indevidamente, de atos ou tomar parte em contratos em cujo processo de formação intervenham órgãos ou serviços colocados sob sua direta influência;
- f) Figurar ou de qualquer forma participar em atos de publicidade comercial.

7 - Verificado qualquer impedimento ou incompatibilidade pela comissão parlamentar referida no artigo 27.º-A e aprovado o respetivo parecer pelo Plenário, é o Deputado notificado para, no prazo de 30 dias, pôr termo a tal situação.

8 - Sem prejuízo da responsabilidade que no caso couber, a infração ao disposto nos n.ºs 4, 5 e 6, cumprido o disposto no número anterior, determina advertência e suspensão do mandato enquanto durar o vício, e por período nunca inferior a 50 dias, bem como a obrigatoriedade de reposição da quantia correspondente à totalidade da remuneração que o titular tenha auferido pelo exercício de funções públicas, desde o início da situação de impedimento.

Artigo 22º

Dever de declaração

Os Deputados formulam e depositam na comissão parlamentar referida no artigo 27.º-A declaração de inexistência de incompatibilidade ou impedimento nos 60 dias posteriores à tomada de posse.

Artigo 23º

Faltas

1 - Ao Deputado que falte a qualquer reunião ou votação previamente agendada, em Plenário, sem motivo justificado, nos termos dos artigos 8.º e 24.º, é descontado $\frac{1}{20}$ do vencimento mensal pela primeira, segunda e terceira faltas e $\frac{1}{10}$ pelas subsequentes, até ao limite das faltas que determine a perda de mandato.

2 - Ao Deputado que falte a reuniões de comissão sem justificação é descontado $\frac{1}{30}$ do vencimento mensal até ao limite de quatro faltas por comissão e por sessão legislativa.

3 - O Deputado que ultrapassar o limite previsto no número anterior perde o mandato na comissão respetiva.

4 - Os descontos e a perda de mandato referidos nos números anteriores só serão acionados depois de decorrido o prazo de oito dias após a notificação, feita pelo Presidente da

Assembleia da República, ao Deputado em falta para que informe das razões da falta ou faltas injustificadas e se aquelas forem julgadas improcedentes ou se nada disser.

Artigo 24º**Ausências**

Verificada a falta de quórum, de funcionamento ou de deliberação, o Presidente da Assembleia da República convoca os Deputados ao Plenário, registando as ausências para os efeitos previstos no regime geral de faltas.

Artigo 25º**Protocolo**

Em matéria de protocolo são correspondentemente aplicáveis as normas constantes de diploma próprio.

Capítulo IV**Registo de interesses****Artigo 26º****Registo de interesses**

1 - É criado um registo de interesses na Assembleia da República.

2 - O registo de interesses consiste na inscrição, em documento próprio, de todos os atos e atividades susceptíveis de gerar impedimentos.

3 - Do registo deverá constar a inscrição de atividades exercidas, independentemente da sua forma ou regime, designadamente:

- a) Indicação de cargos, funções e atividades, públicas e privadas, exercidas nos últimos três anos;
- b) Indicação de cargos, funções e atividades, públicas e privadas, a exercer cumulativamente com o mandato parlamentar.

4 - A inscrição de interesses financeiros relevantes compreenderá a identificação dos atos que geram, direta ou indiretamente, pagamentos, designadamente:

- a) Pessoas coletivas públicas ou privadas a quem foram prestados os serviços;
- b) Participação em conselhos consultivos, comissões de fiscalização ou outros organismos colegiais, quando previstos na lei ou no exercício de fiscalização ou controlo de dinheiros públicos;
- c) Sociedades em cujo capital participe por si ou pelo cônjuge não separado de pessoas e bens;
- d) Subsídios ou apoios financeiros, por si, pelo cônjuge não separado de pessoas e bens ou por sociedade em cujo capital participem;
- e) Realização de conferências, palestras, ações de formação de curta duração e outras atividades de idêntica natureza.

5 - Na inscrição de outros interesses relevantes deverá, designadamente, ser feita menção aos seguintes factos:

- a) Participação em comissões ou grupos de trabalho pela qual auferam remuneração;
- b) Participação em associações cívicas beneficiárias de recursos públicos;
- c) Participação em associações profissionais ou representativas de interesses.

6 - O registo de interesses deverá ser depositado na Comissão Parlamentar de Ética nos 60 dias posteriores à investidura no mandato e atualizado no prazo máximo de 15 dias após a ocorrência de factos ou circunstâncias que justifiquem novas inscrições.

7 - O registo de interesses é público e deve ser disponibilizado para consulta no portal da Assembleia da República na Internet, ou a quem o solicitar.

Artigo 27º

Eventual conflito de interesses

1 - Os Deputados, quando apresentem projeto de lei ou intervenham em quaisquer trabalhos parlamentares, em Comissão ou em Plenário, devem previamente declarar a existência de interesse particular, se for caso disso, na matéria em causa.

2 - São designadamente considerados como causas de um eventual conflito de interesses:

- a) Serem os Deputados, cônjuges ou seus parentes ou afins em linha direta ou até ao segundo grau da linha colateral, ou pessoas com quem vivam em economia comum, titulares de direitos ou partes em negócios jurídicos cuja existência, validade ou efeitos se alterem em consequência direta da lei ou resolução da Assembleia da República;
- b) Serem os Deputados, cônjuges ou parentes ou afins em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, ou pessoas com quem vivam em economia comum, membros de órgãos sociais, mandatários, empregados ou colaboradores permanentes de sociedades ou pessoas coletivas de fim desinteressado, cuja situação jurídica possa ser modificada por forma direta pela lei ou resolução a tomar pela Assembleia da República.

3 - As declarações referidas nos números anteriores podem ser feitas, quer na primeira intervenção do Deputado no procedimento ou atividade parlamentar em causa, se as mesmas forem objeto de gravação ou ata, quer dirigidas e entregues na Mesa da Assembleia da República ou ainda na comissão parlamentar referida no artigo 27.º-A, antes do processo ou atividade que dá azo às mesmas.

Artigo 27.º-A

Comissão parlamentar competente em matéria de aplicação do Estatuto dos Deputados

A comissão parlamentar competente para apreciar as questões relativas à aplicação do Estatuto dos Deputados, ou quaisquer outras atinentes ao exercício do mandato de Deputado, tem, em plenitude, as seguintes atribuições:

- a) Verificar os casos de incompatibilidade, incapacidade e impedimento dos Deputados e, em caso de violação da lei ou do Regimento, instruir os correspondentes processos e emitir o respetivo parecer;
- b) Receber e registar declarações suscitando eventuais conflitos de interesses;
- c) Apreciar, quando tal for solicitado pelos declarantes, ou a pedido do Presidente da Assembleia, os conflitos de interesses suscitados, emitindo sobre eles o respetivo parecer;
- d) Apreciar a eventual existência de conflitos de interesses que não tenham sido objeto de declaração, emitindo igualmente sobre eles o respetivo parecer;
- e) Apreciar a correção das declarações, quer *ex officio*, quer quando tal seja objeto de pedido devidamente fundamentado por qualquer cidadão no uso dos seus direitos políticos;
- f) Emitir parecer sobre a verificação de poderes dos Deputados;

- g) Pronunciar-se sobre o levantamento de imunidades, nos termos do presente Estatuto;
- h) Emitir parecer sobre a suspensão e perda do mandato de Deputado;
- i) Instruir os processos de impugnação da elegibilidade e da perda de mandato;
- j) Proceder a inquéritos a factos ocorridos no âmbito da Assembleia que comprometam a honra ou a dignidade de qualquer Deputado, a pedido deste ou mediante determinação da Assembleia da República;
- l) Apreciar quaisquer outras questões relativas ao mandato dos Deputados.

Capítulo V

Antigos Deputados e Deputados honorários

Artigo 28º

Antigos Deputados

- 1 - Os antigos Deputados que tenham exercido mandato de Deputado durante, pelo menos, quatro anos têm direito a um cartão de Deputado próprio.
- 2 - Os antigos Deputados a que se refere o número anterior têm direito de livre trânsito no edifício da Assembleia da República.
- 3 - Os Deputados a que se refere o presente artigo, ou associação ou associações que entre si resolvam constituir, nos termos gerais, quando reconhecidas pelo Plenário da Assembleia da República como associações de interesse parlamentar, podem beneficiar dos direitos e regalias que vierem a ser fixados por despacho do Presidente da Assembleia da República, ouvidos a Conferência de Líderes e o conselho de administração.
- 4 - Os Deputados que tenham exercido as funções de Presidente da Assembleia da República gozam de estatuto próprio, fixado nos termos da última parte do número anterior.

Artigo 29º

Deputado honorário

- 1 - É criado o título de Deputado honorário.
- 2 - O referido título é atribuído por deliberação do Plenário, sob proposta fundamentada subscrita por um quarto dos Deputados em exercício de funções, aos Deputados que, por relevantes serviços prestados na defesa da instituição parlamentar, tenham contribuído decisivamente para a sua dignificação e prestígio.
- 3 - O Deputado honorário tem direito ao correspondente cartão de Deputado e goza das mesmas prerrogativas dos antigos Deputados previstas no artigo 28º e outras a definir pelo Presidente da Assembleia da República.

Capítulo VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 30º

Encargos

Os encargos resultantes da aplicação da presente lei são satisfeitos pelo orçamento da Assembleia da República, salvo determinação legal especial.

Artigo 31º

Disposição revogatória

1. É revogada a alínea *a)* do nº 1 do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 70/79, de 31 de março, alterado pela Lei n.º 18/81, de 17 de agosto, e pela Lei n.º 3/87, de 9 de janeiro, na parte respeitante aos Deputados.
2. Fica revogada toda a restante legislação em contrário ao presente Estatuto.

Anexo 3: Conferência sobre o “Lobbying” na Assembleia da República



Comissão Eventual para o Reforço da Transparência
no Exercício de Funções Públicas

PROGRAMA

CONFERÊNCIA SOBRE LOBBYING

14:30 SESSÃO DE ABERTURA

Deputado **José Matos Correia**, Vice-Presidente da Assembleia da República

14:45 Maria Lúcia Amaral

Gonçalo Matias

Susana Coroadó

Moderador: Deputado **José Manuel Pureza**, Vice-Presidente da Assembleia da República

15 minutos por orador, seguido de debate (15 minutos)

15:45 Domingas Carvalhosa

Henrique Burnay

Marie Thiel, Unidade de Transparência do Parlamento Europeu

Moderador: Deputado **António Carlos Monteiro**, Vice-Presidente da CERTEFP

15 minutos por orador, seguido de debate (15 minutos)

16:45 DEPUTADOS

Duarte Marques, PSD

Jamila Madeira, PS

Vânia Dias da Silva, CDS-PP

Inês Zuber, PCP

Moderadora: Deputada **Sónia Fertuzinhos**, Vice-Presidente da CERTEFP

10 minutos por orador, seguido de debate

18:00 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Deputado **Fernando Negrão**, Presidente da CERTEFP

Sala do Senado | 14 setembro 2016



APÊNDICES

Apêndice A - Guião da Entrevista

1. Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?
2. A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?
3. Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?
4. Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?
5. Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?
6. Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?
7. Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas? Justifique.
8. Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?
9. Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?
10. Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?
11. Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?
12. Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?

Apêndice B - Lista dos Entrevistados

Dr. José Manuel Pureza, deputado do BE, vice-presidente da Assembleia da República

Dr. José Miguel Júdice, advogado, sócio da PLMJ

Dr. Pedro Filipe Soares, deputado, líder parlamentar do BE

Dr. Nuno Magalhães, deputado, líder parlamentar do CDS

Dr. Henrique Burnay, lobista em Bruxelas e *senior partner* da Eupportunity

Dr.^a Susana Coroado, investigadora e representante da TIAC

Dr. Paulo Marcos, coordenador da USI e presidente do SNQTB

Dr. Nuno Biscaya, diretor adjunto do Departamento dos Assuntos Jurídicos da CIP

Dr. Carlos Zorrinho, eurodeputado do PS

Dr.^a Marisa Matias, eurodeputada do BE

Dr. Joaquim Martins Lampreia, lobista em Bruxelas e sócio da Omniconsul.

Dr. Fernando Negrão, deputado do PSD e presidente da CETRFP

Dr. Duarte Marques, deputado do PSD e membro da CETRFP

Dr. Luís Montenegro, deputado, líder parlamentar do PSD

Dr. Marques Mendes, advogado, ex-governante e comentador político.

Dr.^a Assunção Cristas, deputada do CDS e presidente do Partido CDS/PP

Apêndice C - Quadros de análise conteúdo

Dimensão	Categoria	Subcategoria		Registo das respostas - EURODEPUTADOS
Definição de lóbi	Geral			<p>Dr.^a Marisa Matias: <i>Lóbi é para influenciar decisões e para ter uma forma de organização para influenciar decisões (....) uma distinção clara entre um lóbi organizado e outras formas de lóbi...</i></p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: <i>É o ato de influenciar uma tomada de decisão beneficiando quem tenta fazer essa influência, tendo por referencia determinados princípios. A atividade de lóbi é uma atividade de comunicação.</i></p>
	Qual o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?			<p>Dr.^a Marisa Matias: <i>Parece-me que está bastante claro para quem exerce cargos públicos, qual é a linha que não pode passar. O problema é que, mesmo para quem exerce cargos públicos, o sistema não é tão restritivo como deveria ser, seja do ponto de vista dos Governos, seja do ponto de vista da representação pública... os limites são muito permissivos. E, portanto, há linhas vermelhas que eu acho que são identificáveis por toda a gente, por exemplo receber dinheiro, luvas, ...</i></p> <p><i>O sistema de incompatibilidades deveria ser muito, muito mais rígido a esse respeito e não é e nós temos exemplos sistemáticos de ex-governantes que passam à administração de grandes empresas e depois voltam ou de grandes grupos económicos e financeiros mundiais e depois voltam e andam sempre numa rotatividade incrível..., as que eu acho que são mais difíceis de combater são precisamente as que não estão cobertas em lado nenhum (...) temos de tratar também da questão do exercício dos cargos públicos, e das limitações e das incompatibilidades.</i></p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: <i>(...) para chegarmos ao tráfico de influências tem de haver uma troca, ou para chegarmos à corrupção tem de haver algo, tem de haver o corrompido e o corruptor. ...isso é ilegal, a fronteira está do lado de quem fala com o lobista. Tentar convencer é uma coisa e tentar corromper é outra.</i></p>
Regulamentação do lóbi	A favor			<p>Dr.^a Marisa Matias: <i>(...) representam interesses particulares ou setoriais mas não representam nenhum interesse geral(..). Eu era contra o registo de lóbi quando cheguei ao Parlamento Europeu. Mudei de opinião (..) era preciso ter esse registo para munir-me de mecanismos que pudesse defender (...). Eu creio que aumenta a transparência (...) há grandes lóbis mundiais que, de facto, não se dão a este trabalho de se registarem. Desse ponto de vista de transparência eu acho que é relevante, mas eu vou dizer que uma das razões que me fez ser favorável ao registo do lóbi (dos que se registam) foi porque nos dossiers legislativos em que eu trabalhei, o facto de haver um lóbi registado, eu já sabia quais eram os setores que estavam organizados e que iam pedir reuniões, que iam querer falar comigo, que iam querer influenciar (...) isso permite-nos fazer uma espécie de</i></p>

				<p>sociologia das ausências.</p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: “A informação fornecida pelos lóvistas é positiva?” Num quadro ético correto, é. No Parlamento Europeu, que é uma experiência que tenho agora e que eu o ato de lóbi é legal e registado. Eu uso muito o recurso... áreas muito técnicas, em que é preciso conciliar numa decisão que tem que ser política, porque a decisão final é política. Ela tem de estar solidamente fundamentada do ponto de vista técnico. Toda a gente é favor da regulamentação do lóbi. Acho que não se regula porque é melhor não existir.</p>
	Contra			
Registo das atividades	Obrigatório			<p>Dr.ª Marisa Matias: Eu acho que deveria de ser obrigatório (...) com o registo obrigatório, nós podemos controlar melhor ... Os registos são todos públicos, as fontes de financiamento são todas públicas e eu acho que é muito mais democrático desse ponto de vista e mais transparente.</p>
	Voluntário			<p>Dr. Carlos Zorrinho: A experiência que eu tenho na União Europeia leva-me a dizer que sim. Que é uma boa experiência</p>
Enquadramento no sistema político português	Implementação/profissionalização do lóbi	A favor		<p>Dr.ª Marisa Matias: Na União Europeia há várias formas de registo, mas há os que estão acreditados para poderem entrar na comissão, outros no Parlamento(...)sistema de registo dos lóbis autorizados para entrar nas instituições representativas é um sistema razoável. A profissão de lobista em Portugal existe. Não é assumida e legal. Mas eu creio que existe e basta pensarmos muito no que tem sido, por exemplo, o papel de grandes escritórios de advocacia neste país, para perceber como essa profissão existe e está bem enraizada. Tem outro nome, tem outras formas e desse ponto de vista eu acho que é sempre melhor o registo.</p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: Não sei se a palavra lobista não está demasiado queimada em Portugal. Deve-se regulamentar o lóbi, sendo que no fundo o lóbi é o departamento de relações institucionais. É bom que as empresas, os sindicatos e as Organizações Não Governamentais tenham departamentos institucionais e que a sociedade cível também se relacione institucionalmente.</p>
		Contra		
	Registo dos lobistas evita irregularidades	A favor		
		Contra		<p>Dr.ª Marisa Matias: Não, de maneira nenhuma. Por um lado, há um lóbi invisível, e, portanto, o registo por si só não resolve.</p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: Não. Só isso não basta. A questão de fundo é uma questão de ética social. Aquilo que a sociedade aceita como comportamentos admissíveis.... a melhor prevenção é que, o</p>

				<i>corruptor ou o corrompido seja, mal visto pela sociedade.</i>
	Influência dos grupos pressão?	Existente		Dr. Carlos Zorrinho: <i>Essa capacidade de influencia que alguns grupos podem ter na decisão política que não decorre de comportamentos de corrupção, mas decorre da fragilidade do Estado. Há um, claro, desequilíbrio entre a estrutura técnica quem suporta grandes decisões na administração e a estrutura técnica de grandes empresas.</i>
		Inexistente		
	Exclusividade dos Deputados	A favor		Dr.^a Marisa Matias: <i>Eu concordo com a exclusividade. Eu sinceramente pergunto-me sempre como é que alguém consegue ter tempo para fazer mais alguma coisa quando está no parlamento para além de ser deputado. Se alguém continua a trabalhar noutra área, como é que nós pudemos alguma vez ter a garantia de que não existe conflitos de interesses?</i>
		Contra		Dr. Carlos Zorrinho: <i>É um bocadinho complicado. Eu como professor universitário, enquanto membro da AR posso lecionar numa universidade privada, mas não posso lecionar numa universidade pública de forma remunerada, mas por exemplo, as pessoas que são sócios de sociedades de advogados podem manter essa ligação. Por outro lado, nós não podemos ao mesmo tempo, repare são dois movimentos contraditórios, porque as pessoas não querem e querem, agora é mais transparente, isolar completamente os representantes da sociedade, ou seja, do trabalho direto da sociedade. Mas por outro lado se perguntar às pessoas: se são a favor da profissionalização da política? As pessoas são contra... O proibir fazer implica que ao mesmo tempo aceitemos o princípio que política é uma escolha profissional boa para sociedade, as duas coisas não jogam.</i>
Lóbi/Qualidade da democracia	Conflitos de interesses não previstos no plano jurídico	Obstáculo à separação de entre mundo da política e negócios	A favor	Dr.^a Marisa Matias: <i>Eu acho que é uma barreira claríssima e isso também existe do ponto de vista europeu, daquilo que são as políticas comuns. (...) ouvimos tivemos audiências com a Apple, com o Google, com o IKEA, com a Amazon todas as grandes multinacionais que têm esquemas de elisão fiscal nos países Europeus (...) “isto é legal”, “tudo bem, mas isto é legal”. É legal mas é imoral. E se é imoral, temos de mudar a legalidade para que ela seja um bocadinho mais justa e mais moral no sentido de ética... Muitas das coisas ficaram absolutamente “pela rama” ... esbarramos sempre na legalidade dessas práticas. Aí nem é preciso que haja lóbi; basta ter a lei ao lado deles, embora a lei depois desproteja... Mas foi aprovada por maiorias parlamentares...</i>
			Contra	

	Transparência	Aumenta	<p>Dr.^a Marisa Matias: <i>Eu creio que aumenta a transparência. A transparência é importante mas não resolve o problema de fundo, que é a acumulação de funções.</i></p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: <i>A qualidade da democracia tem a ver com a base participativa, quanto melhor for a base participativa, naturalmente melhor será a qualidade da democracia. Duas relações o lóbi legalizado torna mais transparente mais confiável e transparente a decisão, tornando mais confiável e transparente a decisão aumenta a confiança das pessoas na política. ...uma maior transparência entre os vários atores a favor do lóbi.</i></p>
		Diminui	
Desvantagens do não reconhecimento do lóbi	A nível Nacional		<p>Dr.^a Marisa Matias: <i>Acho que é importante o contacto com grupos de interesse organizado, desde que seja transparente, desde que haja prestação de contas e, obviamente, que não seja o lóbi a fazer o trabalho pelos representantes políticos. (Vantagens)</i></p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: <i>É preciso que a regulamentação crie alguns níveis de equilíbrio, permita igualdade de acesso às várias forças.</i></p>
	A nível europeu		<p>Dr.^a Marisa Matias: <i>...o maior lóbi são os deputados que são eleitos para defender esses interesses em articulação com os interesses europeus, portanto nunca me coloquei essa questão porque achava que os mecanismos existentes eram mais que suficientes e passam por representação direta. Há uma grande quantidade de países em que as associações de utentes não estão organizadas o suficiente. Portugal é um dos casos. Organizações da sociedade civil constituídas como lóbi, recebo mais do Reino Unido, da Alemanha, da França do que de qualquer um de outros países.</i></p> <p>Dr. Carlos Zorrinho: <i>No plano europeu a questão pode colocar-se sobretudo nas organizações da sociedade civil não nas organizações económicas. No plano mais associado à economia, economia social e economia não social, isso é relativamente mitigado, as nossas organizações pertencem a organizações Europeias e esses têm lóbi. Do ponto de vista europeu, os nossos atores económicos e sociais usam lóbi, não lóbi direto, mas lóbi indireto. Essas empresas tem representantes em Bruxelas, que estão reconhecidos não são lobistas em Portugal, mas são em Bruxelas. Portugal não é dos países maiores, nem dos países com mais peso.</i></p>

Dimensão	Categoria	Subcategoria		Registo das respostas – LOBISTAS e investigadora da TIAC
Definição de lóbi	Geral			<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>O lóbi é um conjunto de atividades (...) que visa defender os interesses da sociedade civil junto (...) do poder executivo e do legislativo...</i></p> <p>Dr. Henrique Burnay: <i>o lóbi é a representação de interesses com o objectivo de influenciar processos de decisão políticos.</i></p> <p>Dr.^a Susana Coroadó: <i>lóbi é todo o tipo de comunicação e contacto que seja feito com decisores públicos ou políticos com vista a influenciar decisões de carácter legislativo, político, administrativo, orçamental.</i></p>
	Qual o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?			<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>O tráfico de influências é (...) uma troca (...) Uma contrapartida. [no lóbi] não há troca de coisa nenhuma... A grande diferença é que o lóbi profissional é feito de forma transparente, profissional e ética, não tem troca.</i></p> <p>Dr. Henrique Burnay: <i>Eu acho que é absolutamente claro. É o problema das legitimidades: 1) estamos a falar de ter representados interesses legítimos legais que vão ser afectados. Aquilo que se exige a quem representa determinado interesse é que apresente a sua visão da realidade. A ideia do “advocacy” não é completamente inútil para pensarmos nestes termos – aquilo que se espera de um advogado num processo perante um juiz é que represente os interesses da parte mas dentro da legalidade.</i></p> <p><i>(...) eu acho que em Portugal simplificava muito se não confundíssemos a questão. Nós tendemos a confundir muito lóbi com corrupção. O que estamos a falar é a possibilidade de quem representa interesses legítimos...</i></p> <p><i>(...) «é absolutamente legítimo que quem representa interesses possa reunir com decisores». O que isto precisa é de alguma dose de transparência e “accountability”.</i></p> <p><i>(...)uma outra coisa que se faz com alguma regularidade, que é confundir representação de interesses com representação de negócios. (...)isto é uma actividade puramente comercial... Isso já não é lóbi, isso é outra coisa, já não é legal.</i></p> <p>Dr.^a Susana Coroadó: <i>À partida não poderá haver uma oferta ou uma contrapartida. Essa é sempre a parte mais óbvia. Mas, por outro lado, é difícil identificar o que é que é a contrapartida... No entanto, eu acho que a grande diferença é que a corrupção e o tráfico de influências fazem-se de forma opaca e o lóbi tem que ser sempre feito de forma transparente. O lóbi pode estar registado e pode haver de qualquer forma práticas ilegais no âmbito do lóbi, mas essas também serão puníveis. Mas eu acho que sim, o que difere é a transparência e a falta de contrapartidas para o legislador. Contrapartidas que sejam materiais.</i></p>
				Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>Sim, acho que é importante.</i>

Regulamentação do lóbi	A favor			<p>... [a informação]tem que ser positiva desde que isenta, obviamente.</p> <p>...Em principio toda a gente é a favor.. [mas] Enquanto esta situação se mantiver [deputados-lobistas] vai ser muito difícil avançar com uma lei muito restritiva.</p> <p>Dr.ª Susana Coroadó: Sim. É positivo.</p> <p>(...) Tenho algum receio que a lei que venha a ser regulamentada se fique pelo registo...</p>
	Contra			<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: O problema (...) é mais a montante, na Assembleia da República um terço dos nossos deputados não estão em exclusividade... Ora, enquanto não houver exclusividade é muito difícil.</p> <p>Dr. Henrique Burnay: Contra</p> <p>(...) O que me parece necessário é dizer que nas suas relações com os decisores, quem representa interesses deve cumprir estas regras. Que se aplicam a quem tenha uma consultora de lóbi, como se aplicam a quem seja o responsável das relações institucionais numa empresa, como se aplicam ao responsável das relações institucionais de uma associação ou de um sindicato. Isto é que me parece ser importante regularmos!</p> <p>(...) acho que se quisermos ir ao detalhe corremos o risco de nunca regular coisa nenhuma. Acho que o essencial é regular isto.</p> <p>Dr.ª Susana Coroadó: O Partido Comunista, e parece-me que o Bloco de Esquerda também, são contra a regulamentação do lóbi. O PCP é contra, mas nunca disse o porquê, ao contrário do Bloco de Esquerda que considera que só resulta em corrupção.</p> <p>... Mas, de resto, considero que nem tem tanto a ver com forças políticas, mas tem a ver com elementos dentro dos partidos. O PS, o PSD e o CDS querem regulamentar e já o disseram publicamente, mas depois há muita gente dentro desses partidos que é contra. Nas forças sociais e económicas é semelhante... mas, quem desde sempre quis ter uma influência oculta, quer continuar a tê-la... A nível social considero que há o problema, por exemplo, dos sindicatos. Os sindicatos têm neste momento uma posição privilegiada, mesmo constitucionalmente, portanto têm que ser ouvidos em várias matérias e acredito que eles não queiram ser equiparados a lobistas e isso pode trazer alguns problemas, eventualmente... Por exemplo, acho que a proposta do CDS exclui os sindicatos e em Bruxelas eles estão registados. Depois as centrais sindicais também seriam excluídas e os pequenos sindicatos setoriais seriam obrigados. Portanto, acho que os sindicatos podem ser de facto um problema político no sentido de quererem ou não, e também um problema legal porque é difícil gerir o estatuto deles.</p>

Registo das atividades	Obrigatório			<p>Dr.^a Susana Coroado: Deve ser obrigatório, porque já há experiências de registos voluntários que não têm funcionado. Por exemplo, na Geórgia registaram-se nove pessoas. É praticamente impossível que só haja nove indivíduos na Geórgia a querer influenciar decisões públicas, portanto penso que tem que ser obrigatório.</p>
	Voluntário			<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: [Voluntário] o que nós precisamos ter é o que já se faz na União Europeia, a “pegada legislativa”, ou seja, esta lei que foi votada pelos partidos X Y e Z teve a influência e a informação de quem?... isso é importante para mais tarde não haver dúvidas sobre a transparência.</p> <p>Dr. Henrique Burnay: [Voluntário] Eu acho que funciona muito mais com incentivos! Portanto, o que aconteceu na União Europeia é que há um conjunto de entidades que só reúnem com quem está registado no Registo de Transparência. Eu acho que isso é muito mais fácil do que criar em abstrato uma obrigação genérica para todas as pessoas que em algum momento venham a ter que o fazer.</p>
Enquadramento no sistema político português	Implementação/profissionalização do lóbi	A favor		<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: Sobre as atividades, acho que sim, havendo um código de ética e uma regulamentação que defina os parâmetros em que um profissional pode atuar... Estão reunidas as condições.</p> <p>Dr. Henrique Burnay: Faz falta um Registo de Transparência, um registo público das agendas dos decisores...</p> <p>(...) importante é dizer em que circunstâncias é que os decisores reúnem com representantes de interesses e o que é que deve ser esperado do ponto de vista ético que estes representantes de interesses façam e cumpram quando reúnem com estes decisores.</p> <p>(...) O que interessa é ter um código de conduta (...), é regular as relações entre representantes de interesses e decisores.</p> <p>(...) Portanto, há 3 coisas que se se tiver, eu acho que funcionava lindamente: Registo de Transparência e entidades que digam «Eu só reúno com representação de interesses com quem esteja no Registo de Transparência, portanto se quer falar comigo inscreve-se no Registo de Transparência. É membro do Comité Económico e Social?</p> <p>Encantado da vida! Ótimo, ainda bem! Mas eu quero que esteja lá para as pessoas saberem que está. Perfeito! É uma empresa, é um sindicato? Ótimo!». 1) Registo de Transparência. 2) Agendas Públicas dos decisores, naquilo que é relevante.</p> <p>(...) E, depois, mais difícil mas não impossível fazer, é a chamada Pegada Legislativa...</p> <p>(...) Estas peças permitem que depois se faça a “accountability”... Essa discricionariedade também desapareceria a maioria das vezes. Eu acho que esses são os 3 pontos. Acho que se perde imenso</p>

				<p><i>em confundir isto com corrupção.</i></p> <p>Dr.^a Susana Coroado: <i>se calhar um registo com demasiada informação ou que exija do lobista demasiada informação, numa primeira fase não seria desejável. Mas acho que seria importante que se identificasse quem é a pessoa, quem a representa e depois o que está a defender.</i></p> <p><i>(...)penso que sim [que estão reunidas condições], porque começamos a ter alguns lobistas profissionais que querem que a regulamentação avance, obviamente não de forma tão estrita como nós defendemos, mas que defendem a regulamentação e, portanto, acho que começa a haver também uma pressão para que comece a haver mais transparência.</i></p>
		Contra		<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>Os honorários (...) não têm de ser públicos(...) Aquilo que o Registo de Transparência europeu tem é a indicação do montante gasto em atividades de lóbi pelos meus clientes. E, no geral, a minha faturação, que é outro dado público. O que seria alguém perguntar quanto é que eu cobro a quem quer que seja? Não há nenhuma profissão que esteja obrigada a essa transparência e esta também não tem que estar. Seria um disparate!</i></p> <p>Dr. Henrique Burnay: <i>Ninguém deve pedir que se indique os honorários! Até porque isso, entre outras coisas, é segredo profissional, é segredo das empresas. Eu não quero que os meus concorrentes saibam quanto é que eu cobro a quem trabalha comigo. Aquilo que o Registo de Transparência europeu tem é a indicação do montante gasto em atividades de lóbi pelos meus clientes. E, no geral, a minha faturação, que é outro dado público.</i></p> <p>Dr.^a Susana Coroado: <i>Quanto aos honorários, eu acho que é importante, mas, se calhar, numa primeira fase, se Portugal passasse para o registo de lóbis, não fosse tão necessário.</i></p>
	Registo dos lobistas evita irregularidades	A favor		
		Contra		<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>Não será o suficiente por mais que se possa fazer, uma coisa é certa quanto maior for a transparência, menor será a possibilidade de corrupção... Concordo que maior é transparência, mais difícil se torna fazer tráfico de influências ou corromper.</i></p> <p>Dr. Henrique Burnay: <i>O código da estrada não impede que haja acidentes nem impede que não se cumpra, mas permite que quem quer estar dentro da lei saiba qual é que é o caminho que tem de fazer. Portanto, isto não impede, criem mecanismos para quem quer estar dentro da lei, sabe qual é o percurso que deve fazer, dum lado e do outro, quer dizer, quer para os decisores quer para quem representa interesses, se querem estar dentro da lei sabem como é que é o caminho normal. Criam um enquadramento que é igual para todos e portanto, cria igualdade para toda a gente, generaliza</i></p>

			<p><i>a possibilidade de aceder. Há mais outras coisas como a pegada legislativa e as agendas públicas: são outros dois contributos para isto. Agora, eu não acabo com os ilícitos porque tenho leis! O que eu permito é: ao criar um enquadramento legal, consigo pôr dentro deste enquadramento o que são atividades lícitas.</i></p> <p>Dr.^a Susana Coroado: <i>Não... o registo só por si não serve para nada. Porque há pessoas que nunca se vão considerar lobistas. Por exemplo, o projeto de lei do CDS exclui advogados e solicitadores.</i></p> <p><i>(...)Portanto, o registo é importante, mas também é importante que, da parte dos decisores públicos, haja também um registo e uma transparência sobre quem é que eles receberam, de quem receberam contributos (através de reuniões, deemails, de telefonemas), para que então se perceba, de facto, quem é que influenciou, como é que influenciou e em que medida, para se perceber quem é que teve mais, ou menos, influência numa determinada decisão.</i></p>
Influência dos grupos pressão?	Existente		<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>sempre tiveram. Agora os grandes grupos, a Banca, grandes empresas, os partidos têm os seus contactos a nível governamental e parlamentar e não tem problema nenhum... O grande problema poe-se com as PME's que não tem por isso que na minha cruzada pessoal, é que a legislação era boa fazer lóbi pelo lóbi... Regular o lóbi também é que haja igualdade de oportunidades de acesso na sociedade civil aos decisores públicos... a segunda atividade mais antiga do mundo, [é] o lóbi. Já havia na "Ágora" a defesa dos interesses... Desde que existe política, humanidade há a defesa de interesses, o que é legítimo.</i></p> <p>Dr. Henrique Burnay: <i>É evidente que há! ... ninguém toma decisões sem ter noção do impacto que elas têm nas várias entidades e sem ter em conta o peso que essas entidades têm, e, muitas vezes é o peso económico, o peso eleitoral, o impacto positivo ou negativo que isso tem para a economia, a capacidade ou não de reclamação... Os sindicatos mais fortes provavelmente têm mais capacidade de influenciar e chegam a usar um mecanismo, absolutamente legítimo e fortíssimo que é o da greve.... tem que regular são outras formas de tentar influenciar. Absolutamente legítimas!... É por isso que nos faz falta um Registo de Transparência, um registo público das agendas dos decisores.</i></p> <p>Dr.^a Susana Coroado: <i>Têm bastante. Por exemplo, há uns meses o primeiro-ministro resolveu ter uma reunião com várias empresas e associações industriais e comerciais para discutir o futuro do país e analisar como se podia aumentar o crescimento. Está tudo muito bem nessa reunião, mas nós não soubemos quem lá foi. Soubemos de duas ou três pessoas porque vieram dizer e, portanto, claramente há muita influência, e também vemos isso no caso da Galp... temos a noção que há muita influência, no entanto, na prática, é praticamente impossível medi-la, porque não há transparência.</i></p>

		Inexistente		
	Exclusividade dos Deputados	A favor		<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>Concordo a 100%... Enquanto essa situação se mantiver [deputados-lobistas] vai ser muito difícil avançar com uma lei muito restritiva. Só se for assim mais soft, mais flexível.</i></p> <p>Dr.^a Susana Coroadó: <i>A nível pessoal acho que deveriam de estar em exclusividade. Nós na transparência ainda não temos uma posição definida, mas claramente tem que haver mais controlo. Poderia ser, por exemplo, não estarem em exclusividade, mas quando tivessem interesses em determinadas matérias, não poderiam legislar sobre elas.</i></p>
		Contra		<p>Dr. Henrique Burnay: <i>Eu acho que não, porque eu acho importante (...)um Registo de Transparência e quem reúne com quem sobre o quê parece-me importante.</i></p> <p><i>(...)Eu acho inútil querer-se regular a exclusividade ou não dos deputados porque isso mexe com uma quantidade de outras coisas.</i></p> <p><i>(...)a questão da regulação da relação dos representantes de interesses com os decisores não exige que tenha que regular o estatuto dos decisores. Podem ser temas diferentes.</i></p>
Lóbi/Qualidade da democracia	Conflitos de interesses não previstos no plano jurídico	Obstáculo à separação de entre mundo da política e negócios	A favor	<p>Dr.^a Susana Coroadó: <i>Sim. Por exemplo, em relação à apreciação da Comissão de Ética sobre a deputada Maria Luís Albuquerque, foi uma Comissão de Ética que interpretou de forma legalista a lei. À partida se era para interpretar de forma legal, então tínhamos o Ministério Público, não precisava de vir a Comissão de Ética e, portanto, sim, acho que nos focamos tanto na lei que nos esquecemos da parte ética. E, nesse caso em específico, também se focou muito na parte de ela ser deputada e pouco no facto de ela ter sido ex-ministra e, na minha opinião, era a parte mais grave daquele conflito de interesses. Portanto, acho que o lóbi pode contribuir bastante para a qualidade da democracia porque cria transparência e porque incentiva a participação.</i></p>
			Contra	<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>Tem uma relação direta (...) o lóbi é uma espécie de uma balança que vai permitir através da transparência, igual oportunidades para um lado e para outro.</i></p> <p>Dr. Henrique Burnay: <i>A democracia é feita de muito mais do que regulação política e da escolha livre dos representantes políticos. Quanto mais plural for uma sociedade, mais democrática provavelmente será.</i></p>

	Transparência	Aumenta		<p>Dr. Henrique Burnay: (...) É um bocadinho como o exemplo que dei do Código da Estrada... Isto não vai resolver a criminalidade. O facto de eu dizer que não se pode assaltar pessoas, por si só, não é suficiente para as pessoas não assaltarem... o enquadramento regulatório permite que isto seja feito com clareza, com transparência, para as pessoas saberem quais é que são os critérios... (...) Eu preciso de instrumentos que aumentem a transparência e a “accountability”. Isto não resolve, por si, mais nada! Mas ajuda e contribui para um processo de decisão mais claro, mais transparente e, portanto, melhora a Democracia!</p> <p>Dr.^a Susana Coroadó: Acho que é preciso fazer o registo, reconhecer, mas também que haja um ónus do lado do decisor. O decisor é que tem que mostrar quem é que recebeu... tem que ser uma lei que não venha só por si e que venha acompanhada, por exemplo, da regulação do código de conduta, da regulamentação de ofertas... Não se pode apenas focar na regulamentação do lóbi em si, mas tem que ser uma coisa mais abrangente.</p>
		Diminui		
Desvantagens do não reconhecimento do lóbi	A nível nacional			<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: [Vantagens] Internamente vamos ter uma maior transparência na sociedade civil. Sabe-se quem é que influenciou ou tentou influenciar, sabe-se como é que as coisas funcionam... por outro lado, havendo regulamentação tem um segundo efeito que é a abertura do mercado a profissionais.</p> <p>(...) Externamente seríamos mais competitivos e internamente seríamos mais transparentes.</p> <p>(...) Em Portugal ainda se tem a noção que é uma coisa que se faz às escondidas, que tem que falar com o primo que é eurodeputado, ou com um antigo colega meu que agora é secretário de Estado ou isto colega da faculdade, um colega de infância, ainda funciona muito assim. Enquanto funcionar assim, não funciona nada, não dá para fazer nada.</p> <p>(...) a comunicação social utilizou a palavra lóbi sempre como uma coisa má.</p> <p>Dr. Henrique Burnay: Aquilo que devia ser natural cá era ser feito de uma forma organizada, saber-se como é que é suposto fazer. Nós costumamos reunir, a Comissão de Assuntos Económicos, a Comissão de Emprego, ouvimo-nos sempre. Nós trabalhamos regularmente, isso é que devia ser! A falta de enquadramento prejudica a capacidade de replicar o modelo de fora de Portugal. Nessa medida, esse prejuízo existe. Mas é esse, especificamente. É o nós não estarmos habituados.</p> <p>Dr.^a Susana Coroadó: Ao se discutir pouco e ao haver pouca prática de lóbi em Portugal, falta know-how para depois se aplicar em Bruxelas... as pessoas já começam a acordar para o tema, o que também pode ser bom para a regulamentação cá, porque quando se começar a discutir já há mais mentes abertas para verem que o lóbi não é só tráfico de influências legalizado.</p>

	<p>A nível europeu</p>	<p>Dr. Joaquim Martins Lampreia: <i>Externamente, o que é acontece, não tem regulamentação, não tem profissionais em quantidade, não tem não conseguem abrir canais para serem mais competitivos... A nível europeu, continuasse a fazer os contatos... É feito de uma forma pouco profissional...não tem estratégia.</i></p> <p>Dr. Henrique Burnay: <i>as entidades portuguesas fazem parte de associações europeias e portanto parcialmente isso não implica. O efeito negativo que tem é: não há tradição de trabalhar num ambiente regulado, e portanto reage-se com menos naturalidade e com mais surpresa...</i></p> <p>Dr.ª Susana Coroador: <i>Um estudo de Alexander Trechsel e Richard Rose que foi financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre a defesa dos interesses de Portugal na União Europeia, mostra que Portugal ainda não defende bem os seus interesses. Há pouco lóbi português na União Europeia, exatamente porque não há prática e, não havendo prática, depois as pessoas não sabem bem como fazer as coisas e estão pouco despertas para isso.</i></p>
--	-------------------------------	--

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Registo das respostas - Deputados
Definição de lóbi	Geral		<p>Dr. Pedro F Soares: <i>Em Portugal não existe lóbi! É ilegal!</i></p> <p>Dr. Luís Montenegro: <i>Em Portugal é um bocadinho difícil de definir porque basicamente não há ainda uma definição,</i></p> <p>Dr.^a Assunção Cristas: <i>Uma atividade que não tem esse nome, que na prática existe através de as mais variadas pessoas, desde entidades coletivas, associativas e até pessoas individuais, mas que não são reconhecidas enquanto tal, como lobistas ou como atividade de lóbi.</i></p> <p>Dr. Nuno Magalhães: <i>Eu acho que essa é a questão! É que não está definido nem está entendido! E acho que de resto isso promove e provoca muitas vezes confusões, mal-entendidos e até aproveitamentos e demagogias políticas.</i></p>
	Qual o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?		<p>Dr.^a Assunção Cristas: <i>São coisas muito diferentes: o tráfico de influência e corrupção são crimes, são tipos penais perfeitamente descritos e regulados na legislação portuguesa. A atividade de lóbi é uma atividade que pode ser regulamentada e tem que ver com o fazer valer e apresentar, junto de determinados grupos, determinados pontos de vista que são legítimos porque também são necessários à própria decisão política</i></p> <p>Dr. Pedro F Soares: <i>Sempre que houver uma vantagem pessoal em qualquer tomada de decisão que vá defender um privado, então aí é um caso de corrupção, é um caso de tráfico de influências Pagamentos é claríssimo que não é aceitável!.</i></p> <p>Dr. Nuno Magalhães: <i>O lóbi não é crime e certamente a corrupção e o tráfico de influências são crime.</i></p> <p>Dr. Luís Montenegro: <i>O lóbi talvez esteja mais perto do tráfico de influências, mas deve distinguir-se do tráfico de influências precisamente porque é pressuposto no tráfico de influências uma conduta censurável, e o lóbi propriamente tido como tal não é censurável.</i></p>
Regulamentação do lóbi	A favor		<p>Dr.^a Assunção Cristas: <i>Acho que faz sentido haver um registo, sim.</i></p> <p>Dr. Luís Montenegro: <i>Nós no parlamento, normalmente, eu diria, que em mais de noventa por cento dos casos o nosso diálogo é com instituições, associações, com estruturas representativas de empregadores, de trabalhadores, sindicatos...o grosso da nossa interação passa-se muito no plano institucional. Admito que uma das finalidades do lóbi seja transmitir uma visão das coisas, no fundo tentar sensibilizar o agente político para que uma determinada opção possa ser feita.</i></p>
	Contra		<p>Dr. Pedro F Soares: <i>A experiência que nós temos (...) é negativa com a presença destes lobistas no Parlamento Europeu (...) É de uma agressividade atroz e com uma tentativa de condicionar a própria atividade dos eurodeputados. (...) não fazendo uma avaliação positiva da existência de</i></p>

				<i>lobistas particularmente no Parlamento Europeu, que é onde nós enquanto partido temos pessoas que lidam com eles, ainda não podemos também defender a existência deles no nosso país. Eu acho que não devia existir lóbi, ponto</i>
Registo das atividades	Obrigatório			Dr.^a Assunção Cristas: <i>Eu diria que obrigatório.</i> Dr. Nuno Magalhães: <i>Eu acho que devia ser obrigatório</i>
	Voluntário			Dr. Luís Montenegro: <i>Aqui o foco principal é o foco transparência. O que é necessário não é proibir as pessoas de apresentarem o seu ponto de vista e a sensibilização que elas podem fazer de quem têm uma decisão pela frente.</i>
Enquadramento no sistema político português	Implementação/ profissionalização do lóbi	A favor		Dr.^a Assunção Cristas: <i>A atividade de lóbi como processo de informação, de argumentação, mas no fundo de prestação de pontos de vista que depois têm de ser ponderados pelos decisores políticos e contrastados com outros pontos de vista que serão, também, certamente, válidos para outras pessoas e para outros grupos. Portanto, nesse aspeto eu diria que é positivo que possa haver mais transparência, mais qualidade de informação prestada e que todo o processo esteja organizado de maneira absolutamente legal e natural.</i> <i>O registo junto do Parlamento seria a melhor forma porque o lóbi exerce quer junto do decisor governamental ou da alta administração pública, quer junto dos parlamentares.</i> Dr. Nuno Magalhães: <i>À semelhança do que acontece com os titulares de cargos públicos, com a necessária entrega de registo no Tribunal Constitucional. Uma declaração de rendimentos, com uma declaração de interesses, com registo de interesses, como por exemplo os deputados. , à semelhança do que acontece com os titulares de cargos públicos, com a necessária entrega de registo no Tribunal Constitucional. Uma declaração de rendimentos, com uma declaração de interesses, com registo de interesses, como por exemplo os deputados. não vejo mal nenhum em que quem utilize e quem faça essa profissão tenha que o fazer, lá está, para ser público, para ser transparente!</i>
		Contra		Pedro F Soares: <i>Eu acho que não devia existir lóbi, ponto.</i>

	Registo dos lobistas evita irregularidades	A favor		
		Contra		<p>Dr.^a Assunção Cristas: <i>Eu acho que é positivo (O registo) e que é bom e é necessário, até para uma decisão política informada, que os vários interesses em presença possam ter um acesso organizado, perfeitamente legal, sem nenhum tipo de conotação negativa, para que também, seja a administração, sejam os deputados, sejam os membros do Governo, tenham toda a informação que é prestada de forma natural dentro do processo decisório normal.</i></p> <p>Dr. Luís Montenegro: <i>. Isso é como as leis de anticorrupção. Por mais leis que hajam não significa que as pessoas não se desviem delas. É da lei das coisas, é da natureza das coisas.</i></p> <p>Dr. Nuno Magalhães: <i>Não! É evidente que não é suficiente, porque repare, não é pelo facto do artigo – creio que é o artigo 131 do Código Penal – punir o homicídio que deixa de haver homicídios. E, portanto, a Lei não pode evitar que as pessoas violem a Lei.</i></p>
	Influência dos grupos pressão?	Existente		Pedro F Soares: <i>Muito, infelizmente de uma forma pouco transparente. O que não significa que sejam sequer considerados dentro da tipologia do lóbi. de advogados, que fruto da sua posição privilegiada podem não estar a favor da existência da profissão de lobista, de toda a regulamentação inerente, para proteger a sua posição privilegiada.</i>
		Inexistente		<p>Dr.^a Assunção Cristas: <i>Depende muito dos setores porque há setores bem organizados, bem representados, há outros que é uma pena que não estejam bem organizados e representados... depois faz falta essa capacidade de fazer chegar a preocupação, a mensagem de forma estruturada, de forma bem sólida, bem sustentada do ponto de vista da argumentação. Portanto, eu acho que é muito irregular... há áreas onde certamente há associações e dirigentes associativos que tem as coisas bem organizadas, há outras onde isso não existe</i></p> <p>Dr. Nuno Magalhães: <i>Não sei, isso depende! Acho que depende também da recetividade ou não que os titulares desse cargo possam ter. Eu, a impressão que tenho é que têm bastante menos do que aquilo que é a perceção da opinião pública.</i></p> <p>Dr. Luís Montenegro: <i>Não tenho muita ideia sobre isso. Acho que cada caso é um caso</i></p>
	Exclusividade dos Deputados	A favor		<p>Pedro F Soares: <i>Sim, absolutamente! Nós apresentámos ainda recentemente uma proposta nesse sentido, consideramos que essa é a melhor forma de separar o interesse público do interesse privado.</i></p> <p><i>O que nós temos feito para evitar essa promiscuidade é a exclusividade dos deputados o que nós temos feito para evitar essa promiscuidade é a exclusividade dos deputados...(...) o que acontece muitas vezes também é que os próprios deputados são quem carrega do seu escritório, da sua atividade profissional para o Parlamento, essa informação. E isso é errado! Nós, portanto,</i></p>

				<p><i>consideramos que a forma de proteger o interesse público é acabar ao máximo com esses conflitos de interesses.</i></p> <p><i>...defendemos uma maior restrição no que toca a regimes de impedimentos, particularmente ao chamado período de nojo de funções governativas. E não tanto dar liberdade e menos transparência aos agentes públicos, dando mais exigência e transparência aos agentes privados.</i></p>
		Contra		<p>Dr. Luís Montenegro: <i>Uma pessoa não é mais honesta ou menos honesta por estar em exclusividade ou não estar. É honesta se praticar as suas ações tendo em vista o interesse coletivo. É desonesta se preterir esse interesse em função do interesse particular com a intenção de prejudicar o interesse coletivo. Isso é independente de a pessoa estar em exclusividade ou não. .. Isso é como as leis de anticorrupção. Por mais leis que hajam não significa que as pessoas não se desviem delas. É da lei das coisas, é da natureza das coisas</i></p> <p>Dr.^a Assunção Cristas: <i>Acho que é positivo que haja liberdade de escolha para os deputados. Porventura, os deputados que estão em exclusividade, no ponto de vista do incentivo dessa exclusividade, deveria de haver uma diferenciação maior. Eu acho que seria pobre ter um parlamento feito de deputados em exclusividade, todos em exclusividade. Acho que o Parlamento se enriquece quando as pessoas também podem trazer para o Parlamento a sua experiência recolhida na sua vida profissional... Não sou muito adepta de políticos profissionais. Acho que isso degrada a representação e a democracia. Obviamente que é preciso ter cautelas com as situações de incompatibilidades, de impedimentos e por aí fora...</i></p> <p>Dr. Nuno Magalhães: <i>Não! Discordo! Eu acho que deputado não é uma profissão, não é uma carreira paralela à função pública nem é uma coutada só de funcionários públicos ou sindicalistas, como o Bloco de Esquerda e o PCP querem fazer! Eu acredito, isso sim, em duas coisas: primeiro, que haja regras de incompatibilidade e de transparência por um lado. Em segundo lugar e talvez o mais importante, no bom senso do titular do cargo público, de se declarar ou não, impedido de votar esta ou aquela Lei por ter um interesse direto. E depois, sobretudo, acredito na Democracia!</i></p>
Lóbi/Qualidade da democracia	Conflitos de interesses não previstos no plano jurídico	Obstáculo à separação de entre mundo da política e negócios	A favor	
			Contra	<p>Dr. Luís Montenegro: <i>Os parlamentares têm que...é pressuposto do exercício parlamentar, da representação da vontade do povo, uma total liberdade e independência na decisão. Total liberdade e independência. Independentemente dos deputados terem as suas profissões, as suas famílias, a sua vida, os seus interesses, é pressuposto do exercício da sua função que, acima de tudo isso, eles são deputados porque estão a prover o bem comum e a representar a vontade do povo. Pode haver algumas dessas pretensões que correspondam também ao interesse coletivo. Aqui a dificuldade é o</i></p>

			<p><i>problema é quando o interesse coletivo é preterido face ao interesse particular, porque esse interesse particular se mexeu de uma determinada maneira.</i></p> <p>Pedro F Soares: ...é muito difícil ter uma Lei equiparada à ética. Normalmente é a ética que perde e não a Lei que ganha quando as duas são iguais. o ónus deveria estar do lado do agente público, e por isso, quer na sua exclusividade das funções quer nas regras de declaração e de transparência que deveria ter, quer na conduta depois que deveria ter enquanto agente público.</p> <p><i>A ideia de que isso se alcança – essa qualidade da Democracia – pelo lado do privado, nós não acompanhamos. É ao contrário, nós achamos que a melhoria da qualidade da Democracia se alcança do lado da melhoria da transparência em particular e da atuação do agente público. o ónus deveria estar do lado do agente público, e por isso, quer na sua exclusividade das funções quer nas regras de declaração e de transparência que deveria ter, quer na conduta depois que deveria ter enquanto agente público</i></p> <p>Dr.^a Assunção Cristas: O mundo do Direito e o mundo da Ética cruzam-se em alguns pontos, mas são mundos separados. A questão é saber em que ponto e qual é a medida de premeio do mundo da ética em relação ao mundo do direito e ao mundo jurídico, neste caso, o direito que regula relações que têm que ver com a política e o exercício das funções políticas. Naturalmente que há sempre uma zona de interação, mas depois há zonas em que essa interação não existe.</p> <p>Dr. Nuno Magalhães: Eu acho sobretudo que isto vai do bom senso e depois do julgamento popular! Acredito no povo! Acredito que o julgamento do povo é o último julgamento e é o melhor julgamento! Acho que o legislador pode aperfeiçoar e deve aperfeiçoar a Lei, como por exemplo regulamentando o regime do lóbi, tornando-o mais transparente, tornando-o mais escrutinável - escrutinável pela Lei, mas também pelo próprio povo. Lá está, como diz e bem, o que pode ser legal pode não ser eticamente aceitável, mas isso cabe ao povo</p>
	Transparência	Aumenta	<p>Dr. Luís Montenegro: Pode fazer lóbi de uma forma correta, influenciando uma decisão, eventualmente, mas de uma forma correta, aberta e transparente, como também pode fazer permitindo que o agente que tem pela frente decida em função de um interesse que não é o interesse prevalecente. ... tudo aquilo que têm a ver com a transparência das decisões, com fundamentação das decisões, que é uma coisa muito importante, uma das formas de combater a corrupção, o uso indevido da capacidade de influenciar uma decisão é obrigar o decisor a fundamentar a sua decisão.</p> <p>Dr.^a Assunção Cristas: Eu acho que a introdução de transparência nos processos de decisão e no enquadramento de processos de informação...a transparência traz, pelo menos, a possibilidade de escrutínio. Quando eu falo de um registo junto do Parlamento, o registo dos lobistas, isso</p>

			<p><i>pressupõe que, quando há uma interação quer com parlamentares, quer com membros do Governo, quer com membros da alta Administração Pública, tem de haver um registo dessa interação e, no fundo, do conteúdo, da razão de ser dessa interação ... diria que é positivo que possa haver mais transparência, mais qualidade de informação prestada e que todo o processo esteja organizado de maneira absolutamente legal e natural.</i></p> <p>Dr. Nuno Magalhães: ...isto é muito importante – transparente, pública e sabendo-se que é essa a sua profissão na tomada de decisões ou na criação de opinião.</p> <p>– É positiva se for transparente e regulada.....isso é que é muito importante! (a falta de regulamentação) último lugar prejudica a Democracia’.</p>
		Diminui	<p>Pedro F Soares: ...defendemos que haja um reforço dos mecanismos de transparência dos agentes públicos, isto é, obrigações de transparência no registo de interesses, das propriedades e rendimentos...A ideia de que isso se alcança – essa qualidade da Democracia – pelo lado do privado, nós não acompanhamos. É ao contrário, nós achamos que a melhoria da qualidade da Democracia se alcança do lado da melhoria da transparência em particular e da atuação do agente público</p>
Desvantagens do não reconhecimento do lóbi	A nível Nacional		<p>Dr. Nuno Magalhães: Portugal está em desvantagem em relação a outros países que podem fazê-lo de forma legítima e legal porque está regulamentando no seu país e em Portugal não está!</p> <p>Dr. Luís Montenegro: Acho que tudo aquilo que têm a ver com a transparência das decisões. É no fundo demonstrar que aquela decisão tem uma determinada finalidade e que produz um determinado resultado que é benéfico para a comunidade</p>
	A nível europeu		<p>Dr. Luís Montenegro: Não sei. Tenho alguma dúvida ...dizem mas não sei, que há alguns portugueses que fazem esse tipo de atividade em Bruxelas e que em Bruxelas há frentes de lobista fortes de outros países. Se a circunstância de se poder regulamentar a atividade terá um efeito positivo nesse domínio, talvez. Porque isso significa que os pontos de vista nacionais poderão ter uma representação naquilo que é a capacidade de persuasão das instituições europeias maior</p> <p>Dr.ª Assunção Cristas: Não sei responder, porque a verdade é que as entidades que sentem necessidade de se fazerem ouvir a nível europeu recorrem a lóbi que o exerce a nível europeu. Eu não sei. Não estou muito por dentro dessa prática, mas entidades que precisam sabem fazê-lo, estão representadas em Bruxelas ou recorrem a empresas de lóbi em Bruxelas ...a verdade é que as entidades que sentem necessidade de se fazerem ouvir a nível europeu recorrem a lóbi que o exerce a nível europeu. Até porque, normalmente, quem exerce a defesa dos interesses portugueses são as entidades públicas. Não quer dizer que não haja entidades privadas. Há e fazem-no. Mas a linha da</p>

		<p>frente são as entidades públicas.</p> <p>Dr. Pedro F Soares: <i>Não me parece! Há aqui em primeiro lugar uma mudança: tem havido uma mudança grande no próprio funcionamento das instâncias europeias (...) o que interessa é discutido no Conselho Europeu, onde Portugal tem um acento do primeiro-ministro a par da mesa de outros ministros. Não é resultado de atividades lobistas, não é resultado de grupos de pressão na Europa, mas sim vontade de uns países e duns governos relativamente aos outros.</i></p> <p>Dr. Nuno Magalhães: <i>Desde logo ficamos de fora daquilo que é uma regulamentação que já existe do ponto de vista da União Europeia. Depois acho que é péssimo para a Democracia porque contribui para este lodo de insinuações ...até do ponto de vista daquilo que é a adaptabilidade do país em relação à legislação europeia. Por isso é que nós propomos e achamos que deve haver essa legalização e, portanto, nesse aspeto também de facto Portugal está em desvantagem em relação a outros países que podem fazê-lo de forma legítima e legal porque está regulamentando no seu país e em Portugal não está!</i></p>
--	--	--

Dimensão	Categoria	Subcategoria		Registo das respostas - Grupos de Pressão
Definição de lóbi	Geral			<p>USI: O lóbi é o conjunto técnicas, de práticas e disciplinas que contribuem para sensibilizar e aproximar diversos stakeholders dos legisladores. O lóbilista é aquele que exerce o seu magistério, porque conhece melhor, que consegue sintetizar e concetualizar e melhor os assuntos, que consegue levar os interesses do seu cliente, seja um sindicato, uma associação patronal, um grupo de defesa de animais, uma causa ambientalista, os moradores de um determinado bairro, uma categoria profissional, o que quer que seja</p> <p>CIP: O conceito de lóbi em Portugal não está regulamentado, portanto arranjar um definição não é fácil, nem existe, legalmente não existe, o que há em Portugal é representação de interesses.</p>
	Qual o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?			<p>USI: Somos o país da cunha, do nacional porreirismo e do amiguismo. ... a fronteira é relativamente ténue.</p> <p>CIP: Corrupção e tráfico de influência estão previstos...(risos) o lóbi lá está, é que se nos quisermos dar uma conotação negativa entramos num limbo muito grande...Falamos em lóbi não nos deixa de vir logo à memória uma expressão com sentido pejorativo, quando falamos em representação de interesses, já não será bem assim.</p>
Regulamentação do lóbi	A favor			<p>USI: Acho que ganharíamos pela constituição voluntária de uma associação profissional...são um conjunto de práticas e técnicas muito importantes, sem elas o legislador não tem a capacidade dada a complexidade e diversidade dos assuntos. o processo de decisão fica mais competitivo, mais informado e isso tendencialmente melhora em benefício público.</p> <p>A minha convicção profunda é que diferentes lobistas perfeitamente registados, identificados, enquadrados e supervisionados por um órgão próprio tenderiam a fazer, a surgir e atrair pessoas à profissão, a fazer baixar a influencia dos principais lobistas que hoje atuam de forma sub-reptícia.(...) o registo dos lóbis tem que ser legal um imperativo moral e legislativo...</p>
	Contra			<p>CIP: ...a regulamentação através do código de conduta é um contrassenso, o código de conduta aprovado através de uma lei? O Código de Conduta não deviam ser os agentes a fazê-lo? o código de conduta deverá ser de adesão voluntária. Não vamos inverter completamente os termos de uma situação que que ver que caminhe paulatinamente, no sentido da prudência dos próprios agentes decidirem aquilo que é melhor, era quase estarmos a negar a própria essência da participação ou intervenção dos interesses na sociedade, não vamos subverter esse sistema.</p>
Registo das atividades	Obrigatório			
	Voluntário			<p>USI: Não sou favorável a uma norma impositiva, mas sou favorável a que haja um estímulo, reconhecimento e algum tipo de recompensa para que esta atividade seja autorregulada.</p> <p>CIP: Deve ser voluntário. Mas para já voluntária, não só por causa dos interesses, mas tanto pela</p>

				<i>forma como os interesses foram construídos.</i>
Enquadramento no sistema político português	Implementação/profissionalização do lóbi	A favor		<p>USI: <i>Os honorários, não concordo. Deve saber quem exerce, deve haver algum tipo de registo num órgão regulador, uma tabela recomendada de honorários com alguma liberdade de amplitude, os principais atos a pratica e o nível de senioridade de quem o faz. Quem não procedesse ao registo, quem não atuasse segundo estas regras seria criminalizado, a autorregulação musculada iríamos ganhar muito mais transparência em todo este processo.</i></p> <p><i>... mas o que importava era democratizar, abrir a profissão e torná-la competitiva. Com uma maior profissionalização e com abertura da profissão ficaríamos muito mais bem servidos e assim teríamos uma opinião pública muito mais formada, os lóbis lutariam de forma mais transparente e o processo legislativo seria muito mais competitivo, o que ganharíamos todos.</i></p> <p>CIP: <i>Nem sei se isso vai ser enquadrado como profissão de lobista, profissão lobista, não sei...como lá se chega...</i></p>
		Contra		
	Registo dos lobistas evita irregularidades	A favor		CIP: <i>Neste momento há assuntos, mais importantes a resolver, para depois podermos entrar nessa mesma discussão da suficiência ou insuficiência do registo.</i>
		Contra		<p>USI: <i>Acho que não. Corrupção sempre vai existir. Temos é tornar o processo mais legal, o que não estiver registado é ilegal, tornar a atividade legal suscetível de ilícitos civil, disciplinar, criminal e a combinação destas duas coisas vai tornar mais difícil operar nas franjas do mercado... isto é um tema ético e há muitos temas éticos na sociedade como o tema da droga, da prostituição, do lóbi, das armas... E, portanto, é o tipo de mercado que não ganhamos nada em fingir que não existe. isto é um tema ético e há muitos temas éticos na sociedade como o tema da droga, da prostituição, do lóbi, das armas... E, portanto, é o tipo de mercado que não ganhamos nada em fingir que não existe porque isso só aproveita alguns poucos, que têm capacidade para fugir à lei, que tem conhecimentos especiais, é uma coisa que não aproveita a ninguém.</i></p>
	Influência dos grupos pressão?	Existente		<p>USI: <i>Há duas maneiras de fazer isto: ou se corrompe alguém ou se procura eleger alguns dos nossos. ...uma associação profissional, sindical, patronal que se preze tem deputados. ...damos acesso a um punhado de Instituições, aos que têm mais votos, aos que são mais ricos, damos um acesso desproporcionado àquilo que seria a representação política em detrimento do bem comum. Aos dias de hoje, a única solução que existe é eleger os seus próprios deputados.</i></p> <p>CIP: <i>Quase imanente à democracia mormente no novo modelo Social Europeu que é o modelo que nos inserimos, e é um dos pilares.</i></p>

		Inexistente		
	Exclusividade dos Deputados	Não sabe responder		CIP: Exclusividade ou de não exclusividade é uma outra questão, o que nos queremos são pessoas competentes. Agora eu não sei qual é a posição da CIP...
		Contra		USI: Não, não acho. Acho que a democracia ganha qualidade se as pessoas tiverem outros interesses profissionais cá fora. É preciso é que eles sejam declarados e sejam expressos. Um dos problemas que nós temos, é esta sobre-especialização político-partidária onde uma grande parte dos atores políticos são profissionais da política e, portanto, cujos currículos são basicamente os cargos que desempenharam e nunca os quadros que pintaram, os livros que escreveram, as ideias (originais) que defenderam e qualquer outra forma de organização de trabalho. ...os últimos três Primeiros-Ministros cujo currículo base é começaram a colar cartazes aos 15 anos, e não mais pararam de “colar cartazes”. Precisamos de pessoas mais maduras, experientes, com uma diversidade, quer de género, quer de experiências sociais, políticas, esses é que vão trazer riqueza à democracia.
Lóbi/Qualidade da democracia	Conflitos de interesses não previstos no plano jurídico	Obstáculo à separação de entre mundo da política e negócios	A favor	
			Contra	USI: Hoje quem faz lóbi de forma organizada são os ex-governantes e os advogados. Os primeiros não, mas os segundos, que até são coincidentes, escusam-se na reserva de sigilo profissional.(...) favorável a esta proibição de acumulação advogados-deputados. O que é certo, é que não vingou. Com base em justificações várias, de não-discriminação. É a chamada advocacia de lóbi ou de negócios, que não advoga nada, a não ser aproximar partes, o que “per si” não é mau, mas é uma pena que seja feita sob a capa da advocacia ou sob a capa da imunidade parlamentar. Questiono a qualidade ou a motivação das pessoas que querem assumir funções públicas ou de causas públicas. Eu acho que conflito de interesses vai haver sempre, o que é preciso é que exista um código de conduta forte, que haja uma censura moral, essa é muitas vezes suficientemente dissuasora. CIP: O que é ilegal neste país é a corrupção, isso aí, é ilegal, que ativa, quer passiva. Se formos para a representação de interesses, ela não está regulamentada em muitas das áreas, estando representada nas outras, por exemplo, na área do diálogo social, mais concretamente em Concertação Social, a representação desses interesses está regulamentada, tem os parceiros absolutamente definidos, a mesma representação dos interesses transposta para o âmbito da Assembleia da República ou do Governo.

	Transparência	Aumenta	<p>USI: <i>O lóbi é, por essência, positivo. O que não é positivo é ele ser clandestino e ser exclusivo de poucos. Portanto, isso é claramente perverso. Tudo o que seja para tornar o lóbi visível, legal, susceptível de escrutínio, de pagar impostos, etc., eu acho que faz imenso sentido e, tipicamente, eu acho que o lóbi profissional, transparente e competitivo faz melhorar a democracia. O que eu acho que nos está a faltar é transparência, é legislação, é cumprimento, é consciência social, mas acima de tudo uma legalização e tornar transparente.</i></p> <p>CIP: <i>A ideia que a representação de interesses, eu creio que isso seja mesmo essencial para o funcionamento da democracia, permitindo assim que todos influenciar decisões ou pelo menos fazerem- se ouvir, para que os decisores políticos talvez tomem as decisões mais acertadas... Se formos para outras matérias, a CIP é adepta quando isso deverá ocorrer, quanto mais participação houver da sociedade civil, melhor serão regulamentados os seus interesses contribuindo para o bem de toda a sociedade em geral.</i></p>
		Diminui	<p>CIP: <i>Se formos dizer que só através da transparência só é assegurada através de canais próprios... ahhh sim... estamos a excluir um bocado de tudo o que se passa a nossa volta, se essa necessidade da transparência por canais próprios, vai resolver o problema de uma forma 100% eficaz, ou 90% ou 75%. porque as pessoas não são ilhas, as pessoas vão absorvendo a informação que as rodeia, e daí tomarem as suas próprias decisões.</i></p>
Desvantagens do não reconhecimento do lóbi	A nível Nacional		<p>USI: <i>O estado atual (...) favorece os concorrentes instalados que têm uma influência desproporcionada no processo legislativo. e, portanto, sobre diversos argumentos, sobre a não oportunidade ou sobre conceitos ético-morais, uns porque são contra, outros porque querem fingir que não existe, na prática não se regulamenta. A atual situação é mais favorável a quem tem mais influência no processo, não há controlo, registo, mecanismos de supervisão da autorregulamentação A sociedade civil em Portugal é relativamente fraca, a participação cívica ter declinado, eu não falo apenas da participação política, veja-se a crise dos sindicatos ou dos Clubes de Futebol. Tipicamente, onde existir um mercado de ideias mais competitivas, mercado de ideias colocadas junto dos decisores de forma competitiva, provavelmente traduz-se em ineficiências de várias centenas de milhões por ano. São dezenas de milhares de postos de trabalho que não são criados, são formatos de comércio que não surgem, são formas de organização de trabalho que não aparecem, são investidores que não investem... tipicamente esta entropia é um dos problemas da economia portuguesa e da sociedade como um todo. Eu diria como observador externo, e agora como participante ativo, o facto de não existir um mercado, não existir um sistema de preços, de declaração de interesses, etc., faz com que uma organização emergente como é a nossa, tenha</i></p>

		<p><i>dificuldade em penetrar num sistema que protege alguns em detrimento de todos os outros. Por isso, tenta participar num mercado que por definição não existe e cujas regras não são suscetíveis de ser percebidas por quem está fora.</i></p> <p>CIP: <i>Durante anos e anos sobrevivemos sem a regulamentação do lóbi nos termos em que ela esta a ser enquadrada.</i></p>
	A nível europeu	<p>USI: <i>Temos um défice de representação lá fora. Eu acho que, a nossa capacidade de influência é diminuta, não somos formatados a exercer o nosso magistério de influência nos órgãos europeus (e contra mim falo). Esta falta de prática em Portugal, ou pelo menos de um mercado regulado de lóbi leva a que nos seja muito mais difícil participar neste processo. Digo a nível europeu onde isto é muito mais transparente, regulado e comumente aceite e profissionalizado. Aí temos o problema oposto. Nós, candidatos a fazer passar algum ponto de vista setorial ou nacional, defrontamo-nos com players muito especializados com os quais nós não temos preparação técnica, política para poder dialogar de igual para igual. Por isso somos um país que tem menos fundos comunitários per capita do que aquilo que seria razoável, mesmo comparando com a economia grega que não é muito diferente da nossa, vemos que na maior parte dos setores o apoio per capita na Grécia chega a ser duas vezes e meia maior que o português. Isto pode ser relevante para Portugal, esta perda de transparência e da ausência de mercado faz com que a economia portuguesa perca centenas de milhões de euros por ano.</i></p> <p>CIP: <i>A nível das consequências a nível Europeu não há consequências, porque há o registo a nível europeu. A CIP está inscrita, nós também somos uma confederação europeia ...</i></p>

Dimensão	Categoria	Subcategoria		Registo das respostas - ADVOGADOS
Definição de lóbi	Geral			<p>Dr. José Miguel Júdice:...o lóbi é a contratação de entidades que vão defender interesses que eles visam proteger tentando influenciar a produção legislativa e em certa medida as decisões administrativas.</p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: É o patrocínio, a representação de interesses específicos dentro da sociedade portuguesa. Alguém que, digamos assim, assume esse papel junto da sociedade e junto das instituições... O patrocínio, a defesa, a representação de interesses próprios e profissionais dentro da sociedade portuguesa.</p>
	Qual o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?			<p>Dr. José Miguel Júdice: É absurdo dizer que o lóbi favorece a corrupção. Eu diria que o lóbi torna mais difícil a corrupção; Uma das regras essenciais do lóbi, é que o lobista não pode ser político; o lobismo tem tanto a ver com corrupção como com o tráfico de influências, como as regras do jogo de futebol têm a ver com a compra de árbitros.</p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: A fronteira entre o crime de tráfico de influências e o lóbi é uma fronteira muito ténue.</p>
Regulamentação do lóbi	A favor			<p>Dr. José Miguel Júdice: Claro! Um governo capaz e competente agradece que lhe mandem informações contraditórias; Porque é assim por exemplo que trabalham os tribunais; o processo democrático baseia-se no pluralismo, na diversidade...; a atividade de lóbi deve ser regulamentada, é o que eu acho! Deve ser regulamentada para que seja feita de acordo com regras e para que seja punido quem desrespeite as regras.</p> <p>... acho mal que não se regule a profissão.</p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: Eu acho que é positivo porque garante maior lisura, clareza e transparência. Mas nós temos uma lacuna em Portugal, uma vez que essa atividade, que existe regulamentada nalguns países da Europa e ao nível das instituições europeias, em Portugal não existe. Já houve debates nesse sentido, julgo que até intenções legislativas, mas isso não existe. Agora, se vier a existir, independentemente da regulamentação que venha a ter, acho a ideia em si positiva porque contribui para uma certa transparência nesta atuação.</p> <p>... acho que é positivo, mesmo muito positivo, que essa regulamentação venha a ser criada.</p> <p>... Admito que se crie uma ideia de obrigatoriedade que, posteriormente, terá uma dificuldade em bater certo com a realidade. Tal como o voluntário, esse aí o ideal, que corre o risco de não funcionar. Reconheço que não é uma opção fácil.</p>
	Contra			<p>Dr. José Miguel Júdice: A recusa do lóbi nasce em primeiro lugar da recusa que haja interesses que possam ser contrapostos a outros. Segundo ponto: a reação contra o lóbi nasce por uma outra razão também e a razão da qual nasce essa oposição ao lóbi é a distinção entre coisas boas e</p>

			<p><i>coisas más... Há a ideia de que lóbi é o que é mau, o que é bom não é lóbi!... Terceira razão pela qual o lóbi é muito atacado (uma razão também muito estúpida e muito tradicional) é esta: nem sempre os interesses que nós queremos defender são corretos, nem sempre esses interesses são os melhores para o país todo... Porque qualquer interesse tem sempre alguns que são contra ele... Há uma lógica que é: se não houver lóbis, se o lóbi não for autorizado, magicamente deixa de haver interesses maus.</i></p> <p><i>... Não é legalmente permitido a existência de lóbi, isto é, não está legislado. Mas não é por isso que magicamente deixa de haver!</i></p> <p><i>... é completamente absurdo, se eu não consigo resolver um problema, em vez de o regular, fazer de conta que ele não existe! – todos os interesses têm direito a ser representados.</i></p> <p><i>... Primeiro: porque ninguém quer ser acusado de querer... regulamentar o lóbi... o lóbi tem “mau nome”... O problema aqui é que todos têm medo!... Segundo: o não regulamentar o lóbi vai dar jeito a muita gente! Terceiro... na sociedade portuguesa, ideologicamente, «lobistas são os capitalistas», os outros não são lobistas, são santos... Os santos são os que defendem as nossas causas. Os malandros são os outros!... é uma conjugação negativa, por um conjunto variado de razões. Ninguém quer, ou são sempre mais os que não querem... Ou por medo ou por interesse ou porque são uns contra os outros e têm medo que os outros tenham mais influência, e portanto, a coligação negativa que é tão poderosa em Portugal tem impedido que isso seja feito!</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Julgo que em teoria toda a gente é a favor, o problema depois é se na prática têm de facto real vontade de o fazer. Essa é que é a diferença. A mim, a vida política ensinou-me várias coisas e uma das coisas que me ensinou foi que há certas causas que ninguém ousa discordar e toda a gente concorda porque fica bem na fotografia, mas depois nos bastidores fazem os possíveis e os impossíveis para que nada aconteça. E, portanto, não é apenas no domínio do lóbi.</i></p> <p><i>... Julgo que a esmagadora maioria, em teoria, dirá que é sempre bom a favor da transparência, mas depois, se há real vontade de o fazer, duvido.</i></p>
Registo das atividades	Obrigatório		<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>Totalmente obrigatório! ... É como os advogados, ninguém pode ser advogado sem estar registado.</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Não é uma equação fácil. O voluntário seria o processo mais correto e mais adequado, sobretudo numa sociedade que deve cultivar alguns princípios de liberdade de atuação, mas corre-se o risco de não ter efeito nenhum. O obrigatório corre o risco também de não bater certo uma intenção com a realidade, uma vez que julgo que em Portugal há muito boa gente que não tem propriamente uma atividade definida e que, em boa verdade, na prática faz lóbi.</i></p>

				... o estigma existente relativamente ao lóbi é semelhante ao estigma do arguido, no domínio criminal.
	Voluntário			
Enquadramento no sistema político português	Implementação/profissionalização do lóbi	A favor		<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>É preciso fazer uma lei na Assembleia da República que crie a profissão; os lobistas devem revelar a lista dos seus clientes, porque estão a intervir no universo público.; ... As condições estão reunidas há muitos anos. É preciso é haver vontade política.</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Não sei. Tenho dificuldade em me pronunciar... Tanto quanto ela poder ser mais identificada e mais concretizada, tanto melhor.</i></p> <p><i>[condições implementação] Isso acho que estão sempre... Tem é que ser muito bem debatido, porque é uma matéria pouco debatida em Portugal... sobretudo porque a forma como isto se faz é muito importante, e insisto, porque estamos na fronteira com o chamado crime de tráfico de influências, sobretudo para bem lícito.</i></p> <p><i>... Portanto, isto significa que a regulamentação tem de ser feita com muito cuidado, sob pena de se estar a criar um problema maior que aquele que se resolve.</i></p> <p><i>... eu sinto mais “pressões” agora nesta atividade [como comentador político] do que tinha enquanto governante durante tantos anos, e eu não considero que isto seja lóbi, nem de longe nem de perto.</i></p>
		Contra		<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>Não acho que seja essencial revelar os honorários.</i></p> <p><i>... Se a gente souber o que eles ganham descobrimos logo se estão a comprar políticos? Não, porque é absurdo!... [mas é diferente] Quando é o Estado, quando é uma entidade pública, a fazer um contrato, quer dizer, eu enquanto cidadão, em nome da transparência da função pública,tenho o direito de saber!</i></p> <p><i>... por trás disso está uma ideia tonta, a ideia de que se souber quanto eles ganham, logo vemos onde é que é a corrupção. É absurdo! Eu sou advogado. Eu sou melhor advogado que outros e como tal ganho 10 vezes mais do que outros. Não é por comprar juízes, é por ser 10 vezes melhor!</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Até se desmistificar isto e alguém assumir com naturalidade que pratica lóbi, eu acho que vai demorar imenso tempo.</i></p>
	Registo dos lobistas evita irregularidades	A favor		
		Contra		<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>Não, é claro que não é! ... se não houvesse registo de lóbis havia menos corrupção? Porque é que havia menos?... tem é de se criar regras e castigar [os infractores]</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Não. São realidades e coisas distintas. Eu considero que esse é um dos problemas que existem em Portugal, de estar tudo um bocadinho misturado. A atividade de lóbi, se</i></p>

				<p><i>for regulamentada, significa que é uma atividade legal. Ao passo que a corrupção e o tráfico de influências são atividades ilegais. Primeiro, a distinção é enorme. E, portanto, mesmo que o lóbi venha a ser legalizado, a corrupção vai continuar a ser crime. O tráfico de influências vai continuar a ser crime. As coisas não mudam substancialmente. Só há um caso que pode mudar um pouco. No domínio da corrupção julgo que as coisas não se vão alterar substancialmente. No domínio do tráfico de influências sim. A fronteira entre o crime de tráfico de influências e o lóbi é uma fronteira muito ténue.</i></p> <p><i>... haver o lóbi instituído e legalizado, ou não haver, não vai fazer grande alteração relativamente ao crime de corrupção.</i></p>
	Influência dos grupos pressão?	Existente		<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>Não sei;... Os ambientalistas influenciam imenso, mas os anti-ambientalistas também. Os laboratórios farmacêuticos influenciam. Toda a gente anda aqui a influenciar! Toda a gente! Uns têm mais sucesso do que outros... Depende de muitas coisas... Agora, eu diria que todo o processo de decisão política é influenciado. Uma vez legalmente, outras vezes ilegalmente!</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Sempre têm alguma importância... um governante ou um ministro, que receba sindicatos, associações profissionais, associações de várias naturezas, eu considero que isto é o normal numa atividade política. Governar é ouvir, é dialogar, é sentir e depois decide-se da forma que melhor se entender.</i></p> <p><i>...Eu encaro o lóbi da perspetiva de alguém que tem uma atividade profissional registada, que paga os seus impostos, e que de alguma forma representa o interesse da empresa "A", sem, todavia, ser nem dirigente, nem administrador da empresa "A".</i></p> <p><i>... Alguém que é dirigente de uma empresa, ou acionista, ou gestor, que é dirigente de um sindicato, ou dirigente de uma associação profissional, não acho que seja um lobista. Eu acho que esse é um dirigente, um acionista, um responsável com um determinado interesse e, portanto, esse está registado por natureza, porque é um facto público e notório, e como se refere na área do direito, não carece de provas.</i></p>
		Inexistente		
		A favor		

	Exclusividade dos Deputados	Contra	<p>Dr. José Miguel Júdice: Não... Acho pessimamente. No dia em que deputados só possam ser pessoas em full-time. Como você: paga em amendoins, quem é que concorre ao emprego? Macacos!!!</p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: Não... Ele já está tão mau, que isso significaria matá-lo... O Parlamento já perde qualidade de eleição para eleição... Eu sou muito crítico da classe política, do funcionamento dos partidos, da Assembleia da República e acho que, enquanto não mudarem o sistema eleitoral, estamos sempre a escolher os piores e a marginalizar os melhores. Isto porque são os partidos que escolhem, e ninguém vota em deputados.</p> <p>... Se houvesse círculos uninominais, o povo votava com conhecimento de quem é o deputado. Assim, como não sabe quem é, vota num partido. E é isto que destrói a qualidade da democracia e não permite escolher os melhores.</p> <p>... Em segundo lugar, como os vencimentos não são minimamente atrativos, e ninguém tem coragem de falar disto, evidentemente que as pessoas que têm uma atividade profissional rentável, não estão para “passar de cavalo para burro”... Portanto, eu considero que essa questão da exclusividade seria um drama.</p> <p>... Haveria outras coisas a mudar, como a lei eleitoral, o regime remuneratório, de forma a colocar lá os melhores, mas, do ponto de vista da transparência, o mais importante é acautelar esta parte dos conflitos de interesses. Porque as incompatibilidades já se resolvem, evidentemente, através da lei, no entanto, para mim, são os conflitos de interesses que têm que ser acautelados.</p> <p>... tal como no lóbi se obriga a um conjunto de exigências. Eu não acho que a solução seja acabar com o deputado-advogado. Agora, é necessário obrigá-lo a declarar os conflitos de interesses.</p> <p>.... Quanto a esse problema do advogado-deputado, acho que se resolve com a clarificação em sede de registo de interesses. Mas, por exemplo, um advogado que é empresário pode exercer muito mais influência, dadas as suas atividades, uma vez que um deputado convive com os membros do Governo permanentemente.</p> <p>... não acho que os deputados devam estar em exclusividade. Obrigá-los a isso é péssimo, porque isso ia disfuncionalizar o Parlamento. Em segundo lugar, o que tem que se vigiar é a questão dos conflitos de interesses e tem que haver a tal Comissão de Ética que faria toda a diferença do mundo...</p> <p>... a ideia de que a lei regulamenta tudo é uma “tontaria”. Por mais que a lei seja bem-feita, ficam sempre situações de fora, porque a realidade ultrapassa sempre qualquer legislação, o que significa que nós temos que ter uma entidade, uma comissão, um grupo de ética, composto por pessoas que sejam senadores, ou seja, acima de toda a suspeita, para poderem ver caso a caso,</p>
--	------------------------------------	---------------	--

				<i>situação a situação, para poderem ter sugestões, recomendações, censuras, que permitam que as questões que não são bonitas, corretas, morais, sejam de facto sancionadas.</i>
Lóbi/Qualidade da democracia	Conflitos de interesses não previstos no plano jurídico	Obstáculo à separação de entre mundo da política e negócios	A favor	<p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Essa sim é uma questão muito importante, que já não é do domínio dos lóbis, mas que é uma questão muito importante, da qual tenho uma opinião muito radical. Eu acho que o problema mais sério que existe no Parlamento português é o problema dos conflitos de interesses... como o deputado não tem que estar em exclusividade de funções, esta questão levanta-se.</i></p> <p><i>... um regime de incompatibilidades, não é suficiente.</i></p> <p><i>... em democracia, a ética não se esgota da lei. Isto é um ponto muito importante. A ética está para além da lei. Há comportamentos que são legais, corretos do ponto de vista legal, mas que não são morais, são imorais. O que significa que há um problema legal e há um problema ético. O problema legal resolve-se com a lei. O problema ético resolve-se, do meu ponto de vista, com uma Comissão de Ética que analisa caso a caso e que se pronuncia sobre se um comportamento é eticamente censurável ou é eticamente admissível.</i></p> <p><i>... Por exemplo, quando fui líder do PSD, em 2005...afastei das listas de candidatos autárquicos do PSD alguns presidentes de Câmaras que eu considerava que não tinham uma imagem eticamente de credibilidade, designadamente porque tinham alguns problemas com a justiça...</i></p> <p><i>... exemplo recente, Maria Luís Albuquerque saiu do Governo e foi exercer atividade profissional, numa empresa que foi conhecida, ao mesmo tempo que exerce a função de deputada. Do ponto de vista legal não há nada que impeça, como de resto o Parlamento, num parecer da Comissão respetiva, se pronunciou. Aquela não era uma empresa que ela tutelasse, portanto, legalmente, não havia drama, no entanto, do ponto de vista ético, e pessoalmente, considero que havia problema, porque era uma empresa que girava em torno do Ministério das Finanças e que andava a tentar “aproveitar-se” de alguém que tem influência naquela área.</i></p> <p><i>... A Assembleia da República tem um problema tão sério, ou mais sério, do que a falta de lei de lóbi em Portugal: não tem uma Comissão de Ética. Quem vai à Assembleia da República, está lá presente nas comissões uma “Comissão de Ética”, mas é o caso típico em que o nome não condiz com a “coisa”. Chama-se de ética, mas não trata de questões de natureza ética, só trata das questões de incompatibilidades, ou seja, das questões jurídicas.</i></p> <p><i>... esta Comissão de Ética, para tratar das questões de ética e de conflitos de interesses, deveria ser constituída, não por deputados, mas por pessoas exteriores à Assembleia da República. Se for composta por deputados, corre-se o risco de dizerem que estão a julgar em causa própria. Se for pessoas exteriores à Assembleia da República com especial estatuto de credibilidade e de prestígio,</i></p>

				<p><i>estão acima de toda a suspeita.</i></p> <p><i>... a mesma Assembleia da República que, e bem, está finalmente preocupada com o registo dos lóbis e com a legislação deste domínio, ela própria não faz legislação dentro de si para resolver os seus casos típicos de conflitos de interesses. Considero, portanto, que a Assembleia da República deveria ser muitíssimo mais exigente consigo própria.</i></p>
			Contra	<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>O que é a separação entre o mundo da política e mundo dos negócios? ... não há separação nenhuma!... Se nós misturamos conceitos éticos com conceitos económicos, estamos a fazer uma grande trapalhada. Todos têm interesses para defender e todos têm um certo interesse pelo bem comum.</i></p>
	Transparência	Aumenta		<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>Eu acredito na sociedade onde de forma transparente ou o mais transparente possível, se saiba quem representa quem.</i></p> <p><i>... Portanto, os interesses estão permanentemente a funcionar. O que eu digo é que se alguém quiser ir influenciar o poder político em função de certos interesses, eu gostaria que se soubesse!</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>Mesmo sendo muito minoritária [a atividade em Portugal], acho que, havendo a transparência, a sua legalização será positiva.</i></p> <p><i>... o lóbi existe sempre. A grande questão é estar legalizado ou não estar legalizado e o estar legalizado é a diferença entre a transparência ou a falta dela. Portanto, o lóbi legalizado é uma ajuda à melhoria da qualidade da democracia. O lóbi sem estar legalizado, e existindo à mesma, não contribui para a transparência, logo não é bom para a qualidade da democracia.</i></p>
		Diminui		
Desvantagens do não reconhecimento do lóbi	A nível nacional			<p>Dr. José Miguel Júdice: <i>A todos os níveis! A profissão de lóbi é uma profissão muito exigente. Eu sou advogado e convencer o Juíz que o meu cliente tem razão não se aprende na escola primária. Há muito trabalho, há muita experiência, há muito “know-how”... Ora bem, se Portugal quer ser defendido, não era pior que não tivesse apenas que contratar lobbyists estrangeiros, que pelo menos tivéssemos portugueses competentes e preparados para ajudar, não é assim? A defesa do Estado pela ordem externa ganha com a existência de lobistas... ...eu acho que o processo de decisão política, no meu entendimento, é melhor se for bem informado e se for informado pelos próprios [lobistas]... a qualidade da decisão política melhora imenso se houver lóbi organizado... Porque nada está definido, é uma trapalhada! Portanto, era melhor que dissessem o que é que é tráfico de influências o que é que é lóbi. Porque não estar definido, é um caos, é um perigo!</i></p> <p><i>... há pessoas que são contratadas pelas empresas apenas porque têm acesso fácil a um ministro. Acho que isso é mais desonesto do que contratar um empresa de lóbi!</i></p>

		<p><i>... ninguém quer dar o primeiro passo, ninguém quer dizer «Fui eu!», segundo, há muita gente que prefere que a confusão se mantenha, e, em terceiro lugar, porque de facto há muita gente que está a fazer isso que nunca precisou de ter regulamentação, nunca teve nenhum problema com isso e continua a fazer!</i></p> <p><i>...Se não se pode acabar com uma coisa, mesmo que nós não gostemos, é melhor regulamentá-la! É melhor criar regras do que não criar regras, porque a sociedade evoluiu assim.</i></p> <p><i>... Portanto, lóbis houve sempre, interesses houve sempre, contradições houve sempre. Os favoráveis ao poder real, os favoráveis ao poder mais local. Portanto, isso sempre houve. O que as sociedades modernas agora exigem é uma transparência que não se exigia antigamente.</i></p> <p><i>... A transparência hoje em dia é uma exigência! E a do lóbi organizado é aumentar a transparência!</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>A circunstância de o lóbi não estar legalizado em Portugal não significa que este não possa existir, no nosso país e junto das instituições europeias. Se ele existir legalizado, eu julgo que o processo é mais transparente e, sendo mais transparente, pode ter mais força, designadamente junto das instituições europeias.</i></p>
	A nível europeu	<p>Dr. José Miguel Júdece: <i>A todos os níveis!</i></p> <p>Dr. Luís Marques Mendes: <i>A circunstância de o lóbi não estar legalizado em Portugal não significa que este não possa existir, no nosso país e junto das instituições europeias. Se ele existir legalizado, eu julgo que o processo é mais transparente e, sendo mais transparente, pode ter mais força, designadamente junto das instituições europeias.</i></p>

Dimensão	Categoria	Subcategoria		Registo das respostas – Comissão de Transparência na AR
Definição de lóbi	Geral			<p>Dr. Duarte Marques:...alguém que representa interesses junto de uma entidade, seja ela pública ou privada e que os faz de forma transparente e aberta com interesse de melhorar a qualidade da decisão política, neste caso a decisão política.</p> <p>Dr. José Manuel Pureza: [o lóbi] traduz-se na interlocução por parte de profissionais ou por parte de representantes desses interesses, seja qual for o grau de profissionalismo que tenham, com os responsáveis pela tomada de decisão.</p> <p>Dr. Fernando Negrão: Em Portugal nós não temos lóbi por isso é difícil estar a dar-lhe uma definição porque não há nenhuma definição legal.</p>
	Qual o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?			<p>Dr. Duarte Marques: Não têm nada a ver. Lóbi e corrupção são coisas completamente distintas. ... [a fronteira] É entre aquilo que é legal e o que é ilegal. A corrupção passa-se quando se prejudica o interesse público para beneficiar o interesse privado. Isso é corrupção. Lóbi não tem nada a ver. Lóbi é o que faz os sindicatos, é que faz os defensores, por exemplo a QUERCUS. É um bom lóbi ou um mau lóbi? É um excelente lóbi. Fazem falta lóbis desses.</p> <p>Dr. José Manuel Pureza: Uma coisa é lóbi, outra coisa é corrupção, outra coisa é tráfico de influências. ... essa fronteira conceptualmente, em abstracto,... até pode ser nítida. Na prática, temos de ver caso a caso!</p> <p>Dr. Fernando Negrão: A primeira fronteira é a legalização. Porque quando nós não tivermos essa legalização é muito fácil haver essa mistura entre uma coisa e outra. Entre aquilo que é uma conversa com o intuito de transmitir uma ideia positiva e aquilo que pode ser tráfico de influência ou corrupção.</p> <p>Em segundo lugar é preciso ter muito cuidado com o percurso legislativo, todo o percurso legislativo deve ser o mais transparente possível... para que possamos perceber se houve efetivamente intervenção e só intervenção do lobismo ou se foram para além disso. E, portanto, não só deve ser regulamentado e registado como também deve ser o mais transparente possível. Ou seja, as pessoas devem ter acesso a todo esse processo legislativo para perceber.</p>
Regulamentação do lóbi	A favor			<p>Dr. Duarte Marques: [a informação] É muito útil. Porque ajuda a esclarecer. Ajuda a ir mais a fundo nos temas. Os deputados não são especialistas em todas as matérias, sempre que há uma entidade que tem mais conhecimento que o pode transmitir aos deputados. Ela é sempre muito útil desde que seja transparente.</p> <p>Dr. Fernando Negrão: Eu acho que pode ser positiva. ... a legalização e regulamentação do lóbi... pode ter o efeito de organizar os porta-vozes dos variadíssimos interesses que existem e que devem ser ouvidos durante o processo legislativo e respetiva decisão.</p>

				<p>Dr. Duarte Marques: <i>Eu acho que hoje em dia os partidos de direita são mais a favor do lóbi pela via da transparência. Eu noto da Assembleia que o PSD e o CDS estão mais nesse caminho, o Partido Socialista de alguma forma também, o único partido que vejo mais contra é o PCP e o Bloco.</i></p>
	Contra			<p>Dr. José Manuel Pureza: <i>Contra; o lobista pode ser um profissional de alguma maneira semelhante ao delegado de informação médica junto do clínico... E portanto, procura de alguma maneira seduzi-lo, digamos, para a vantagem de aplicar aquele produto... a influencia que pesa mais no momento de tomada de decisão não é tanto de natureza informativa. É mais de natureza política...</i></p> <p><i>... o lóbi nesse sentido estrito ocupa apenas uma parte, porventura até uma parte menos importante daquilo que influencia os tomadores de decisão a tomarem as suas decisões.</i></p> <p><i>... Neste momento em Portugal a única força política que tomou uma iniciativa concreta no sentido da regulamentação do lóbi foi o CDS, através da apresentação de um projecto de lei. E é verdade que o PSD tem manifestado muita abertura a avançar para a regulamentação do lóbi. Nos partidos à esquerda existe uma menor abertura... no sentido de... não atribuem a essa actividade de regulamentação o mesmo tipo de importância que atribuem os partidos situados mais à direita.</i></p> <p><i>... toda a decisão, sobretudo aquelas que têm maior notoriedade pública, é uma decisão decorrente de uma relação de poder. Em democracia, é sempre!... Quem é que tem mais força argumentativa, quem é que tem mais capacidade de mobilizar votos ou outra coisa qualquer?</i></p> <p>Dr. Fernando Negrão: <i>pode haver forças políticas que querem aproveitar a má fama que estes conceitos têm para se mostrar contra a respetiva regulamentação. Depois há outras áreas políticas, outra área política mais ligada à economia, ao desenvolvimento da economia que estará mais aberta à aceitação do lóbi.</i></p>
Registo das atividades	Obrigatório			<p>Dr. José Manuel Pureza: <i>Eu acho que um registo obrigatório do ponto de vista de quem defende a regulamentação do lóbi, é mais coerente!... Agora, o facto de haver lobistas profissionais obrigatoriamente registados e que quando vão à Assembleia da República exibem o cartãozinho e vão à sala X que é a sala de interlocução entre o deputado e o lobista, é isso que dá transparência, é isso que acrescenta grande transparência ao processo político? Eu, com toda a franqueza não acredito!</i></p> <p>Dr. Fernando Negrão: <i>Existindo a regulamentação do lóbi, ela deve ser obrigatória. Para todos, sob pena de não só continuarmos a ter o que temos hoje.</i></p>

	Voluntário			Dr. Duarte Marques: <i>Acho que Portugal deveria fazer precisamente uma transposição exata das regras europeias nessa matéria.</i>
Enquadramento no sistema político português	Implementação/profissionalização do lóbi	A favor		<p>Dr. Duarte Marques: <i>É haver um registo público de pessoas acreditadas para exercer a atividade de lóbi, sejam elas empresas profissionais de lóbi, sejam elas as pessoas representantes de empresas, de instituições (...) que seja de feito de forma publica...</i></p> <p><i>(...) Eu acho que sim, mais importante do que regulamentar a profissão de lobista, está em regulamentar a atividade de lóbi.</i></p> <p>Dr. José Manuel Pureza: <i>[Condições implementação] Não acho que haja nenhum obstáculo a isso... digamos, estão reunidas as condições!... é mais uma questão de alguns acharem que a legalização e a formalização é muito importante e outros acharem que não é tão importante assim.</i></p> <p>Dr. Fernando Negrão: <i>não vejo que as especificidades a existirem no sistema político português sejam impeditivas de qualquer registo desta natureza.</i></p> <p><i>... [os honorários] devem ser públicos... Porque se nós queremos regulamentar para haver mais transparência, devemos naturalmente saber quais são os interesses económicos que circulam à volta da função de lóbi.</i></p> <p><i>... o lóbi é feito pela sociedade portuguesa, seja junto dos governantes e dos partidos políticos.</i></p> <p><i>... É preciso ouvir as Entidades para termos a melhor legislação possível e a mais eficaz para resolvermos os respetivos problemas. E para isso nós precisamos de saber com quem é que havemos de falar. E evitar que se fale por portas e travessas com este e com aquele.</i></p>
		Contra		<p>Dr. José Manuel Pureza: <i>o problema é justamente que ao lado dessa actividade há outra actividade que não é secreta, é discreta, digamos assim, é muito menos visível, passa por relações informais... eu não consigo acreditar que a maior transparência na relação entre determinados interesses e determinados tomadores de decisão resolva o essencial. O essencial passa ao lado disso!</i></p> <p>Dr. Fernando Negrão: <i>[Condições implementação] Acho que ainda não estão, sabe! Ainda há muitos preconceitos relativamente à questão do lóbi e dos lobistas. Porque a própria palavra criou na sociedade portuguesa um sentido pejorativo. Quem faz lóbi é lobista é porque é vigarista, não é?! Esta é a conotação que a palavra tem hoje na sociedade portuguesa é esta. Não se percebendo que muitas vezes nós ouvimos determinadas associações ou determinadas pessoas ligadas a determinados a certos sectores porque queremos fazer a legislação mais adequada possível a um problema que temos entre mãos.</i></p> <p><i>... há aqui um trabalho pedagógico muito importante a fazer na sociedade portuguesa relativamente a esta matéria e demonstrar que a regulamentação desta atividade e explicar como é</i></p>

			<i>que vai ser essa regulamentação. As pessoas perceberem que o intuito é trazer mais transparência a esta atividade.</i>
	Registo dos lobistas evita irregularidades	A favor	Dr. Duarte Marques: <i>A atividade de lóbi não tem nada a ver com corrupção. Acho que a atividade regulamentada de lóbi, de defesa de interesses legítimos, é fundamental para evitar misticismos, para desviar comportamentos que se possam tornar desviantes, e sobretudo para moralizar, para tornar mais transparente, e tornar mais publica a representação desses interesses.</i>
		Contra	Dr. José Manuel Pureza: <i>Nem sobre as influências indevidas nem sobre as influências devidas!... o que pesa é não só a informação que se tem sobre aquele assunto específico, mas pesam muitas outras coisas que passam sobre relações informais, naturais, normais... é a minha mundividência... eu admito perfeitamente que até a um certo nível o registo, digamos, a formalização, dessa actividade de representação de interesses possa acrescentar transparência ao processo de decisão... O que eu entendo é que é só até certo nível!</i> Dr. Fernando Negrão: <i>podemos regulamentar até ao mais ínfimo pormenor, íamos continuar a ter problemas de corrupção e de atividades ilícitas nesta área, da legislação ou da governação. Agora o que eu acho é que nós devemos regulamentar quando achamos que isso pode trazer mais transparência para o processo legislativo. E, portanto, é esse o intuito. É trazer mais transparência. Não ter a ideia que vamos acabar completamente com os problemas de corrupção ou tráfico de influências nestas áreas.</i>
	Influência dos grupos pressão?	Existente	Dr. Duarte Marques: <i>Eu acho que este processo de influência é muito superior e muito mais eficaz e tem muito mais eficiência quando é feito por exemplo junto dos governos, porque grande parte da legislação também passa pelos governos e os gabinetes são muito menos escrutinados que na AR. Eu acho que o registo, as regras devem ser implementadas, quer para gabinetes, quer para membros do governo, quer para deputados, quer para outros decisores públicos, como autarcas, como juízes, como gestores públicos de empresas públicas, etc., etc.</i> Dr. José Manuel Pureza: <i>eu acho que a influência é muito forte... essa influência faz-se sentir sobretudo, digamos assim, num plano ideológico... ou faz-se sentir através de peso, por exemplo, sobre a fixação de eleitorado</i> Dr. Fernando Negrão: <i>Têm sempre. Porque, quer dizer, nós não podemos andar a legislar sem ouvir as entidades que são diretamente visadas na legislação que está a ser aprovada... esta relação entre o legislador e aqueles que são objeto da legislação a que ele está a elaborar é fundamental.</i>

		Inexistente		
	Exclusivida de dos Deputados	A favor		<p>Dr. Duarte Marques: <i>Concordo. Obrigar à exclusividade ou então diferenciar bastante os poderes e a remuneração dos que estão em exclusividade e dos que não estão em exclusividade.</i></p> <p>Dr. José Manuel Pureza: <i>Concordo... O Bloco de Esquerda apresentou – foi aliás o único partido que apresentou – uma proposta nesse sentido... Eu acho que isso é muito importante!</i></p> <p><i>... Nós, Bloco, não estamos... isolados propriamente, porque há vozes individuais de outras forças políticas que... se manifestam favoravelmente a isso, mas a decisão dos grupos parlamentares é de não acompanhar essa perspectiva.</i></p> <p><i>... Essa sim... que eu acho que acrescentaria efectiva transparência ao processo.</i></p>
		Contra		<p>Dr. Fernando Negrão: <i>Não concordo de todo.</i></p> <p><i>Os deputados em exclusividade na Assembleia da República (se forem todos) transformam-se em funcionários dos partidos políticos...</i></p> <p><i>... um deputado que tenha atividades exteriores à função de deputado, para além de não perderem o contacto com a vida real, tem mais liberdade dentro do seu partido para poder divergir das posições oficiais. A última coisa que eu desejo para um país democrático e para um sistema democrático é que os deputados se transformem em marionetes das direcções dos partidos políticos.</i></p>
Lóbi/Qualidade da democracia	Conflitos de interesses não	Obstáculo à separação de entre	A favor	<p>Dr. Duarte Marques: <i>[democracia/lóbi] Tem uma grande relação, acho que é unívoca. Acho que é completamente sucedânea uma da outra. Acho que a regulamentação do lóbi melhora a qualidade da democracia. Porquê? Porque permite que todos tenham acesso à influência e não apenas aqueles que tem contatos, que foram ex-ministros, que foram membro de gabinete, etc. etc..</i></p> <p><i>Acho que a regulamentação vai elevar e nivelar o patamar de influência de todos os interesses que existem. O problema do lóbi, eu faço muita questão de dizer isto, é quando os lóbis são desequilibrados na sua força. Se eles forem equivalentes, é muito bom para a decisão política.</i></p> <p><i>[conflitos] Eu não sei. Porque acho que é impossível viver num mundo em que os interesses políticos e os económicos não conversem. Tem que falar. Nós não podemos legislar às escuras, fechados num gabinete sem conhecer a realidade. Portanto, quanto mais informação houver para ambos os lados, melhor. Tem de é que ser transparente.</i></p> <p>Dr. José Manuel Pureza: <i>Essa fronteira entre a ética e a lei é, digamos, muito ténue...</i></p> <p><i>... a defesa de que a única regra válida nestes casos é a regra da Lei, eu não a consigo aceitar! Eu acho que há, digamos, uma dimensão ética e que tem a ver sobretudo com a necessidade de respeito por aquilo que é o sentir da sociedade em cada momento, sem embarcar em coisas</i></p>

	previstos no plano jurídico	mundo da política e negócios		<p>populistas...</p> <p>...há uma exigência moral, que vai para além da Lei... a Lei deve desse ponto de vista, aproximar-se o mais possível de uma exigência ética maior. E por isso, por exemplo, é que a questão da exclusividade, para mim, é tão importante! A exclusividade seria uma forma, que do meu ponto de vista me parecia certa, de, digamos, do ponto de vista do exercício do cargo de deputado aproximar o mais possível a solução legal da solução ética, por exemplo!</p> <p>Dr. Fernando Negrão: De facto em Portugal há uma tradição jurídica formal... Há uma preocupação de formalismo às vezes superior à preocupação da essência e dos factos que estão em causa.</p> <p>...um deputado... para fazer legislação adequada, tem que ouvir as pessoas, tem que ouvir as Entidades, tem que ouvir as associações... Aqui está a pegada legislativa... E tendo o registo de todas as associações ligadas aquela área, nós sabemos porque é que aquela lei foi feita daquela forma.</p>
			Contra	Dr. Duarte Marques: Eu não sei.
	Transparência	Aumenta		<p>Dr. José Manuel Pureza: As questões mais importantes da transparência não têm tanto a ver com esta oficialização...</p> <p>Dr. Fernando Negrão: ... é esse o intuito. É trazer mais transparência.</p> <p>... não só deve ser regulamentado e registado como também deve ser o mais transparente possível.</p> <p>Dr. Duarte Marques: Quanto mais informação houver para ambos os lados, melhor. Tem de é que ser transparente.</p>
		Diminui		
	A nível nacional			<p>Dr. Duarte Marques: Acho que não tem influência nenhuma. Porque a defesa dos interesses portugueses na europa é feita através do governo, e dos vários stakeholders setoriais, esses a nível europeu tem lóbi, isso aplica-se aos portugueses...</p> <p>Dr. José Manuel Pureza: Eu pessoalmente sou daquelas pessoas que acha que o facto de não haver regulação em Portugal não nos prejudicou até agora, não nos prejudicou até agora, permitiu-nos aliás recorrer quer ao Estado Português quer a outras entidades, recorrer aos serviços de lobistas... ... não acho que isso seja contraditório.</p> <p>Dr. Fernando Negrão: Têm esses efeitos negativos... E nós sabemos que cada vez se fazem mais leis a nível europeu, as competências legislativas vão aumentando, e portanto, se nós queremos ter</p>

Desvantagens do não reconhecimento do lóbi		<i>legislação adequada à nossa realidade é mais uma razão para termos o registo dos lobistas que fazem esse trabalho.</i>
	A nível europeu	<p>Dr. Duarte Marques: <i>Acho que há determinados setores que têm um bom lóbi em Bruxelas. Sobretudo na área agrícola, a CAP é o lóbi português em Bruxelas, aliás é mais forte que o próprio governo nesse aspeto. Deveria de haver mais lóbi organizado para atuar em Bruxelas, deveria de haver mais empresas portuguesas a representar interesses em Bruxelas. Empresas, Associações, etc. porque muitas vezes as empresas estão representados em associações europeias. ... As associações que tiverem mais influência dirigem mais a influência desse determinado lóbi a nível europeu. Se houver mais diretamente empresas portuguesas representadas em Bruxelas isso tem interesse para todos. Quem tem mais influência dirige mais a política. Acho que isso é vantajoso para todos.</i></p> <p>Dr. José Manuel Pureza: <i>Francamente, não creio [que a representação a nível europeu fique deficitária], porque o facto... desta actividade não ser regulada em termos nacionais não nos impede de maneira nenhuma – e não há nenhuma hipocrisia nisso – de nas instituições europeias, por exemplo, defender o interesse nacional ou defender interesses sectoriais, enfim, recorrendo àquilo que está instituído nas instituições europeias.</i></p> <p>Dr. Fernando Negrão: <i>... os Eurodeputados sabem quem são as Associações que estão registadas no Parlamento Europeu. Portanto, quando elaboram legislação no Parlamento Europeu, eles fazem-no de acordo com a regulamentação do lobbying que existe no Parlamento Europeu. Portanto, o eurodeputado já funciona com o lóbi regulamentado.</i></p>

APÊNDICES

Apêndice D - Entrevista ao Dr. José Manuel Pureza**(realizada em Coimbra, a 29 de julho de 2016)****Entrevistadora:** Maria Antónia Gaspar da Mota**Entrevistado:** José Manuel Pureza**Profissão:** Deputado e Professor**Empresa:** FEUC**Data:** 29 de julho de 2016, às 12:00**Local:** Coimbra**Duração da Entrevista:** 30 minutos**Meio de recolha:** Gravação Áudio**Antónia Mota (A.M.) - *Como é que define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?***

Dr. José Manuel Pureza – O lóbi é, digamos, uma atividade que se traduz na representação interesses sectoriais quaisquer que sejam, dentro da lei naturalmente. E, portanto, traduz-se, digamos, na interlocução, na tentativa, digamos assim, por parte de profissionais ou por parte de representantes, digamos assim, desses interesses, seja qual for o grau de profissionalismo que tenham, com os responsáveis pela tomada de decisão. E, portanto, em termos conceptuais, as coisas são assim! Nós não temos tido na nossa cultura institucional e na nossa cultura política, digamos, não temos tido muita abertura – até agora, pelo menos – a olharmos para esta realidade como ela é encarada em outros países europeus, e, enfim, de outros continentes, não é? Ou seja, nós temos tido ao longo destas décadas um olhar sobre a relação entre tomada de decisão e interesses sectoriais que é um...(digamos) uma.... onde tem dominado uma perspetiva – como é que eu hei-de dizer? -Não institucionalizada, portanto, onde aquilo que tem prevalecido é a noção de que há contactos, a noção de que há relação entre quem toma a decisão e quem defende um determinado ponto de vista, mas nunca até agora se encarou a sério o tipo de soluções que existem noutros países e que passam por institucionalizar um certo tipo de práticas de contacto. E, portanto, estamos neste momento nessa fase, digamos assim, de eventual viragem, veremos...

A.M. – *Acha que a informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. José Manuel Pureza – Repare, eu tenho sobre esta matéria uma posição de partida que é basicamente a seguinte, postas as coisas da maneira mais cruel que eu sou capaz e, portanto, muito imperfeita, muito grosseira: o lobista pode ser um profissional de alguma maneira semelhante ao delegado de informação médica junto do clínico, digamos assim. Portanto, que lhe leva um conjunto de informações sobre um medicamento, sobre um produto, sobre... enfim! E portanto, procura de alguma maneira seduzi-lo, digamos, para a vantagem de aplicar aquele produto. Desse ponto de vista, isso não tem nada de mal, quer dizer, se é que faz sentido, fazer aqui o juízo de bem e de mal... Mas pronto, não tem nada de mal! Agora, o problema é outro, é que na tomada de decisão, seja para fazer uma lei, seja para tomar uma decisão a nível governamental, administração pública, seja o que for, a influência sobre, ou seja, a capacidade de influenciar o tomador de decisão para a perspetiva que alguém defende, não passa... desculpe. A influência que é mais forte, a influência que é mais, digamos, a influência que pesa mais no momento de tomada de decisão não é tanto de natureza informativa. É mais de natureza... de outra natureza...

A.M. – ...política?

Dr. José Manuel Pureza – Política, seguramente!

A.M. – Económica?

Dr. José Manuel Pureza – Pode ter contornos económicos, mas aí já estaríamos na fronteira entre o lícito e o ilícito, não é? Mas é muito, digamos, a capacidade de trazer aquela pessoa, de fixar aquela pessoa num determinado campo de opinião, não é? Portanto, para isso a informação conta mas contam outras coisas, portanto, eu acho que desse ponto de vista, o lóbi nesse sentido estrito ocupa apenas uma parte, porventura até uma parte menos importante daquilo que influencia os tomadores de decisão a tomarem as suas decisões.

A.M. – *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. José Manuel Pureza – Vamos lá ver, eu acho que a influência é muito forte, é muito forte! E estamos a falar de realidades que são muito diversas, desde o grande grupo económico até ao grupo de pressão pro-tauromaquia, só para citar dois exemplos

assim de natureza completamente diferente, não é? Quer dizer, na verdade existe, digamos, uma influência forte sobre partidos políticos, enfim, sobre responsáveis pela tomada de decisão. Em que é que se faz sentir essa influência? Bom, faz-se sentir sobretudo, digamos assim, num plano ideológico – quando estamos a falar de actores muito fortes, muito discretos também, dentro do universo de tomada de decisão – ou faz-se sentir através de peso, por exemplo, sobre a fixação de eleitorado em grupos que são menos fortes, digamos, que são mais temáticos, mais representativos de determinados tipos de sectores de opinião. Aí, eu acho que tem mais a ver com – designadamente no plano legislativo, portanto, dos partidos representados no Parlamento – a influência sobre a fixação de determinado eleitorado (fixação ou afastamento) do que outra coisa qualquer.

A.M. – *Ia perguntar-lhe precisamente, quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?*

Dr. José Manuel Pureza – Neste momento em Portugal a única força política que, digamos, que tomou uma iniciativa concreta no sentido da regulamentação do lóbi foi o CDS, através da apresentação de um projeto de lei. E é verdade que o PSD tem manifestado – isso, eu posso testemunhar, porque, enfim, estou nessa atividade nesta altura no Parlamento – muita abertura, digamos, a avançar para a regulamentação do lóbi. Nos partidos à esquerda existe, digamos, uma menor abertura, isto é, não no sentido de serem fechados a isso, é no sentido de não acharem, na linha do que eu estava a dizer há pouco, que essa questão não seja uma questão de grande importância, quer dizer, que vai resolver pouco, na verdade, não é? E, portanto, não atribuem a essa atividade de regulamentação o mesmo tipo de importâncias que atribuem os partidos situados mais à direita.

A.M. – *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. José Manuel Pureza – Essa é uma discussão que tem estado justamente presente à volta deste projeto de lei do CDS. Eu acho que um registo obrigatório do ponto de vista de quem defende a regulamentação do lóbi, é mais coerente! É mais coerente na exata medida em que se o ponto é poder afirmar que há um controlo mais público, digamos assim, de maior transparência sobre a interlocução entre o deputado, por exemplo, e o

representante do grupo de interesses, aí o registo obrigatório naturalmente que dá ao argumento maior força, não é? Agora, é o facto de haver lobistas profissionais obrigatoriamente registados e que, portanto, quando vão à Assembleia da República exibem o cartãozinho e vão à sala X que é a sala de interlocução entre o deputado e o lobista, é isso que dá transparência, é isso que acrescenta grande transparência ao processo político? Eu, com toda a franqueza não acredito! Não acredito! Porque eu acho que a influência no sentido que a decisão vá para o lado A e não para o lado B, não passa tanto pela conversa...

A.M. – ...que era: se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?

Dr. José Manuel Pureza – Sabe, o problema é justamente que ao lado dessa atividade há outra atividade que não é secreta, é discreta, digamos assim, é muito menos visível, passa por relações informais, não é? Quer dizer, nós não conseguimos – eu estou convencido, mas é a minha opinião pessoal, evidentemente só posso falar da minha opinião pessoal – nunca, trazer para o campo formal aquilo que é uma dimensão informal muito profunda, muito ampla, que passa por relações informais entre os responsáveis políticos ou legislativos e os interesses em geral, percebe? E, portanto, não consigo acreditar por mais que eu tente, eu não consigo acreditar que o registo, digamos, a maior transparência na relação entre determinados interesses e determinados tomadores de decisão, que isso resolva o essencial. O essencial passa ao lado disso, passa ao lado disso!

A.M. – Acho que já respondeu a esta pergunta, que era: acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?

Dr. José Manuel Pureza – Nem sobre as influências indevidas nem sobre as influências devidas! Percebe? Quer dizer, não estou a afazer aqui um juízo de que há aqui uma espécie de mundo subterrâneo, de conspiração, de – como é que eu hei-de dizer? – Passar ao lado da lei, não, não é isso que eu estou.... Haverá isso com certeza, mas não é isso que eu estou a dizer. Ou, não é sobretudo isso que eu estou a dizer. É, digamos, no momento de tomar uma decisão, que se prende com regulação do sistema económico, que se prende com regulação de uma determinada questão, o que pesa é não

só a informação que se tem sobre aquele assunto específico, mas pesam muitas outras coisas que passam sobre relações informais, naturais, normais. Quer dizer, eu quando estou no Parlamento não sou uma coisa blindada, não! Eu tenho as minhas interlocuções, tenho as minhas lealdades, tenho o meu relacionamento mais frequente com determinado tipo de pessoas do que com outras, não é? E portanto, vamos dar um exemplo para que isto não fique no abstrato: tomar uma decisão sobre a possibilidade de casais do mesmo sexo poderem adotar. Vamos imaginar, ok? Não tem que ser só sobre o económico, pode ser sobre isto, não é?

A.M. – *Sim, até porque aí há o tal chamado “lóbi gay”, por exemplo.*

Dr. José Manuel Pureza – Com certeza! Exatamente! Aquilo a que se chama “lóbi gay” é o quê? Epá, são redes de relacionamento perfeitamente informais que passam muito por determinada visão que eu tenho, que a minha amiga tem, que as outras pessoas têm sobre se isto é devido ou não é devido. Influencia muito que alguém vá falar comigo ao Parlamento no sentido de me demonstrar a bondade ou a falta de bondade de uma solução favorável ou desfavorável? Não, não influencia grande coisa! Quer dizer, acrescenta-se ao meu processo de raciocínio, mas eu tenho a minha rede de lealdades, quer dizer, eu defendo um determinado grupo e não defendo outro grupo! Porque é assim, porque é a minha mundividência que está em causa! Eu sou a favor de direitos ou não sou a favor de direitos.

Dr. José Manuel Pureza – Portanto, o que me está a dizer é absolutamente correto, no sentido em que, eu admito perfeitamente que até a um certo nível o registo, digamos, a formalização, dessa atividade de representação de interesses possa acrescentar transparência ao processo de decisão. Eu admito que até a um certo nível isso é verdade. O que eu entendo é que é só até certo nível! Porque o processo de decisão político seja sobre o assunto de escala mais pequenina, seja sobre o assunto de maior escala é sempre um processo que é, digamos, influenciado ou determinado por mecanismos que na verdade não é possível formalizar. Porque passam – repito – por redes informais, por relações informais, que não é possível formalizar. Portanto, eu parto desse princípio.

A.M. – *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas em Portugal? Justifique.*

Dr. José Manuel Pureza – Não acho que haja nenhum obstáculo a isso, com franqueza!

É mais uma questão da importância que damos a isso do que propriamente haver – tanto quanto eu sei – oposição, digamos assim. Não vejo que haja oposição firme a isso. É mais a avaliação dos méritos, a avaliação da eficácia, digamos assim, dessa oficialização. E, portanto, digamos, estão reunidas as condições! Não vejo que não estejam, quer dizer, sinceramente é mais uma questão de alguns acharem que a legalização e a formalização é muito importante e outros acharem que não é tão importante assim. Acho que é um bocadinho isto!

A.M. – *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR...*

Dr. José Manuel Pureza – ...concordo, concordo...

A.M. – *...para evitar possíveis conflitos de interesse?*

Dr. José Manuel Pureza – ...sim! Como saberá, o Bloco de Esquerda apresentou – foi aliás o único partido que apresentou – uma proposta nesse sentido. No sentido de que os deputados exerçam a sua atividade em exclusividade. Eu acho que isso é muito importante! Muito importante!

A.M. – *E qual a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr. José Manuel Pureza – É legislar!!! (risos).... É legislar, é apresentar um projeto de lei como fizemos, defendendo e procurando que haja aprovação. Nós, Bloco, estamos nessa matéria até agora, digamos, não isolados propriamente, porque há vozes individuais de outras forças políticas que enquanto vozes individuais se manifestam favoravelmente a isso, mas a decisão dos grupos parlamentares é de não acompanhar essa perspetiva. Eu acho que era, digamos, prudente... Essa sim, era uma medida – eu sei que sou suspeito, pronto, é a posição que o grupo parlamentar a que eu pertenço defende, mas eu defendo-a por convicção particular também – que eu acho que acrescentaria efetiva transparência ao processo. Acho que sim, acho que sim!

A.M. – *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável,*

ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?

Dr. José Manuel Pureza – É bem verdade! Quer dizer, a fronteira entre o ético e o legal é um dos aspetos em que tem havido, bem sabemos, factos mais recuados e factos mais recentes que mostram que justamente essa fronteira entre a ética e a lei é, digamos, muito ténue, não é? Quando um governante cessa o seu mandato como governante e passado pouco tempo – pouco tempo aqui pode variar, mas enfim – aceita ser Presidente do Conselho de Administração ou aceita ser um alto Quadro de uma empresa que antigamente era tutelada, enquanto ele era ministro ou governante, nessa mesma área, bom, quer dizer.... Ele ou ela dirão: «Bom, mas eu cumpri a lei!». Pronto, e aí a coisa fica completamente blindada, não é? E no entanto, do ponto de vista ético isto é profundamente discutível, não é? Portanto, eu acho realmente que a defesa de que a única regra válida nestes casos é a regra da Lei, eu não a consigo aceitar! Eu acho que há, digamos, uma dimensão ética e que tem a ver sobretudo com – como é que eu hei-de dizer? – a necessidade de respeito por aquilo que é o sentir da sociedade em cada momento, sem embarcar em coisas populistas, mas percebendo que realmente há uma dimensão ética, há uma dimensão, digamos, de exigência moral, que vai para além da Lei. Que vai para além da Lei! E portanto, a Lei deve desse ponto de vista, aproximar-se o mais possível de uma exigência ética maior. E por isso, por exemplo, é que a questão da exclusividade, para mim, é tão importante! A exclusividade seria uma forma, que do meu ponto de vista me parecia certa, de, digamos, do ponto de vista do exercício do cargo de deputado aproximar o mais possível a solução legal da solução ética, por exemplo!

A.M. – *Qual é, para si, o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. José Manuel Pureza – Lá está! A fronteira, do ponto de vista conceptual, abstrato, uma coisa é lóbi, outra coisa é corrupção, outra coisa é tráfico de influências. Do ponto de vista conceptual! O problema é que a vida não é conceito, a vida é vida! (risos)... A vida é o dia-a-dia, lá está, de relacionamento, de poder, de relações de poder, não é? De relações de poder! Eu quando a influencio a si a tomar uma decisão, estou a fazer o

quê? O poder que eu tenho sobre si tem que natureza? O que é que me faz ter poder para a influenciar a tomar uma decisão que é do meu agrado? Portanto, essa fronteira conceptualmente, em abstrato, em tese, academicamente, essa fronteira até pode ser nítida. Na prática, temos que ver caso a caso!

A.M. – *Há aqui um conceito democrático que é: quando toma uma decisão é em prol da população ou da maioria...*

Dr. José Manuel Pureza – ...vá lá... (risos) ...vá lá... (risos) ...quer dizer... Lá está! Em tese isso é absolutamente certo. Em tese isso é absolutamente certo. Em tese e digamos, eu acho que, vamos lá ver, no dia-a-dia da tomada de decisões, eu também não quero acreditar na verdade que toda esta dimensão conceptual esteja afastada da prática. Não, ela está presente! Ela está presente! Agora, lá está, quer dizer, a intensidade do jogo de influências, do jogo de poder... Quer dizer, toda a decisão, toda a decisão, sobretudo aquelas que têm maior notoriedade pública, é uma decisão decorrente de uma relação de poder. É sempre, em democracia, é sempre! É sempre resultado de uma relação de forças! É sempre resultado de uma relação de forças! No Parlamento e fora do Parlamento! No poder legislativo e fora do poder legislativo! O que determina que a decisão seja A e não seja B é sempre uma relação de forças, sempre! Faz parte da Democracia, não é? Quem é que tem mais força argumentativa, quem é que tem mais capacidade de mobilizar votos ou outra coisa qualquer? Portanto, é poder! Portanto, é poder! A afirmação de uma relação de poder é só representação de interesses quimicamente pura? Não, não é! Convenhamos, não é! Há muitas outras formas de exercício do poder, não é? Estamos a falar de Democracia... Eu estou muito influenciado, pela minha condição actual – mas olhe, estava agora a lembrar-me de uma série televisiva absolutamente espantosa chamada *House of Cards*, em que o Presidente *Francis Underwood* e a sua mulher *Claire Underwood* são o exemplo mais acabado de como a tomada de decisão obedece formalmente a tudo quanto é lógica democrática e, no entanto, é o puro exercício de poder cru! De poder cru! Mais nada!

É uma série televisiva, claro, é um produto de ficção. Mas não é tão ficção assim. Não é tão ficção assim! Portanto, eu volto ao ponto de sempre, que é: na verdade, conceptualmente as coisas são distintas, na prática muitas vezes são distintas, mas na prática muitas vezes não têm essa distinção tão nítida.

A.M. – *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. José Manuel Pureza – Sou daquelas pessoas que acha que a não oficialização do lóbi não nos traz especial prejuízo, quer dizer, eu não sou daqueles que fica encantado pela oficialização e pela regulação oficial, legal do lóbi! Sei que nas instituições europeias a prática do lóbi é uma prática regulada, onde se avançou durante os últimos anos, enfim, num tempo já até largo, se avançou para uma solução, digamos, regulamentar, de registo obrigatório, tudo isso... Com certeza acho que devemos olhar para isso com muita atenção... Eu, pessoalmente sou daquelas pessoas que acha que o facto de não haver regulação em Portugal não nos prejudicou até agora, não nos prejudicou até agora, permitiu-nos aliás recorrer quer ao Estado Português quer a outras entidades, recorrer aos serviços de lobistas para fazerem o seu trabalho do ponto de vista da defesa de imagem do político, do ponto de vista da defesa de aspetos de política externa, etc. etc.

A.M. – *Mas isso é uma posição contraditória, ou seja, em Portugal não existe lóbi, a nível profissional não existe, mas depois...*

Dr. José Manuel Pureza – Não, quer dizer, está regulamentado lá fora... Eu não tenho que adotar todas as normas que existem lá fora, para poder praticar as coisas cá dentro, quer dizer, com franqueza, não acho que isso seja contraditório. Acho é que o facto de não ser regulado, o facto de não haver regulamentação legal, não trouxe até agora grande prejuízo do ponto de vista da... Eu acho que as questões da transparência são de outra natureza, com franqueza! As questões mais importantes da transparência não têm tanto a ver com esta oficialização...

A.M. – *...mas a nossa representação a nível europeu? É essa a questão: não fica deficitária?*

Dr. José Manuel Pureza – Não creio! Francamente não creio, porque o facto dela não ser regulada, desta atividade não ser regulada em termos nacionais não nos impede de maneira nenhuma – e não há nenhuma hipocrisia nisso – de nas instituições europeias, por exemplo, defender o interesse nacional ou defender interesses sectoriais, enfim, recorrendo àquilo que está instituído nas instituições europeias.

A.M. – *Mas sabe por exemplo que só existem 2 lobistas acreditados em Portugal? Que trabalham em Bruxelas, portanto, se calhar, se fosse uma profissão regulamentada poderíamos ter mais...*

Dr. José Manuel Pureza – Sim, admito que sim. Admito que pudéssemos ter... Que pudesse haver maior utilização, digamos assim, desse recurso. Podia ser, eventualmente! Mas como eu acredito pouco no recurso....

Apêndice E - Entrevista ao Dr. José Miguel Júdice
(realizada em Lisboa, a 29 de julho de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: José Miguel Júdice

Profissão: Advogado

Empresa: PLMJ

Data: 29 de julho de 2016, às 16:30

Local: Coimbra

Duração da Entrevista: 35 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Dr. José Miguel Júdice – Ora bem, o que é que eu lhe queria dizer? Eu fui talvez a primeira pessoa aqui em Portugal que de forma sistemática que defendeu a necessidade de regulamentar o lóbi. Fiz isto nos anos 80, salvo erro, numa conferência que me pediram para fazer – lembro-me que na altura dei um bocado de escândalo na minha conferência porque nós estamos num país muito caracterizado pela hipocrisia, isto é, se nós assumirmos que as coisas não existem, as coisas não existem! Porquê falar de coisas, se podemos evitar falar delas? Há uma conspiração do silêncio. Veja o problema nas sociedades tradicionais das relações extraconjugais. Qualquer burguês do norte do país no século XIX, se não tivesse uma amante não era respeitado nem pela própria mulher! Mas não se falava disso! Para quê falar disso? Para quê falar dessas coisas? Repare, veja o caso da pedofilia: para quê falar disso? É melhor não falar! Repare, eu não estou a comparar o lóbi à pedofilia ou às relações extraconjugais. Estou apenas a dizer que, nas sociedades, muitas vezes as pessoas porque não gostam de uma coisa, imaginam que essa coisa pode não existir e sobretudo é melhor não falar dela.

A.M. – *Eu ia fazer-lhe uma questão que era: qual o limiar entre lóbi e corrupção e tráfico de influências...*

Dr. José Miguel Júdice – ...já lá vamos, já lá vamos...

A.M. – *Porque têm um bocadinho a ver com isso....*

Dr. José Miguel Júdice – Ora bem, uma das características das sociedades modernas é o pluralismo, isto é, as divergências pelas mais variadas razões entre pessoas, entidades, grupos humanos, etc. Nas sociedades tradicionais havia um bocado a fantasia hipócrita de «Porque é que nós havemos de ser diferentes?» Veja, o Estado Novo defendia um partido, que não era partido, chamado União Nacional, isto é, bastava pôr lá União Nacional para deixar de ser partido e para “Porque é que não aderem todos à União Nacional? Todos não somos patriotas? Todos não defendemos Portugal?”. Isto é hipocrisia na melhor das hipóteses! Na pior das hipóteses é pura máfia! Os interesses nas sociedades modernas e provavelmente em todas sempre existem. A Dr.^a trabalha no Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Bancários tem posições algumas comuns, outras contrapostas ao Grémio (como se chamava antigamente, agora não se chama assim), à Associação dos Bancos...

A.M. – ...APB...

Dr. José Miguel Júdice – ...é normal que tenham interesses próximos e interesses opostos, em que nalgumas coisas estão de acordo, em tudo o que for bom para a Banca estão todos de acordo, agora, entre eles, querem dividir o bolo de maneira diferente. Não adianta dizer que não pode haver sindicatos ou não adianta dizer que não pode haver associações patronais porque todos devem estar de acordo. Isso é hipocrisia. É melhor haver sindicatos, é melhor haver associações patronais e assumir-se que os interesses não são todos coincidentes. Portanto, a recusa do lóbi nasce em primeiro lugar da recusa que haja interesses que possam ser contrapostos a outros. Segundo ponto: a reação contra o lóbi nasce por uma outra razão também e a razão da qual nasce essa oposição ao lóbi é a distinção entre coisas boas e coisas más. Isto é, se eu disser que o Sindicato dos Bancários é um lóbi, se eu disser que a Associação de Proteção do Ambiente é um lóbi. Se eu disser que os defensores das praias limpas é um lóbi. Se eu disser que os que são contra a energia nuclear são um lóbi, toda a gente fica ofendida. Mas se eu disser: os que querem acabar com os sindicatos é um lóbi, os que são favoráveis à destruição do ambiente é um lóbi, já toda a gente acha piada. Há a ideia de que lóbi é o que é mau, o que é bom não é lóbi! Pode-se chamar Joaquim ao sindicato, não tem mal nenhum, mas não é por se chamar Joaquim em vez de se chamar sindicato que a natureza muda. Terceira razão pela qual o lóbi é muito atacado (uma razão também muito estúpida e muito tradicional) é esta: nem sempre os interesses que nós

queremos defender são corretos, nem sempre esses interesses são os melhores para o país todo. Repare: quando o país está de tanga e o Sindicato dos Enfermeiros entende que não podem trabalhar mais de 35 horas, eu digo: “Eu estou irritado!” Mas eu não posso proibir os enfermeiros de defenderem o que é o exclusivo interesse deles. Portanto, se nós dissermos que o interesse do outro é mau, porque não é o meu, todos achamos que nenhum interesse é bom. Porque qualquer interesse tem sempre alguns que são contra ele. Há sempre alguém que discorda mesmo do interesse mais generoso do Mundo. Justiça para todos, todos tratados de forma igual: os malandros se calhar não querem! Não é? Portanto, isto é, não podemos estar a decidir o que é bom e o que é mau. Há uma lógica que é: se não houver lóbis, se o lóbi não for autorizado, magicamente deixa de haver interesses maus. Os malandros dos interesses maus querem o lóbi. Os bons não querem o lóbi. Todos querem e todos o fazem, porque é outra questão. Repare, o que é que é o lóbi?

A.M. – *essa era uma questão que eu tinha, pedir que defina o conceito de lóbi em Portugal...*

Dr. José Miguel Júdice – O lóbi é a contratação de entidades que vão defender interesses que eles visam proteger tentando influenciar a produção legislativa e em certa medida as decisões administrativas. Portanto, vai sair uma lei que vai restringir os direitos sindicais: o que é que fazem os sindicatos portugueses? Organizam-se para influenciar a opinião pública e o governo, para que a lei não seja alterada. Isto é lóbi! Posso-lhe chamar Joaquim! Mas é lóbi... Ou, vai haver uma lei que diz que os trabalhadores por conta de outrem podem passar a trabalhar menos horas: o que é que fazem as entidades patronais? Organizam-se para tentar influenciar no sentido de nada ser feito! Não havendo lóbi, não é por isso que não há lóbi... Não é legalmente permitido a existência de lóbi, isto é, não está legislado. Mas não é por isso que magicamente deixa de haver! É outra razão, isto é, é a mágica ideia de que se não houver a legislação regulamentar, não há! Ora, eu digo o contrário: não estou a comparar o lóbi à prostituição, como é óbvio, mas durante muito tempo havia prostituição e estava regulamentada e um dia magicamente disse-se: “Agora, fica proibida a prostituição, não é legal em Portugal.” Mas a senhora compra qualquer jornal português – olhe, o jornal “As Beiras” – e vê páginas inteiras com umas senhoras com uns rabos e tal, e uns senhores sabe-se lá como, a oferecerem os seus serviços a quem quiser pagar. Ora bem, acabou-se com a prostituição proibida? Não! Tornou-se a prostituição selvagem! Não quer dizer que não houvesse prostituição selvagem quando

ela estava regulamentada. Eu não estou a dizer que a prostituição é boa, eu estou a dizer é que se eu não consigo impedir que uma coisa aconteça, é melhor regulamentá-la do que proibi-la! A droga, magicamente disse-se: “É proibida a droga!” Mas, a droga existe. Portanto, o problema da luta contra o lóbi é completamente estúpido, do meu ponto de vista, e, deslocado. Claro, que o argumento sempre é que o lóbi faz corrupção. Bom, eu diria: “está bem”, se me provarem que agora durante estes anos todos em que nunca houve lóbi regulamentado, não houve corrupção. Pelo contrário, se eu quiser comprar um político e dar-lhe dinheiro para ele decidir como eu quero, eu seguramente não vou contratar uma empresa de lóbi para fazer um requerimento, “Olhe, nos termos do artigo “tal”, ofereço-lhe 100.000€....” Para fazer a corrupção é a economia clandestina. Ninguém faz corrupção com declaração para termos de IVA, com faturas, portanto, é absurdo dizer que o lóbi favorece a corrupção. Eu diria que o lóbi torna mais difícil a corrupção porque a torna mais estranha, porque hoje em dia muita gente que faz corrupção está a dizer “Ah, isto não é corrupção, é lóbi!”, ou “tráfico de influências”... Não é tráfico de influências, é lóbi! Agora, legislar a dizer que há lóbi mata uma fronteira, entre o que é legal e o que é ilegal. Eu sou advogado e a minha profissão é uma profissão regulamentada, mas não é por haver advogados com profissão regulamentada que há mais ou que há menos atividade desonesta de advogados. Se não houvesse regulamentação, se qualquer pessoa pudesse ser advogado, não era por isso que havia menos advogados honestos. Eram era menos controlados apesar de tudo, não é? Portanto, o não haver regras favorece a confusão! E mais. Uma das regras essenciais do lóbi, é que o lobista não pode ser político. Não pode! Isto é, eu não posso ser deputado e ser lobista. Mas como não há regras o deputado pode ser lobista porque ele não é lobista. Não está nada a dizer que é proibido, ele faz a mesma coisa que faz um agente de lóbi. Portanto, eu diria que o lobismo tem tanto a ver com corrupção como com o tráfico de influências, como as regras do jogo de futebol têm a ver com a compra de árbitros. Está bem, compram-se árbitros, mas não é por haver regras do futebol que se comprem mais árbitros do que se compraria se não houvesse regras.

A.M. – *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. José Miguel Júdice – Claro, porque repare: o que é que acontece com a legislação hoje em dia? A legislação é feita por uns jovens supostamente inteligentes, mas acabados de ser desmamados pelas mãezinhas, tiraram os cursos com umas notas

fantásticas, vão para os departamentos dos ministérios e fazem a legislação, ou traduzem, muitas vezes mal, da União Europeia. As decisões legislativas influenciam-nos todos os dias. Quando, por exemplo, se sobe o tabaco em 0,50€, isto tem efeitos positivos e negativos. Aumenta-se a taxa da cerveja, estou-lhe a dar um exemplo, do imposto sobre a cerveja... Regulamenta-se, olhe, alterou o governo diminuiu o número de trabalhadores que podiam estar nos sindicatos, pagos pelas empresas... Isto tem efeito na vida das pessoas! Pode ser bom, pode ser mau, não estou a discutir. Agora, o governo se for um governo capaz e competente agradece que lhe mandem informações contraditórias, isto é, uns dizem uma coisa com grandes argumentos, outros dizem o oposto. Porque é assim por exemplo que trabalham os tribunais. O que é um tribunal? É o senhor A, que tem uma posição, contrária à do senhor B. Contratam um advogado. O advogado vai lá contar uma história, que o Juiz já sabe que é do ponto de vista do senhor A, e, do outro lado, o outro advogado vai contar a história que é do ponto de vista do senhor B. E o Juiz está muito melhor preparado para decidir... Se a lei dissesse não, não! Isso é tráfico de influências, isso é corrupção! Um senhor vestido de preto a fazer alegações, a defender a posição do cliente dele? Isso é inadmissível! Eu decido sem ouvir ninguém. Eu para decidir honestamente não posso ouvir ninguém. Ninguém pensa assim na justiça. Portanto, o processo democrático baseia-se no pluralismo, na diversidade... E não é só ideológico, é em termos de interesses... Hoje em dia, curiosamente, é muito pouco ideológico! Como dizia um amigo meu “Eu e a minha mulher temos isto muito bem organizado. Eu mando em tudo o que é importante, ela manda em tudo o que não tem importância nenhuma!” Ele dizia: “Quem decide onde vamos passar férias é a minha mulher, quem decide para que escola vão os miúdos é a minha mulher, quem decide a roupa, quem decide a casa que compramos, isso é tudo a minha mulher! Agora, qual é a nossa posição em relação ao conflito israelo-árabe? Isso decido eu! Somos ou não somos a favor da invasão da Síria? Ah, isso sou eu que decido! E o que é que se deve fazer com os refugiados? Sou eu que decido!” Porque é que esta anedota é importante? Porque exprime que no fundo as questões que interessam as pessoas são muito menos essas grandes questões ideológicas, mas questões muito práticas. São os interesses, os conflitos normais que têm a ver com todos os dias, quer dizer, não quer dizer que a senhora não esteja preocupada com o problema do Mar da China, mas está provavelmente muito mais preocupada com o emprego de carreira. Isto é, o que acontece de facto é que a existência da aceitação dos interesses, da divergência dos interesses é que é Democracia! Portanto, a atividade de lóbi deve ser

regulamentada, é o que eu acho! Deve ser regulamentada para que seja feita de acordo com regras e para que seja punido quem desrespeite as regras. Quando eu era Bastonário da Ordem dos Advogados, dizia-se que era proibida a publicidade. Como era proibida a publicidade, não havia nenhuma regra que dissesse o que é a publicidade. Moral da história: toda a gente podia fazer o que quisesse porque ninguém ia definir o que era permitido e o que era proibido. Eu acho que era melhor dizer “Esta publicidade pode ser feita e a outra não pode!”. É a mesma coisa do lóbi, isto é, se se disser “Há esta atividade de lóbi e, portanto, isto são as regras. Quem fizer de acordo com estas regras respeita a lei, quem fizer de forma diferente não cumpre a lei!” Até é possível aplicar multas, é possível condenar e proibir de ter a atividade, é possível dizer quem é que pode fazer e quem não pode fazer. Por exemplo, eu sou advogado...

A.M. – ...acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo dos lobistas?

Dr. José Miguel Júdice – Totalmente obrigatório! Eu acho que ninguém deveria poder fazer atividade de lóbi sem ser...

A.M. – ...à semelhança da União Europeia...

Dr. José Miguel Júdice – ...pois, à semelhança do que faz sentido! É como os advogados, ninguém pode ser advogado sem estar registado. Eu acho que o advogado deve ser proibido de ser lobista. São duas profissões que não devem ser...

A.M. – ...e cumulativo com os deputados?

Dr. José Miguel Júdice – O deputado não pode ser, por definição! O deputado não pode ser lobista...

A.M. – ...não, deputado e advogado!

Dr. José Miguel Júdice – Acho que pode. Acho que pode! O advogado tem é de em assuntos que possam ter a ver com os interesses dos clientes deles, não votar. Porque também não acho que um bancário deva ser proibido de ser deputado. É evidente que ele está interessado nos interesses do seu sindicato. Mas se nós excluirmos todos os deputados – um professor, um professor está interessado em defender a promoção da escola pública, ele é favorável à escola pública... Não pode ser deputado? Não pode é votar! E vota! Em matéria do interesse dele... Não devia poder! Bom, mas voltando ao assunto....

A.M. – ...então, mas concorda que os deputados devam estar em exclusividade na Assembleia da República para evitar possíveis conflitos de interesse?

Dr. José Miguel Júdice – Não. Não. Não acho nada. Acho pessimamente. No dia em

que deputados só possam ser pessoas em full-time é como você: paga em amendoins, quem é que concorre ao emprego? Macacos!!! Você diz: “eu pago em amendoins”. Não vêm pessoas, vêm macacos... Se você paga em tremoços, se paga em bananas, vêm macacos também, isto é...

A.M. – ...mas os deputados e ao mesmo tempo, por exemplo, advogados, que é uma coisa que se verifica muito na nossa Assembleia da República, não podem receber influências de alguns clientes e haver conflito de interesse?

Dr. José Miguel Júdice – Pois podem! Como um médico pode receber influências das farmacêuticas, ou um padre da Igreja, ou um bancário do Sindicato. O problema é este, se for dito claramente (e está dito) que não pode fazer isso, sim. O que nós não podemos é: porque há um risco e, eu ando de automóvel, já sabemos que eu não posso andar a mais de 120 à hora... Já viu algum automóvel que tenha uma limitação de poder passar de 120? Pode-se dizer, como o automóvel pode atropelar alguém, proíbem-se os automóveis? Não, proíbe-se as pessoas que atropelam... Mas, não vamos desviar-nos do assunto do lóbi. Portanto, eu acho que a posição de advogado e a profissão de lobista devem ser separadas. Como por exemplo, um advogado não pode ser mediador imobiliário. Não sei se sabia disso...É ilegal. São duas profissões completamente legítimas, mas são profissões diferentes. Porquê? Por uma razão simples: porque o advogado tem como missão defender interesses, mas defender interesses concretos, dos seus clientes. O lobista defende interesses abstratos, gerais, também dos seus clientes. O advogado não tem de influenciar uma lei, isso é atividade de lobista. O advogado deve é defender os seus clientes em função da lei que existe. Portanto, eu acho as duas profissões são completamente distintas. E devem ser! Onde é que pára, o que o advogado pode fazer? Portanto, por exemplo, eu acho que os lobistas devem dependendo da área, isto é, um sindicalista devia ser proibido de ser lobista em matérias relacionadas com a sua atividade sindical. Podia ser noutras. Está a ver? Uma pessoa que tem um negócio de proteção ambiental não deve ser lobista a favor de causas ambientais. Porque ele tem interesse pessoal naquilo.

Portanto, o que eu volto a dizer é que – eu acho que sou muito pragmático, eu posso até achar que uma coisa é má, eu acho que a droga é má, mas eu desde sempre defendi a liberalização da droga. Porque eu acho que é completamente absurdo, se eu não consigo resolver um problema, em vez de o regular, fazer de conta que ele não existe! – todos os interesses têm direito a ser representados. Todos. É o que eu penso! Um pedófilo tem

direito a ter um advogado, um traficante de droga tem direito a ter um advogado. Eu não posso dizer: «Não. Não. Não. Advogados sim, mas não para traficantes de droga.» Eu não vou dizer isto!

A.M. – *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. José Miguel Júdice – Eu diria que é preciso fazer uma lei na Assembleia da República que crie a profissão. É possível inspirarem-se noutras. Não vale a pena estarem a inventar a pólvora. Eu acho que os lobistas devem revelar a lista dos seus clientes, porque estão a intervir no universo público. Devem, não acho que seja essencial revelar os honorários.

A.M. – *...na União Europeia revelam!*

Dr. José Miguel Júdice – Sim, está bem, mas não acho essencial...

A.M. – *...e nos Estados Unidos também!*

Dr. José Miguel Júdice – Pois, mas não acho essencial. Não acho essencial porquê? Porque, de novo, é a mesma coisa. O que me interessa saber é: Quem está a representar a indústria farmacêutica? Quero lá saber, se ele está a receber bem, se está a receber meio milhão ou que negoceia muito bem... Eu tenho clientes que me pagam muito e tenho outros que me pagam pouco.

A.M. – *Por uma questão de transparência!*

Dr. José Miguel Júdice – Não é uma questão de transparência, eu quero é saber: Quem é. Se uma pessoa escrever um artigo num jornal a dizer que a indústria farmacêutica... O que é que me interessa, que ele esteja a ser pago por 10 por 100 ou por 1000? Se houvesse um mercado regulado, isso havia logo empresas muito boas, médias e más: “A tua ganha mais que a minha... O meu escritório ganha mais, se calhar, que o escritório dele...” Qual é o problema? Quer dizer, essa regra é uma regra estúpida, como muitas regras europeias. Qual é o objetivo? Se a gente souber o que eles ganham, descobrimos logo, se estão a comprar políticos. E não, porque é absurdo! Ninguém compra políticos com o orçamento da empresa. Está a ver? Uma empresa de lóbi tem contabilidade organizada, revisor oficial de contas, tem funcionários. Recebe 100 000€ da Associação das empresas farmacêuticas e depois há uma saída de 80 000€ de pagamentos a políticos?

A.M. – *Por exemplo, nós soubemos daquele caso em que o Governo português no*

caso do Sócrates contratou um lobista americano e pagou 330 000€ e depois o outro caso em que o governo de Passos Coelho, enquanto foi do FMI também contratou um lobista... E ficou tudo registado! Foram contratados pelo próprio Governo...

Dr. José Miguel Júdice – Isso é diferente! Quando é o Estado, quando é uma Entidade pública, a fazer um contrato, quer dizer, eu enquanto cidadão, em nome da transparência da função pública, tenho o direito de saber! Agora, se uma empresa privada – eu sou advogado, todos os contratos que o Estado faça com advogados são públicos, e sabe-se e deve ser assim. Se uma empresa privada vem ter comigo para eu defender um processo judicial e me paga 100 ou se me paga 200. Quem é que tem alguma coisa a ver com isso? Se eu conseguir negociar bem o acordo com o meu cliente, porque é que eu tenho de revelar isso? Não acho que o lobista deva revelar. Mas como digo, por trás disso está uma ideia tonta, a ideia de que se souber quanto eles ganham, logo vemos onde é que há corrupção. É absurdo! Eu sou advogado. Eu sou melhor advogado que outros e como tal ganho 10 vezes mais do que outros. Não é por comprar juízes, é por ser 10 vezes melhor! Está a perceber? Só porque sou 10 vezes mais esperto a advogar, o que é que isso tem? Eu com isso discordo, mas não tenho nada contra. Mas acho que não é essencial para a profissão.

A.M. – *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. José Miguel Júdice – Não, é claro que não é! Como é que pode ser? Vamos imaginar o registo dos padres, quem são os padres, dá-lhes formação, tudo perfeito... Se perguntar assim: haver seminários e haver registo dos padres evita casos de pedofilia? Não. Não evita nada, mas a pergunta é ao contrário: E se não houvesse, havia menos? Isto é, se não houvesse registo de lóbis, havia menos corrupção? Porque é que havia menos? Desculpe, mas a pergunta não faz sentido! Porquê? Porque não tem uma coisa a ver com a outra! Agora, também é muito típico dizer assim: “Então eu só aceito isso se me garantirem que no lóbi não há corrupção!”. Mas como é que isso é possível?

A.M. – *Sim, há aquele caso do americano, o Amabroff era lobista e foi preso, não é?*

Dr. José Miguel Júdice – Sim, mas há país, há pessoas, há sindicalistas... Ouça, quem é que eram os sindicatos nos portos? Era a Máfia! Quer dizer, isto pode-se acabar com o sindicalismo porque o sindicalismo permitiu a corrupção? A Máfia controlava os sindicatos nos Estados Unidos. Os sindicatos italianos eram controlados pela Máfia.

Mas, pode-se proibir o sindicalismo por causa disso? Tem é de se criar regras e castigar quem o fizer.

A.M. – *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. José Miguel Júdice - Não lhe sei responder! Não lhe sei responder, porquê? Precisamente porque não há regras, ninguém sabe! Quer dizer, sei lá qual é a influência... Não faço ideia! Não faço ideia, mesmo!!! Este mundo é mundo em que as pessoas, vamos lá a ver, no tempo do Salazar, Salazar era manifestamente, um homem que odiavam o dinheiro, essas coisas todas... Havia o lóbi dos produtores de cereais que era contra o lóbi dos importadores. Ou seja, se eu fabrico cereais no Alentejo, o que é que eu quero? Barreiras alfandegárias para que não deixem entrar o trigo, porque então vendem-no mais caro. Qual é o lóbi dos importadores? Que não haja barreiras para o trigo entrar... É isso! Poder-me-á dizer: isto significa que o Estado Novo era controlado por uns ou por outros. Às vezes por uns influenciados outras vezes por outros. Em qualquer situação, os interesses contrapostos... (pausa)... Os ambientalistas influenciam imenso, mas os anti-ambientalistas também. Os laboratórios farmacêuticos influenciam. Toda a gente anda aqui a influenciar! Toda a gente! Uns têm mais sucesso do que outros... Depende de muitas coisas... Agora, eu diria que todo o processo de decisão política é influenciado. Uma vez legalmente, outras vezes ilegalmente! Agora, há uma coisa em que eu também não acredito, que é outra fantasia, é dizer o seguinte: as pessoas quando estão no Estado são imunes a interesses. Isto há interesses, há interesses do Estado. O interesse dos funcionários públicos é interesse deles. Eles não pensam mais no interesse público do que eu. Eles pensam no interesse deles. E lutam por isso. Desalmadamente! É uma empresa de lóbi, não é.

Portanto, essa pergunta baseia-se também nesta ideia: as empresas, as entidades, vão pressionar os senhores, que são santos, puros, ingénuos, altruístas, que só pensam no bem comum... Eu digo, estupidez! Porque esse mesmo senhor, 6 meses antes, trabalhava numa empresa, era um malandro, vai para o Estado passa a ser um santinho? Ou sai do Estado e deixou de ser santo? As pessoas são sérias ou não são sérias, independentemente... Eu não acredito que haja titulares de interesse público, titulares do bem comum. Eu acho que um empresário privado ou sindicalista interessa-se tanto ou tão pouco pelo interesse público como se interessa um ministro ou um burocrata estatal. Interessa-se na medida em que interessa. A maior parte das pessoas defendem

aquilo que gostam, ou que são os seus interesses próprios.

A.M. – *Actualmente, quem acha que são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi? Porque ainda não se conseguiu chegar à regulamentação, portanto há-de haver...*

Dr. José Miguel Júdice – Sabe porquê? Eu vou-lhe explicar! Primeiro: porque ninguém quer ser acusado de querer... Como o lóbi tem “mau nome”, se alguém tenta regulamentar o lóbi, os outros vão dizer: «fulano de tal quer regulamentar o lóbi... Porque será?» Depois, os outros, as virgens ofendidas: «Nós somos contra o lóbi, nós achamos que o lóbi é uma coisa má!». O problema aqui é que todos têm medo! É o mesmo problema: você cria uma empresa que vai transportar materiais perigosos. Se um dia há um problema, perguntam-lhe «Mas quem é que deixou abrir esta empresa?».

A.M. – *E não acha que pode haver aqui interesses dos próprios deputados...*

Dr. José Miguel Júdice – Já lá vamos... ainda não acabei. Segundo: o não regulamentar o lóbi vai dar jeito a muita gente! Terceiro: há um problema real. É que... – veja o caso do partido de extrema-esquerda: se você falar com a Catarina Martins e disser: vocês são altamente influenciados pelo chamado “lóbi gay” (é um lóbi, isso é um lóbi como outro qualquer! Os defensores da *transgenisis* é outro lóbi.). As pessoas que querem que se pague o que seja que se tiver que pagar, para não haver comissão nos bancos. É um lóbi, tudo são lóbis! Mas há na sociedade portuguesa, ideologicamente, «lobistas são os capitalistas», os outros não são *lobistas*, são santos... Os santos são os que defendem as nossas causas. Os malandros são os outros! Não é uma questão de malandros, nem de santos. Todos defendem aquilo para que lhes pagam ou o que lhes interessa! Portanto, é uma conjugação negativa, por um conjunto variado de razões. Ninguém quer, ou são sempre mais os que não querem... Ou por medo ou por interesse ou porque são uns contra os outros e têm medo que os outros tenham mais influência, e, portanto, a coligação negativa que é tão poderosa em Portugal tem impedido que isso seja feito! Eu acho mal! Como compreenderá, é para o lado que eu durmo melhor... Eu não sou lobista, quero lá saber, se não está regulamentado... Mas acho mal. Tenho dito muitas vezes. Acho mal que não se regule a profissão. Volta, meia volta – porque eu escrevi sobre isso há muitos anos – lembrem-se «Como a Sra. Doutora?» e vêm falar comigo e eu digo sempre a mesma coisa: O que eu digo agora? Se forem ler o que eu escrevi há trinta e tal anos é, exactamente, a mesma coisa.

A.M. – *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?*

Dr. José Miguel Júdice – O que é a separação entre o mundo da política e mundo dos negócios? O que é a separação? Quantos dirigentes sindicais estão no Partido Comunista, na direção do Partido Comunista? Estão muitos!

A.M. – *Sim, e no Socialista e...*

Dr. José Miguel Júdice – ...socialista... e não há separação nenhuma. Na cabeça das pessoas, isso não são negócios. Isso são negócios! O negócio sindical é um negócio poderoso! Dá empregos, dá influência... Agora, dirá: «Ah, mas nós estamos a proteger os trabalhadores!». Com certeza! E os padres estão a proteger os seus paroquianos. Se nós misturamos conceitos éticos com conceitos económicos, estamos a fazer uma grande trapalhada. Todos têm interesses para defender e todos têm um certo interesse pelo bem comum. Ora, o que é que eu quero dizer com isto?

A.M. – *Aqui, até estou a pensar mais no caso dos Bancos, por exemplo!*

Dr. José Miguel Júdice – Dos Bancos ou seja do que for! Quer dizer, aquilo e eu digo basicamente é isto: é que de facto, eu acredito na sociedade onde de forma transparente ou o mais transparente possível, se saiba quem representa quem. Porque repare, dou-lhe um exemplo: hoje em dia, eu sei quantos deputados são do PS, quantos são do PC, quantos são do PSD e quantos são do CDS. Mas, eu não sei, não sei, quantos deputados são sensíveis à causa das empresas e dos sindicatos de construção civil. Porque as empresas e os sindicatos de construção civil estão interessados em que haja obras públicas. Quantos deputados é que defendem esses interesses? Eu não sei! O negócio do Ambiente é muito importante. Se for criada legislação mais rigorosa sobre o Ambiente, são precisos mais estudos. Os engenheiros do Ambiente estão altamente interessados

nisso, porque quantos mais estudos forem necessários mais trabalho há para eles! Quantos deputados são sensíveis à causa dos engenheiros do Ambiente? Eu gostaria de saber, gostaria de saber isso! E eu não sei! Ora bem, qualquer pessoa – eu sou defensor, vamos imaginar, da prostituição, que haja prostituição organizada. Eu meto-me ao caminho, convido uns deputados para almoçar e convido o ministro não sei de quê e tento convencer. Ouça, eu estou a fazer uma atividade de lóbi, mas como isto não é regulamentado, ninguém sabe que eu estou a fazer. Eu cheguei aqui, eu saí daqui, quem é que está a tentar influenciar a legalização da prostituição? Ou quem é que está a tentar legalizar o jogo *online*?

Ou quem é que está contra o jogo *online*? Quem é que é favorável à liberalização da venda dos produtos farmacêuticos? E quem é que é contra? Repare, o António José Seguro é casado com uma farmacêutica e dizia-se que ele era altamente influenciado pela Associação Nacional de Farmácias, por causa disso. Era ou não era? Não sei! Mas quer dizer, todos nós somos casados com alguém, todos nós temos amigos, portanto, todos nós somos influenciados por alguém. Você é mãe, tem um filho de 8 anos. Você é influenciada pelo lóbi dos que querem mais ensino primário de melhor qualidade! Se você tiver filhos de 30 anos, quer lá saber do ensino primário! O que é que isso interessa? Se você é velho, quer que haja muito dinheiro para a saúde... Mas se você tiver 20 anos, quer lá saber do dinheiro para a saúde! Se você tiver 63 anos, quer desesperadamente que nos próximos vinte anos não mexam nas reformas. Mas se você tiver 20 anos, quer lá saber das reformas! Isto é, todos nós temos interesses, e é uma fantasia pensar que nós... – a reforma da Segurança Social foi uma reforma feita por políticos, empresários e trabalhadores que tinham à volta de 60 anos. Foi feita para a geração deles. Mas para a geração dos 20 anos é a pior reforma possível. Mas quero lá saber! E você dir-me-á: é ideológico? Não. Há mais em comum entre todos do PC ao CDS em matéria do que pensam da reforma do que entre jovens de 20 anos dos mesmos partidos. Quando eu tenho 20 anos, eu quero lá saber das reformas? Não é uma preocupação para mim! Portanto, os interesses estão permanentemente a funcionar. O que eu digo: é que se alguém quiser ir influenciar o poder político em função de certos interesses, eu gostaria que se soubesse. Quem é que o faz? É só isso que eu digo. Eu já sei que continuarão sempre a fazer. Com certeza que não posso dizer ao António José Seguro: «Olha, agora és líder do PS....»

A.M. – ...divorcia-te...

Dr. José Miguel Júdice – ...divorcia-te da tua mulher e nunca mais fales com ela!» Isto é impossível! Eu não posso impedir que a mulher dele, como é natural – a minha mulher é paisagista e eu tenho de aturar... Vou pela Auto-estrada com ela: «Estás a ver isto, que vergonha! Esta escavação... Isto destrói o ambiente, isto destrói a paisagem...». Imagine que eu era político: estava permanentemente influenciado pelo lóbi dos arquitetos paisagistas. Agora, isto é a vida! O que eu queria, era que quando alguém está a fazê-lo remuneradamente, que se saiba. Não estou a tentar controlar (embora ache, que se eu fosse político ia dizer que a minha mulher era paisagista). Isso não é relevante!

A.M. – *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas? Justifique.*

Dr. José Miguel Júdice – As condições estão reunidas há muitos anos. É preciso, é haver vontade política! Sabe que houve um grande escritor que disse: – foi o Fernando Pessoa... não tenho a certeza – «Já foram escritas todas as palavras que são necessárias para salvar Portugal. Só falta salvar Portugal!». As condições estão reunidas desde que o Mundo é Mundo. Há milhares de anos. Mas porque é que não há? Não há vontade política para o fazer! Por um conjunto de variáveis...

A.M. – *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. José Miguel Júdice – A todos os níveis! O que é que se passa? A profissão de lóbi é uma profissão muito exigente. Eu sou advogado e convencer o Juiz que o meu cliente tem razão não se aprende na escola primária. Há muito trabalho, há muita experiência, há muito “*know-how*”... Ora bem, se Portugal quer ser defendido, não era pior que não tivesse apenas que contratar *lobbyists* estrangeiros, que pelo menos tivéssemos portugueses competentes e preparados para ajudar, não é assim? A defesa do Estado pela ordem externa ganha com a existência de lobistas.

A.M. – *...a própria Economia, quando há necessidade de representação das nossas questões na Europa...*

Dr. José Miguel Júdice – Eu acho que o processo de decisão política, no meu entendimento, é melhor se for bem informado e se for informado pelos próprios... Eu não espero que um burocrata patetado faça uma análise a quais os inconvenientes daquele diploma. É melhor perguntar a quem é a favor e quem é contra, para dizer os prós e os contras! Porque eles são muito melhores a fazer isso, porque sabem e estão

interessados! O decisor político vê que estão a dizer isto e estão a dizer aquilo e «Ok, vou decidir assim!».

A.M. – *Exato, porque há sempre o lobista e o contra- lobista ...*

Dr. José Miguel Júdice – ...por isso é que eu digo que a qualidade da decisão política melhora imenso se houver lóbi organizado. Porque repare: hoje em dia, como isto não está nada definido, eu sou alguém que trabalho, vamos imaginar, numa empresa de transporte de mercadorias. Se eu sou apanhado numa escuta a falar com um ministro a dizer «Sr. ministro, o senhor tem de alterar esta legislação porque isto está a penalizar-nos muito, subiram os impostos e ali em Espanha não sei o quê e aqui não sei que mais...» Isto pode ser considerado tráfico de influências! Porque nada está definido, é uma trapalhada! Portanto, era melhor que dissessem o que é que é tráfico de influências e o que é que é lóbi. Porque não estar definido, é um caos, é um perigo! Nunca me passaria pela cabeça que uma pessoa telefonar a um ministro a explicar porque é que é uma estupidez subir os impostos ou que é uma estupidez não subir, seja tráfico de influência. Está a tentar influenciar? Com certeza que está! Está a ser remunerado para isso? Porque não? Quem não pode ser remunerado para isso é o ministro! Mas que mal é que faz em ser remunerado para isso? Eu sou remunerado pelo meu trabalho de advogado...

A.M. – *...pelo trabalho que exerce.*

Dr. José Miguel Júdice – Quer dizer, era o que me faltava que amanhã me venham dizer «o Sr. Está a fazer tráfico de influência, porque está a tentar convencer o Juiz no Tribunal e está a ser pago para isso. Pois estou! Isso é que é o meu papel! O meu papel é ser pago para influenciar o Juiz, está a ver? Portanto, tudo isto é uma hipocrisia tonta! Portanto, eu gostaria que não houvesse só qualidade da democracia, a qualidade da Sociedade Civil. É melhor ter profissionais ter profissionais a tentar influenciar do que pessoas a tentar influenciar o tio, o primo... Quer dizer, há pessoas que são contratadas pelas empresas apenas porque têm acesso fácil a um ministro. Acho que isso é mais desonesto do que contratar uma empresa de lóbi! Não lhe parece? Portanto, como digo, eu acho que isto é de tal maneira óbvio que só se explica não se fazer porque ninguém quer dar o primeiro passo, ninguém quer dizer «Fui eu!», segundo, há muita gente que prefere que a confusão se mantenha, e, em terceiro lugar, porque de facto há muita gente que está a fazer isso, que nunca precisou de ter regulamentação, nunca teve nenhum problema com isso e continua a fazer!

Dr. José Miguel Júdice – Não sei, se fui útil...

A.M. – *...foi muito útil! Não sei se tem mais alguma coisa que gostasse de acrescentar. Posso ter falhado aqui alguma questão...*

Dr. José Miguel Júdice – Não, não... Eu acho que diria apenas o seguinte: as sociedades não podem ser hipócritas, isto é, as sociedades que clivam e guardam debaixo do tapete a realidade, acabam mal! Não é por nós dizermos que não devia haver interesses que eles deixam de existir e se eu não conseguir – e repito, acho mal e não consigam – acabar com interesses. «Eu vou acabar, eu vou conseguir que ninguém influencie nenhum ministro nem nenhum deputado.» Eu ainda podia dizer «Ah, está bem, ninguém influencia ninguém!» Eu achava trágico, mas pronto...

A.M. – *Só se os fecharem numa redoma, porque, as notícias, os media...*

Dr. José Miguel Júdice – ...mas, vamos imaginar que isso era possível. Eu achava mal, mas não sendo possível, era melhor regulamentar! Se não se pode acabar com uma coisa, mesmo que nós não gostemos, é melhor regulamentá-la! É melhor criar regras do que não criar regras, porque a sociedade evoluiu assim. A certa altura, eu tinha um problema consigo, não havia regras e eu mandava dar-lhe um tiro, pronto! Não é? Ou fazia chantagem ou raptava-lhe o filho... Quer dizer, era assim que as sociedades tradicionais funcionavam: havia um tipo que vinha à minha aldeia e matava um, eu ia lá e matava três.... Era assim! Até que um dia as pessoas disseram «Isto não pode ser assim, temo de ter regras. Vamos criar regras para estes problemas. Já que não podemos acabar com os crimes vamos criar regras quanto a eles.»

A.M. – *Mas eu entendo também que esta profissão surge porque a sociedade também evoluiu, porque antes havia os latoeiros, agora já não há os latoeiros, ou já não há outras profissões que caíram em desuso.*

Dr. José Miguel Júdice – Mas também havia lóbis por isso! Também havia o lóbi dos latoeiros ou pensa que não havia?

A.M. – *Pronto, mas havia algumas profissões que caíram em desuso e agora começaram a aparecer se calhar estas novas profissões...*

Dr. José Miguel Júdice – ...mas claro que sim! Mas essas profissões criam-se porque

há uma necessidade. Falávamos há pouco de uma sociedade completamente rural, uma sociedade completamente paralisada, onde havia o lóbi dos importadores e havia o lóbi do trigo, está a ver? Por exemplo, o “Século” era o jornal dos interesses económicos, era o jornal das empresas, defendia a causa económica. Eu quando comprava o “Século” nos anos 20 ou nos anos 30 eu sabia o que estava a comprar... É uma forma de pressão! Portanto, sempre houve interesses... Vamos imaginar o século XVIII: no século XVIII havia o problema do Tratado com os ingleses. Devemos ou não devemos ter o Tratado com os ingleses? Os produtores de vinho do Porto, os produtores de cortiça, os produtores agrícolas, queriam aquele Tratado. Porque podiam vender produtos para Inglaterra em condições facilitadas. Mas, os industriais de lãs, de tecidos, não queriam! Porque o que eles queriam era que houvesse barreiras que não deixassem entrar os tecidos ingleses! Para que eles pudessem vender os deles. Estávamos no século XVII, no tempo das Descobertas: havia os favoráveis ao apoio às Descobertas «Vamos financiar com dinheiro publico para irmos às Descobertas.» Porquê? Porque eram importadores de materiais, eram exportadores para a Europa, não é? Essa gente gostaria muito... Agora, um agricultor que via a inflação subir os preços e ele cada vez mais pobre, porque ao cheiro desta canela, o país se despovoou... Disse Sá de Miranda. E você sabe, no Século XVI as pessoas iam todas para a Índia e não havia gente para trabalhar as terras. Havia o “*Velho do Restelo*”, o “*Velho do Restelo*” era o defensor do lóbi contra a expansão... Portanto, lóbis houve sempre, interesses houve sempre, contradições houve sempre. Os favoráveis ao poder real, os favoráveis ao poder mais local. Portanto, isso sempre houve. O que as sociedades modernas agora exigem é uma transparência que não se exigia antigamente. O Churchill, o Churchill enquanto foi Primeiro-Ministro continuou a receber ordenados de empresas e ele mesmo dizia «Eu não consigo viver se não me pagassem. Se não me pagassem não vivia! Como é que eu podia sustentar-me?» Toda agente aceitava isso na altura. E ele era honesto apesar disso. Se ele fizesse alguma patifaria favorável a um desses que lhe pagavam ficava descredibilizado. No século XXI é assim, um político não pode receber dinheiro dos amigos. Portanto, é assim! As coisas mudam! A transparência hoje em dia é uma exigência! E a do lóbi organizado é aumentar a transparência! Está a ver? Pronto...

Apêndice F - Entrevista ao Dr. Pedro Filipe Soares
(realizada em Coimbra, a 5 de agosto de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Pedro Filipe Soares

Profissão: Deputado, líder do Grupo parlamentar do BE

Assembleia da República Portuguesa

Data: 5 de agosto de 2016, às 15:11

Local: Coimbra

Duração da Entrevista: 29 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Dr. Pedro Filipe Soares – Pedro Filipe Soares, deputado do Bloco de Esquerda.

A.M. – *O meu trabalho é sobre o lóbi, portanto começo por lhe perguntar como é que define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Pedro Filipe Soares – Em Portugal não existe lóbi! É ilegal! À escala europeia é legal e previsto na Lei, particularmente no que eu conheço melhor até, que é a instância do Parlamento Europeu. Em Portugal a atividade de lobista não tem uma previsão legal. No que toca às pressões que possam existir junto de agentes políticos, o lobista numa lógica tradicional pode ser considerado ilegal. E, por isso, a atividade de lóbi, como tal, em Portugal não tem previsão jurídica. Pode haver grupos de interesses que tentem pressionar – este termo não é correto – tentem de alguma forma...

A.M. – *...influenciar...*

Dr. Pedro Filipe Soares – ...influenciar os detentores de cargos públicos, agentes políticos, etc. Não podem pressionar, é ilegal qualquer tipo de pressão, mas podem tentar influenciar. Sendo certo como agora também é recente a questão dos presentes, que é uma das formas de influência que muitas vezes existe, está regulamentada em Lei e é largamente ilegal qualquer aceitação de presentes de instituições privadas a detentores de cargos públicos. Particularmente, é comumente aceite algo que seja superior a 60€.

A.M. – *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Pedro Filipe Soares – Não! Por uma questão simples: é que regra geral, essa informação não é imparcial! Esse é um dos problemas da informação de lobista que nós temos e da forma como muitos grupos lobistas funcionam a nível mundial. Há *Think Tanks* que na prática depois são grupos lobistas que patrocinam um conjunto de investigações e depois utilizam esses dados como se fossem dados fiáveis e imparciais, tendo sido feitos ou cedidos ou compilados ou trabalhados de acordo com métodos científicos. Muitas das vezes esses métodos científicos não são avaliáveis porque os dados das informações não são completamente disponibilizados. Por isso, regra geral essa abertura pode ser mal utilizada. Uma coisa diferente é haver acervos de informação pública em que os diversos grupos de interesse possam ajudar a compilar essa informação, devidamente identificada da sua origem, etc., mas que coloque diversos grupos em igualdade de oportunidades para poder depositar a informação e depois também para os agentes públicos poderem aceder a essa informação.

A.M. – *Porque quando há o lóbi também há o contra- lóbi, não é? Há sempre uma informação a favor e uma informação contra. Portanto, há os lobistas a favor e os lobistas contra, será sempre uma informação de alguma forma especializada...*

Dr. Pedro Filipe Soares – Sim, mas depende também depois do sector de atividade, do tipo de área em que é... Muitas vezes no sector farmacêutico não há contra-lobistas, há apenas lobistas! É um exemplo, entre vários. E depois também consoante as possibilidades económicas de cada uma das partes, as pressões, os dados e até a qualidade com que a informação é apresentada, é diferenciado.

A.M. – *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. Pedro Filipe Soares – Eu acho, que não devia existir lóbi, ponto. É a minha opinião! No que toca à existência de reuniões de grupos de interesse com membros do governo, membros do Parlamento, membros de Câmaras Municipais, diversos órgãos de Administração Pública, deveria existir um registo das reuniões que são realizadas, com a máxima transparência. Agora, a atividade de lobista, como tal, legalizada, prevista na Lei, eu acho que não devia ser legitimada no nosso país.

A.M. – Pronto! A pergunta seguinte era se concordava com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários? Qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?

Dr. Pedro Filipe Soares – Vou então responder-lhe, não a essa mas à anterior, complementando a resposta que dei. Eu acho é que mais que colocar um ónus nos grupos de interesse de terem uma atividade com transparência, nós devíamos colocar o ónus do lado dos agentes públicos para terem uma atividade com transparência, isto é, registos de reuniões, registos de interesses de agentes públicos, total transparência nessas informações para poderem ser avaliadas pelo público, registos de dados utilizados para fazer determinada escolha ou para basear determinada iniciativa. Isso deveria ser realizado e disponibilizado, mas colocando o ónus não do lado do privado, mas do lado do agente público com obrigação de disponibilizar essa informação.

A.M. – Se concorda que os deputados na AR deveriam estar em exclusividade.

Dr. Pedro Filipe Soares – Sim, absolutamente! O Bloco tem todos os seus deputados em exclusividade de funções. Nós apresentámos ainda recentemente uma proposta nesse sentido, consideramos que essa é a melhor forma de separar o interesse público do interesse privado.

A.M. – Na sua opinião acha que não estão reunidas as condições para implementação da profissão de lobista em Portugal?

Dr. Pedro Filipe Soares – Eu acho que não é questão de não estarem reunidas as condições....

A.M. – ...é não haver necessidade...

Dr. Pedro Filipe Soares – ...exatamente, é mais por aí! Acho que não há necessidade de haver essa profissão. É legitimar uma atividade que, creio eu, não devia ser legitimada. Uma atividade profissional de lobista para determinados sectores de interesse não deveria ser legitimada no nosso país. Uma coisa diferente é uma abertura da Administração Pública a auscultar os diversos sectores da sociedade e ter essa obrigação e transparência nesse desempenho. Agora, os lobistas em si e a atividade de lóbi estar prevista no nosso país regulamentada. Isso, considero que não!

A.M. – Porque na União Europeia existe legislação e estão regulamentados,

portanto... nomeadamente o Estado Português já recorreu a lobistas, quando foi de Timor, quando foi do FMI... Recorrem com frequência e pagam honorários. Portanto, é um pouco contraditório ou estranho para nós saber que o Governo contrata lobistas estrangeiros, mas depois em Portugal não existem lobistas profissionais, legalizados... Imagine que o Governo americano quer contratar um lobista português: não temos um lobista português! Quer dizer, na verdade temos, temos 2 que estão acreditados em Bruxelas.

Dr. Pedro Filipe Soares – Acho que devemos separar duas coisas: uma é seguir a regra de jogo das instituições, outra é alterar as regras de jogo para adequar a outras metodologias de funcionamento. Seguir a regra de jogo das instituições, enquadra-se nesse cenário, em que o Estado português possa ter recorrido a lobistas no âmbito de determinadas decisões. Particularmente, Parlamento Europeu, instâncias europeias, estando prevista a atividade de lobista, não me parece, não acho aconselhável, mas não me parece incongruente a uma posição de não prever a atividade de lobista em Portugal. Havendo umas regras de jogo que estabelecem esse tipo de iniciativa nas instâncias europeias, Portugal recorreu a elas nessa lógica. Não me parece incongruente com esta defesa para Portugal. Não acho que Portugal o devesse ter feito, ter realizado, essa é outra opinião, mas não queria misturar as duas coisas. Sobre a existência no Parlamento Europeu dessa atividade de lobista: a experiência que nós temos – nós já temos eurodeputados desde o início dos anos 2000 – é negativa com a presença destes lobistas no Parlamento Europeu, particularmente no sistema farmacêutico, de todo esse universo. É de uma agressividade atroz e com uma tentativa de condicionar a própria atividade dos eurodeputados. É essa a avaliação que nós fazemos! E por isso, não fazendo uma avaliação positiva da existência de lobistas particularmente no Parlamento Europeu, que é onde nós enquanto partido temos pessoas que lidam com eles, ainda não podemos também defender a existência deles no nosso país.

A.M. – *Muito bem! Portanto, o registo dos lobistas não é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. Pedro Filipe Soares – *Está nas respostas anteriores!*

A.M. – *Na atual situação política, qual é a influência efetiva que os grupos de*

interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?

Dr. Pedro Filipe Soares – Muito, infelizmente de uma forma pouco transparente. O que não significa que sejam sequer considerados dentro da tipologia do lóbi. Nós temos no nosso sistema uma construção da criação jurídica que muitas vezes é errada. Há muita iniciativa que chegando ao Parlamento, do Governo, ou chegando ao Presidente da República diretamente do Governo, ou chegando ao Parlamento por grupos parlamentares, depois se percebe que a origem estava num determinado grupo ou escritório de advogados. E isso é uma perda de transparência enorme dos interesses que estão por trás das vontades em cada uma das iniciativas legislativas. Isso acontece nas iniciativas legislativas, mas muitas vezes acontece nas propostas de alteração na especialidade dessas iniciativas legislativas. Dito isto, o que nós temos feito para evitar essa promiscuidade é a exclusividade dos deputados. Porque o que acontece muitas vezes também é que os próprios deputados são quem carrega do seu escritório, da sua atividade profissional para o Parlamento, essa informação. E isso é errado! Nós, portanto, consideramos que a forma de proteger o interesse público é acabar ao máximo com esses conflitos de interesses. Para além disso, nós defendemos uma maior restrição no que toca a regimes de impedimentos, particularmente ao chamado período de nojo de funções governativas. Porquê? Porque garante que um conjunto de informação do Estado não vá depois ser utilizada para interesses privados. E nós sabemos que muitas vezes isso é um ciclo que se realimenta. Alguém sai do Governo com determinada informação, pode ajudar determinado grupo económico com essa informação e essa informação novamente é colocada nos corredores do Governo. E aí, o período de nojo ajudaria a limitar esse tipo de iniciativas. Nós percebemos – eu percebo, em particular – que os grupos de interesse, na sociedade existem. Não é possível eliminá-los por decreto! Não existe tal coisa! Agora, o nosso ónus, a nossa perspetiva, é de colocar no lado dos agentes públicos restrições e transparências na sua atuação. E não tanto dar liberdade e menos transparência aos agentes públicos, dando mais exigência e transparência aos agentes privados. Aí, acaba-se por legitimar as pressões que existam, quando neste momento as pressões são proibidas por Lei, não é possível nenhum deputado ou membro do Governo ser pressionado. Pelo menos, – não é possível colocar a frase de outra forma – pelo menos, a Lei diz que não é possível! Se ele for pressionado ou se ela for pressionada é porque aceitou essa pressão. É esta a nossa perspetiva da estrutura do funcionamento do relacionamento entre interesses públicos e interesses

privados, e por isso, estar a legitimar mais força aos agentes privados com a existência de lóbi, achamos que é distorcer esta balança e em particular esta transparência na defesa dos interesses público.

A.M. – *Muito bem! Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país? Porque às vezes parece que aqui há um conflito de interesses... Quando falou por exemplo dos advogados: se calhar os deputados que em simultâneo também são advogados, eles próprios não querem a legalização do lóbi! Porque isso tira-lhes o... passava a ser transparente...*

Dr. Pedro Filipe Soares – Há interesses que às vezes são alinhados que não têm necessariamente uma origem similar quer do ponto de vista do pensamento, quer de prática. Nós podemos dizer que, alguém como nós, está contra a existência de lóbis e não sermos acusados de ter interesses económicos nessa inexistência. Há outros, como os exemplos que deu, de advogados, que fruto da sua posição privilegiada podem não estar a favor da existência da profissão de lobista, de toda a regulamentação inerente, para proteger a sua posição privilegiada. E, nesta questão em concreto, duas posições podem estar alinhadas, apesar da sua linha de pensamento não ser a mesma. Eu acho que isso acontece neste contexto. Às vezes acontece isso na sociedade, em muitas outras situações. Acima de tudo, do ponto de vista de pensamento, acho que podemos na nossa tradição de pensamento republicano, colocar de um lado quem defende um conjunto de ética republicana e de normas e conduta dos agentes públicos, contra a regulamentação do lóbi. Existe também depois alguns interesses económicos, particularmente na área da advocacia que acompanham esta posição de forma oportunista para defender os seus próprios interesses. Do lado de quem defende a existência de atividade de lóbi temos um conjunto de sectores de atividade económica que não conseguem de alguma forma estar representados na atividade dos juristas. E é por isso que nós vemos com muito maus olhos esta promiscuidade entre escritórios de advogados e os agentes públicos. Porque de facto é uma forma de alguns interesses económicos, particularmente aqueles com mais poder, tentar permeabilizar a tomada de decisão dos agentes públicos. Nós compreendemos essa dificuldade!

A.M. – *Qual acha que é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. Pedro Filipe Soares – Há sempre um aspeto relevante a colocar particularmente

quer na corrupção quer no tráfico de influências, que é a vantagem pessoal! A vantagem pessoal é algo afiançável, validável, fiscalizável. E por isso, sempre que houver uma vantagem pessoal em qualquer tomada de decisão que vá defender um privado, então aí é um caso de corrupção, é um caso de tráfico de influências. Nós por isso mesmo defendemos que haja um reforço dos mecanismos de transparência dos agentes públicos, isto é, obrigações de transparência no registo de interesses, das propriedades e rendimentos, muito mais alargado do que existe hoje quer no universo

quer nas obrigações declarativas e isso permite também depois por exemplo ao Ministério Público agir junto das entidades bancárias para validar se essa obrigação da declaração foi cumprida ou não. A questão do lóbi – não sendo ilegal a existência de reuniões de grupos de interesses com deputados, etc. – a atividade lobista de pressão que existe no Parlamento Europeu não é permitida em Portugal, isso aí, é ilegal. Prémios, viagens, conferências em paquetes ou coisas assim do género, em Portugal é proibido, não quer dizer que não existam. Nós ainda vimos recentemente – acho que nem podemos considerar aquilo uma atividade lobista – Secretários de Estado que tiveram como prendas visitas para ir ver o futebol. Mas, a Lei não permite situações dessas com uma vantagem pessoal. É claro que quando há um pagamento, uma prenda, que não é aceitável. Quando é um serviço – uma viagem pode ser considerada uma espécie de serviço – é um terreno mais pantanoso para se avaliar. Ainda para mais, numa lógica de que depois se possa ter um ressarcimento dos gastos do privado – como parece que o Secretário de Estado quer fazer – legalmente ainda coloca a situação do arrependido aqui... No fundo a nossa norma jurídica não é muito clara no que toca a serviços, é clara no que toca a bens e particularmente a rendimentos. Pagamentos é claríssimo que não é aceitável! O que é que nós, Bloco de Esquerda temos como prática para termos certeza na forma como nos relacionamos? E sendo certo que o que eu vou dizer agora depende muito mais de ética do que de Lei. Porque depois também há essa divisão. Normalmente os limites da ética são muito mais restritivos que os limites da legislação. E por isso nós temos um código de conduta implícito, apesar de não estar escrito, em que tomamos a decisão com base na ética que levou a esse código de conduta. Nós não aceitamos ofertas, quaisquer que elas sejam, de entidades privadas com fins lucrativos. Com exceção de coisas tipo brochuras, normalmente campanhas de massas, sei lá, um flyer, uma coisa assim do género. Às vezes há sempre um limite de decisão – que é relatórios e contas muitas das vezes empresas particularmente as maiores enviam-nos relatórios e contas e nós não costumamos devolver esse tipo de

coisas. Não nos parece que haja aqui um conflito decorrente disso! Mas já chegámos a devolver alguns bens que nós achámos que eram demasiado... Não eram enquadráveis nesse tipo de coisas que podemos aceitar! Instituições Públicas: Câmara do Fundão todos os anos vai lá dar cerejas a todos os grupos parlamentares. Isso aí costumamos aceitar, é uma entidade pública, faz aquela ação numa lógica promocional, mas não é com fins lucrativos. Costumamos aceitar esse tipo de iniciativas. ONG's? Muito a lógica das brochuras também que nós aceitamos. Porque também há ONG's cujo funcionamento para nós politicamente é mais questionável. É esta a conduta que nós temos na aceitação de coisas no grupo parlamentar. E esta ética, ou estas regras éticas, que nós colocamos na aceitação das coisas que consideramos corretas aceitar no grupo parlamentar é aquela que nós gostaríamos de ver vertida na Lei também. Muitas das vezes a Lei... como eu dizia há pouco, é muito difícil ter uma Lei equiparada à ética. Normalmente é a ética que perde e não a Lei que ganha, quando as duas são iguais. No entanto, uma Lei que caminhe para este tipo de restrições era o que deveria existir, colocando maior clareza na definição entre o que é corrupção, entre o que é lóbi, sendo que o lóbi não está regulamentado em Portugal pode estar muito a entrar na lógica da corrupção ou do tráfico de influências, porque há ali uma linha mais clara do que aquela que hoje existe. O problema deste tipo de legislação é que ela corre normalmente atrás dos acontecimentos. Ela não é preventiva. Ela é reativa! E essa é a dificuldade, nós estamos a construir muitas das vezes leis que vão fechar a porta a acontecimentos que não estavam previstos anteriormente na Lei. Mas eu creio que essa é também alguma da consciência que nós temos de ter na forma como a Lei terá de ser feita.

A.M. – Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?

Dr. Pedro Filipe Soares – Volto àquela resposta que dei antes: para nós, o ónus deveria estar do lado do agente público, e por isso, quer na sua exclusividade das funções quer nas regras de declaração e de transparência que deveria ter, quer na conduta depois que deveria ter enquanto agente público. A ideia de que isso se alcança – essa qualidade da Democracia – pelo lado do privado, nós não acompanhamos. É ao contrário, nós achamos que a melhoria da qualidade da Democracia se alcança do lado da melhoria da transparência em particular e da atuação do agente público. E este é um ponto fundamental na situação atual da nossa Democracia. Porque nós temos um conjunto de acontecimentos ao longo dos anos que foram deixando descrentes largos sectores da sociedade no funcionamento da Democracia. A ideia de que há determinada decisão que é feita por opção política e ideológica, uma escolha livre dos agentes públicos e não por interesses económicos, quando depois vamos saber que determinada virgula foi encomendada por não sei quem ou que determinada viagem foi paga por um grupo económico ou que isto ou que aquilo!!! E essa suspeição que existe muitas das vezes é que minora a qualidade da Democracia. Com o regime de exclusividade, com obrigação de transparência, com consequências do não cumprimento dessa obrigação de transparência da declaração, com existência de períodos de nojo que acabem com esta ideia de que hoje se está no Governo amanhã se pode estar num Conselho de Administração qualquer. Com estas regras, nós, é a nossa opinião, achamos que a qualidade da Democracia fica melhorada e que é esse o caminho que nós devemos traçar. Porque o contrário, que é dar mais legitimidade a sectores de interesse privados para atuarem enquanto tal, vai colocar mais a ideia de que eles porque estão organizados têm mais resultados do que nós que não estamos organizados. E quando a riqueza da Democracia, é, uma pessoa um voto, então essa ideia do meu voto passa a ser mais desvalorizada, porque eu não tenho nenhum grupo de interesse que me possa estar a valorizar, que me possa dar voz. E então temos aqui uma ideia que pode ser positiva, cuja base de implementação pode ser positiva, mas cujo resultado é pernicioso e o contrário do que se pretendia alcançar!

A.M. – *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu? Não ficamos fragilizados?*

Dr. Pedro Filipe Soares – Não me parece! Há aqui em primeiro lugar uma mudança:

tem havido uma mudança grande no próprio funcionamento das instâncias europeias. Tradicionalmente a lógica europeia seria centrada na Comissão Europeia, coadjuvada pelo Parlamento Europeu e teria uma espécie de espaço senatorial que era o Conselho Europeu. Esta era uma visão primordial do funcionamento da Europa. Isto foi evoluindo, para passar a ter no centro da atividade o Conselho Europeu e o Eurogrupo – um grupo até informal que não tem nenhuma previsão dos Tratados – e a Comissão Europeia para segundo plano, subserviente a este Conselho Europeu e depois o Parlamento Europeu. O que é que isto significa, depois na decorrência das decisões concretas? Que o que interessa é discutido no Conselho Europeu, onde Portugal tem um acento do primeiro-ministro a par da mesa de outros ministros. Não é resultado de atividades lobistas, não é resultado de grupos de pressão na Europa, mas sim vontade de uns países e duns governos relativamente aos outros. Com lógicas de alinhamento, às vezes de famílias partidárias, outras vezes de interesses concretos, de geometria variável até, mas, na prática não dá pelo menos nesta fase – no passado não foi tanto assim – tanto a entender que haja um benefício até, à atividade de lobista no funcionamento da estrutura europeia. Dito isto, eu não desvalorizo a atividade de lobista no geral. Como eu disse, nós recebemos no Parlamento Europeu muitas pressões da atividade lobista. Parece é que não tem tido tanta eficácia, numa lógica de funcionamento geral da União Europeia, do que tem tido no passado, numa fase em que a União Europeia era muito mais controlada pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu do que agora, digamos, o poder mudou um pouco mais de mãos... A partir do momento em que mudou de mãos, os lobistas também não estão neste espaço, que agora tem o poder máximo, e por isso, não têm essa capacidade. Um outro aspeto é que a própria União Europeia tem estado num processo de fragmentação, e por isso, o poder de quem está junto de determinados espaços de decisão é o poder desses espaços de decisão. A partir do momento em que nós estamos num processo de fragmentação da União Europeia há uma fragilização deste centro do poder, logo, de quem lá está próximo. E isso leva também a uma fragilização dessa atividade de lóbi à escala europeia. Onde é que nós ainda vemos muito o lóbi? Particularmente nas áreas sectoriais porque é assim que ele também está muito organizado. Quando nós olhamos para decisões...

A.M. – ...os Verdes, por exemplo...

Dr. Pedro Filipe Soares – Quando nós olhamos para decisões... Decisão do glifosato na

Europa, que é um pesticida... Bem, a atividade lobista foi brutal, para a aprovação, a manutenção da aprovação, a manutenção da licença de distribuição desse químico. Foi tão brutal essa pressão, quanto foi, depois brutal a posição dos países, individual, contra essa pressão. E, esta nova forma de estar, dos poderes mostra que, de facto, o processo de fragmentação da Europa leva a uma lógica de funcionamento mais nacional, apesar do relacionamento, depois, nas instâncias europeias, decorrente das presenças nacionais, mas muito mais, de defesa de interesses nacionais do que, defesa de interesses sectoriais. E, por isso, a atividade de lobista também fica refém, entre aspas, desta forma diferente de trabalhar e por isso com menos força. Mas, em áreas de energia, em áreas como o sector farmacêutico e áreas como a agricultura, nós ainda vemos muito a atividade de lobista a funcionar.

Apêndice G - Entrevista ao Dr. Nuno Magalhães

(realizada em Lisboa, a 10 de agosto de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Nuno Magalhães

Formação: Jurista

Profissão: Deputado,

Assembleia da República: Líder Parlamentar do CDS

Data: 10 de agosto de 2016, às 16:30

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 15 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Dr. Nuno Magalhães – O meu nome é Nuno Magalhães, tenho 44 anos, sou jurista de formação, sou líder parlamentar do CDS e deputado da Assembleia da República eleito pelo círculo de Setúbal.

Antónia Mota (A.M.) – *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Nuno Magalhães – Eu, acho que essa é a questão! É que não está definido nem está entendido! E acho que de resto isso promove e provoca muitas vezes confusões, mal-entendidos e até aproveitamentos e demagogias políticas. Eu acho que esse é o objetivo, de resto, do CDS ao propor um projeto de lei que procura delimitar – de resto, à semelhança do que acontece em muitos países e mesmo na própria União Europeia. É reconhecida na União Europeia e nas instituições europeias – a profissão de lóbi. Para mim, lóbi ou quem faz lóbi é alguém que registrado para o efeito e sabendo-se e sendo publicitado que o faz e que é essa a sua profissão, procura influenciar a opinião pública, os órgãos de comunicação, os decisores políticos, de forma – repito e sublinho, isto é muito importante – transparente, pública e sabendo-se que é essa a sua profissão na tomada de decisões ou na criação de opinião.

A.M. – *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Nuno Magalhães – É positiva se for transparente e regulada (...) Isso é que é muito

importante!

A.M. – *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. Nuno Magalhães – Eu, acho que devia ser obrigatório. Podemos começar por uma experiência de voluntário, mas acho – e estou a dizer isto pessoalmente – que devia ser obrigatório.

A.M. – *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Nuno Magalhães – Há vários! Mas, nomeadamente, à semelhança do que acontece com os titulares de cargos públicos, com a necessária entrega de registo no Tribunal Constitucional. Uma declaração de rendimentos, com uma declaração de interesses, com registo de interesses, como por exemplo os deputados. Eu sou obrigado – eu se comprar um carro novo, mais, dependendo do regime de casamento, se for comunhão de adquiridos e se a minha mulher comprar um carro novo, tenho de o declarar ao Tribunal Constitucional – e, portanto, também não vejo mal nenhum em que quem utilize e quem faça essa profissão tenha que o fazer, lá está, para ser público, para ser transparente!

A.M. – *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. Nuno Magalhães – Não! É evidente que não é suficiente, porque repare, não é pelo facto do artigo – creio que é o artigo 131 do Código Penal – punir o homicídio que deixa de haver homicídios. E, portanto, a Lei não pode evitar que as pessoas violem a Lei. Agora, pode isso sim, combater demagogias, combater mal-entendidos, reforçar transparência, clarificar quem de facto faz lóbi ou algo mais... Ou algo menos do que lóbi! Porque também há quem faça menos e que não é lóbi, mas também não é corrupção, longe disso. E, portanto, acho que dá no fundo para separar as águas!

A.M. – *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse*

e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal

Dr. Nuno Magalhães – Não sei, isso depende! Acho que depende também da recetividade ou não, que os titulares desse cargo possam ter. Eu, a impressão que tenho é que, têm bastante menos do que aquilo que é a perceção da opinião pública. Não estou a dizer que não têm. Eu acho é que não têm tanta, como certa opinião pública, certa opinião publicada e certos partidos políticos querem crer fazer. Agora repare uma coisa: o lóbi pode ser algo muito subtil! Basta haver notícias consecutivas num certo sentido, num determinado órgão de comunicação social de determinado grupo, para formar uma opinião pública. E formando uma opinião pública, essa opinião torna-se publicada. Formando opinião publicada, essa questão passa a ser uma necessidade de resposta da parte do poder político. E, portanto, se quiser chamar a isto influência do lóbi, eu acho que é assim que se trata! Noutros casos, mais ou menos cumpridores da Lei, creio apesar de tudo – se calhar posso estar a ser ingénuo, mas é a minha experiência pessoal – que é residual.

A.M. – *Acha então que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas? Justifique.*

Dr. Nuno Magalhães – Acho que sim, acho que sim! E acho que quem pugna e quem tanto diz estar a lutar pela transparência da vida pública e dos titulares dos cargos públicos, não pode deixar de aprovar.

A.M. – *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi em Portugal?*

Dr. Nuno Magalhães – Não sei, sabe? Eu acho que é daquelas coisas com que toda a gente concorda e depois ninguém propõe! E eu acho que nesse aspeto o CDS teve essa coragem de propor. Eu acho que é daquelas coisas que eu não queria estar a pôr labéus em quem quer que seja porque toda a gente diz «Não, mas nós estamos de acordo!», mas é muito difícil depois concretizar. Isso é a razão pela qual não se faz! Eu preferia responder pela positiva: há uma força política que pelo menos eu tenho a certeza que está interessada, que é o CDS, que o propôs.

A.M. – *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para*

evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?

Dr. Nuno Magalhães – Não! Discordo! Eu acho que deputado não é uma profissão, não é uma carreira paralela à função pública nem é uma coutada só de funcionários públicos ou sindicalistas, como o Bloco de Esquerda e o PCP querem fazer! Eu acho mais, acho que não se pode ter dois discursos. Muitas vezes vejo de forma demagógica dois discursos, que é por um lado criticar-se – e a meu ver, nalguns casos com razão – que há muita gente que faz o percurso político, a carreira política começa nas juventudes partidárias e acaba como ministro, e, são os mesmos que criticam isso que depois querem que os deputados sejam exclusivos! Que não vivam de outra coisa. Ora, se não vivem de outra coisa, o que é que podem fazer? Também não acredito naqueles sistemas da Grécia antiga, em que só os homens ricos é que poderiam ascender ao cargo de deputados e de senadores e etc. Eu acredito, isso sim, em duas coisas: primeiro, que haja regras de incompatibilidade e de transparência por um lado. Em segundo lugar e talvez o mais importante, no bom senso do titular do cargo público, de se declarar ou não, impedido de votar esta ou aquela Lei por ter um interesse direto. E depois, sobretudo, acredito na Democracia! Acredito que o povo o julgue, por aquilo que fez ou não fez, pelos interesses que cedeu ou não cedeu, durante os 4 anos de mandato. Sou completamente contra a exclusividade e acho de resto que há uma enorme demagogia e até cinismo político em relação a essa matéria, porque os mesmos que propõem essa exclusividade, curiosamente excluem funcionários públicos e sindicalistas. É sintomático!

A.M. – *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?*

Dr. Nuno Magalhães – Eu acho, sobretudo que isto vai do bom senso e depois do

juízo popular! Acho que por um lado temos que ser humildes – nós, os legisladores, temos que ser humildes, a Lei nunca consegue prever tudo, a realidade está sempre à frente da Lei. Por muito que nós possamos ser restritivos, limitativos, nunca poderemos se as pessoas assim o quiserem, prevenir ou evitar a prática de crimes – e por outro lado também não acredito num Estado em que haja uma espécie de juízes morais. Esses Estados, de resto, são totalitários, por norma, em que há os conselhos dos homens bons que têm a moral e a ética toda e que podem julgar os outros. Isso é por exemplo o regime dos Aiatolas, do Irão. Não acredito num conselho religioso que venha dar o moral e os bons costumes. Acredito no povo! Acredito que o juízo do povo é o último juízo e é o melhor juízo! Acho que o legislador pode aperfeiçoar e deve aperfeiçoar a Lei, como por exemplo regulamentando o regime do lóbi, tornando-o mais transparente, tornando-o mais escrutinável - escrutinável pela Lei, mas também pelo próprio povo. Lá está, como diz e bem, o que pode ser legal pode não ser eticamente aceitável, mas isso cabe ao povo. Eu não acredito em homens providenciais nem homens bons, nem homens acima de todos os homens e mulheres, como é evidente. Acima de todos os outros, que tenham a sapiência toda e a moral toda. Não acredito, tenho muito medo desses ensejos.

A.M. – *Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. Nuno Magalhães – É um desafio para quem.... É um desafio.... Desde logo a resposta óbvia é que, a meu ver o lóbi não é crime e certamente a corrupção e o tráfico de influências são crime. E cumpre, acho eu, é um contributo, que não vai resolver – não temos essa arrogância, de irmos resolver a questão – mas de contribuir para que possa haver essa separação de águas. Mas é evidente, a resposta mais óbvia é que o tráfico de influências e a corrupção são crimes – e bem – e lóbi poderá não ser crime desde que seja – coisa que não acontece neste momento – regulado e que seja público, publicitado.

A.M. – *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Nuno Magalhães – Desde logo, ficamos de fora daquilo que é uma regulamentação que já existe do ponto de vista da União Europeia. Depois acho que é péssimo para a Democracia porque contribui para este lodo de insinuações – acho que não é bom para

ninguém – lodo de insinuações, de pequenos boatos, de demagogias, de confusões....
Acho que não beneficia ninguém, acho que prejudica todos e em último lugar prejudica
a Democracia!

A.M. – *Mas os interesses nacionais representados por exemplo em Bruxelas, como não temos lobistas, também ...*

Dr. Nuno Magalhães – Também! Lá está! E até do ponto de vista daquilo que é a adaptabilidade do país em relação à legislação europeia. Por isso é que nós propomos e achamos que deve haver essa legalização e, portanto, nesse aspeto também de facto Portugal está em desvantagem em relação a outros países que podem fazê-lo de forma legítima e legal porque está regulamentando no seu país e em Portugal não está!

Apêndice H - Entrevista ao Dr. Henrique Burnay
(realizada em Lisboa, a 25 de agosto de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Henrique Burnay

Profissão: Lobista acreditado em Bruxelas

Empresa: Eupportunity

Data: 25 de agosto de 2016, às 11:30

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 34 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Antónia Mota (A.M.) – *Como é que entende ou define o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Henrique Burnay – Em Portugal? Para já, o conceito de lóbi eu acho que deve ser para aquilo que se está a querer tratar, a ideia é representação de interesses. A ideia é que há entidades que têm...que representam... há entidades que têm a sua atividade é afetada pelas decisões dos poderes políticos, dos poderes públicos, e fazem sua representação junto destas entidades, procurando influenciar com argumentos técnicos sólidos, os processos de decisão. A maneira mais fácil de tentar uma formulação o mais simples possível. O Martins Lampreia tem uma boa, que anda à volta disto, que eu não sei de cor, mas que é esta ideia bastante simplificada, que é: «No fundo o lóbi é a representação de interesses com o objetivo de influenciar processos de decisão políticos».

A. M. – *E em Portugal, como é que vê a atividade?*

Dr. Henrique Burnay – Em Portugal, em Portugal isto é feito. E não é ilegal, ao contrário do que se diz! O que se passa é que não está regulada a atividade de um modo geral. Porque é evidente que os deputados e os membros do Governo reúnem com empresas, com associações, com sindicatos. Portanto, existem entidades que são legitimamente representadas e que falam com os decisores políticos. O que não existe é um enquadramento disto, e, portanto, é um bocadinho como «tem carros, tem estradas, não tem é código da estrada!». Tem algumas regras que se aplicam, e, portanto, há

algumas outras regras que acabam por contextualizar isto tudo, mas não tem regras sobre esta atividade específica, e aí há uma necessidade. Eu acho que é bom o exemplo: «tem carros, tem estradas, um código da estrada ajudava!».

A. M. – *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Henrique Burnay – Eu estou, convencido que sim, por duas razões: 1). Porque é isso que eu faço; 2). Porque quando trabalhei como assistente de um deputado do Parlamento Europeu, sentimos essa necessidade. É evidente que à escala europeia essa necessidade é maior, não é? Porque se for um membro, alguém da Comissão, se for um funcionário da Comissão ou se for um deputado que tem de tomar decisão sobre legislação que se vai aplicar a 28 estados membros é natural que ter de inputs sobre o que é que se vai passar ou o que é que se passa na Roménia ou que na Bélgica houve um determinado exemplo, etc. etc., é o que lhe faz mais falta porque está a regular-se uma realidade que tem menos facilidade em conhecer. Mas, ainda assim, a quantidade de temas sobre os quais se regula em Portugal justifica que quem é de alguma forma afetado positiva ou negativamente, quem tem um impacto, venha explicar ao legislador, dar informação técnica. Isso depois permite decidir! Mas vem dar informação técnica! É óbvio que os decisores políticos têm que ter informação técnica vinda de mais sítios, mas se tiverem também das entidades que de alguma forma são afetadas – o problema da palavra afetada é que parece que é negativo, mas, quer dizer, são impactadas, que é uma expressão que eu não gosto muito – por essas decisões, ótimo!

A. M. – *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. Henrique Burnay – Eu, acho que funciona muito mais com incentivos! Portanto, o que aconteceu na União Europeia é que há um conjunto de entidades que só reúnem com quem está registado no Registo de Transparência. Eu acho que isso é muito mais fácil do que criar em abstrato uma obrigação genérica para todas as pessoas que em algum momento venham a ter que o fazer. E portanto, se disser: «Está aqui um registo.» e depois tiver um conjunto de entidades que dizem «Eu só reúno com quem estiver no Registo!» - sempre que o tema seja representação de interesses – eu acho que esse processo é muito mais eficaz do que em abstrato dizer que toda agente tem de estar registada. Quer dizer, eu amanhã vou-me registar? Mas eu não tenho nenhuma reunião

para marcar! Portanto, mais vale no dia em que eu achar que é preciso... No dia que eu sou uma empresa ou uma associação que preciso ter... Eu prefiro isto! Agora, ser obrigatório para ter algumas reuniões, sim. Acho que isso deve ser. É um bom princípio!

A. M. – *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Henrique Burnay – Registo não é a mesma coisa que registos dos honorários! Ninguém pede, nem se deve pedir que se indique os honorários! Até porque isso, entre outras coisas, é segredo profissional, é segredo das empresas. Eu não quero que os meus concorrentes saibam quanto é que eu cobro a quem trabalha comigo. Aquilo que o Registo de Transparência europeu tem é a indicação do montante gasto em atividades de lóbi pelos meus clientes. E, no geral, a minha faturação, que é outro dado público. O que seria alguém perguntar quanto é que eu cobro a quem quer que seja? Não há nenhuma profissão que esteja obrigada a essa transparência e esta também não tem que estar. Seria um disparate! Os médicos não têm que dizer... e por aqui fora, portanto isso não tem uma tabela. O que tem de se saber é: eu, se for uma empresa, estou no registo de lóbi, quanto é que eu gasto com este tipo de atividades? 500€ por ano, 500 000€ por ano, 1 milhão de euros? Quero perceber quanto é que é, para perceber qual é a escala de investimentos desta entidade nisto. Eu sou uma consultora: tenho 30 clientes, quero que estejam representados os clientes que têm um peso significativo no meu volume de negócios, para se perceber em nome de quem é que eu tendencialmente falo. Ninguém está a pedir que eu tenha ao detalhe, era só o que faltava! Isso era estar a dar informação aos meus concorrentes. Nem pensar! Ou pior ainda, estar a dizer aos meus clientes, a uns e a outros quanto... «Se calhar não cobra a todos o mesmo!»...

A. M. – *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. Henrique Burnay – Olhe, eu volto ao exemplo que lhe dei há pouco do código da estrada: há carros, há estradas, o código ajuda! O código da estrada não impede que haja acidentes nem impede que não se cumpra, mas permite que quem quer estar dentro da lei saiba qual é que é o caminho que tem de fazer. Portanto, isto não impede, criem

mecanismos para quem quer estar dentro da lei, sabe qual é o percurso que deve fazer, dum lado e do outro, quer dizer, quer para os decisores quer para quem representa interesses, se querem estar dentro da lei sabem como é que é o caminho normal. Criam um enquadramento que é igual para todos e portanto, cria igualdade para toda a gente, generaliza a possibilidade de aceder. Há mais outras coisas como a “pegada legislativa” e as agendas públicas: são outros dois contributos para isto. Agora, eu não acabo com os ilícitos porque tenho leis! O que eu permito é: ao criar um enquadramento legal, consigo pôr dentro deste enquadramento o que são atividades lícitas. Não é por haver legislação que as pessoas deixam de poder fazer... de cometer crimes... Agora, passa-se é muito mais rapidamente a poder definir o que é que é crime e o que não é crime. São coisas completamente diferentes! Acho que é mais isto!

A. M. – *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. Henrique Burnay – Eu não tenho um medidor! Portanto isto é puramente intuitivo. Eu acho que é evidente que há! Repare, ninguém toma decisões sem ter noção do impacto que elas têm nas várias entidades e sem ter em conta o peso que essas entidades têm, e, muitas vezes é o peso económico, o peso eleitoral, o impacto positivo ou negativo que isso tem para a economia, a capacidade ou não de reclamação. É evidente que os decisores políticos – olhe, quem costuma ter menor capacidade de reclamação e de influenciar as decisões são os consumidores, que nunca estão representados, não estão organicamente representados, e portanto, normalmente, não são os mais visíveis no processo de decisão. Mas depois como são eleitores, são vistos na perspetiva do eleitor. Os sindicatos mais fortes provavelmente têm mais capacidade de influenciar e chegam a usar um mecanismo, absolutamente legítimo e fortíssimo que é o da greve. O que é que é a greve senão um mecanismo de influenciar processos de decisão? Absolutamente legítimo! As manifestações: é evidente que uma manifestação de todos os 15 funcionários de uma atividade qualquer muito circunscrita tem muito pouco impacto. Os agricultores quando usam as manifestações têm uma enorme capacidade de mobilização e de pressão. Bom, aquilo que tem de se tentar criar são outros... tem que regular são outras formas de tentar influenciar. Absolutamente legítimas! Ninguém acha ilegítimo a greve, ninguém acha ilegítimo as manifestações. Há outras maneiras que

qualquer uma destas entidades também usa, isto é, quem faz greves também faz muitas coisas antes de chegar à fase da greve, quem faz manifestações também faz muitas coisas antes das manifestações. São processos! Qual é a capacidade que isto exige? Não sei! É por isso que nos faz falta, um Registo de Transparência, um registo público das agendas dos decisores – não quero que os membros do Governo tenham uma agenda pública, mas eu acho razoável que houvesse uma agenda pública das reuniões dos decisores políticos com quem representa interesses e está no Registo de Transparência. Eu aí passo a ter uma noção se a associação X, o sindicato Y ou a empresa Z reuniu com este decisor durante aquele processo de decisão e aí vou ter muito mais capacidade de responder «olhe, notei que esta e esta entidade reuniram com o decisor antes daquela decisão, portanto devem ter tido alguma influência». Hoje em dia não se consegue medir isso.

A. M. – *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas em Portugal?*

Dr. Henrique Burnay – Eu, acho que se faz aqui uma confusão! O que é preciso é regular a relação dos decisores políticos com quem representa interesses. A falta que há é do lado dos decisores políticos. Regular a atividade do lóbi? Repare: há imensas peças que contribuem o teórico o diz, a comunicação pode fazer parte de uma atividade de lóbi, as relações institucionais... Regular a atividade de lóbi não sei muito bem o que é nem me parece que seja muito importante. Aquilo que é importante é dizer em que circunstâncias é que os decisores reúnem com representantes de interesses e o que é que deve ser esperado do ponto de vista ético que estes representantes de interesses façam e cumpram quando reúnem com estes decisores. Agora, a montante, se eles propõem campanhas de comunicação, se trabalham com 2 empresas ou com 3, se trabalham com empresas concorrenciais entre si ou não, isso é que seria regular a sua atividade? Isso não tem que fazer! Porque não me parece que seja necessário. O que é necessário é regular a relação desta gente com esta gente dos decisores quando recebem representantes de interesses. Porque isso depois é uma infinidade, não é só os lobistas! As empresas têm “*in-house lobbyists*”. Vai regular isso como? O que interessa é ter um código de conduta quando eu reúno com os... Portanto, não é regular a profissão, é regular as relações entre representantes de interesses e decisores.

A. M. – *Mas regular a profissão também seria positivo!*

Dr. Henrique Burnay – Eu acho muito mais importante regular a... volto ao tema:

regular a profissão quer dizer o quê? O que é que faz com a regulação interna quando a atividade é interna, quando tem “*in-house lobbyists*”, as pessoas dentro das empresas que tratam das relações institucionais? O que me parece necessário é dizer que nas suas relações com os decisores, quem representa interesses deve cumprir estas regras. Que se aplicam a quem tenha uma consultora de lóbi, como se aplicam a quem seja o responsável das relações institucionais numa empresa, como se aplicam ao responsável das relações institucionais de uma associação ou de um sindicato. Isto é que me parece ser importante regularmos! O que nós, cidadãos queremos, é que haja clareza e transparência e seja possível perceber como é que quem tenta influenciar o poder, se relaciona com o poder. Como é que as pessoas desempenham a sua profissão? O Estado não tem de se preocupar demasiado, quer dizer, acho que se quisermos ir ao detalhe corremos o risco de nunca regular coisa nenhuma. Acho que o essencial é regular isto.

A. M. – *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?*

Dr. Henrique Burnay – Para lhe ser sincero, não sei, muito bem! Honestamente, não sei muito bem! Não trabalho cá, acho que este processo agora na Assembleia vai nos permitir perceber. Aquilo que eu lhe posso dizer é: em Bruxelas, onde eu estou, não há nenhuma organização política que se recuse a receber representantes de interesses – eu já reuni com pessoas de todos os partidos políticos portugueses, portanto, nunca tive nenhuma objeção – e não há ninguém, não vejo ninguém que seja contra a existência de... os interesses reúnem com quem toma decisões, portanto, se há aqui barreiras... é frequente dizer-se que em Portugal os escritórios de advogados não querem isso porque o fazem. Eu não tenho a certeza porque nunca vi recusarem-me. Se beneficiam de não haver regulação, se calhar beneficiam. Porque, eles naturalmente representam entidades. Mas também as associações, os sindicatos, existem. Portanto, eu acho que há vantagens... Eu não sei se há um bloqueio institucionalizado, honestamente!

A. M. – *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr. Henrique Burnay – Acho que esse é um dos problemas típicos quando temos esta discussão, que é começarmos a querer tratar de tudo de uma vez. Aquilo que eu acho

importante estar aqui é em que circunstâncias é que os representantes de interesses... deve estar clarificada, regulada, a relação entre decisores e representantes de interesses. Se nós começamos a querer meter nisto todos os bolos, a seguir vai discutir a exclusividade, depois vai discutir o estatuto dos deputados, depois a seguir vai discutir a remuneração, depois a seguir vai discutir o financiamento dos partidos políticos e nunca acaba esta conversa! Portanto eu acho que...

A. M. – ...esta questão é porque há quem entenda que quem deve estar regulado são os deputados...

Dr. Henrique Burnay – Eu acho que não, porque eu acho importante que diga que... a existência de um Registo de Transparência e quem reúne com quem, sobre o quê parece-me importante. Isso parece-me um processo muito mais útil em relação ao resto. Eu depois em relação ao resto tenho uma posição que não tem nada a ver com isto. Acho que a transparência é muito mais importante do que a regulação, mas isto é um parêntesis, esta minha opinião é uma opinião, é a minha, pode perguntar ao senhor ali da receção, ele sabe tanto quanto eu, nesta parte. No outro tema eventualmente sei mais porque trabalho... Eu acho inútil querer-se regular a exclusividade ou não dos deputados porque isso mexe com uma quantidade de outras coisas. A seguir vai perguntar «e as mulheres dos deputados, não trabalham em empresas?» «Ah, trabalham, há umas que até são donas de empresas!» «Pronto, não podemos ter deputados cujas mulheres trabalhem em empresas.» Ou cujos maridos! Também há senhoras deputadas! Enfim, como quiser! Agora ... As pessoas vão perguntar: «têm filhos, algumas?» Quer dizer, vamos por aqui fora.... (*off de record* ...volta a estar em ON.)

O que eu acho é: a questão da regulação da relação dos representantes de interesses com os decisores não exige que tenha que regular o estatuto dos decisores. Podem ser temas diferentes.

A. M. – Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo

que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?

Dr. Henrique Burnay – A democracia é feita de muito mais, do que representação política e da escolha livre dos representantes políticos. A democracia é feita.... Quanto mais plural for uma sociedade, mais democrática provavelmente será. E, portanto, quanto mais vozes participarem e em diferentes momentos contribuírem para o processo de decisão, melhor! Quanto mais informado for o processo de decisão, melhor! Repare, quando estamos a falar de regular, voltamos ao mesmo ponto: o que eu acho, é que o que se está a falar, é regular a relação entre um lado e o outro, como é que os decisores se relacionam com quem representa interesses? Se eu conseguir – e eu acho que se consegue fazer isto, pelo menos começar isto com 3 ou 4 peças muito básicas – se conseguir introduzir transparência e “*accountability*”, que em português dá assim uma palavra qualquer que nós não nos lembramos, mas,... capacidade de fiscalizar... o “*accountability*” é o..... Se conseguir introduzir transparência e “*accountability*”, aumenta a qualidade da Democracia. E eu acho que aumenta com transparência e “*accountability*”, muito mais do que quando tem regras que depois o cumprimento formal, mas não material, é fácil. Porque eu prefiro poucas regras simples e muito claras e que permitam o escrutínio do que um conjunto de regras complicadíssimas. Agora, eu não tenho dúvida que um decisor que ouça várias partes interessadas num determinado processo, pode tomar uma decisão melhor do que um decisor político que não ouve muitas partes, não ouve nenhuma ou só ouve duas ou três. E, portanto, se puser o Registo de Transparência e em cima do Registo de Transparência tiver as agendas públicas dos decisores – eu represento um determinado interesse, quando vi que a Antónia reuniu com uma determinada pessoa digo «Alto! Então também quero reunir consigo para lhe dizer a minha versão.» É provável que a sua decisão seja mais informada. Portanto, melhorei a qualidade da Democracia? Sim, acho que sim! Como não é possível, nem é desejável fazer um corte total entre os decisores políticos e a realidade – assim, como assim, eles estão legislados sobre a realidade – é preferível que seja uma decisão informada, e portanto, quanto mais for informada por mais fontes, melhor ela será!

A. M. – *Qual acha que é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. Henrique Burnay – Bem, eu acho que é, absolutamente, claro. É o problema das legitimidades: 1) estamos a falar de ter representados interesses legítimos, legais que vão ser afetados. Aquilo que se exige a quem representa determinado interesse é que apresente a sua visão da realidade. A ideia do “*advocacy*” não é completamente inútil para pensarmos nestes termos – aquilo que se espera de um advogado num processo perante um juiz, este modo de pensar pode ser transportado para aqui, é que represente os interesses da parte, mas dentro da legalidade. Portanto, ninguém pede a um advogado que pondere os vários interesses em questão. O advogado representa os interesses da sua parte. Dentro da legalidade. Dentro da mesma noção de Direito. Mas, este é o olhar deste lado! O lóbi é eu ir ter com o decisor e apresentar o olhar da minha parte perante aquela realidade. Isto é uma tentativa de influenciar – quando eu estou a dizer «esta sua decisão tem um impacto positivo ou negativo, vai aumentar os postos de trabalho ou vai-me obrigar a reduzir postos de trabalho ou vai-me aumentar as receitas ou vai-me reduzir a oportunidade de negócio ou vai-me obrigar a reduzir o número de funcionários» ou o que quer que seja que eu argumente, eu estou a contribuir com informação. Quando eu uso mecanismos que já estão hoje em dia previstos na Lei como sendo proibidos para tentar influenciar, isto é, quando eu saio disto e digo «em troca da sua decisão eu dou-lhe X ou eu convido-o para estar não sei onde», eu estou a corromper o processo de decisão, e, portanto, aí é uma corrupção do processo de decisão. Agora, eu trazer informação para o processo de decisão, isso só pode ser útil. Procurar influenciar trazendo argumentos, trazendo informação, isso só pode ser útil! É por isso que quanto mais transparente for, melhor! Eu hoje em dia vou à Comissão Europeia e sei com quem é que os comissários europeus reuniram. Sei com quem é que os diretores gerais reuniram. Em alguns casos sei com quem é que os deputados reuniram porque há alguns que também têm agenda pública. Isso é útil para o processo de decisão. A outra coisa que tem em Portugal é: nós que temos, isto, muitas vezes sobre a Assembleia da República, mas tendo em conta, o (modelo) processo de decisão, o processo legislativo português, as “*technicalities*” estão muito mais no executivo, do que no legislativo. Estão muito mais no Governo, do que na Assembleia. Portanto, isto é muito mais importante do ponto de vista do Governo, dos governos, seja ele, qual for, do que da Assembleia. Com todo o respeito pela Assembleia, mas, quer dizer, os detalhes – e o Diabo está nos detalhes! – muitas vezes, estão no executivo. Portanto, é

importante que, isto tudo, seja regulável. Porque, muitas vezes, o que vai alterar os interesses do seu sindicato é uma decisão do Governo, muito mais do que uma decisão da Assembleia. Uma decisão da Assembleia é muito mais enquadradora, mas a decisão no fim do dia, aquilo que vocês lutam, que é considerar não sei o quê...

A. M. – ...que não despeçam os trabalhadores do Novo Banco, que arranjem uma solução...

Dr. Henrique Burnay – ...mas isso, tem escala suficiente, eventualmente, para estar na Assembleia. Mas, imagine que está naquela fase, em que quer que seja reconhecida a formação profissional para progredir na carreira, imagine! Isto, muitas vezes é depois decidido a um nível de Ministério. E, portanto, é importante que estas regras que nós estamos a dizer, possam existir nos ministérios. É, muito mais importante discutir isto, do que ficarmos naquela questão, «mas, os deputados, o estatuto dos deputados, as incompatibilidades». Isto, na verdade, interessa muito mais este ponto. Depois, para os deputados, o mais importante é sabermos quem são, donde é que vêm, onde é que estão...E, que se possam eles próprios, excluir de determinados processos «olhe, eu neste processo, não quero intervir. Acho que não devo intervir, tenho interesses...». E aí, podem ser imensos, podem ser «eu não trabalho nisto, mas toda a minha família trabalha e portanto, eu acho que sou uma parte interessada». Isto, só é possível com um Registo de Transparência. E, depois outra coisa, que é – isso, também tem hoje em dia em Bruxelas e cá em Portugal também tem – a consulta do Tribunal de Contas para saber quais são os interesses que estas pessoas têm. De que é que me serve se estão em exclusividade, mas depois, têm imensos investimentos em empresas que ... percebe? A exclusividade não resolve! Eu acho que não resolve tudo!

A. M. – Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?

Dr. Henrique Burnay – Na prática, o que isso tem provocado é o seguinte: as entidades portuguesas fazem parte de associações europeias e, portanto, parcialmente isso não implica. O efeito negativo que tem é: não há tradição de trabalhar num ambiente regulado, e, portanto, menos, reage-se com menos naturalidade e com mais surpresa, como lhe contava há bocado, quando dizia que isso é feito a nível europeu. Mas são poucas as entidades portuguesas que não pertencem a alguma associação europeias e

nessa medida participa nos processos, mas têm pouca noção de que paralelamente a isso é feita representação direta. Muitas vezes, as empresas que pertencem a associações, sindicatos que pertencem a associações sindicais, mas que têm, a sua versão nacional quer Estão pouco habituados a fazê-lo, porque não estão habituados ao ambiente. Em Portugal, isto não está contextualizado. Sem prejuízo de o fazerem. Deixe-me dar-lhe o exemplo de quando começámos a conversa: tem noção que o seu sindicato faz lóbi em Portugal?

A. M. – *Tenta!*

Dr. Henrique Burnay – Tenta influenciar processos de decisão! Portanto, não lhe devia ser uma surpresa. O que lhe aparece como surpreendente é que isto, seja feito de forma organizada. Aquilo que devia ser natural cá, era ser feito de uma forma organizada, saber-se como é que é suposto fazer. Nós costumamos reunir, a Comissão de Assuntos Económicos, a Comissão de Emprego, ouvimo-nos sempre. Nós trabalhamos regularmente, isso é que devia ser! A falta de enquadramento prejudica a capacidade de replicar o modelo de fora de Portugal. Nessa medida, esse prejuízo existe. Mas é esse, especificamente. É o nós, não estarmos habituados.

A. M. – *Há algum ponto que eu não foquei, que gostasse de...*

Dr. Henrique Burnay – Eu acho, que em Portugal simplificava muito, se não confundíssemos a questão. Nós tendemos a confundir muito lóbi com corrupção. O que estamos a falar é a possibilidade de quem representa interesses legítimos... Onde é que eu quero chegar? Quando vocês vão à Assembleia tentar falar... Se nós falarmos de uma reunião do Sindicato dos Quadros dos Técnicos Bancários irem à Assembleia e pudermos confundir isso com corrupção, estamos aqui a criar uma confusão enorme. Portanto, o melhor, se calhar, é separarmos estas águas e dizer «é absolutamente legítimo que quem representa interesses possa reunir com decisores». O que isto precisa é de alguma dose de transparência e “*accountability*”. Portanto, há 3 coisas que se se tiver, eu acho que funcionava lindamente: Registo de Transparência e entidades que digam «Eu só reúno com representação de interesses com quem esteja no Registo de Transparência, portanto se quer falar comigo inscreve-se no Registo de Transparência. É membro do Comité Económico e Social? Encantado da vida! Ótimo. Ainda bem! Mas eu quero que esteja lá, para as pessoas saberem que está. Perfeito! É uma empresa, é um sindicato? Ótimo!». 1) Registo de Transparência. 2) Agendas Públicas dos decisores,

naquilo que é relevante. Eu não preciso de saber quando é que o ministro reúne com alguém. Com quem ele está a conversar para se informar sobre uma ideia que está a ter. Agora, saber que a empresa X pediu uma audiência ao ministro e que a teve, isso parece-me que é uma boa ideia. Todos ganharíamos em saber isso. E, depois, mais difícil, mas não impossível fazer, é a chamada “Pegada Legislativa”, que é, nos processos legislativos ou nos processos de decisão dizer – já hoje em dia tem, foram ouvidas, mas é um bocadinho burocrático, foram ouvidas a ter se de facto, eu recebi a associação tal, a empresa X, isto estar lá também. Estas peças permitem que depois se faça a “*accountability*” e que se diga: «Ahhhhh! Mas, a verdade é que o ministro não ouviu, não sei quem!». Muitas vezes, tem aquela gente cá em Portugal, que diz: «Nós estamos, há não sei quantos meses, para ser recebidos pelo ministro e não somos!». Se isto fosse publico, podiam acrescentar: «E, no entanto, receberam a entidade tal. Porque é que, nós não somos recebidos e aquela entidade é?» Essa discricionariedade, também desapareceria a maioria das vezes. Eu acho que, esses são os três pontos. Acho que se perde imenso, em confundir isto com corrupção. É um bocadinho, como o exemplo, que dei do Código da Estrada – não sei, se é um bom exemplo, porque em alguns casos não funcionará, mas, quer dizer, estamos a falar de criar um enquadramento para quem quer funcionar, para quem diz: «isto é normal, isto até já se faz, o enquadramento facilita-nos a vida.» Isto não vai resolver a criminalidade. O facto de eu dizer: que não se pode assaltar pessoas, por si só, não é suficiente para as pessoas não assaltarem. Depois precisa de mais uma quantidade de elementos. Agora, ainda bem que existe uma regra qualquer sobre pedir dinheiro emprestado aos amigos, que é para ser diferente de assaltar pessoas.... O exemplo talvez não tenha sido fácil, mas onde eu quero chegar é: o enquadramento regulatório permite, que isto, seja feito com clareza, com transparência, para as pessoas saberem, quais é que são os critérios. E, portanto, permite deixar de fora outras coisas e permite depois, claramente, não confundir e dizer: «Não! Não! Isto foi feito ali, não cabe aqui... Isto era claramente outra coisa!» Porque hoje em dia, tem coisas que ficam dúbias: o tipo que telefona para o decisor... e, isto pode ser ilegítimo ou legítimo, isto é, o presidente de um sindicato nas vésperas de uma decisão do Governo, mandar telefonar ao ministro com quem já reuniu várias vezes e dizer «cuidado com essa decisão!», isto é ilegítimo? Não, não me parece nada ilegítimo!

A. M. – *Ricardo Salgado, não é?*

Dr. Henrique Burnay – Agora, isto é ilegítimo? Não sei, gostava é que isto ficasse

clarificado, que se soubesse que isto aconteceu, que ficasse registado num sitio qualquer, que esta coisa aconteceu. E, depois nós todos avaliamos, se isto nos pareceu legítimo ou se isto nos parece uma interferência ilegítima. Quer dizer, não é ilegítimo, eu tentar defender os meus interesses, o que é mau, é que ninguém consiga saber se eu tentei ou não, e se eu tive sucesso ou não. Portanto, nessa medida, eu acho que reduz a opacidade dos processos de decisão. Prefiro dizer isto! E depois não misturo... que é uma outra coisa que se faz com alguma regularidade, que é confundir representação de interesses com representação de negócios. Não é a mesma coisa! Se eu vou bater à porta do Governo, tentá-lo convencer a comprar as minhas lâmpadas, isto não é representação de interesses, isto é uma atividade puramente comercial, isto não é lóbi, isso é outra coisa... Não se confunde, é uma atividade comercial. «Ah, pois, lóbi tentar...», não, isso não tem nada, a ver com lóbi, isso é outra coisa, é uma atividade comercial, não se confunde. Isso muitas vezes tende-se a confundir: «Ah, para tentar ganhar um concurso.». Isso já não é lóbi, isso é outra coisa. Já não é legal. Portanto, ajuda a clarificar isto tudo. Acho que é essa, a principal consequência.

A. M. – Fala-se muito no lóbi económico, mas afinal não é bem lóbi, não é?

Dr. Henrique Burnay – Não, ouça, eu quando estou a tentar convencer... se alguém está a tentar convencer a RTP a comprar um programa de televisão... imagine que reunia com o ministro para tentar convencê-lo, isso não é lóbi, isso é outra coisa. Isso não é uma representação legítima de interesses num processo de decisão. Isso é outra coisa! Agora, ganharemos todos se houvesse a tal agenda pública. Nós dizíamos «Porque é que um produtor de televisão reuniu com o ministro que tem a tutela da televisão, o que é que eles foram lá fazer?» Mas, quer dizer, aqui tem uma relação que nós conseguimos perceber o que é que foi isto. Mas isto não é lóbi, isto é outra coisa! Por isso, é que eu acho, que quando começamos a meter no saco, o estatuto dos deputados, a corrupção, não sei quê, começamos a criar toda uma confusão que depois torna impossível... Isto é tudo muito mais simples. É criar um enquadramento para que o Sindicato dos Quadros Técnicos Bancários possa reunir, mas também, outras entidades possam. No vosso caso podem sempre, mas imagine que, uma associação empresarial quer ir reunir com o Governo para dizer «Vocês quando escolherem vender o Novo Banco tenham atenção que eles são o banco que tem mais...» - isto é completamente incitável, mas é o racional que conta aqui, «são o Banco que tem mais créditos a PME's, portanto tenham em conta que isto tem que ser um critério.» E portanto, isto é ilegítimo? Não, é absolutamente

legítimo! Só que não há nenhum enquadramento que preveja isto. Coisa diferente, é eu ir lá dizer: «Olhe, não querem vender o Novo Banco ao meu amigo? O senhor depois podia até ser membro do...». Isso, é outra coisa, não se confunde! E, para eu separar as águas, preciso ter aqui uns instrumentos. Eu preciso de instrumentos que aumentem a transparência e a “*accountability*”. Isto não resolve, por si, mais nada! Mas ajuda e contribui para um processo de decisão mais claro, mais transparente e, portanto, melhora a Democracia! É o que eu acho, que lhe posso dizer.

Apêndice I - Entrevista à Dr.^a Susana Coroado
(realizada em Lisboa, a 25 de agosto de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Susana Coroado

Profissão: Investigadora

TIAC – Transparência, Integridade Associação Cívica

Data: 25 de agosto de 2016, às 16:00

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 20 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Susana Coroado, fez um estudo sobre o lóbi para a Associação de Transparência e Integridade e sou doutoranda em Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais.

A.M.- *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr.^a Susana Coroado -Não estando o lóbi regulamentado, é difícil especificar o que é lóbi em Portugal. À partida o lóbi é todo o tipo de comunicação e contacto que seja feito com decisores públicos ou políticos com vista a influenciar decisões de carácter legislativo, político, administrativo, orçamental.

A.M. - *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr.^a Susana Coroado - Sim. Sim. É positivo.

A.M. - *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr.^a Susana Coroado - Acho que deve ser obrigatório, porque já há experiências de registos voluntários que não têm funcionado. Por exemplo, na Geórgia registaram-se nove pessoas. É praticamente impossível que só haja nove indivíduos na Geórgia a querer influenciar decisões públicas, portanto penso que tem que ser obrigatório.

A.M. - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr.^a Susana Coroadó - Eu acho que é preciso seguir um caminho incrementalista, portanto, se calhar um registo com demasiada informação ou que exija do lobista demasiada informação, numa primeira fase não seria desejável. Mas acho que seria importante que se identificasse quem é a pessoa, quem a representa e depois o que está a defender.

Quanto aos honorários, eu acho que é importante, mas, se calhar, numa primeira fase, se Portugal passasse para o registo de lóbis, não fosse tão necessário. Embora eu ache que seja importante em fases posteriores.

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr.^a Susana Coroadó - Não. Aliás, embora seja a favor do registo, acho que, quando se faz a regulamentação do lóbi, só se fala do registo e o registo só por si não serve para nada. Porque há pessoas que nunca se vão considerar lobistas. Por exemplo, o projeto de lei do CDS exclui advogados e solicitadores. Eu percebo, por exemplo, que um advogado que esteja a representar um cliente e vá à Segurança Social pedir informações, não está na qualidade de lobista. Está a pedir informações especificamente para aquele cliente, está a representar o cliente. Agora, se o advogado vai à Assembleia da República representar um cliente, não me parece que ele vá pedir informações acerca da situação particular do seu cliente. Vai tentar influenciar decisões, o que é uma coisa legítima, mas vai tentar influenciar uma decisão. Quando vai à Assembleia da República, vai como lobista e, portanto, se o registo não os inclui, ficamos na mesma. Ou então vai-se dizer, porque se foi a título particular e não se foi influenciar ninguém, foi-se visitar o amigo deputado, ou enviou-se um email e, portanto, não tem que se registar porque não se foi à Assembleia da República e não se foi ao Parlamento, ao Governo, ter uma reunião. Portanto, o registo é importante, mas também é importante que, da parte dos decisores públicos, haja também um registo e uma transparência sobre quem é que eles receberam, de quem receberam contributos (através de reuniões, de emails, de telefonemas), para que então se perceba, de facto, quem é que influenciou,

como é que influenciou e em que medida, para se perceber quem é que teve mais, ou menos, influência numa determinada decisão.

A.M. - *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr.^a Susana Coroado -Têm bastante. Por exemplo, há uns meses o primeiro-ministro resolveu ter uma reunião com várias empresas e associações industriais e comerciais para discutir o futuro do país e analisar como se podia aumentar o crescimento. Está tudo muito bem nessa reunião, mas nós não soubemos quem lá foi. Soubemos de duas ou três pessoas porque vieram dizer e, portanto, claramente há muita influência, e também vemos isso no caso da Galp. A Galp tem o poder de oferecer viagens a governantes e nós não sabemos de nada. Por um lado, temos a noção que há muita influência, no entanto, na prática, é praticamente impossível medi-la, porque não há transparência. Não havendo a regulamentação, seja do lóbi, seja das ditas ofertas de viagens, pelo que se passou agora no Governo, é dado adquirido na Assembleia da República. Toda a gente sabe que os deputados fazem viagens oferecidas por empresas e já se tornou tão comum que há muita gente, mesmo dentro da Assembleia da República, que é contra, mas que se fala abertamente porque se sabe que existe. No entanto, como não há regulação para ofertas e hospitalidade, ficamos assim.

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas? Justifique.*

Dr.^a Susana Coroado -Eu penso que sim, porque começamos a ter alguns lobistas profissionais que querem que a regulamentação avance, obviamente não de forma tão estrita como nós defendemos, mas que defendem a regulamentação e, portanto, acho que começa a haver também uma pressão para que comece a haver mais transparência. Há determinados comportamentos que a opinião pública já não está disposta a aceitar, como por exemplo o caso da Galp, e que se percebeu que houve muitas decisões, muitas influências e muitas decisões que foram tomadas nos últimos anos, que nos levaram ao estado em que estamos neste momento e que vivem numa névoa e que é preciso controlar.

A.M. - *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?*

Dr.ª Susana Coroado - O Partido Comunista, e parece-me que o Bloco de Esquerda também, são contra a regulamentação do lóbi. O PCP é contra, mas nunca disse o porquê, ao contrário do Bloco de Esquerda que considera que só resulta em corrupção. Mas, esta é a opinião do Bloco de Esquerda a nível do grupo parlamentar em Portugal. Não sei qual a opinião do grupo parlamentar em Bruxelas. Mas, de resto, considero que nem tem tanto a ver com forças políticas, mas tem a ver com elementos dentro dos partidos. O PS, o PSD e o CDS querem regulamentar e já o disseram publicamente, mas depois há muita gente dentro desses partidos que é contra. Nas forças sociais e económicas é semelhante. A nível económico existem as pessoas que são a favor, em geral as associações empresariais são a favor. Porque no fundo o que eles fazem é lóbi e, portanto, não se importam, mas, quem desde sempre quis ter uma influência oculta, quer continuar a tê-la. A nível social considero que há o problema, por exemplo, dos sindicatos. Os sindicatos têm neste momento uma posição privilegiada, mesmo constitucionalmente, portanto têm que ser ouvidos em várias matérias e acredito que eles não queiram ser equiparados a lobistas e isso pode trazer alguns problemas, eventualmente. Os sindicatos à partida também gostam de aparecer e gostam de mostrar que têm reuniões e poderão não querer estar no mesmo estatuto, até porque têm um estatuto privilegiado a nível constitucional e podem não querer estar no mesmo estatuto que os lobistas. Por exemplo, acho que a proposta do CDS exclui os sindicatos e em Bruxelas eles estão registados. Depois as centrais sindicais também seriam excluídas e os pequenos sindicatos setoriais seriam obrigados. Portanto, acho que os sindicatos podem ser de facto um problema político no sentido de quererem ou não, e também um problema legal porque é difícil gerir o estatuto deles.

A.M. - *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr.ª Susana Coroado -A nível pessoal acho que deveriam de estar em exclusividade. Nós na transparência ainda não temos uma posição definida, mas claramente tem que haver mais controlo. Poderia ser, por exemplo, não estarem em exclusividade, mas quando tivessem interesses em determinadas matérias, não poderiam legislar sobre elas.

Não podiam, por exemplo, fazer parte das comissões que fazem a legislação sobre essas matérias.

A.M. - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é contudo inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?*

Dr.^a Susana Coroado - Sim. Por exemplo, em relação à apreciação da Comissão de Ética sobre a deputada Maria Luís Albuquerque, foi uma Comissão de Ética que interpretou de forma legalista a lei. À partida, se era para interpretar de forma legal, então, tínhamos o Ministério Público, não precisava de vir a Comissão de Ética e, portanto, sim, acho que nos focamos tanto na lei, que nos esquecemos da parte ética. E, nesse caso em específico, também se focou muito na parte de ela ser deputada e pouco no facto de ela ter sido ex-ministra e, na minha opinião, era a parte mais grave daquele conflito de interesses. Portanto, acho que o lóbi pode contribuir bastante para a qualidade da democracia porque cria transparência e porque incentiva a participação. Porque a partir do momento em que há transparência, começa-se a perceber que determinadas leis estão a ser legisladas. Nós por vezes ouvimos que o Governo ou os partidos estão a pensar legislar sobre isto ou aquilo, mas outras vezes não ouvimos nada e de repente é dado adquirido e nós não sabemos quem foi ouvido, quem não foi e, talvez não tenha sido ninguém ouvido e aquilo veio tudo da cabeça de uma pessoa só. O que depois também nos faz duvidar da qualidade da lei. Portanto, se os processos legislativos comessem a ser mais transparentes desde o princípio, também haveria mais gente a participar e a fazer o contraditório e não seriam só aqueles que mais facilmente têm acesso à informação e aos decisores. Relativamente ao conflito de interesses, não dá para os eliminar, é ilusório pensar isso. Agora, a partir do momento em que se tornam transparentes e se assume que talvez há questões que têm que ser tratadas de forma mais cuidada, temas mais complexos, podemos começar a criar mecanismos que evitem, a determinado momento, esses conflitos e essas influências.

A.M. - *Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr.^a Susana Coroado - Eu já tentei escrever um *paper* sobre essa questão e, é de facto, muito complicado. À partida, não poderá haver uma oferta ou uma contrapartida. Essa é sempre a parte mais óbvia. Mas, por outro lado, é difícil identificar o que é que é a contrapartida. Se for uma coisa muito concreta, por exemplo não ser possível eu oferecer um milhão a um governante para ele legislar a meu favor, isto é uma coisa muito óbvia. Mas quando se trata de ofertas de emprego a muito longo prazo, já é mais difícil avaliar se foi uma contrapartida ou se não foi e, portanto, é difícil. No entanto, eu acho que a grande diferença é que a corrupção e o tráfico de influências fazem-se de forma opaca e o lóbi tem que ser sempre feito de forma transparente. O lóbi pode estar registado e pode haver de qualquer forma práticas ilegais no âmbito do lóbi, mas essas também serão puníveis. Mas, eu acho que sim. O que difere é a transparência e a falta de contrapartidas para o legislador. Contrapartidas que sejam materiais, porque depois um lobista também pode dizer “nós viemos falar consigo porque nós achamos que o setor da pesca devia ser protegido e não se esqueça que, por exemplo, o seu círculo eleitoral é de uma zona muito piscatória e se defender esta lei vai ter mais votos”. Isto é uma contrapartida e um argumento. Se o decisor pensar nisto, de facto pode ser beneficiado, mas é um benefício político, não é um benefício material.

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr.^a Susana Coroado - Ao se discutir pouco e ao haver pouca prática de lóbi em Portugal, falta *know-how* para depois se aplicar em Bruxelas, embora haja cada vez mais lobistas e organizações portuguesas registadas em Bruxelas. Portanto, as pessoas já começam a acordar para o tema, o que também pode ser bom para a regulamentação cá, porque quando se começar a discutir já há mais mentes abertas para verem que o lóbi não é só tráfico de influências legalizado. Um estudo de Alexander Trechsel e Richard Rose que foi financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre a defesa dos interesses de Portugal na União Europeia, mostra que Portugal ainda não defende bem os seus interesses. Há pouco lóbi português na União Europeia, exatamente, porque não há prática e, não havendo prática, depois as pessoas não sabem bem como fazer as coisas e estão pouco despertas para isso.

A.M. - *Alguma coisa que gostasse de acrescentar?*

Dr.^a Susana Coroado -Acho que vai estar tudo em aberto. Tenho algum receio que a lei que venha a ser regulamentada, se fique pelo registo e, portanto, seja uma coisa, em que somos todos muito modernos, porque temos o registo e, que depois, não passe daí. Acho que é preciso fazer o registo, reconhecer, mas também, que haja um ónus do lado do decisor. O decisor é que tem que mostrar, quem é que recebeu e isso também, faz com que se ultrapasse muito o discurso de quem é que é lobista e quem não é. E tem que ser uma lei que não venha só por si e que venha acompanhada, por exemplo, da regulação do código de conduta, da regulamentação de ofertas, o que também tem que estar regulado dentro da própria lei do lóbi ou do código de conduta. Tem que se saber se o lobista está autorizado a levar ofertas ou não. Não se pode apenas focar na regulamentação do lóbi em si, mas tem que ser uma coisa mais abrangente.

Apêndice J - Entrevista ao Dr. Paulo Marcos
(realizada em Lisboa, a 25 de agosto de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Paulo Gonçalves Marcos

Profissão: Coordenador da Confederação Sindical e presidente do sindicato

Empresa: USI – União dos Sindicatos Independentes e SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

Data: 25 de agosto de 2016, às 19:00

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 49 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Antónia Mota (A.M.) - *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Paulo Marcos - Posso dar a minha visão, que não é académica. O lóbi é o conjunto técnicas, de práticas e disciplinas que contribuem para sensibilizar e aproximar diversos *stakeholders* dos legisladores. Diria, um conjunto de práticas, de técnicas de pessoas que procuram fazer esta aproximação e sensibilização de ideias, para aproximar diversos *stakeholders*, conceitos e posições junto de quem tem a capacidade legislativa.

A.M – *Acha que a informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Paulo Marcos - Eu acho que sim, claramente. Nós também, somos à nossa medida e, à nossa escala lobistas e achamos que estas são um conjunto de práticas e técnicas muito importantes. Sem elas o legislador não tem a capacidade, dada a complexidade e diversidade dos assuntos. E, é humanamente impossível, a um legislador muito dedicado especializado que seja, consiga apanhar todas as subtilezas, aplicações, implicações, todas as *nuances* e consequências, médio e longo prazo, de toda e qualquer iniciativa legislativa. E portanto, neste sentido, eu acho que há um processo claramente pedagógico, educativo que os lobistas fazem. Eu diria, o processo de decisão fica mais competitivo, mais informado e isso tendencialmente melhora em benefício público.

A.M - *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. Paulo Marcos - Eu sou um grande adepto do mercado e da mão invisível, mas ao mesmo tempo, tenho esta crença também, julgo que há casos, que há falhas de mercado. Este parece ser, um dos casos. Acho que ganharíamos pela constituição voluntária de uma associação profissional, esta associação profissional teria delegação do legislador no sentido criar as normas, as regras de caráter imperativo. Eu acho que criar as normas e regras que seriam depois aprovadas em Assembleia da República. Eu acho, como qualquer órgão intermédio que deve ser, um pouco à semelhança do que fazem as ordens profissionais. Acho, que esta entidade deveria ter capacidade de acreditação, reconhecimento e fiscalização. Nesse sentido, sou muito favorável e acho que o primeiro passo, seria criar ou estimular o nascimento deste órgão intermédio, que teria a flexibilidade que o Estado não tem. Este órgão interesse legislar, pugnar pela qualidade e tornar o registo percetivo e saber quem faz o quê, e quando, nesse sentido, não sou favorável a uma norma impositiva. Mas sou favorável, a que haja um estímulo, reconhecimento e algum tipo de recompensa para que esta atividade seja autorregulada. E acho que esta é a forma como funcionam melhor estes órgãos intermédios de autorregulação e asseguram que a falha de mercado é colmatada.

A.M - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Paulo Marcos - Os honorários não concordo, ora, eu como qualquer profissão liberal ou dotada de autonomia técnica, dotada de personalidade jurídica própria. Eu não acho que seja crítico ou relevante o *voyeurismo* de saber quem ganha o quê. Mas acho que deve saber quem exerce, deve haver algum tipo de registo num órgão regulador, neste órgão intermédio sobre os clientes de cada, e deve haver uma tabela, uma tabela recomendada de honorários com alguma liberdade de amplitude para que também consiga os potenciais clientes da valia do que está em causa. E acho que pode haver uma tabela que especifique os principais atos a pratica e o nível de senioridade de quem o faz, isso deve corresponder a uma matriz entre tarefas e grau de senioridade com uma remuneração adequada. Dito isto, não acho relevante saber quem fatura o quê, com que cliente, isso é da reserva profissional de cada um. Dito isto, quem não procedesse ao registo, quem não atuasse segundo estas regras seria criminalizado, a autorregulação

musculada iríamos ganhar muito mais transparência em todo este processo. A minha convicção profunda é que diferentes lobistas perfeitamente registados, identificados, enquadrados e supervisionados por um órgão próprio tenderiam a fazer, a surgir e atrair pessoas à profissão, a fazer baixar a influencia dos principais lobistas que hoje atuam de forma sub-reptícia, torna-se difícil saber quem faz o quê, com que qualidade na prestação, que garantias oferecem aos clientes em caso de má prestação, como podem ser ressarcidos, como se pode avaliar o esforço desenvolvido e claramente estas são áreas em que o mercado não está a funcionar e ganhávamos todos com isto. Dito isto, a obrigatoriedade de registo, o cumprimento de regras, eventual ilegalidade e criminalidade de quem atuasse fora disto era suscetível atrair mais pessoas gerar maior concorrência e de haver um mercado regulado e bastante fluido. No fundo, no fundo a essência apesar da conotação ser bastante negativa, o lobista é aquele que exerce o seu magistério, porque conhece melhor, que consegue sintetizar e concetualizar e melhor os assuntos, que consegue levar os interesses do seu cliente, seja um sindicato, uma associação patronal, um grupo de defesa de animais, uma causa ambientalista, os moradores de um determinado bairro, uma categoria profissional, o que quer que seja. É ele que está melhor habilitado porque conhece as necessidades dos seus clientes, percebe como é que é o processo legislativo e processo decisional e ele é capaz de arbitrar temas, momentos, oportunidade, cedências e contrapartidas. Acho que o processo torna-se mais fluido e muito mais célere. O problema que nós temos agora, é que os mais poderosos fazem lóbi porque não existe um mercado, não sabe quem são os agentes, aquilo que é privilégio dos poderosos, o que é exclusivo deles, podia ser acessível a estas associações intermédias, associações de moradores, estas causas dos ambientalistas e pequenos grupos que hoje em dia estão literalmente vedados. Acho que ganharíamos todos saber e seria normal, um deputado por hipótese, ou um legislador regional, municipal, o que quer seja, seria perfeitamente coerente ele ter na sua agenda espaço para receber estas pessoas que lhe dariam uma visão profissional. Não o fazendo corremos o risco de serem os suspeitos do costume, os grandes escritórios de advocacia, os grandes bancos de investimento e enfim algumas entidades patronais e sindicais que têm acesso. Todos os outros que tem necessidades está claramente vedado. É daqueles sítios onde ganhávamos todos por existir um mercado regulamentado, mas um mercado.

A.M - Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?

Dr. Paulo Marcos - Eu tenho dificuldade a responder a isso. Mas o mercado que não se conhece, que não se sabe como funciona que não há formas de controlar a qualidade, cujo mecanismo de remuneração é opaco, é um mercado que não favorece o profissionalismo, não favorece a entrada de novos *players*, e não favorece um desempenho de qualidade. Isto aproveita a quem o faz, hoje e em detrimento de todos os outros. Os grandes escritórios de advocacia, os grandes bancos de investimento e alguns ex-políticos ou deputados em acumulação. Há uma vintena de pessoas que são os grandes beneficiários do sistema, em detrimento de outras centenas muito mais qualificados que poderiam desempenhar... o lóbi na sua essência é perceber os interesses e as necessidades de um grupo, tentar modelar estes interesses comunicar de uma forma inteligível para o legislador e conseguir tornar premente junto do legislador e da opinião pública, oportuna a causa em causa, isto é um trabalho que envolve temas financeiros, juristas, comunicacionais, ganhamos todos em que isto seja transparente e competitivo. Aproveitam uma vintena de personalidades que o fazem, alguns ex-ministros que até dão provas nítidas disso, não conhecendo como é que as pessoas são remuneradas, ficamos na suspeita, só relembrando há uns anos atrás a Dr.^a. Inês Serra Lopes, a diretora do jornal Independente dizia que num processo em que testemunhou, conhecia alguém que há época teria recebido 100 000 contos, meio milhão de euros agora, por ter introduzido uma vírgula numa proposta legislativa, por ter passado uma oração de principal a subordinada, isto mudou tudo, todo. Até este tipo de coisas que não vamos conseguir eliminar na totalidade, mas vamos conseguir tornar isto mais competitivo, mais transparente. E, portanto, mais *players* terão mais oportunidade de usar a sua influência. Isto é uma lei conhecida desde os finais do séc. XIX a teoria os grandes números das estatísticas, em média os extremos anulam-se e, portanto, claramente, forças competitivas de sentido oposto tendem a autoanular-se. Eu acho que também ganhamos mais pessoas, mais entidades neste mercado, claramente as práticas mais prejudiciais serão reduzidas e a atividade ganhará mais. E, portanto, o processo legislativo fica muito mais fluído. Eu acho, isto não é uma questão de dinheiro, hoje tal como está, só os ricos e os poderosos é que têm acesso. E outros estão vedados, hoje os que percebemos através de petições públicas, fenómenos como *crowdsourcing*, é que mesmo os processos de natureza voluptuosa são possíveis de forma cooperativa, bom, são possíveis, mas isso é nos Estados Unidos para criar novas Empresas, novos

conceitos. Aqui uma coisa tão prática como conseguir como sensibilizar 3 deputados sobre uma determinada temática é uma coisa que um grupo de cidadãos não tem qualquer hipótese.

A.M - Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?

Dr. Paulo Marcos - Acho que não. Corrupção sempre vai existir. Agora o que temos é tornar o processo mais legal, o que não estiver registado é ilegal, tornar a atividade legal suscetível de ilícitos civil, disciplinar, criminal e a combinação destas duas coisas vai tornar mais difícil operar nas franjas do mercado. Isto é um tema muito antigo, isto é um tema ético e há muitos temas éticos na sociedade como o tema da droga, da prostituição, do lóbi, das armas... E, portanto, é o tipo de mercado que não ganhamos nada em fingir que não existe, porque isso só aproveita alguns poucos, que têm capacidade para fugir à lei, que tem conhecimentos especiais, é uma coisa que não aproveita a ninguém. Veja o caso do tráfico de droga, de facto é ilegal, aproveita alguns poucos, em detrimento de todos os outros. Num país mais avançado eventualmente, isto era protegido, regulamentado, a qualidade controlada e eventualmente taxada e a sociedade teria fundo para tratar os dependentes, teria fundos para fazer campanhas de educação. E hoje em dia, a mais-valia deste mercado que existe vai todo para um punhado de indivíduos alegadamente desconhecidos da generalidade das pessoas. Eu diria, numa analogia uma menos perfeita analogia, ilustra que quando existe um mercado que não regulado, ele não é reconhecido como tal, torna-se clandestino, quando existe a clandestinidade é em si mesmo essência de crime. A legalização não elimina, mas eu diria que vai reduzir em 90% ou 95%, o que é hoje, o que é ilícito. Ninguém vai continuar a arriscar usar um ex-ministro que não está registado quando ao lado tem cem tipos, dos quais 20 ex-ministros perfeitamente regulamentados e legislados e controláveis. Em teoria, isto reduz claramente.

A.M - Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?

Dr. Paulo Marcos - Ora... Essa é uma boa questão. Eu acho que a ambição de qualquer dirigente de um Órgão Social, Instituição que queira ter um papel relevante, a sua

ambição passa, no atual processo em que o lóbi não existe enquanto atividade visível, em que não se é premiado por fazer um trabalho de sensibilização, de pesquisa ou de recolha de informação. Hoje em dia tal como está, há duas maneiras de fazer isto: ou se corrompe alguém ou se procura eleger alguns dos nossos. Eu diria que o atual processo... hoje como vejo isto, todas as instituições com relevância procuram eleger os seus, eu vejo um grande partido, de perfil governamental com sendo uma associação, assim uma *News Federation*, como sendo uma nebulosa associativa de interesse diverso, são fações que se uniram de forma espúria para eleger os seus lobistas, de algum modo isto perverteu o sistema. Eu diria, uma associação profissional, sindical, patronal que se preze tem deputados. Este é o estado em que nós estamos, isto torna-se ridículo, a defesa do bem comum, a noção de representatividade enquanto uma forma de democracia mediada num imediato evitando os perigos do populismos dos pais fundadores da república americana que os federalistas tão bem nos explicaram ou mais antes, Aristóteles nomeadamente, dá origem a que estes representantes possam mais facilmente ser capturados por interesses, interesses que os elegeram, damos acesso a um punhado de Instituições, aos que têm mais votos, aos que são mais ricos, damos um acesso desproporcionado àquilo que seria a representação política em detrimento do bem comum. Aos dias de hoje, a única solução que existe é eleger os seus próprios deputados. Acaba por ser em muitos casos, admito que seja um processo de barganha política, quantos deputados é que me dás, o que é que eu te dou em troca.

A.M - Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas?

Dr. Paulo Marcos – Não. Acho que não. Porque o estado atual das coisas, favorece os concorrentes instalados, os concorrentes instalados têm uma influência desproporcionada no processo legislativo e, portanto, sobre diversos argumentos, sobre a não oportunidade ou sobre conceitos ético-morais, assim como se fazia nas drogas ou na prostituição, uns porque são contra a prostituição, outros porque querem fingir que ela não existe, na prática não se regula, é mais perigoso, é mais arriscado, não paga imposto, é um foco e aqui é rigorosamente a atual situação é mais favorável a quem tem mais influência no processo, não há controlo, registo, mecanismos de supervisão da autorregulamentação, como não vejo na opinião pública um bruaá, uma indignação, um sentido de urgência. Eu acho que não vai acontecer. Não estou nada otimista. A sociedade civil em Portugal é relativamente fraca, a participação cívica ter

declinado, eu não falo apenas da participação política, veja-se a crise dos sindicatos ou dos Clubes de Futebol excetuando a no Benfica, Sporting ou Porto, os outros todos estão muito longe do que estaria há vinte ou trinta anos. Aquilo que Robert Putnam dizia: o capital social não no sentido de capital, mas níveis de graus de confiança e de relação entre as pessoas e os órgãos de proximidade tem vindo a reduzir-se, a pessoas estão em maior estado de anemia social. Não vejo que isso possa acontecer. Veja-se, os níveis de leitura dos jornais, que eu acho que é um bom barómetro do interesse e da participação dos cidadãos na a leitura de jornais tem vindo a ser reduzida e substituída pelo Instagram, Snapchat e Facebook, onde a participação é um *like* ou *don't like*, o que não captura mais de 10 segundos da essência. Uma sociedade que lê menos, que se preocupa menos e cataloga todos os políticos como gatunos, e corruptos, isto não é suscetível de atrair nem para a política nem para o lóbi determinado tipo de pessoas que têm convicções nas antípodas disto. Não estou otimista, acho que ganharíamos todos imenso. Não estou a ver uma vontade legislativa neste sentido, a não ser quanto muito demagógica, e, portanto, uns porque têm interesse em defender o atual estado de ilegalidade que lhes proporciona provavelmente rendimentos ou aumentá-los e outros porque se fazem de “virgens ofendidas” e não querem recuar. É um bocadinho como no tempo do Dr. António Salazar, o fenómeno da prostituição: uns que eram muito católicos e eram contra e os outros que preferiam que as coisas mantivessem porque não precisavam que alterassem. Não estou otimista. A única forma disto alterar era o Presidente da República atual ou um professor consagrado, uma personagem muito atual, talvez a mais popular dos últimos 20 anos, teria de ser uma causa defendida por ele. Mas eu imagino que com tantas causas, provavelmente tão ou mais meritórias, não é expectável a captura do interesse do Professor Marcelo Rebelo de Sousa. A outra forma é haver uma diretiva comunitária e essa diretiva comunitária que não existe, embora, existam várias coisas dispersas sobre isto, que essa diretiva comunitária tivesse obrigatoriedade de transposição de lei e que esta transposição fosse feita num prazo célere e sem dar margem a que os parlamentos nacionais fizessem grandes alterações. O que nós temos visto é que mesmo quando há transposições de diretivas europeias desde que não sejam diretivas económico-financeiras ou sanitárias, na prática, os parlamentos nacionais têm uma capacidade imensa, infinita, uma imaginação fenomenal e, portanto, as transposições, acabam por ser versões mitigadas ou perfeitamente incolores daquilo que era o objetivo inicial. A não ser que haja uma diretiva comunitária, ou um interesse extraordinário de um Presidente da República popular, não prevejo que a situação vá

melhorar até porque o estado de anemia social tem vindo a aumentar com o enfraquecimento dos cortes sociais intermédios.

A.M. – *Neste momento há um projeto lei do CDS para regulamentação do lóbi. Acha que vai ser aprovado ou não?*

Dr. Paulo Marcos - Não, acho que não. O CDS não consegue tipicamente aprovar iniciativa legislativa alguma, como partido irreverente, desafiante está a fazer um bocadinho o papel que o Bloco de Esquerda fazia quando estava na oposição governativa, são os que trabalham mais, são os mais imaginativos, são os que procuram encontrar ruturas dentro de uma linha conservadora, ruturas na sociedade, por isso lembrando que o CDS tinha 14 ou 15 medidas sobre o tema da família, do trabalho e apoio à família, nenhuma foi aprovada e duas ou três baixaram às Comissões de Especialidade onde basicamente vão ficar sem qualquer impacto. Não vindo de um consenso dos partidos centrais, não vejo que haja qualquer avanço na matéria. Eu diria que PS e PSD se não for um tema deles, se não houver uma pressão da opinião pública...

A.M. – *Mas este projeto do CDS, Pedro Lomba do PSD já antes defendia a liberalização do Lóbi e também o PS na campanha política fazia parte do programa eleitoral da regulamentação do Lóbi, ou seja, dá a sensação de que os do PCP e do BE estariam contra...*

Dr. Paulo Marcos – Partindo da ideia central de quem um órgão legislativo de uma nação como a nossa, num sistema semi-presidencial, vindo de uma democracia relativamente jovem, é a própria expressão dos grupos de interesse, os grupos de interesse mais relevantes já lá estão. E, portanto, que necessidade ou que sentido é que faz para eles dar acesso aos outros? Esse é que é para mim o constrangimento. Na prática, a Assembleia da República é, por excelência, o local onde os lóbis colocaram os seus eleitos. Claramente, os *players* instalados não têm qualquer motivação e, portanto, eu vejo esta iniciativa do CDS que não foi concensuada como as outras forças, vejo-a como aquilo que ela é, uma prova de vitalidade, uma prova de irreverência... E devo dizer, que se há coisa que o CDS fez durante 30 anos, foi precursor de mudanças necessárias que vieram 10 ou 20 anos mais tarde a revelar-se efetivas, não na área dos costumes, mas na área da organização social, política e económica. É possível que o CDS seja um precursor de um novo tipo de pensamento. Agora não vejo a opinião

pública sequer indignada, preocupada ou minimamente sensibilizada para isto e, de facto, não acho previsível que aconteça nada de substancial. Ainda que viesse a acontecer, o que nós tipicamente teríamos era uma aprovação na Assembleia da República à qual depois careceria a devida regulamentação. É uma das maneiras mais curiosas é aprovar uma lei e depois nunca mais a regulamentar... enfim, numa última contagem que eu fiz havia quase 700 leis nestas condições: aprovadas, mas nunca regulamentadas nestes últimos 40 anos. Portanto eu não prevejo nada de substancialmente diferente, aqui... De algum modo os órgãos sociais, ou os mais poderosos ou os emergentes e com aspirações a serem poderosos, percebem as regras do jogo e jogam-nas e eu acho que no limite, no limite quem perde com tudo isto, são as pequenas empresas, as associações mais pequenas, as associações de vizinhança, etc., órgãos que só mobilizam mil, duas, três, quatro mil pessoas e portanto ganham as associações de massas ou de interesses particulares representados por escritórios de advocacia ou bancos de investimento. Não estou muito otimista para dizer a verdade.

A.M - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesses existem assumindo diferentes formas no parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução física fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual mesmo que mesmo que um determinado conflito de interesses seja eticamente e politicamente reprovável a lei, contudo inteira o elemento legítimo do ponto de vista legal. Será que este elemento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?*

Dr. Paulo Marcos - Essa é uma pergunta que em si própria encerra uma tese e, portanto, se respondo só a uma ou a todas as perguntas?

A.M – *Começamos então pela relação entre a legalização do lóbi e a qualidade da democracia...*

Dr. Paulo Marcos – Não tenho como óbvio ou como totalmente consagrado que democracias mais sólidas tenham o lóbi legalizado. Acho que é típico de uma democracia mais madura, acho que é típico de uma sociedade exigente, mas não me parece que seja, necessariamente, causa-consequência...

A.M. – *Mas incrementa a qualidade da democracia?*

Dr. Paulo Marcos – Eu tenho como ponto de partida que o lóbi é, por essência, positivo. O que não é positivo é ele ser clandestino e ser exclusivo de poucos. Portanto, isso é claramente perverso. Tudo o que seja para tornar o lóbi visível, legal, susceptível de escrutínio, de pagar impostos, etc., eu acho que faz imenso sentido e, tipicamente, eu acho que o lóbi profissional, transparente e competitivo faz melhorar a democracia. Nesse sentido, acho que era importante tornava o processo legislativo mais claro. Deixe-me dizer que há uns tempos houve um senhor que chegou a ser Presidente distrital de Lisboa, que foi apanhado numas escutas e com malas com milhares e milhares de (conto ou euros). Havia vários indícios, quase evidências... (Dr. António Preto) que tinha resultado de uma atividade lobista e ele escusou-se no privilégio de privacidade-relação entre cliente-advogado que era o que ele era, também. No fundo, se pensarmos que este secretismo de relação profissional que tem uma reminiscência, eu diria pré-medieval, da baixa idade média, do confessionalismo entre o fiel e o seu sacerdote de apoio, isto depois foi transposto já há muito recentemente para as modernas profissões e eu acho que é um estrangulamento que nós temos. Portanto, hoje quem faz lóbi de forma organizada são os ex-governantes e os advogados. Os primeiros não, mas os segundos, que até são coincidentes, escusam-se na reserva de sigilo profissional. Portanto, este é um tema que eu acho que tem de ser trabalhado.

Em tempos, a Assembleia da República, na antiga legislatura do Dr. Passos Coelho, procurou regular temas como a exclusividade dos deputados, etc...

Eu acho que legalização do lóbi e qualidade da democracia provavelmente caminham a “par-e-passo”, embora não tenha a certeza que haja uma relação de causalidade, mas de certeza existe uma co-relação e, por isso, somos altamente favoráveis. Os conflitos de interesse, parece-nos que são transparentes no parlamento, embora exista uma comissão para tratar destes temas. Em tempos a reforma legislativa que esteve desenhada foi tornar vedado aos advogados serem deputados e aos deputados serem advogados e, portanto, obrigava aqui a uma interrupção. Esta era a única profissão em que foi reconhecido que havia um conflito de interesses e deveria haver um impedimento absoluto e não relativo. Embora isto me parecesse, na altura, consensual, eu diria que a opinião publicada nos jornais entenda-se no “Público” e no “Expresso”, era favorável a esta proibição de acumulação advogados-deputados. O que é certo, é que não vingou. Com base em justificações várias de não-discriminação, etc... Em bom rigor é uma profissão que paga relativamente pouco, que não dá reconhecimento social, que promete agruras muitas, o racional subjacente ou é uma grande motivação cívica, que é possível

que exista em muita gente, ou então tem de ser uma forma de alavancar o lóbi. Portanto o que nós temos hoje basicamente, é a chamada advocacia de lóbi ou de negócios, que não advoga nada a não ser aproximar partes, o que “*per si*” não é mau. Mas é uma pena que seja feita sob a capa da advocacia ou sob a capa da imunidade parlamentar. Eu acho que o parlamento português tentou, mas soçobrou, mesmo quando parecia que havia uma renovada vaga ética, depois do consulado de Sócrates e tudo o que se lhe seguiu a uma renovação geracional e política, ela própria não foi capaz de fazer esta alteração. E, portanto, eu acho que não há razões para pensar que vá ser alterada num curto espaço de tempo.

A.M. - *Um conflito de interesses, pode, a nível jurídico ter razão, e eticamente não ter. Portanto, como impede o poder jurídico sobre o ético acabar por ficar sem efeito. Por exemplo, estou a lembrar-me do caso da Dra. Maria Luíz Albuquerque...*

Dr. Paulo Marcos - Essa é uma questão ainda mais profunda, que está muito bem colocada. Fazendo aqui um comentário ao caso particular, é discutível sobre a oportunidade dos governantes depois passarem para o setor que tutelam...

No caso, julgo que não estava, era uma relação muito indireta e provavelmente não participou no processo de decisão, mas é preciso perceber-se isto. Portugal sociedade não compensa os seus governantes ou os seus deputados quando deixam de o seu, ou seja, se alguém que vai para o Governo exerce funções no Ministério das Finanças, alguém cuja carreira é financeira ou económica, é normal que depois volte a um setor que lhe é familiar. Este grau de exigência de não-regresso, um grau absoluto (que é o que se está aqui a discutir) só seria exigível se as pessoas tivessem uma indemnização de vários anos de trabalho por não-concorrência ou para não entrar no setor...

A.M. – *Mas terá um período de nojo, por exemplo ...*

Dr. Paulo Marcos – Deverá haver um período de nojo, mas ainda assim, veja-se, não existe uma compensação adequada para isso. Em tempos, existiam as reformas vitalícias ao fim de alguns anos de atividade, o que me parece que era uma forma revezada, mas uma forma de reconhecer que o exercício de uma carreira política que era feita em detrimento do exercício de uma carreira profissional, que quando esta carreira política terminava por forma eleitoral ou de outra forma qualquer, não havia propriamente um regresso ao ponto de partida, e havia uma carreira que era interrompida, que tinha sido interrompida vários anos antes. Havia aqui um mecanismo, embora invejo de compensação. Isso desapareceu e, agora, eu questiono a qualidade ou a motivação das

peessoas que querem assumir funções públicas ou de causas públicas. Eu acho que conflito de interesses vai haver sempre, o que é preciso é que exista um código de conduta forte, que haja uma censura moral, essa é muitas vezes suficientemente dissuasora. O que nós temos visto em Portugal é que as condutas moralmente reprováveis têm sido censuradas na opinião pública ou, pelo menos, nos jornais mais relevantes e que isso, tipicamente, tem sido suficiente na maior parte dos casos para evitar a repetição desses atos ou a continuação ou permanência desses atores. Muitas vezes o que nós temos é a reprovação e a indignação pública que é suficiente porque a legislação ou o processo jurídico de fazer cumprir leis é muito lento e muito moroso. Há processos que demoram 10 ou mais anos até que as sentenças transitem em julgado. Toda a noção da lei e da justiça como órgão que vai diminuir conflitos, eu acho que fica algo limitada.

A.M. – *Relativamente aos deputados acha que concorda que eles deveriam estar em exclusividade na Assembleia da República para evitar possíveis conflitos de interesses?*

Dr. Paulo Marcos – Não, não acho. Acho que a democracia ganha qualidade se as pessoas tiverem outros interesses profissionais cá fora. É preciso é que eles sejam declarados e sejam expressos. Um dos problemas que nós temos, é esta sobre-especialização político-partidária onde uma grande parte dos atores políticos são profissionais da política e, portanto, cujos currículos são basicamente os cargos que desempenharam e nunca os quadros que pintaram, os livros que escreveram, as ideias (originais) que defenderam e qualquer outra forma de organização de trabalho, o que quer que seja. No fundo veja-se os últimos três Primeiros-Ministros cujo currículo base é começaram a colar cartazes aos 15 anos, e não mais pararam de “colar cartazes” (embora em sentido figurado) e isso está nas antípodas do que nós precisamos. Precisamos de pessoas mais maduras, experientes, com uma diversidade, quer de género, quer de experiências sociais, políticas, esses é que vão trazer riqueza à democracia. Portanto eu acho que o ideal era fazer como antigamente na república romana ou na Grécia, em que as pessoas se juntavam durante três meses por ano para o processo legislativo e para a grande discussão pública, e depois voltavam às suas quintas, aos seus afazeres para o ciclo seguinte, da terra e das colheitas. É relativamente mau sinal, uma tão grande proporção de deputados só fazerem aquilo. Deputados, pseudocomentadores e eu acho, que isso é, de facto perverso. Eu acho que ganhamos

mais em que os médicos, os economistas, os gestores, os comerciantes, os operários, os artesãos possam continuar o exercício da sua profissão e possam contribuir para a política. Tal como está, o sistema exige uma profissionalização e uma especialização que é incompatível. Acho que é um dos aspetos fracos da democracia. E, portanto, acho que não. Uma coisa é “deputado não pode ser lobista”, o registo dos lóbis tem que ser legal um imperativo moral e legislativo, eventualmente a criminalização desse não-registo. Gostaria que os deputados que fossem advogados não pudessem exercer em simultâneo, o que pode ser diferente, há funções políticas que podem ser acumuláveis e outras não. Ganhamos em ter um deputado que é economista num banco e está numa comissão parlamentar onde se discute economia. Eu acho que ganhamos, ganhamos em ter um deputado que é médico (exerce a sua atividade principal) e que consegue dar um contributo positivo quando toca a políticas de saúde. Um enfermeiro... eu acho que ganhamos todos. O que nós não ganhamos agora é ter pessoas que há 10, 12, 14, 20 anos que não tem uma profissão normal, ou então talvez a maioria que nunca teve uma outra profissão, que não aquela onde está agora. Eu acho que isso enfraquece-nos bastante.

Por meio de curiosidade.... Estava a ver num noticiário e havia um festival rock/pop na região norte e um autarca foi-me convidar para falar. Imagino que parte pago o festival e a sensação com que fiquei foi que ele estava farto de ser autarca. Tinha 42/43 anos, tinha sido assessor de um ministro na capital e claramente, ele está a usar aquilo como plataforma para aparecer na comunicação social. É alguém a quem falta um sentido à vida, e é incapaz de ter outra profissão. Claramente, esse é um tema em que nós nos deveríamos preocupar. Não deveria haver perpetuação dos agentes autarcas, mas se calhar, deveríamos levar isto um bocadinho mais longe.

A.M - Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?

Dr. Paulo Marcos - Somos o país da cunha, do nacional porreirismo e do amiguismo. Neste conceito, aquilo que para alguns de nós é um comportamento inaceitável, para a generalidade dos portugueses é aceitável. Mas isso tem que ver com aspetos culturais que não são necessariamente negativos... Eu acho que cada povo ou cada nação no seu registo civilizacional tem uma forma de ver isto. Eu acho que a fronteira é relativamente ténue, vão sempre existir cunhas e vão sempre existir “amigos”, isso faz parte da natureza humana, mas o que importava era democratizar, abrir a profissão e torná-la competitiva. Isto faz-me lembrar o tempo, em que os exércitos, eram cavaleiros e

infantes, peões, e os cavaleiros eram sempre filhos das mesmas famílias. Obviamente, que eles não foram agentes da mudança e quando surgiram as armas de fogo, a cavalaria foi dizimada em menos de uma geração. Eis como um privilégio, uma coutada exclusiva desapareceu num “ápice” assim que houve concorrência. O que eu acho que nos está a faltar é transparência, é legislação, é cumprimento, é consciência social, mas acima de tudo uma legalização e tornar transparente. Assim que se tornar transparente, vai acontecer como à cavalaria com as armas de fogo, isto é, novos *players*, mais inventivos e mais energéticos, trouxeram um desfecho diferente ao campo de batalha. Com uma maior profissionalização e com abertura da profissão ficaríamos muito mais bem servidos e assim teríamos uma opinião pública muito mais formada, os lóbis lutariam de forma mais transparente e o processo legislativo seria muito mais competitivo, o que ganharíamos todos.

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Paulo Marcos - Temos um défice de representação lá fora. Eu acho que, a nossa capacidade de influência é diminuta, não somos formatados a exercer o nosso magistério de influência nos órgãos europeus (e contra mim falo). Esta falta de prática em Portugal, ou pelo menos de um mercado regulado de lóbi leva a que nos seja muito mais difícil participar neste processo. Digo a nível europeu onde isto é muito mais transparente, regulado e comumente aceite e profissionalizado. Aí temos o problema oposto. Nós, candidatos a fazer passar algum ponto de vista setorial ou nacional, defrontamo-nos com *players* muito especializados, com os quais nós não temos preparação técnica, política para poder dialogar de igual para igual. Esse também é um problema em Portugal, onde claramente os lobistas não são profissionais no sentido técnico das palavras, os clientes também não têm que ser. Nas instâncias comunitárias isto requer um processo legislativo, muitas vezes aprovado entre um modelo de conversa ou outro, explicando o grande conceito. A nível Europeu requer, tipicamente, há muito mais competição entre todos os estados membros, em todos os órgãos que procuram exercer a sua influência. É um processo que requer preparação técnica, seja económica ou jurídica, para que tipicamente as organizações portuguesas não estão preparadas. Por isso, somos um país que tem menos fundos comunitários *per capita* do que aquilo que seria razoável, mesmo comparando com a economia grega que não é muito diferente da nossa. Vemos que na maior parte dos setores, o apoio *per capita* na

Grécia chega a ser duas vezes e meia maior que o português. Chega a ser uma desproporção, o que quer dizer, que estamos mal preparados para lutar, porque, por aí sim, é uma questão de lóbi, profissionalização, preparar *dossiers*, falar com convicção, de conseguir falar com os media, de abordar os legisladores.... É um campo que não se resolve com uma ida ao futebol ou ter estudado na mesma escola...ou nem posso narrar aqui... a relação é diferente...

Acho que a falta de mercado interno em Portugal, a falta de treino e de preparação, o espelho disto é uma capitação de fundos comunitários cerca de menos 40% do que os gregos conseguem. Eu acho que se há melhor medida do fracasso e da perda de apoio económico que nós estamos a gerar, é uma das melhores métricas. O que nós perdemos a nível comunitário, isto pode ser relevante para Portugal, esta perda de transparência e da ausência de mercado, faz com que a economia portuguesa perca centenas de milhões de euros por ano. Veja-se o caso das farmácias: há mais de 20 anos que havia a convicção de que o monopólio que existia dos então farmacêuticos e das farmácias era intolerável, intolerável para uma economia que se modernizou, para a emergência de centros comerciais, lojas de retalho de formatos diferentes, para a abundância de informação. E, portanto, esta questão de os medicamentos só poderem ser vendidos em farmácias detidas por farmacêuticos e de haver uma coutada e uma reserva, é uma coisa perfeitamente aberrante. Foi preciso uma inversão geracional para isto, de algum modo, se mitigar. Se houvesse um mercado lóbi transparente, provavelmente, a Associação Nacional de Farmácias não teria conseguido manter, ao arrepio ou contra corrente da opinião pública, uma situação que nos parece a todos, de privilégio de exclusividade durante tantos, tantos anos, mais de duas décadas. Também aqui, o lóbi...Ganhávamos todos.

Tipicamente, onde existir um mercado de ideias mais competitivas, mercado de ideias colocadas junto dos decisores de forma competitiva, provavelmente traduz-se em ineficiências de várias centenas de milhões por ano. São dezenas de milhares de postos de trabalho que não são criados, são formatos de comércio que não surgem, são formas de organização de trabalho que não aparecem, são investidores que não investem... tipicamente esta entropia é um dos problemas da economia portuguesa e da sociedade como um todo.

O lóbi é um tema muito excitante porque cheira a proibido, parece indecoroso, quase incestuoso, e eu acho que aproveita quem está no mercado paralelo clandestino, que isto continue assim.

A.M. – *A União dos Sindicatos Independentes sente a falta de lóbi inclusive para conseguir entrar no Concelho Económico e Social...*

Dr. Paulo Marcos - A União dos Sindicatos Independentes, nos seus mais de 20 anos de existência, e na sua génese teve sempre como este desiderato, entrar no Concelho Económico Social e talvez um dia, no Concelho Permanente de Concertação Social... Tenho a certeza absoluta, de que a União dos Sindicatos Independentes e o seu sindicato mais representativo recorreu a este mercado informal de lóbi, mas lá está... este mercado é informal, não regulamentado e portanto o quanto terá sido despendido, ninguém poderá dizer, com certeza, se foi muito ou se foi pouco, se está em linha com o mercado, porque o mercado não existe. Os resultados foram praticamente nulos... e, portanto, quer dizer, o que eu diria como observador externo, e agora, como participante ativo, o facto de não existir um mercado, não existir um sistema de preços, de declaração de interesses, etc., faz com que uma organização emergente como é a nossa, tenha dificuldade em penetrar num sistema que protege alguns em detrimento de todos os outros. Por isso, tenta participar num mercado que por definição não existe e cujas regras não são suscetíveis de ser percebidas por quem está fora. Eu acho que a sua causa seria muito mais bem tratada e mais benéfica se existisse um mercado mais aberto e que explicasse porque é que na disposição legislativa, a permanência do Concelho Económico de Concertação Social está reservada em exclusividade a duas centrais sindicais. Talvez a sociedade, como um todo, achasse bizarro que tivessem sido dois dos partidos que estiveram na origem da Assembleia Constituinte ter ficado com o monopólio da representação laboral do Conselho Permanente da Concertação Social. Órgãos intermédios como a USI, com força intermédia ganhariam todos muito mais, se isto fosse um mercado mais transparente. Neste sentido, órgãos como a USI participaram de uma forma desastrada num mercado que não conheciam, cujas regras são desconhecidas e cuja capacidade de exigir retorno, qualidade e desempenho estão altamente comprometidas. Por isso, veria sempre do ponto de vista teórico estes esforços sempre condenados ao fracasso. Enquanto presidente da USI, tenho recebido imensos pseudo-lobistas ou candidatos a lobistas que vêm oferecer os seus préstimos e a pergunta que eu faço: *“O sr. Dr. Fez esse papel durante tantos anos e qual foi o retorno que teve?”* O que eu sei, é quanto é que nós pagámos ou quanto os nossos antecessores pagaram, mas como não houve retorno eu não consigo julgar os resultados. Mas as pessoas podem dizer: *“Eu enquanto lobista, não tive o resultado desejado, mas a culpa não foi minha”*. Enquanto no mercado da advocacia, o juiz pode não decidir a favor do

cliente do advogado, mas o cliente consegue perceber a diligência, a preparação, o empenho, a dedicação que o advogado colocou, pode ficar ou não ficar contente, mas na maior parte dos casos, percebe suficientemente bem e para responder à questão voltarei ou não a contratar este advogado. Aqui ao contrário do mercado da advocacia, também é um mercado do lóbi no sentido que também procura transmitir a ideia junto de um juiz ou um corpo jurado, esse é um mercado relativamente competitivo. Enquanto serviços que se tratam, é difícil saber a qualidade do que pagamos antes do serviço prestado, ao contrário, não é possível cheirar ou provar como se fosse uma maçã. Há aqui um grande grau de incerteza. Há elementos intangíveis que ajudam a facilitar a decisão, o nome, a forma como veste, os livros que escreveu, mas também na advocacia teríamos todos a ganhar, se houvesse uma publicação com casos defendidos, casos com sucesso, como no futebol ou basquetebol, nós sabemos quantos golos marca o Ronaldo por cada X livres que bate. Aqui, também gostaríamos de ter uma ideia.

Nas antípodas disto tudo... Eu já tive mais de 20 lobistas aqui nestes últimos meses, pessoas que vieram ofertar os seus serviços à USI, em memória de práticas passadas ou desempenhos futuros. E, nós não tendo resultados, não conseguimos aferir do esforço, da dedicação e da preparação. Ganharíamos todos que isto fosse mais transparente.

Apêndice L - Entrevista ao Dr. Nuno Biscaya
(realizada em Lisboa, a 29 de agosto de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Nuno Biscaya

Profissão: Jurista

Confederação Patronal: CIP – Confederação Empresarial de Portugal

Data: 29 de agosto de 2016, às 15:36

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 15 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Nuno Biscaya - Diretor adjunto do departamento dos assuntos jurídicos e sócio laborais da CIP da Confederação Empresarial de Portugal.

Antónia Mota (A.M.) - *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Nuno Biscaya - O conceito de lóbi em Portugal não está regulamentado, portanto arranjar uma definição não é fácil, nem existe, legalmente não existe. O que há em Portugal, é representação de interesses, o lóbi será um anglicismo utilizado para definir outras figuras que já existiam, naturalmente regulamentadas, que tem alguma semelhança com a representação de interesses, que acho o que é que se está a querer referir, não lóbi no sentido pejorativo, porque ele tem essa carga negativa ao nível da UE., que é o que nós sabemos.

A.M. - *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Nuno Biscaya - Se encararmos isso como lóbi, como uma atividade não regulamentada, não é, tem sentido negativo que as pessoas lhe querem dar. Mas convenhamos, e sejamos rigorosos, o que é ilegal neste país é a corrupção, isso aí é ilegal, quer ativa, quer passiva. Se formos para a representação de interesses, ela não está regulamentada em muitas das áreas, estando representada nas outras. Por exemplo: na área do diálogo social, mais concretamente em Concertação Social, a representação desses interesses está regulamentada, tem os parceiros absolutamente definidos. A

mesma representação dos interesses transposta para o âmbito da Assembleia da Republica ou do Governo. Qualquer, por força do direito de audição prévia, qualquer diploma na área socio-laboral tem de ser precedido de consulta aos parceiros sociais é esta a área onde a CIP mais se move. Portanto aqui, é absolutamente, eu diria, que é quase imanente à democracia mormente no novo modelo Social Europeu que é o modelo que nos inserimos, que é um dos pilares. O diálogo social é um dos pilares. Se formos para outras matérias, a CIP é adepta quando isso deverá ocorrer, quanto mais participação houver da sociedade civil, melhor serão regulamentados os seus interesses contribuindo para o bem de toda a sociedade em geral.

Eu creio que, nesta perspetiva é mais simples. Se nos ancoramos na expressão lóbi como um conceito negativo ou pejorativo, não. Isso não tem havido. Se nos encararmos como, ou se tivermos a ideia que a representação de interesses, eu creio que isso seja mesmo essencial para o funcionamento da democracia, permitindo assim que todos influenciar decisões ou pelo menos fazerem- se ouvir, para que os decisores políticos talvez tomem as decisões mais acertadas... sendo certo, que os compromissos dos decisores políticos são com a sociedade em geral. Eu creio, que esta será, aquilo que anda mais procura do que propriamente ...

A.M. - Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?

Dr. Nuno Biscaya - Como ouviu na nossa crítica relativamente ao projeto do CDS/PP, nós achávamos que deve ser voluntário, vamos partir do voluntário até estabilizarmos as situações. Nessa perspetiva, neste momento não queremos que seja, se quer profilático, ou bom, aliás, a regulamentação se for feita de forma com mais ou menos está gizada, seria neste momento contraproducente. Demos, assim, passinhos, passinhos pequeninos, no sentido de regulamentar isto. Mas para já voluntária, não só por causa dos interesses, mas tanto pela forma como os interesses foram construídos, sendo que esta legislação é bastante complexa, porque, uns dizem que ela é voluntária, e depois diz que o registo deve ser instituído obrigatoriamente. O que causa aí, alguma falta de coerência. Começemos, pelo mais simples, articularmos, sim senhora, mesmo contra código de conduta previsto neste mesmo projeto de lei e começemos pelo carácter voluntário, e depois... depois falamos...

A.M. - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Nuno Biscaya - Relativamente ao UE, isso está em vigor, não é? E nós até estamos registados, relativamente à situação nacional, se for com base voluntária, não nos opomos. Se for com base obrigatória, para já não, porque acho que há aspetos a discutir, um deles será mesmo o que acabou de referir, dos honorários. Mas será que os honorários é a peça mais importante? E extensão ou representatividade que tem, no caso da CIP por exemplo, que tem uma base larga dos associados, isto são os critérios que tem de ser definidos, definidos depois de auscultar aqueles que são os principais visados nessa matéria, neste caso aqueles que a representam interesses, mas de outro lado também quem terá que ouvir esses interesses ou pelo menos auscultá-los...

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. Nuno Biscaya - Se é suficiente? Eu não sei?! Será que é necessário? Se eu acabei de dizer que é voluntário, não creio que a questão passa, essencialmente, por aí. Não sei, se passa exatamente pelo registo. Se calhar há aspetos mais importantes, que temos de dirigir, e não só o registo, nomeadamente.

Repare, em Portugal temos um problema "grave", o movimento associativo, não falo do movimento associativo no âmbito do diálogo social, associações de empregadores versus associações sindicais, falo em geral, de um movimento muito, muito, pulverizado há associações para tudo e mais alguma coisa, algumas das quais a experiencia não se sabe se tem atividade ... Nós, por exemplo, no código de trabalho tentamos resolver alguns desses problemas, dizendo que se não demonstrar a atividade durante um determinado período de tempo conduzir-se-á à sua extinção, não é? Ora, mesmo antes do registo, se calhar há aspetos que temos que resolver, eles passam por resolver também uma boa parte dos problemas do movimento associativo e não só do movimento associativo empresarial ou sindical, do movimento associativo em geral. Se mantendo o direito à liberdade de associação, como acabei de dizer, que o registo nesta fase em que nos encontramos deve ser voluntária, não vou pôr a questão no plano do suficiente ou insuficiente. Neste momento há assuntos, mais importantes para resolver, para depois, podermos entrar nessa mesma discussão da suficiência ou insuficiência do

registro.

A.M. – *Quais os assuntos que acha que são importantes?*

Dr. Nuno Biscaya – Acabei de lhe dizer. As questões do movimento associativo...

A.M. – *Pensei que era algo mais específico?*

Dr. Nuno Biscaya – Este, é um assunto específico, porque isto mexe com problemas de registro, não é? E, repare, não estamos a falar nele como registro da atividade de lóbi, mas o registro do associativismo. Do lado do diálogo social, isso até está, parcialmente ou mais ou menos resolvido, não só porque as entidades que atuam no diálogo social, tem de estar registadas junto do Ministério do Trabalho, com publicação de Estatutos e de Órgãos Sociais no Boletim do Trabalho e Emprego. Nós tentamos resolver o problema em 2003 e em 2009 com a revisão do código de trabalho, promovendo a extinção das associações que não tivessem a atividade. Mas o movimento associativo entra toda associação ou capacidade de construir associações está muito mais pulverizada do que no diálogo social. Temos que, se calhar, fazer esse levantamento, não é? Mesmo quanto à questão de outras entidades que representem. Outras entidades. a mesma situação, existem problemas prévios a resolver, antes do registro. O registro só servirá neste caso para afunilar e depois excluir-se-ão todos os outros. Isso, se calhar, não tem sentido. Não é o simples facto do registro que será suficiente, para já deve ser voluntário, há outros problemas a resolver. Esse, aí, é. Mesmo só servirá, mesmo para afunilar a questão, ou tentar com uma peneira deixar passar só alguns, aqueles que tem conhecimento da essencialidade de fazer esse registro. E a própria entidade a sua? A sua própria constituição? Própria natureza? Qual natureza jurídica das Entidades que se fazem representar? Qual a sua base? Se calhar, isso é mais importante, como o registro, neste momento, não é para nós, a maneira como tem sido entendido. Para nós não é essencial.

A.M. - *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. Nuno Biscaya - Isto é uma questão política, não tanto técnica, bastante política. No âmbito no Diálogo Social, por exemplo, as coisas estão complicadas, como sabe, quer seja a questão, por exemplo, da questão do salário mínimo, quer quanto à questão da retirada dos feriados, em que a CIP se opôs em todas as Confederações Patronais,

nomeadamente, por ser um assunto que nem se quer foi tratado em Concertação Social. Portanto, isso se calhar, depende dos momentos políticos que atravessamos, este se calhar, não será dos melhores na área do Diálogo Social, mas como não tenho toda a experiência ou cabal experiência de outros domínios da nossa sociedade, neste falo com... por exemplo, na área do ambiente, acho que isto, não está a suceder como essa ligeireza. A influencia que tem o ... No diálogo Social, a experiência é positiva. O Diálogo Social, aqui, é um exemplo muito bom, não é? Porque, o diálogo social é inerente ao modelo social europeu, a nível da UE está consignado no Tratado da EU, que os parceiros são coo-legisladores, ou seja, a Comissão Europeia, tem de consultar os parceiros sociais. E, se eles entendessem sobre essa matéria, como se entenderam, sobre os contratos a prazo, sobre os despedimentos coletivos, sobre a licença parental, o acordo dos parceiros sociais vale como diretiva, é depois homologado pelo Conselho. Aí, é um terreno que é nossa casa, não é? Todo o modelo social se baseia nesse pilar. Neste caso, no diálogo social, mas temos outras matérias, temos outros sectores de atividade, temos outras dimensões da toda nossa vida, por exemplo: a parte ambiental, já é muito mais complicada. Em que os agentes se façam ouvir junto dos decisores políticos, para além, da quantidade de interesses que há em jogo nessa matéria. Aí, a experiência já não é tão positiva.

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas? Justifique.*

Dr. Nuno Biscaya - Nem sei, se isso vai ser enquadrado como profissão de lobista, profissão lobista, não sei... Como lá se chega? (risos)

A.M. - *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?*

Dr. Nuno Biscaya - Não sei. O que sei, é o que está à minha frente. O que apresenta o projeto de lei, foi mesmo o CDS PP. Não sei o que as outras forças políticas pensam do assunto, ou não. E, se a questão, está a ser bem equacionada. A regulamentação do lóbi tem sido utilizada, não estamos a falar da mesma coisa, estamos a falar da representação de interesses, deverá seguir regras, nomeadamente, a questão da base da representação ou da representatividade. Mas, essa é uma questão geral, não é uma questão só relativa, aquilo que se tem entendido como lóbi. Portanto, daí o nosso acento tónico, em que para já, isto se deva manter uma matéria voluntária, como ela tem vindo a ser enquadrada

nos moldes, ou nos parâmetros europeus, relativamente ao Código de Conduta, como está no projeto de lei de um partido político, que é aquilo que conheço.

A.M. - *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr. Nuno Biscaya - Esta é uma questão muito política, mas eu não estou aqui, só para dar a minha opinião pessoal. Nós, o que queremos é pessoas competentes, a questão da exclusividade ou de não exclusividade é uma outra questão. O que nós queremos são pessoas competentes. Agora, eu não sei qual é a posição da CIP, relativamente, a essa questão absolutamente em concreto. O que nós, o que queremos é pessoas competentes. Isso significa, que em qualquer caso de acumulação, há logo ... levantar o véu para uma situação de conflito de interesses. Não sei? Se calhar, não há. Não é, necessariamente, assim.... outros casos em que haverá, naturalmente, não é? Mas, eu não sei qual é a posição que a CIP tem, sou-lhe sincero. É mesmo uma questão de carisma, mesmo muito político.

A.M. - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia?*

Dr. Nuno Biscaya - Não sei, se está diretamente pendente, durante anos e anos sobrevivemos sem a regulamentação do lóbi nos termos, em que ela está a ser enquadrada. Os EUA têm a regulamentação de lóbi, não sei em que termos. Mas tem o lóbi, na maneira pejorativa, na maneira como o entendemos, é legal. Os lóbis existem, o caso dos EUA é diferente. Não vamos dizer, que na UE são mais democráticos ou menos democráticos que os EUA. Não sei, se é condição *sine qua non* para haver democracia, tem de estar regulamentado o lóbi?

A.M. – *Não é essa a questão?*

Dr. Nuno Biscaya -Mas anda lá muito perto...

A.M. - *Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável,*

ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?

Dr. Nuno Biscaya - Essa pergunta, aí, tem umas 4 ou 5 dimensões cada, uma sobrepe-se à outra, não é uma pergunta nada linear... Vamos lá ver! A democracia participativa em Portugal, tem momentos das eleições, mas também, tem formas da consulta direta, tem logo a do *referêndum*, nesse *referêndum* quando existe uma questão em concreto, várias instituições e Entidades podem fazer ouvir, a influencia, aí não se dá, sobre o decisor político, mas se tivermos num *referêndum*, dá-se a sobre o eleitor, aquele que vai votar. Se me está a querer dissociar a dizer: “Bem, cada deputado individualmente, pode sujeitar-se ou não, a ser mais um influenciado pela força das opiniões ou pela coerência das opiniões de uma determinada Entidade/ Instituição.” Isso, vai acontecer sempre. É salutar, que assim seja. O que se vai por em causa, é a forma como ele vai obter essa informação. Se ela vai por canais mais diretos ou menos diretos. Mas, ninguém vai impedir um deputado ler um jornal, ele não é jurado num tribunal. Não é isto, que estamos a falar. O que estamos a falar é a permeabilidade do decisor político às opiniões que o rodeiam, então, se isto é assim, mesmo regulamentado, ele vai ser imune ou se só se puder fundamentar a sua decisão com base naquilo que lhe vem pelos canais próprios. Isso será possível? Não me parece. Primeiro, porque há as disciplinas de voto, e grupos políticos dentro da própria Assembleia, em órgãos colegiais deliberativos ou decisórios, nomeadamente, nas autarquias locais. Se formos dizer que, só através da transparência, só é assegurada através de canais próprios... Ahhh! Sim... Estamos a excluir, um bocado de tudo o que se passa à nossa volta. Se essa necessidade da transparência por canais próprios, vai resolver o problema de uma forma 100% eficaz, ou sequer 90% ou 75%? Porque as pessoas não são ilhas, as pessoas vão absorvendo a informação que as rodeia, e daí, tomarem as suas próprias decisões. Acabamos de assistir a isso, com declarações políticas sobre a questão da Caixa Geral de Depósitos, em que houve avanço e depois logo a seguir recuos por parte dos governantes. Será que isso, só haveria recuos, se só viesse por canais próprios? Isso, tem algum sentido? Não sei. Se isso aí, é tão... eu sei que a sua questão, tem uma segunda dimensão, aliás tem várias, mas aqui, a segunda dimensão, aqueles que se fazem ouvir e não aqueles... Ainda há bocado me falava de um colega seu que parece que tem o dom da palavra, mas ainda por cima, na área sindical, por isso, a mim isso parece absolutamente legítimo. E

não sei, se com o registo de obrigatoriedade, alguma vez poderão resolver este problema. Vivemos na sociedade e muitas vezes, isso acontece, e por acaso ou não, muitas vezes são opiniões mais habilitadas, ou mais credenciadas ou mais experientes, não devem ser impedidas, de se poder expressar ou de serem levadas em conta. Se o registo fará a diferença que se pretenda que faça.

Um Código de Conduta é um Código de Conduta, não é o Código da Estrada..., mas a regulamentação através do Código de Conduta é um contrassenso. O Código de Conduta aprovado através de uma lei? O Código de Conduta não deviam ser os agentes a fazê-lo? O Código de Conduta, deverá ser de adesão voluntária. Isto, não é bem assim! Não vamos inverter, completamente, os termos de uma situação, que quer ver que caminhe paulatinamente, no sentido da prudência dos próprios agentes decidirem aquilo que é melhor. Era quase, estarmos a negar a própria essência da participação ou intervenção dos interesses na sociedade. Não vamos subverter esse sistema. As coisas têm de se fazer andando, e é essa, a solução que nós damos. No nosso caso, o nosso contributo, o Código de Conduta imposto, o Código de Conduta faz se pelos próprios. Aliás, temos exemplos do Código de Conduta que são mesmo fruto dessa colaboração. Ir a jogo já tendo as cartas marcadas não convém a ninguém.

A.M. - Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?

Dr. Nuno Biscaya – Corrupção e tráfico de influência estão previstos...(risos) O lóbi lá está! É que, se nós quisermos dar uma conotação negativa, entramos num limbo muito grande. E, eu não vou estar a dizer que não o devemos fazer, quando nós já o fazemos. Quando falamos em lóbi, não nos deixa de vir logo à memória, uma expressão com sentido pejorativo. Quando falamos em representação de interesses, já não será bem assim. E todos nós temos a noção, de que os interesses devem se fazer ouvir e devem ter força. Nós aqui, no âmbito de diálogo social, sabemos quão importante é que os interesses se façam ouvir junto do poder político. Para arranjar as melhores soluções, para convivência pacífica, a paz social, a produtividade, a competitividade e neste caso mesmo, o avanço social dos direitos dos trabalhadores. E, foi assim, que foi feito durante muito tempo. Estamos a avançar muito, nesta matéria, mas mantendo sempre a ideia de que, se há lóbi é mau. Se falarmos de representação dos interesses, não será tão mau. E, devo ter tanta razão, no que estou a dizer... na proposta de lei aparece entre parenteses e entre aspas *lobbying*, (em inglês) aparece a representação de interesses.

Pronto, ficávamos por aqui! Mas, ainda tiveram o cuidado de colocar lóbi, entre parenteses e entre aspas, é porque o lóbi em Portugal tem essa conotação negativa.

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Nuno Biscaya - A nível das consequências... a nível Europeu não há consequências, porque há o registo a nível europeu... Não estou capaz de avaliar essa. Nem sei quais serão as repercussões que podem fazer reconhecer, logo lá? A CIP está inscrita, nós também somos uma confederação europeia ...

A.M. - *O facto de não estarem reconhecidos não existem lobistas em Portugal...*

Dr. Nuno Biscaya - Ainda não está reconhecido em Portugal, mas nós já estamos inscritos... Daí, eu estou a dizer, a questão de voluntariedade, agora é essencial. Enquanto, isto não estiver difundido. Os outros não fazem, porque não tem conhecimento. Vocês como são grandes, até tem. Não será, daí a necessidade, para já ser voluntário. Claro que, depois terá essas penalizações, mas isso, é por falta de informação. Não é porque seja absolutamente essencial. Voltamos à pescadinha de rabo na boca. O problema é lá atrás, não é, cá à frente, por isso, é como lhe disse nós temos problemas por resolver antes, questões políticas. Sinceramente não lhe vou responder porque não sei.

Apêndice M - Entrevista ao Dr. Carlos Zorrinho
(realizada em Lisboa, a 2 de setembro de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Carlos Zorrinho

Profissão: Eurodeputado

Data: 2 de setembro de 2016, às 17:00

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 29 minutos

Meio de recolha: Gravação áudio

Antónia Mota - *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Carlos Zorrinho – Vou fazer uma definição sintética, mas é o ato de influenciar uma tomada de decisão beneficiando quem tenta fazer essa influência, tendo por referência determinados princípios.

A.M. - *Acha que a informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Carlos Zorrinho – Num quadro ético correto, é. A minha experiência pessoal, permitiu-me contactar muitas pessoas que pediam audiências quando tive atividades do governo, atividades parlamentares em Portugal, formalmente não eram lobistas, mas eram pessoas que representavam o governo, sindicatos, representavam a sociedade civil. E essas conversas, foram conversas que me ajudaram a ter informação que uma vez ponderada, tendo em conta a matriz ética, mas era uma decisão, a tomar decisões. No Parlamento Europeu, que é uma experiência que tenho agora e que eu o ato de lóbi é legal e registado. Eu uso muito o recurso, por exemplo, eu tenho alguns relatórios em mãos. Esta semana, estamos a gravar a uma sexta-feira, esta semana já falei com vários lobistas registados. Eu tenho neste momento vários relatórios muito técnicos sobre portabilidade e serviços *online* na Comunidade Europeia, um relatório sobre armazenamento de gás líquido, um relatório sobre a gestão de aterros. Bem, a verdade é que são áreas muito técnicas, em que é preciso conciliar numa decisão que tem que ser política, porque a decisão final é política. Ela tem de estar solidamente fundamentada do ponto de vista técnico. Há de facto. Só há duas hipóteses, uma é que encomendar um conjunto de estudos, a outra é saber, que a Associação Europeia das Empresas de *Broadcasting* que gerem redes dados e Associação Europeia que faz conteúdos para a internet ou a Associação Europeia dos Consumidores. Todas elas já fizeram estes

estudos e tem a sua visão. E tem a oportunidade, claramente de definir quem eles são e eu ouço-os e tenho informação condensada, de base técnica que me permite analisar as várias perspetivas. Depois, naturalmente, seguirei ou não seguirei, não em função de os ter ouvido, mas em função, daquilo que eu quero, tendo com base a informação que me deram, isso é muito correto desde que seja transparente.

A.M. - *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. Carlos Zorrinho - A experiência que eu tenho na União Europeia, leva-me a dizer que sim. Que é uma boa experiência. Nós sabemos quem é nos contata e porque é que nos contata. Eu, normalmente, quando tenho uma reunião, mesmo muitas vezes, também tenho reuniões com associações que não estão registadas como lobista, mas são ONGs por exemplo. Eu, normalmente, pergunto sempre quem financia, quero conhecer também os estatutos, os objetivos, no fundo, tento saber com quem é que estou a lidar, para validar a informação. Não há nenhuma ... Nós temos que partir do princípio, que quando estamos a formar a decisão, várias pessoas falam connosco, defendem posições que são setárias, setárias, no bom sentido, na defesa de um determinado setor, do ponto de vista do setor. O importante, é saber qual é o ponto de vista, para não sermos enganados do ponto de vista, acho que a transparência ajuda. Claro que a dificuldade vai ser sempre a definição da fronteira. Por exemplo, uma determinada associação de amigos, não sei do quê, é lobista ou não é lobista? À partida uma Associação dos amigos, não é lobista, mas, se essa associação for financiada por empresas da área, podem ser lobistas indiretos. É difícil o processo. Uma coisa é o lobista registado, o Sr. Manuel da Silva, lobista da área da Energia e, que se apresenta como lobista da área da energia, outra coisa, é a Associação dos amigos dos pássaros, que defende qualquer coisa na área da energia. E, a gente tem que ir perceber, quem é que está a financiar e nós temos de perceber até que ponto pode haver um lóbismo indireto.

A.M. - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Carlos Zorrinho - Pois! Hoje em dia, a informática é muito clara, como lhe digo, e permite ter bases de dados, e dados partilhados e permite saber que informações os membros do governo e os deputados recebem. Agora, como eu lhe digo, essa é a parte fácil. A parte difícil é a parte subjetiva, a fronteira entre o lóbi e ouvir os representantes da sociedade civil. Ou seja.... Também não imagino uma democracia e que seja bom para a democracia. Eu sou um representante, mas como não posso ouvir toda a gente, só ouço os que são encartados para falar comigo. Isso é o contrário, tenho de continuar a

ouvir o cidadão comum, que me encontra na rua ou quer questionar o passado, ir ao Ministério ou à secretaria de Estado, há uma coisa muito importante que quer dizer que justifica qual é o tema que quer falar. A gente tem que receber essa pessoa. E de facto, aí, a fronteira do que é lóbi institucionalizado e o que é interação, participação, movimento. Mas a verdade, sobretudo a parte *core*, a parte que tem a ver com a tomada de decisão, que implica decisão, interesses económicos claros, acho que isso tem que ser registado.

A.M. - *Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. Carlos Zorrinho – Sim. Mas digamos a questão é que à partida a atividade de lóbi é uma atividade de comunicação. Se se faz lóbi, faz-se lóbi sobre alguém. À partida, partimos do pressuposto que esse alguém está de boa fé. E, portanto, está a receber uma comunicação, que sabe que é uma comunicação enviesada, no sentido que enviesada porque dá uma perspetiva. E, isso é absolutamente correto e acho que deve ser. Se possível, para chegarmos ao tráfico de influências, tem de haver uma troca, ou para chegarmos à corrupção, tem de haver algo, tem de haver o corrompido e o corruptor. Aí o corrompido já implica outra pessoa, isso é ilegal. Absolutamente ilegal, a fronteira está do lado de quem fala com o lobista. O lobista, quando um lobista que tenta corromper. Não tenho grande experiencia ... Não sou nenhum santo, mas não tenho alguma experiencia de ter recebido alguém que me tenha tentado corromper. Mas se tentasse corromper, corromper no sentido denso da questão, com palavras bonitas, isso não é corrupção. Isso é tentar convencer. Tentar convencer é uma coisa e tentar corromper é outra. Se alguém me tentasse corromper eu abria-lhe a porta e dizia: Faça favor de sair. Se a situação fosse mais complexa fazia uma queixa. Mas não tenho essa experiencia neste campo.

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. Carlos Zorrinho – Não. Só isso não basta. A questão de fundo é uma questão de ética social. Aquilo que a sociedade aceita como comportamentos admissíveis. Antes de estar a falar aqui consigo estive a falar com outras pessoas sobre a situação do Brasil, eu sou vice-presidente da delegação Europa-Brasil. Julgo que isso a sociedade brasileira tem uma perceção...Tenho muito contato com o Brasil...Acho que há práticas que são consideradas normais, aceitáveis, até expectáveis numa sociedade brasil que na sociedade portuguesa as pessoas consideram que não são aceitáveis. Portanto, a melhor prevenção contra a fuga fiscal, contra o isso mesmo, a corrupção a pequena corruptela, a

melhor prevenção é que, o corruptor ou o corrompido seja, mal visto pela sociedade. A norma é sempre supletiva. A norma também ajuda a dizer às pessoas aquilo que é legal e o que não é legal. E as pessoas saberem que estão a infringir a lei, ajuda. Mas aquilo de facto faz com que uma sociedade tenha índices de corrupção mais baixos, é haver uma predisposição para aceitar comportamentos corruptos menor no código da sociedade, haver uma desvalorização social daquilo que consegue fazer e não o contrário, por vezes a valorização social do tipo que é esperto.

A.M. - *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. Carlos Zorrinho – Na atual situação política? Eu vou voltar a falar outra vez da minha experiência e é uma experiência com toda a sinceridade eu não tenho ideia que os índices de corrupção na política são os mesmo que existem no país. Eu não partilho a ideia de que há uns políticos corruptos e outros incorruptos. Nem a ideia de que os políticos são corruptos ... não eu acho que em cada sociedade como dizia há pouco, há uma penetração de comportamentos de influência e que isso é mais ou menos repartido, digamos assim por toda sociedade, futebol, arte, negócios, pela área social que a própria política emana desse magna social. Agora, há uma questão importante que é essa capacidade de influencia que alguns grupos podem ter na decisão política que não decorre de comportamentos de corrupção, mas decorre da fragilidade do Estado. E aí, aquilo que eu senti da minha experiência política é que há um claro desequilíbrio em que as pessoas são mais os cidadãos ainda criam mais desequilíbrio. Há um, claro, desequilíbrio entre a estrutura técnica quem suporta grandes decisões na administração e a estrutura técnica de grandes empresas. Eu, por exemplo, enquanto secretário de Estado da Energia, com excelentes quadros, mas jovens quadros, não tinha capacidade legal, nem de ter mais gente, nem de pagar mais por mais experientes, mas pessoas extraordinárias tinham que tomar decisões e tinha de conversar com Empresas que têm gabinetes por detrás do ponto de vista técnico e jurídico. O que eu acho é que haverá certamente uma componente de corrupção, não há fumo sem fogo. Terá certamente uma componente de corrupção, não há fumo sem fogo. mas haverá influência que se for equilibrada e como dizia há pouco se a informação e a decisão estiver do lado de quem toma a decisão, um bom background para tomar a decisão política adequada, essa influencia não é perniciosa, se houver um desequilíbrio. Pode ser perniciosa sem que haja intenção de o ser, é um risco, continuarmos a defender administrações publicas muito frágeis, com poucos técnicos, com salários pouco motivadores porque isso gera desequilíbrios entre a administração política publica e aqueles que tem de tomar decisões.

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas?*

Dr. Carlos Zorrinho – Não sei se a palavra lobista não está demasiado queimada em Portugal. Eu por exemplo, na literatura europeia fala-se muito da perca de mercado de lobistas ingleses e a necessidade de haver muitos lobistas que agora precisam de mudar para outro sitio. Perdeu-se um segmento, eu sou lobista, isso fala-se com toda a naturalidade. Em Portugal sei lá, se alguém disser...

A.M. – *Em Portugal são chamados Public Affairs...*

Exatamente uma designação diferente. Em Portugal usa-se uma definição diferente, gestor institucional ou gestor de relações Institucionais. Se calhar é mais fácil, não tenho medo da palavra lóbi. Se calhar deve-se regulamentar o lóbi, sendo que no fundo o lóbi é o departamento de relações institucionais. É bom que as empresas, os sindicatos e as Organizações Não Governamentais tenham departamentos institucionais e que a sociedade cível também se relacione institucionalmente.

A.M. - *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi?*

Dr. Carlos Zorrinho. – Eu acho que tem muito a ver Eu acho que toda a gente é favor da regulamentação do lóbi. Acho que não se regula porque é melhor não existir. É como a avestruz meter a cabeça na areia. Agora, dada a carga que está associada à palavra lóbi é o tipo que compra o outro e não o tipo que informa o outro. Se calhar força política contra da forma de relacionamento institucional, uma melhor regulamentação, uma maior transparência entre os vários atores a favor do lóbi. Terão receio que querem regulamentar o roubo institucionalizado.

A.M. - *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr. Carlos Zorrinho – É um bocadinho complicado. Essa é uma questão que não tem uma resposta fácil. Da forma como a legislação existe hoje por exemplo, julgo que... eu vou dar o meu exemplo, eu como professor universitário, enquanto membro da AR posso lecionar numa universidade privada, mas não posso lecionar numa universidade publica de forma remunerada, mas por exemplo, as pessoas que são sócios de sociedades de advogados podem manter essa ligação. Por outro lado, nós não podemos ao mesmo tempo, repare são dois movimentos contraditórios, porque as pessoas não querem e querem, agora é mais transparente, isolar completamente os representantes da

sociedade, ou seja, do trabalho direto da sociedade. Mas por outro lado se perguntar às pessoas: se são a favor da profissionalização da política? As pessoas são contra. Ora é muito difícil pedir ao mesmo tempo a alguém que é advogado que deixe de ser advogado e dali a 4 anos pode não ser eleito e perdeu a capacidade de advogar, ou alguém que é médico e deixe de exercer medicina em exclusividade e ao fim de 4 anos já está desatualizado... ou alguém que é professor, acho que a contrapartida. A transparência não está aqui em jogo, todos devemos dizer quem faz o quê e onde. E todos temos que saber. O proibir fazer implica que ao mesmo tempo aceitemos o princípio que política é uma escolha profissional boa para sociedade, as duas coisas não jogam. As duas coisas não jogam, ao mesmo tempo não jogam. A pessoa tem que deixar a sua atividade, ao mesmo tempo limitação para os deputados, dois mandatos, limitação para os presidentes de Câmara. Portanto, isto assim não joga. Não joga e cria um problema indireto, por um lado podemos estar a beneficiar a qualidade da democracia, influências difíceis, mas por outro lado, reduzimos a qualidade da democracia.

A.M. - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia?*

Dr. Carlos Zorrinho - É assim...A qualidade da democracia tem a ver com a base participativa, quanto melhor for a base participativa, naturalmente melhor será a qualidade da democracia. Duas relações o lóbi legalizado torna mais transparente mais confiável e transparente a decisão, tornando mais confiável e transparente a decisão aumenta a confiança das pessoas na política e que cada vez mais gente se queira envolver. Cada vez menos é aceitável a ideia de compromissos a 4 anos, o compromisso a 4 anos sempre sujeito a ser alterado. O mundo é um mundo aberto em mudança. É preciso haver um diálogo permanente entre o representante e o representado. Quanto maior for a base de representação maior a qualidade da democracia. Isso melhorará a democracia dessa forma indireta.

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Carlos Zorrinho - O problema do lóbi nomeadamente porque ele reflete também o poder de quem exerce o lóbi, ou aceitarmos a capacidade, mas isso acontece mesmo não sendo regulamentado, há quem tenha mais capacidade de influencia e há quem tenha menos capacidade de influencia. E, é preciso que a regulamentação crie alguns níveis de equilíbrio, permita igualdade de acesso às várias forças. No plano europeu a questão pode colocar-se sobretudo nas organizações da sociedade civil não nas organizações económicas. No plano mais associado à economia, economia social e economia não

social, isso é relativamente mitigado, as nossas organizações pertencem a organizações Europeias e esses têm lóbi. Do ponto de vista europeu, os nossos atores económicos e sociais usam lóbi, não lóbi direto, mas lóbi indireto. O setor do cimento quando quer defender algo associado às emissões, tem uma Associação das cimenteiras, a ALTI

A.M. – EDP...

Dr. Carlos Zorrinho – Todos têm Associações e por outro lado, essas empresas tem representantes em Bruxelas, que estão reconhecidos não são lobistas em Portugal, mas são em Bruxelas. Aí o problema poderia colocar-se desta forma, foi aí que eu quis começar, algumas empresas não têm capacidade de ter lóbi em Portugal, mas têm lóbi em Bruxelas, outras não têm. Eventualmente uma regulamentação em Portugal permitiria que estruturas de lóbi em Portugal, para Portugal e para a Europa. Que facilitasse a criação dessas dinâmicas, sendo que neste momento maior parte destas empresas e associações têm participação, Portugal não é dos países maiores, nem dos países com mais peso.

A.M. - Da sua experiencia há mais alguma coisa que gostasse de referir?

Dr. Carlos Zorrinho - É muito importante repensar a democracia representativa e penso que a questão fundamental. Duas questões que gostava deixar claro: a representação democrática emana do objeto, se o objeto é mau a emanação é má gere uma classe política, gere um conjunto de políticos que são muito acima da média da sociedade é contrário ao princípio do poder representativo. Nós temos de trabalhar para melhora a base, essa base gera um ciclo interativo, gera melhores representantes que depois essa dinâmica positiva tem que ser criada, a regulamentação e a clarificação das normas são muito importantes para transmitir esta ideia de que há um processo coletivo da melhoria da tomada de decisão que a todos beneficia. A segunda questão. É preciso desatar os nós e os mitos, é expor a verdade, não se expondo a verdade, o que se expõem são representações da verdade, essas representações da verdade muitas vezes são caricaturas sensacionalistas que ajudam a vender jornais e espaços de televisão e que até pela forma como são comunicadas acabam por desculpabilizar, aquilo que de facto ocorre. E, portanto, a verdade é revolucionária e é muito boa para a democracia. A regulamentação do lóbi expõe o que de facto se passa com a transparência ajuda a melhorar a democracia sendo que obvio que toda a gente diz que a democracia está em crise, mas continua válida mesmo sendo um sistema péssimo.

Apêndice N - Entrevista à Dr.^a Marisa Matias
(realizada em Coimbra, a 3 de setembro de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Marisa Matias

Profissão: Eurodeputada do Bloco de Esquerda

Parlamento Europeu

Data: 3 de setembro de 2016, às 18:10

Local: Coimbra

Duração da Entrevista: 28 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

A.M. - *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr.^a Marisa Matias – Bem, obviamente lóbi é para influenciar decisões e para ter uma forma de organização para influenciar decisões, mas há do meu ponto de vista, um ponto de vista uma distinção clara, entre um lóbi organizado e outras formas de lóbi, eu acho que o lóbi não se esgota quando é lóbi organizado, mas também nas formas de pressão da sociedade civil. Acho que está muito conotado com o lóbi organizado, isso é pernicioso porque é bom, do meu ponto de vista que as políticas sejam influenciadas por fatores externos. A forma como está a acontecer não é assim tão positiva porque se isto se institucionalizou muito a própria prática do lóbi.

A.M. - *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr.^a Marisa Matias- Depende, não é? Eu acho que é sempre importante nós acedermos à informação toda. O que não pode acontecer é que o poder político fique “raptado” pelos interesses dos lóbis, porque normalmente os lóbis, como o nome indica, tal como a própria expressão indica, daquilo que eu estava a falar há pouco, da representação de interesses, representam interesses particulares ou setoriais, mas não representam interesse geral não há nenhum lóbi que represente o interesse geral, mesmo se nós pensarmos a nível de manifestações, que eu entendo como uma forma de pressão e que se podia integrar num lóbi mais legalizado, são quase sempre setoriais. Mas, seja como for, eu acho que é importante o contacto com grupos de interesse organizado, desde que

seja transparente, desde que haja prestação de contas e, obviamente, que não seja o lóbi a fazer o trabalho pelos representantes políticos. Ouvir nunca fez mal a ninguém e ouvi diferentes perspetivas nunca fez mal a ninguém. Aliás, é uma forma de nós informarmos também o nosso trabalho. E eu no Parlamento Europeu recordo-me de que quando fui relatora da diretiva de combate aos medicamentos falsificados, que foi um *dossier* que levou mais de dois anos não só a negociar e a aprovar no Parlamento, mas depois também com os próprios Governos, a negociação, eu fiz mais de 200 reuniões com lobistas, de todos os setores: transportes, farmacêuticas, farmácias, associações de consumidores, associações de utentes, unidades de saúde e, com diferente representação geográfica, já não me recordo do número exato mas na altura registei e contabilizei mais de 200 reuniões com lobistas.

A.M. - *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr.^a Marisa Matias - Eu acho que deveria de ser obrigatório. Eu quando cheguei ao Parlamento Europeu fiquei chocada com o número de lobistas registados e o facto de, ao contrário dos cidadãos, que são os donos daquela casa, todos eles, puderem circular livremente no Parlamento e poderem-nos bater à porta e poderem... enfim, entrar em contacto connosco de qualquer forma. Em vários *dossiers* que tive várias vezes espera à porta do gabinete. Às vezes eram 40 pessoas em fila à espera que eu chegasse. Obviamente procuram influenciar as decisões e tudo o mais. Mas, com o registo obrigatório, nós pudemos controlar melhor, ou seja, não há “luvas” (se houver, a não ser obviamente que haja um acordo entre as partes e a isso chama-se corrupção, pode ser denunciado). Os registos são todos públicos, as fontes de financiamento são todas públicas e eu acho que é muito mais democrático desse ponto de vista e mais transparente.

A.M. - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr.^a Marisa Matias – Há uma forma desde logo... Na União Europeia há várias formas de registo, mas há os que estão acreditados para poderem entrar na comissão, outros no Parlamento, o concelho é uma natureza diferente... Mas eu acho que esse sistema de registo dos lóbis autorizados para entrar nas instituições representativas é um sistema

razoável... provavelmente não será perfeito, mas é razoável. Ainda assim, obviamente eu não me movo propriamente pela defesa de interesses particulares, mas uma articulação de interesses que acaba por ser o mais abrangente possível, ainda assim, eu tenho perfeita noção e perfeita consciência de que o lóbi que nos faz mal, não está registado no sistema de registo oficial, na Comissão Europeia ou no Parlamento Europeu.

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr.^a Marisa Matias – Não, de maneira nenhuma. Por um lado, há um lóbi invisível, e, portanto, o registo por si só não resolve. Haver um registo já era bom porque, por exemplo, quando trabalhei a estratégia europeia de combate ao Alzheimer ou quando trabalhei a primeira resolução que foi aprovada de convergência de articulação de políticas de prevenção da diabetes, obviamente que eu recebi, nos dossiers de saúde, eu recebi muitas pressões que eu não sabia de quem. E, portanto, é obvio que percebi também, por essa experiência, que normalmente as pressões que acabam por influenciar ou por condicionar são aquelas que a gente não vê. Por exemplo, no mercado paralelo dos medicamentos, eu recebi toda a gente, e até mesmo o patriarca do mercado paralelo, eu dizia, mas eu dizia: “*eu não concordo nada com a sua atividade*”, mas ouvia as pessoas e acho que conseguíamos entendermo-nos no sentido de partilhar preocupações parte a parte e tentar garantir que a distribuição dos medicamentos se tornasse mais segura possível para toda a gente, para os clientes que são os 500 milhões de cidadãos europeus. Mas, claramente, recebi pressões e ameaças que não sei de onde vieram e isso pode condicionar a atividade política, se uma pessoa ficar com medo, sei lá o quê... Achar que tem de recuar porque se não pode ser afetada a família, pode ser afetada a própria pessoa porque nós, obviamente, sabemos os riscos que devemos correr ou não. Nunca aconteceu nada, pelo menos que eu saiba, se aconteceu alguma coisa não foi relevante ao ponto de eu saber... mas percebermos. E no quadro da Comissão Europeia e no trabalho que faço na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, onde estou, há vários anos e exerço funções de coordenadora, percebo que o principal lóbi do sistema financeiro não está acreditado, é a Goldman Sachs... É um conjunto de “polvos” que têm muitos braços em muitos lados e isso está associado às “portas giratórias” e portanto o registo claramente não é suficiente.

A.M - *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbino nosso país?*

Dr.^a Marisa Matias – Eu não acho que haja aqui uma divisão clara, esquerda-direita e eu gosto de pensar pela minha cabeça. Não acho que isto seja uma questão ideológica. O que eu acho, é que as razões pelas quais se requer o registo de lóbi são diferentes, dependendo, provavelmente do espectro político, muito provavelmente forças com uma matriz mais liberal e que defendem um estado mínimo e uma participação máxima dos agentes económicos e privados terão um entendimento deste registo com um determinado fim e, provavelmente mais quem defende o setor público e a coisa comum, poderá defender o registo não como forma de influência, mas para garantir a transparência. Poderá haver aqui motivações muito distintas. Mas eu nem sei sequer, por exemplo em Portugal, nem nunca falei com pessoas do Bloco de Esquerda sobre qual é a posição que muitos dos meus colegas têm. Eu tenho a minha, conhecem a minha posição, mas nunca pensámos nisso até porque em Portugal, esse sistema não existe e cá não foram feitas muitas tentativas para que existisse.

A.M – *Neste momento há um projeto-lei do CDS para regulamentação do lóbi...*

Dr.^a Marisa Matias – Mas as motivações serão diferentes... Desse ponto de vista não tenho qualquer ilusão de que as motivações são diferentes. Para quem acredita mais na participação destes agentes na governação, que é diferente do Governo e de representação, mas num esquema de governação mais vasto é para criar uma espécie de legitimidade acrescida. E há quem acredite que isso pode ser útil, como é o meu caso, para que seja mais transparente e para que tenhamos instrumentos jurídicos que possamos utilizar em caso de abuso.

A.M. - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia?*

Dr.^a Marisa Matias – Eu era contra o registo de lóbi quando fui para o Parlamento Europeu. Mudei de opinião depois de lá estar, porque de facto percebi que era preciso ter esse registo para munir-me de mecanismos que pudesse me defender em caso de ter de o fazer. Eu creio que aumenta a transparência (não do grande lóbi porque esse nunca aparece registado em lado nenhum) mas as pessoas percebem o que é que está a ser organizado. Grande lóbi são grupos financeiros, indústria de armamento, as indústrias farmacêuticas, do armamento, há grandes lóbis mundiais que, de facto, não se dão a este

trabalho de se registarem. Às vezes, quando querem reunir-se connosco reúnem-se, mas se não quiserem têm formas de influenciar. Desse ponto de vista de transparência, eu acho que é relevante, mas eu vou dizer que uma das razões, que me fez ser favorável ao registo do lóbi (dos que se registam) foi porque nos dossiers legislativos em que eu trabalhei, o facto de haver um lóbi registado, eu já sabia quais eram os setores que estavam organizados e que iam pedir reuniões, que iam querer falar comigo, que iam querer influenciar. Essa análise de conteúdo de registo de lóbi permitia-me identificar quais os setores da sociedade que não estavam cobertos pelo lóbi e que eu teria de procurar, que nunca chegariam a mim mas que eu teria de ir ter com eles para fazer o mapeamento completo dos atores relevantes para o processo de decisão. Desse ponto de vista, se calhar um bocadinho heterodoxo, mas ajuda, porque se estamos a trabalhar questões de saúde ou questões ambientais e se, por exemplo, só está um setor industrial registado e os outros não estão, isso permite-nos fazer uma espécie de sociologia das ausências e dizer, portanto “há estes que não têm voz, porque não têm capacidade económica, porque não têm capacidade organizativa, porque não têm condições para pagar a pessoas ou agentes permanentes em Bruxelas, porque não têm condição de traduzir sequer, para outras línguas, os documentos que trabalham nos seus países” e portanto isso, do meu ponto de vista, uma das razões pelas quais eu me tornei favorável foi por isso, porque me permitia mapear, eu já sabia os que me iriam mandar propostas, pedir reuniões e quais dos que eu tenho de ir à procura porque se não, não conseguia ouvi-los, portanto eram também um instrumento de trabalho.

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobista em Portugal?*

Dr.^a Marisa Matias – A profissão de lobista em Portugal existe. Não é assumida e legal. Mas eu creio que existe e basta pensarmos muito no que tem sido, por exemplo, o papel de grandes escritórios de advocacia neste país, para perceber como essa profissão existe e está bem enraizada. Tem outro nome, tem outras formas e desse ponto de vista eu acho que é sempre melhor o registo e sei perfeitamente que não é muito comum no espectro política de movimento haver este tipo de opinião. Mas é pelas razões que acabei de lhe explicar.

A.M. - *Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr.ª Marisa Matias – Primeiro, eu acho que aqui não há apenas, uma situação em que seja lóbi legal ou ilegal, seja transparente ou seja obscuro... Há aqui, também, um código de conduta dos próprios representantes políticos e dos governantes e, portanto, isto não é uma... Há códigos de conduta associados a todas as partes envolvidas. Parece-me que está bastante claro para quem exerce cargos públicos, qual é a linha que não pode passar. O problema é que, mesmo para quem exerce cargos públicos, o sistema não é tão restritivo como deveria ser, seja do ponto de vista dos Governos, seja do ponto de vista da representação pública... partidária... há uma grande lista de representações... os limites são muito permissivos. E, portanto, há linhas vermelhas que eu acho que são identificáveis por toda a gente, por exemplo receber dinheiro, luvas, não interessa, coisas assim... casas, carros, é óbvio para quem exerce estes cargos, ou distribuir electrodomésticos pela população para comprar votos e coisas assim do género... Mas o meu problema não é a zona em que as linhas vermelhas são claras. O meu problema é a zona que é cinzenta. Nós não temos períodos de “nojo” suficientemente longos que permita, por exemplo, acabar com o sistema de portas giratórias, que é uma outra forma de lóbi, um lóbi distendido no tempo, uma espécie de “uma mão lava a outra”, favores que se pagam e que ninguém nunca “fica na mão”, na realidade. E eu acho que o sistema de incompatibilidades deveria ser muito, muito mais rígido a esse respeito e não é e nós temos exemplos sistemáticos de ex-governantes que passam à administração de grandes empresas e depois voltam ou de grandes grupos económicos e financeiros mundiais e depois voltam e andam sempre numa rotatividade incrível... E, portanto, isso confunde-se verdadeiramente muito e não é pelo facto, de às vezes mesmo quando se cumpre o “período de nojo” estabelecido, não quer dizer que a coisa seja moral a seguir, porque é absolutamente imoral. E portanto, este lóbi diferido no tempo é, também para mim uma forma que deveria ser combatida e não deveria ser permitida. Acho que a lei é muito permissiva a esse respeito. Relativamente ao resto, tudo o que seja de pagamentos ou de ameaças, ou o que seja para influenciar decisões legislativas ou governativas cai dentro da corrupção, do crime, muitas delas estão cobertas pelo código penal, outras não estão. E portanto, as que eu acho que são mais difíceis de combater são precisamente as que não estão cobertas em lado nenhum, porque são formas mais subtis e mais enraizadas e mais resistentes de lóbi. E não é identificado como lóbi imediatamente porque não é aquela “coisa” de chegar, apresentar propostas e defender, *“agora quero que a senhora deputada defenda aqui o meu ponto de vista”*, não é isso. É muito mais amplo do que isso e, portanto, eu acho que quando

tratamos da questão do lóbi, temos de tratar também da questão do exercício dos cargos públicos, e das limitações e das incompatibilidades.

A.M. - *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr.^a Marisa Matias – Eu concordo com a exclusividade. Eu sinceramente pergunto-me sempre como é que alguém consegue ter tempo para fazer mais alguma coisa quando está no parlamento para além de ser deputado, pergunto-me sinceramente como é que se consegue ter mais tempo. Mas pelos vistos há quem consiga, deve ter dias maiores e noites maiores do que o comum dos mortais. Acho que é uma questão de respeito, pela própria democracia. Há um bocado falávamos se isto podia ou não reforçar a democracia... há aqui muitas zonas que não têm necessariamente a ver... porque podemos isolar perfeitamente a questão do lóbi. Mas se alguém continua a trabalhar noutra área, como é que nós pudemos alguma vez ter a garantia de que não existe conflitos de interesses? É complicado, por isso eu defendo claramente a exclusividade. Como é que se vem legislar a esse respeito? – Não sei. Nós no Parlamento Europeu temos um registo de conflitos de interesses, de declarações de conflitos de interesses, que tudo o que fazemos, para além da nossa atividade, temos de registar. No caso do Parlamento Europeu o registo é público, qualquer pessoa que aceda ao nosso *site* tem que ter lá, porque se não nós nem sequer começamos a exercer, cada vez que se altera tem de se informar... Quem acede ao *site* tem diretamente o que as pessoas fazem, para além de serem deputados, quais os honorários que recebem por cada uma dessas actividades, por isso é um bocadinho mais transparente embora, eu não ache que isso seja uma condição porque a transparência em si mesma tem de estar alicerçada... Porque quer dizer, eu dizer que faço tudo, mas não resolve o problema de fundo. A transparência é importante mas não resolve o problema de fundo, que é a acumulação de funções. Por isso acho que a única forma de garantir isso mesmo, (estamos sempre confrontados com situações controversas nos processos legislativos, e portanto há sempre influências e por isso o nosso projeto político é mais influenciado por umas perspetivas do que por outras... isso existe sempre). Portanto não vale a pena estar a exagerar nem a criar mais condições para criar essas zonas cinzentas.

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr.^a Marisa Matias – Acho que não há uma relação direta, em relação a isso. Nunca pensei nisso, sinceramente. Se precisamos de informações sobre Portugal ou sobre o sistema político sobre a posição do Governo Português ou das forças políticas portuguesas, o que interessa em relação a determinados *dossiers*, nós recorremos sempre à representação portuguesa, essa informação é sempre facilitada. Em termos de lóbi da defesa dos interesses nacionais, estes diferem de representação política para representação política. Eu quando concorro às eleições e ao meu lado estão a concorrer os meus colegas do PSD, dizemos ambos que queremos defender os interesses nacionais e são projetos radicalmente diferentes. Portanto acho que o maior lóbi para a defesa dos interesses nacionais, seja isso o que for, porque depende obviamente do programa que apresentamos, e para mim será muito diferente do que é para a maior parte dos meus colegas, o maior lóbi são os deputados que são eleitos para defender esses interesses em articulação com os interesses europeus, portanto nunca me coloquei essa questão porque achava que os mecanismos existentes eram mais que suficientes e passam por representação direta. Ao nível da Comissão Europeia, cada país tem um comissário nomeado, numa área específica, há o colégio dos comissários, ao nível do Conselho todos os governos estão representados. É certo que não têm todos o mesmo peso porque houve alteração dos Tratados que fazem com que os nossos votos tenham muito menos peso que, por exemplo, os votos da Alemanha, isso está inscrito nos Tratados, mas foi aprovado pelos Governos, de qualquer das maneiras, mas...

A.M – *Os principais lobistas que costuma receber são de que origem?*

Dr.^a Marisa Matias – Depende dos *dossiers* que têm em mãos. Na Comissão de Indústria e Investigação de Energia há vários portugueses do setor industrial e sobretudo das energias renováveis, de movimentos sociais, mas obviamente por posicionamento político eu recebo muitos sindicatos porque me procuram, acho normal, e vários sindicatos portugueses e representantes de sindicatos portugueses, ou portugueses que estão na associação europeia de sindicatos, nas diferentes associações europeias de sindicatos que estão sedeadas em Bruxelas. Mas no setor financeiro vêm sobretudo da Citi de Londres ou de Nova Iorque, Tóquio, das principais praças. Quando fui responsável pelo parecer sobre a regulamentação dos *banch marks*, dos índices que servem para definir coisas na bolsa, vieram sobretudo das bolsas de Toronto, Nova

Iorque, da Citi Londres, Tóquio, portanto, vêm de propósito para reunir com os deputados responsáveis por essa matéria e, portanto, percebe-se o que se investe nisso. No setor da saúde pública, que foi uma área em que eu trabalhei muito também, aí é muito transversal. Agora é verdade que, por exemplo, percebe-se que é muito transversal porque é da indústria farmacêutica, da distribuição, dos utentes, dos próprios pacientes, mas depois percebe-se que há uma grande quantidade de países em que as associações de utentes não estão organizadas o suficiente. Portanto temos que ir à procura... Portugal é um dos casos. Quando pensamos em organizações da sociedade civil constituídas como lóbi, recebo mais do Reino Unido, da Alemanha, da França do que de qualquer um de outros países. Têm esta noção de que precisam de estar ali a fazer lóbi...Costumo dizer na brincadeira “lóbi bom”. A gente aprende sempre com todos, mas obviamente tenho mais simpatia por uns do que por outros, e não tenho problema em assumi-lo. Tem que ver com os objetivos com que se organizam e estão mais perto de aquilo com que me identifico, tenho mais simpatia. Mas depende muito das áreas. De facto, o que se percebe, e isso talvez também seja uma distinção em relação a Portugal. Bruxelas é um centro de poder, que tem muitos impactos em muitos países e na região mais rica do mundo. Isso conta e há ali uma concentração de lóbi que eu penso que deve ser só equiparável à que existe no Senado e no Congresso Norte-Americano e, provavelmente, no Japão... Mas não deve haver muitos mais centros de poder de lóbi como em Bruxelas.

A.M. - *Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é contudo inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?*

Dr.^a Marisa Matias – Eu acho que é uma barreira claríssima e isso também existe do ponto de vista europeu, daquilo que são as políticas comuns. Por exemplo, nós tivemos agora e ouvimos tivemos audiências com a Apple, com o Google, com o IKEA, com a Amazon todas as grandes multinacionais que têm esquemas de elisão fiscal nos países

Europeus e tivemos uma comissão de investigação do Lux Leaks, eu fui vice-presidente dessa comissão que durou, para aí, 12 meses e agora vai ser constituída uma comissão de investigação relativamente aos Panamá Papers e nós recebemos todas as multinacionais e questionámos todos os representantes de todas as multinacionais, questionámos lançadores de alerta. Sobretudo jornalistas que são quem é acusado e quem paga o preço de divulgar informação que é de interesse público, responsáveis políticos, ministros envolvidos nestes processos e tudo o mais, para termos de estar a ouvir, com a defesa, que *“isto é legal”*, *“tudo bem, mas isto é legal”*. É legal mas é imoral. E se é imoral, temos de mudar a legalidade para que ela seja um bocadinho mais justa e mais moral no sentido de ética, não no sentido de conotação de uma prática religiosa qualquer ou de uma relação a valores religiosos, mas no sentido de comportamento ético. Muitas das coisas ficaram absolutamente “pela rama”. A única coisa que conseguimos verdadeiramente foi conseguir apurar a responsabilidade da Apple e da Amazon... A Apple já teve de pagar agora os impostos devidos à Irlanda, mas todos os esquemas que nós temos de fuga ao fisco, e o caso português é paradigmático desse ponto de vista, porque de todas as empresas cotadas no PSI 20, no nosso índice na bolsa só uma é que paga impostos em Portugal. Todas as outras têm sede fiscal na Holanda (e, portanto, são muito patriotas, mas com o dinheiro dos outros...) e isso, por muito que a gente faça o levantamento e que se consiga perceber que obviamente são este tipo de práticas que está a “matar” o projeto da União Europeia, esbarramos sempre na legalidade dessas práticas. Aí nem é preciso que haja lóbi; basta ter a lei ao lado deles, embora a lei depois desproteja... Mas foi aprovada por maiorias parlamentares...

Como Durão Barroso ir para a Goldman Sachs, um ano e meio depois de ter deixado a presidência da Comissão Europeia e Maria Luísa Albuquerque.... Temos uma lista tão infinita... Toda a gente diz “mas isto é legal” por isso é que eu acho que uma forma de combater o lóbi é, também, uma forma de legislar (e a legislação não resolve tudo, infelizmente, porque existe muitas práticas irregulares, de corrupção que é difícil de eliminar mas por isso temos de começar). Eu não vejo a legislação ligada ao lóbi apenas do ponto de vista da regulação do lóbi em si mesmo, mas também como uma reformulação das práticas das acumulações possíveis e dos conflitos de interesses que existem do ponto de vista de quem exerce o poder político e cargos públicos.

Apêndice O - Entrevista ao Dr. Joaquim Martins Lampreia**(realizada em Lisboa, a 6 de setembro de 2016)****Entrevistadora:** Maria Antónia Gaspar da Mota**Entrevistado:** Joaquim Martins Lampreia**Profissão:** Consultor e Lobista profissional acreditado em Bruxelas**Empresa:** Omniconsul**Data:** 6 de setembro de 2016, às 09:15**Local:** Lisboa**Duração da Entrevista:** 37 minutos**Meio de recolha:** Gravação Áudio**Antónia Mota (A.M.) - *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?***

Dr. J.M. Lampreia – Em Portugal e na Europa, não é? O lóbi é um conjunto de atividades que num sistema democrático, o lóbi só funciona em democracia, visa defender os interesses da sociedade civil junto de quem faz as leis, ou seja, junto do poder executivo e do legislativo em primeiro lugar, no parlamento e do executivo que é o governo, não faz leis, mas, decretos de lei, portarias e afins por aí fora, na defesa dos interesses, que pode ser de uma empresa de um sector empresarial, de uma associação empresarial. Pode ser os interesses de uma ONG Organização Não Governamental, a defesa do consumidor, a defesa dos animais, que pode ser uma região, não são só empresas. Basicamente, é isto. O importante salientar é que nós atuamos junto de quem faz as leis, ou seja, junto poder legislativo e executivo, ao contrário dos advogados que atuam junto do poder judicial, ou se quisermos, junto de quem aplica as leis. O advogado, o especialista que defende os interesses dos seus clientes, não interessa se é uma empresa, se é uma pessoa se é uma região, não interessa, defende os seus interesses junto de quem aplica as leis, os tribunais, os juízes e enfim, por aí fora. Nós trabalhamos a montante e defendemos os interesses desses mesmos clientes, qualquer um destes que eu citei. Não junto de quem aplica as leis, até é nos vedado na Europa, no sistema europeu não é suposto influenciar juízes ao contrário dos Estados unidos. até porque nos é vedado no sistema europeu. O que não verdade nos E.U. Nos E.U.A o lobista atua junto do poder judicial, executivo. Na Europa isso não faz sentido. Portanto, definiria lóbi dessa maneira, se quiser.

A.M. - *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. J.M. Lampreia – É. É. Tem que ser positiva desde que isenta, obviamente. Isto é sempre como um jornalista quando faz uma peça, um artigo qualquer é sempre a diretiva do jornal, digamos a linha, a linha política do jornal. Obviamente o lobista se trabalhar para associação dos transportes ou farmacêutica, ou seja o que for, defende os interesses do seu cliente que é neste caso, a indústria farmacêutica, para ilustrar. Mas isso, o deputado sabe disso, não tem problema. Portanto o que é acontece, muitas vezes os deputados, quando são sobretudo problemas mais técnicos não têm a informação toda. Era impossível até contatarem essas áreas do Haiti, computadores ou na área da energia e dos transportes, disto daquilo e daqueloutro. Aparece um novo medicamento. Estou a fazer campanha para os Biossimilares, como dos genéricos há uns anos atrás. Os Biossimilares é uma coisa nova que vem aí. Eu não estou à espera que os deputados da saúde saibam os que são Biossimilares. Quando vamos lá explicar antes para preparar, tenho a noção que vou dar informação relevante, de interesse para eles. A resposta à sua pergunta é sim, acho que é importante.

A.M. - *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na União Europeia?*

Dr. J.M. Lampreia – Há, Sem dúvida. Porque o que nós precisamos ter é o que já se faz na União Europeia, a “**pegada legislativa**”, ou seja, esta lei que foi votada pelos partidos X Y e Z teve a influência e a informação de quem? De umas ONGs, de uns lobistas, quem foram, o que é disseram e tal. Se isso ficar registado é importante para mais tarde não haver dúvidas sobre a transparência, é isso, saber quem foram as entidades, ou pessoas ou Instituições que influenciaram a tomada de decisão aquele artigo jurídico, daquela lei ou decreto-lei. E que sim era importante.

A.M. - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. J.M. Lampreia – Bem, há aqui duas partes. Uma é sobre as atividades, acho que sim, havendo um código de ética e uma regulamentação que define os parâmetros em que um profissional pode atuar, se pode ir daqui até ali, não passa disto. Isso é uma coisa que é importante e deveria de estar referido na tal regulamentação que se está a pensar fazer, no enquadramento jurídico. Uma outra coisa são os honorários, no EUA por acaso, somos obrigados a definir, em Washington tive que dizer quanto é que me pagavam, o que não é problema, porque não tenho nada a esconder. Eu sou profissional da área, pois obviamente, isto é o meu ganha pão, e naturalmente tem de me pagar pelo trabalho que eu faço. Uma coisa talvez, na Europa, nos Estados Unidos é sempre diferente. Na Europa, por exemplo nós não ganhamos ou não conheço, pelo menos eu,

lobista profissional do ponto de vista profissional, não estou a falar dos facilitadores, isso é outra coisa. Pessoas que não tem *Background*, não estão registados, mas tem uma boa carteira porque já foram deputados, ou eurodeputados que mexem alguns cordelinhos, mas não tem estratégia, não tem. Porque são desta terra. Não é necessariamente mau, para o fazerem. Não quer dizer que sejam corruptos ou que estão a fazer tráfico de influências não se podem considerar profissionais (pronto) não tem de mudar de técnica, por detrás, de atuar enfim. Os honorários, no nosso caso é baseado ou no preço hora, o nosso é 100€ hora e o mínimo são 50 horas por mês, portanto não faturamos menos do que isso, e não trabalhamos... Não tenho problema nenhum em dizer quanto ganho, não faço ideia de quanto é que cobram, sei que somos os mais baratos que os advogados e mais caros que as agências de comunicação, estamos ali no meio. Mas não há hipótese de trabalharmos com os melhores do mercado se não lhe pagarmos. E tenho tido trabalho. Não vale a pena tentar, qualquer coisa menos de 50 horas, os tais 5.000€ por mês, não vale a pena, não se consegue fazer grande coisa. Não se vai para lobista pelas horas de trabalho paga-se a influência que ele dá por uma determinada decisão política: Isso há vezes é *priceless*. Não tem preço! Imagine, por absurdo, não é realidade, eu era muito amigo de um ministro qualquer, pegava no telefone e ligava-lhe, eu preciso de rever a lei, sobre um assunto qualquer, é pá, boa ideia, vou tratar disto e gastei com o meu cliente 15 minutos ao telefone. Não lhe vou cobrar 15 minutos, era só o que faltava! Se a lei for para a frente milhões de euros no mercado, portanto não dá. Tem que ser assim. O sistema de projeto. Um projeto para tratar de um determinado assunto, o valor do projeto é tal, quer se atinge o objetivo, a 100 por cento, quer se atinja a 90% a 50%, ou quer não se atinja o objetivo. Nós não podemos dar garantias sobre as decisões políticas. Podemos dar a garantia que faremos o que melhor que sabemos, profissional, ético, enfim, com essas características todas. Não podemos dar garantias sobre o objetivo. E é sobre esse trabalho que nos pagam. Penso que há pessoas que fazem isso com base no resultado. Como sabe em consultoria não é muito ortodoxo, ou seja, se conseguirmos dar os 10% de muita coisa, de muitos milhões, se não conseguir não nos dá nada. Não é um sistema reconhecido de funcionamento. Repare, que há pessoas, não é ilegal. Os advogados gostam, por vezes misturam as duas coisas, com um *fee* mínimo e se atingirem o objetivo tem mais 0,5%, seja o que for. Pode ser muitos milhões, milhares de dólares.

A.M. - Mas em Portugal concorda que os honorários deveriam ser públicos?

Dr. J.M. Lampreia - Os honorários, vamos lá ver, não tem que ser públicos. Isso é uma coisa americana, não é obrigatório. Eu tenho de dizer aos meus clientes quanto é que cobro. Já estou em fim de carreira, já digo quanto é que cobro, quanto é que ganho. Não tem nada com isso. Se um jornalista, se lhe perguntar a si quanto é que ganha, vai olhar para mim e dizer o que é que tem a ver com isto. Portanto, os honorários não têm que

ser públicos, os valores envolvidos, o que é diferente quando digo que esta campanha cobra 150 mil euros, 500 mil euros, um milhão, aquilo que for. Isso talvez... Nunca pensei no assunto. Depois, talvez não seja displicente.

A.M. - *Na União Europeia é registado. O valor da atividade.*

Dr. J.M. Lampreia - Sim. Vamos lá ver. No registo, na acreditação, uma pessoa coloca quanto é que teve por cada cliente, mas não há provas. (*off de record*)

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. J.M. Lampreia – Não. Vamos lá ver! Não. A resposta é não. Não será o suficiente por mais que se possa fazer, uma coisa é certa quanto maior for a transparência, menor será a possibilidade de corrupção, agora o ser humano desde sempre, e há-de arranjar maneira de pôr o primo e pagar por trás, isso é um problema da humanidade, não é da atividade em si. Concorde que maior é transparência, mais difícil se torna fazer tráfico de influências ou corromper. Talvez seja uma meia resposta à sua pergunta, mas é o que é.

A.M. - *Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. J.M. Lampreia – Aí é muito fácil. Ao contrário do que toda a gente diz, acho que não é difícil. O tráfico de influências é porque há uma troca, ou seja, faz-me um favor e eu pago-lhe, posso pagar-lhe dinheiro, posso pagar-lhe bens, posso comprar-lhe uma casa, seja o que for. Isso é corrupção ou tráfico de influências, se fizer sair esta lei, se alterar a lei.

A.M. – *Há uma contrapartida...*

Dr. J.M. Lampreia – Uma contrapartida. Eu quando vou falar com o deputado sobre um assunto qualquer, não vou só pelo que me ouça, nem estou à espera que ele me peça nada em troca. No Brasil e Angola até nos dizem “*o que é que eu ganho com isso?*” Havendo esta transparência, legislativa é mais difícil isso acontecer. A grande diferença é que o lóbi profissional é feito de forma transparente, profissional e ética, não tem troca. Vou lá dar uma informação, o que eu peço em troca que estejam com um mínimo de atenção ao que vou dizer durante 10 ou 15 minutos na audiência ou aquilo que for. Essa é a minha missão. Não estou à espera que me peçam dinheiro para me ouvir, isso já são pagos pelos meus impostos, nem eu vou oferecer nada para tentar incentivar, estou a falar por mim e penso que a maioria dos meus colegas funcionam da mesma maneira, não é?! Entretanto vou-lhe fazer chegar a casa uma caneta em ouro, não passaria pela cabeça de ninguém. Portanto, a diferença é essa, não há troca de coisa nenhuma.

A.M. - *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. J.M. Lampreia - Eles sempre tiveram. Agora os grandes grupos, a Banca, grandes empresas, os partidos têm os seus contactos a nível governamental e parlamentar e não tem problema nenhum. Quando quer falar com o ministro pega no telemóvel e liga-lhe, foram colegas da faculdade, estiveram no governo. O grande problema poe-se com as PMEs que não tem por isso que na minha cruzada pessoal, é que a legislação era boa fazer lóbi pelo lóbi. Os grandes grupos nunca disseram que não, mas nunca levantam um dedo para me ajudar. Já as pequenas e médias empresas, as associações empresariais, há, esses sim, gostariam que houvesse regulamentação esses sim. Regulamentar o lóbi também é que haja igualdade de oportunidades de acesso na sociedade civil aos decisores públicos. Agora, para responder a outra parte tem tido. O lóbi há tempos uma palestra na Universidade de Aveiro, já não me lembro. Então digam-me lá sabem qual é a segunda atividade mais antiga do mundo. Uns começaram a rir. Eu não estou a perguntar qual é a primeira a atividade mais antiga do mundo, mas a segunda atividade mais antiga do mundo, o lóbi. Já havia ano “Ágora” a defesa dos interesses, Esparta, Creta, Grécia, não é? Desde que existe política, humanidade há a defesa de interesses, o que é legítimo. Se, portanto, o lóbi uma coisa muito antiga. Roma fez a mesma coisa. O lóbi só existe a partir do século XVIII, 1700 e ...a data exata. Já sabe porque é que se chama lóbi?

A.M. – *Sim.*

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas? Justifique.*

Dr. J.M. Lampreia – Em Portugal? Estão. Até já temos pessoas que fazem Bom, há aqueles que fazem lóbi sem saber que estão a fazer. O do Molière para o Sr. Jordan, o Sr. que falava em prosa sem saber. O outro que falamos em poesia e em prosa. Então, eu falei em prosa desde pequenino sem saber. Que bom! Há os que fazem lóbi, sem saber que o estão a fazer. Algumas ONGs, alguns sabem que o estão a fazer de certa maneira de uma empresa de uma instituição, dos consumidos que encaixa naquela definição que lhe dei. De um determinado setor, os ecologistas, a QUERCUS, mas depois, há muitas associações que não perceberam que estão a fazer lóbi. As associações empresariais que defendem um setor de atividade junto de quem faz, os lóbi, os interesses políticos, tentar baixar o IVA da restauração, e por aí fora. Isso é lóbi. Não fazem direto. Contratam um consultor especializado para os ajudar. Qual era a pergunta?

A.M. - *Estão reunidas, as condições?*

Dr. J.M. Lampreia – Estão reunidas as condições, para além de haver associações profissionais se pensarmos que as grandes empresas públicas fazem dela com um departamento na Europa. Fazem lóbi, já nos Estados Unidos ninguém põe no cartão que é lobista. Não tem só o lóbi, tem várias coisas, comunicação política e por aí fora. Junto de exatamente o mesmo problema. O problema não é só nosso, Espanha tem exatamente o mesmo problema. Tem uma associação, se for à *APRI Association des Professionnels de Relations Institutionals*, depois logo vê. Maria Rosa Bouton se falar com ela, a minha colega espanhola. Aqui já tentamos fazer uma associação, tentamos coisa nenhuma. Os Franceses tem a *AFCL Association Francese des Conseils en Lobbying*. Os estatutos, você se domina o francês, é a *AFCL Association Francese des Conseils en Lobbying et Public Affairs*. AFCL e em Espanha é a APRI. E tem grandes problemas porque não conseguem. Temos que fazer, nós aqui, quando me vieram propor, vamos fazer uma associação, ficas presidente, não ou fazer associação sem a atividade estar reconhecida e regulamentada. Não quero ser presidente, nem tenho que ser presidente de uma atividade que não é reconhecida, não tem que ser regulamentada mas reconheçam que existe. Que é autorregulamentada tudo bem como fazem os franceses. Acho que deve ser regulamentada e ter malhas apertadas melhor será, melhor será a qualidade dos profissionais. Eu disse não, não vou fazer uma associação. Nós não temos associação, Espanha tem, França tem, Itália tem. Itália é uma Internacional *PACHE Public Affairs Community of Europe*, portanto, isto é, a nível europeu, a Omiconsul pertence, nós somos sócios a nível português. Mas isto é uma espécie de Confederação, mas depois tem umas associações, logo vê. E pronto. Sim. Nós temos. A própria Comissão Europeia considera temos todas as condições desde 2007. Conseguimos trazer cá o Comissário Sicalas o tal que fez a *ETI European Transparency Initiative* e teve cá. E fez uma palestra e essa coisa toda e disse: “Não entendo por que é que em Portugal não avançam com a legislação sobre isto.” Era bom para os governantes, para os políticos, era bom para os cidadãos, era bom para os agentes, era bom para a opinião pública, era bom para as empresas, pelo menos

A.M. - *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?*

Dr. J.M. Lampreia - Em princípio toda a gente é a favor. Não há ninguém que me tenha dito ao longo destes 12 anos. Fazer lóbi pelo lóbi. Não, isso não é boa ideia, não queremos. Atenção! O problema como sabe, mas isso é mais a montante, na Assembleia da República um terço dos nossos deputados não estão em exclusividade. Não estão a cometer nenhuma ilegalidade, a Constituição permite isso. Um terço, 74, 75, o que fazem estes deputados, que nós chamamos deputados-lobistas quando não estão na Assembleia da República ou estão nos escritórios de advogados ou estão em empresas e

comunicam sem cometer nenhuma ilegalidade. Podem fazer isso, tem de o declarar. Ora, enquanto não houver exclusividade é muito difícil

A.M. - *Concorda com a exclusividade?*

Dr. J.M. Lampreia – Concordo a 100%. O só o partido comunista e BE Já cheguei dentro do Parlamento, um deputado que trabalhava com os Espanhois da Iberdrola e o meu cliente era francês Electricité de France. Já perdi à partida. Não dá! A Microsoft já contratou um deputado também que trabalhava para a Microsoft, por sorte a Microsoft era nosso cliente. Temos que o convencer. Enquanto essa situação se mantiver vai ser muito difícil avançar com uma lei muito restritiva. Se for assim mais *soft*, mais flexível.

A.M. - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia? Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?*

Dr. J.M. Lampreia – Ok. Então vamos lá ver. Tem uma relação direta. Para mim acho que quanto mais regulamentada... O lóbi vai existir sempre. A regulamentação é como a prostituição ou regulamenta ou não regulamenta. Vão fazer sem controlo, às escondidas, mas vão fazer. Conflitos de interesse, isto não acaba com os conflitos de interesse, isto dá oportunidade a ambos os lados do conflito. Qualquer interesse tem sempre um interesse contra, se vai defender os interesses dos animais, vai ter outro lado sempre não há nenhum setor de atividade que não tenha o lado contrário, não os animais não, os cães não porque fazem cocó no passeio e ladram no passeio, se vai fazer lóbi para o vinho aparece do outro lado o da cerveja, e depois podem aparecer outros, do Sumol e do Compal, vai haver sempre conflito interesse.... Vamos lá ver, não lhe chamamos conflito de interesse. Os interesses são dispares a sociedade portuguesa e é preciso especialistas para defender os interesses duns e doutros associações do setor preparadas para defender os seus interesses, mas quando há interesses de um lado, também há interesses contrários do outro. Dai que em democracia quem decida não é o Salomão, o nosso deputado, tem que ouvir um lado e tem que ouvir o outro, se só ouve um dos lados qualquer força. Se ouve só um lado fica influenciado só por um lado e depois legisla mal, o lóbi é uma espécie de uma balança que vai permitir através da transparência, igual oportunidades para um lado e para outro. E depois logo se vê, os

políticos decidam em consciência, o que querem votar ou não votar. Sim. É vantajoso para isso.

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. J.M. Lampreia – Enfim, é seguinte, a vantagem do lóbi regulamentado vejo dois universos. Internamente vamos ter uma maior transparência na sociedade civil. Sabe-se quem é que influenciou ou tentou influenciar, sabe-se como é que as coisas funcionam os lóbis, os colégios privados e dos outros de um lado e do outro, tem os seus argumentos, o lóbi gay para outros assuntos, o lóbi, há muitos lóbis, não só económicos, os direitos da mulher, da criança e religioso. Agora os lóbis também têm a parte religiosa. Os lobistas têm a parte religiosa que não existiam. Como agentes. Portanto, internamente aumenta a transparência por outro lado, havendo regulamentação tem um segundo efeito que é a abertura do mercado a profissionais, em escadinha, ou seja, começando era preciso que houvesse formação, já existe algumas coisas em pós-graduações, mas havendo formação. O que se passou no final dos anos 70 com a comunicação enquanto não fizeram uma pequena portaria não existia, não há média, empresa ou uma empresa, instituição, uma Câmara Municipal que não tenham um departamento de comunicação ou relações públicas e isso emprega muita gente em Portugal. E aqui seria a mesma coisa relações públicas, relações governamentais, institucionais isto abriria o mercado para os jovens que tem formações em Relações Internacionais, Ciência Políticas, Direito, Comunicação, todos estes poderiam fazer especialização nessa área. E abriria o mercado, isto internamente. Externamente, o que é acontece, não tem regulamentação, não tem profissionais em quantidade, não tem não conseguem abrir canais para serem mais competitivos, para as empresas o lóbi acaba por ser mais uma ferramenta de competitividade permite ser mais competitivo, mais-valia, se quiser. Externamente seríamos mais competitivos e internamente seríamos mais transparentes. O que era mais fácil atingir, do que há uns anos atrás em que os meus compadres do Alentejo da Associação dos Agricultores. Associação dos Agricultores, encontrarmo-nos no Parlamento Europeu. Ó compadre está aí. Então, nós viemos falar por causa da seca. Não diga nada, mas viemos fazer lóbi. Esta coisa de não diga nada, mas viemos fazer lóbi, fazer uma coisa proibida que não se deve fazer. Então vai fazer lóbi? Eu sou lobista também. Ai é? Então, mas você diz assim? Tive que andar a explicar. Em Portugal ainda se tem a noção que é uma coisa que se faz às escondidas, que tem que falar com o primo que é eurodeputado, ou com um antigo colega meu que agora é secretário de Estado ou isto colega da faculdade, um colega de infância, ainda funciona muito assim. Enquanto funcionar assim, não funciona nada, não dá para fazer nada.

A nível europeu, continuasse a fazer os contatos

A.M. - *É feito de uma forma pouco profissional?*

Dr. J.M. Lampreia - É feito de uma forma pouco profissional, não digo todos. É assim, vou a Bruxelas fazer lóbi, não tem estratégia, não tem nada. Vou falar com os deputados dos outros países, os eurodeputados da oposição, digamos. Vão falar com o primo que trabalha lá.

Ou outras associações, estamos melhor que há dez anos atrás, temos esta conotação, a comunicação social utilizou a palavra lóbi sempre como uma coisa má. O lóbi do cimento, é preciso combater o lóbi mau. Isto não há lóbis maus e lóbis bons. Não. Se eu trabalhar para a APRIFARMA Industria farmacêutica defendo os interesses dos laboratórios farmacêuticos sou o lóbi mau que é para ganhar dinheiro, mas se for defender os interesses da RARISSIMAS, Associação de doentes raros, quando apoio as crianças que têm doenças raras é o lóbi bom, mas se apoiar a indústria que tem medicamentos para doenças raras que é preciso aprovar pelo governo, há isso é mau porque é para ganhar dinheiro. Não é. Isso é uma visão completamente estapafúrdia da coisa. Não há lóbi bom e lóbi mau.

Apêndice P - Entrevista ao Dr. Fernando Negrão
(realizada em Lisboa, a 6 de setembro de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Fernando Negrão

Profissão: Deputado do PSD

Comissão Eventual para a Transparência de Cargos Públicos: Presidente

Data: 6 de setembro de 2016, às 14:30

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 30 minutos

Meio de recolha: Gravação áudio

Antónia Mota - *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Fernando Negrão - Em Portugal nós não temos lóbi por isso é difícil estar a dar-lhe uma definição porque não há nenhuma definição legal. Agora há uma definição de carácter geral sobre o que é o lóbi. Todos nós sabemos. Mas em Portugal não está organizado, não tem existência legal e por isso nós a começar a querer e a fazer essa discussão e vamos começar a fazer já brevemente através de um colóquio organizado pela Assembleia da República.

A.M. - *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Fernando Negrão – Eu acho que pode ser positiva. Porque muitas vezes durante o processo de decisão legislativo ou não se fala com quem se deve falar, porque há muitos interesses difusos que circulam à volta da decisão ou que não se fazem sentir institucionalmente. Não é?! Ou mesmo fazendo-se sentir institucionalmente por vezes falam institucionalmente e falam também por “portas e travessas” como se diz e, portanto, a legalização e regulamentação do lóbi pode ter, eu não quero estar aqui a dar opiniões definitivas, pode ter o efeito de organizar os porta-vozes dos variadíssimos interesses que existem e que devem ser ouvidos durante o processo legislativo e respetiva decisão.

A.M. - *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. Fernando Negrão - Bom! Existindo a regulamentação do lóbi, ela deve ser obrigatória. Não é! Para todos, sob pena de não só continuarmos a ter o que temos hoje. E depois uma parte organizada na sociedade e explícita na sociedade e junto das Instituições nomeadamente do parlamento. Temos que evitar o que está a acontecer, hoje. Não é? Se queremos regulamentar é para evitar isso mesmo.

A.M. - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Fernando Negrão - Mas quais são as especificidades do sistema político português relativamente aos outros? Não é? A ideia que eu tenho é que o sistema político português é um sistema democrático baseado no voto universal e com todas as liberdades e garantias. O nosso sistema político não é muito diferente dos outros sistemas políticos existentes na União Europeia. Portanto, não vejo que as especificidades a existirem no sistema político português sejam impeditivas de qualquer registo desta natureza.

A.M. - *Mas, perguntava-lhe se concorda dos registos dos lobistas, atividades e honorários?*

Dr. Fernando Negrão - Não. Isso eu concordo. Se vamos regulamentar, eles têm de ter atividade. Porque não podemos estar a regulamentar, uma função sem atividade. Não é? Quanto às remunerações, naturalmente que as pessoas devem ser remuneradas Não deve ser o Estado a remunerá-los.

A.M. - *A questão é: deve ser público ou não, os honorários?*

Dr. Fernando Negrão - Se devem ser públicos. Essa é uma questão interessante, essa. Tendo-lhe a dizer que sim, que acho que deve ser público. Porque se nós queremos regulamentar para haver mais transparência, devemos naturalmente saber quais são os interesses económicos que circulam à volta da função de lóbi.

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. Fernando Negrão - Sabe que... Se fosse possível combater os crimes todos e acabar com a criminalidade, nós não tínhamos necessidade de ter polícias, nem tribunais, nem procuradores, nem juízes. Não é? E, portanto, podemos regulamentar até ao mais ínfimo pormenor, íamos continuar a ter problemas de corrupção e de atividades ilícitas nesta área, da legislação ou da governação. Agora o que eu acho é que nós devemos regulamentar quando achamos que isso pode trazer mais transparência para o processo legislativo. E, portanto, é esse o intuito. É trazer mais transparência. Não ter a ideia que vamos acabar completamente com os problemas de corrupção ou tráfico de influências nestas áreas.

A.M.- *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. Fernando Negrão. -Tem sempre. Porque, quer dizer, nós não podemos andar a legislar sem ouvir as entidades que são diretamente visadas na legislação que está a ser aprovada, não é? E, portanto, a opinião desses grupos é importante, ser ouvido seja por quem governa quando legisla, seja no parlamento quando se legisla. Eu não posso estar a legislar sobre a pesca da sardinha sem ouvir os pescadores ou os empresários da pesca da sardinha. E, portanto, esta relação entre o legislador e aqueles que são objeto da legislação a que ele está a elaborar é fundamental.

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas?*

Dr. Fernando Negrão - Acho que ainda não estão, sabe! Ainda há muitos preconceitos relativamente à questão do lóbi e dos lobistas. Porque a própria palavra criou na sociedade portuguesa um sentido pejorativo. Quem faz lóbi é lobista é porque é vigarista, não é?! Esta a conotação que a palavra tem hoje na sociedade portuguesa é esta. Não se percebendo que muitas vezes nós ouvimos determinadas associações ou determinadas pessoas ligadas a determinados a certos sectores porque queremos fazer a legislação mais adequada possível a um problema que temos entre mãos. Agora para resolver o problema mudamos de nome de *lobbying* para outro nome qualquer. Não custa nada inventar palavras, mas não. É o lóbi ou *lobbying* são as palavras universalmente aceites, portanto não vamos fugir desse circuito. Mas agora há aqui um trabalho pedagógico muito importante a fazer na sociedade portuguesa relativamente a

esta matéria e demonstrar que a regulamentação desta atividade e explicar como é que vai ser essa regulamentação. As pessoas perceberem que o intuito é trazer mais transparência a esta atividade.

A.M. - *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?*

Dr. Fernando Negrão - Politicamente, eu dir-lhe-ei que pode haver forças políticas que querem aproveitar a má fama que estes conceitos têm para se mostrar contra a respetiva regulamentação. Depois há outras áreas políticas, outra área política mais ligada à economia, ao desenvolvimento da economia que estará mais aberta à aceitação do lóbi. Fora isso, eu direi que devemos estar do lado das forças que querem o desenvolvimento do país e não do lado das forças que o país, enfim querem que o país esteja mau para depois o renascer das cinzas qual Fénix.

A.M. - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia?*

Dr. Fernando Negrão - É muito importante a qualidade da democracia. Por quer queiramos quer não o lóbi é feito pela sociedade portuguesa, seja junto dos governantes e dos partidos políticos. E quando eu falo de partidos políticos não só aqueles partidos políticos que apoiam o governo. Estou a falar dos próprios partidos da oposição que também fazem legislação e às vezes com êxito. É boa e ao contrário do que maior parte das pessoas pensam, há muita legislação que é produzida na Assembleia da República que é aprovada por unanimidade. Só as grandes questões e grandes divergências é que são levadas a plenário e transformadas pela Comunicação Social em notícias. Agora aquelas que são aprovadas por unanimidade não são. E por isso para fazer legislação voltamos ao mesmo! Não é? É preciso ouvir as Entidades para termos a melhor legislação possível e a mais eficaz para resolvermos os respetivos problemas. E para isso nós precisamos de saber com quem é que havemos de falar. E evitar que se fale por portas e travessas com este e com aquele. E saber com quem é que devemos falar uma vez que há o registo dos lobistas e do lóbi,

A.M. - *A “Pegada legislativa”?*

Dr. Fernando Negrão - A “Pegada legislativa”.

A.M. - *Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente*

formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?

Dr. Fernando Negrão- Claro. Então é interessante essa pergunta porque de facto em Portugal há uma tradição jurídica formal, essa tradição jurídica formal dos próprios tribunais quando aplicam as decisões. Não é? Há uma preocupação de formalismo às vezes superior à preocupação da essência e dos factos que estão em causa. Mas isso é uma tradição jurídica que Portugal infelizmente exportou para outros países, designadamente o Brasil onde essas preocupações formais são muito superiores do que em Portugal. Agora, isto tem a ver com uma questão que também se liga à anterior, que é o facto de nós quando legislamos, ou legislamos para tirar prazer intelectual e jurídico daquilo que estamos a fazer ou legislamos para resolver os problemas com eficácia das pessoas. E temos que optar, qual é afinal o nosso objetivo, é termos esta autossatisfação intelectual e jurídica da elaboração da lei ou termos a satisfação de resolver o problema das pessoas. Ora, um deputado sabe alguma coisa da sua área de formação e às vezes sabe pequenas coisas das áreas que não são de sua formação. E, portanto, para fazer legislação adequada, tem que ouvir as pessoas, tem que ouvir as Entidades, tem que ouvir as associações. E portanto, para as ouvir nós temos que... Aqui está a pegada legislativa. Nós temos de saber quem é foi ouvido, não é? E tendo o registo de todas as associações ligadas aquela área, nós sabemos porque é que aquela lei foi feita daquela forma. Quem é que foi ouvido? Em termos é que foi ouvido. O que é que disseram. Que contributo deram (não é?) e no final tiramos a conclusão se se justifica ou não aquela opção legislativa que foi tomada. E por isso eu acho que isto evita outra coisa. Essa separação entre o mundo legislativo e o mundo da economia, onde o mundo legislativo se passa a preocupar de facto com os problemas que a economia no dia-a-dia sente e não foge aos problemas por deleite intelectual

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Fernando Negrão - As consequências?

A.M. - *Do não reconhecimento do lóbi ...*

Dr. Fernando Negrão – Não. Não tem consequências?

A.M. - *Dos interesses de representação a nível europeu ...*

Dr. Fernando Negrão – Sim. Eu percebo isso, mas nós temos vivido estes anos todos sem registo do lóbi. Que consequências é que isso tem tido a nível europeu?? Eu dir-lhe-ia ...

A.M. – *Consequências a nível nacional. O facto de nós não termos esta experiência de lóbi a nível nacional, nós não temos tantos representantes que nos possam representar a nível europeu. Por uma questão de competitividade*

Dr. Fernando Negrão - Pensei que íamos falar sobre as questões nacionais. Tem razão. Nós sabemos que no Parlamento europeu esta atividade está regulamentada. Em vários parlamentos europeus também isso acontece. No Parlamento Português não acontece, mas os Eurodeputados sabem quem são as Associações que estão registadas no Parlamento Europeu. Portanto quando elaboram legislação no Parlamento Europeu, eles fazem-no de acordo com a regulamentação do *lobbying* que existe no Parlamento Europeu. Portanto, o eurodeputado português já funciona com o lóbi regulamentado.

A.M. – *Claro. Mas a questão tem a ver com por exemplo determinado sector de atividade, os de energia estão lá representados, mas sei lá, uma pequena associação quer se representar não tem um lobista português junto dos outros eurodeputados.*

Dr. Fernando Negrão - Sim. **Sim. Mas isso tem esses efeitos negativos**, o que quer dizer que a legislação pode não se adequar à realidade portuguesa porque não temos ninguém que represente Portugal no Parlamento Europeu. E nós sabemos que cada vez se fazem mais leis a nível europeu, as competências legislativas vão aumentando, e portanto, se nós queremos ter legislação adequada à nossa realidade é mais uma razão para termos o registo dos lobistas que fazem esse trabalho. É essa a questão.

A.M. - *Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. Fernando Negrão - A primeira fronteira é a legalização. Porque quando nós não tivermos essa legalização é muito fácil haver essa mistura entre uma coisa e outra. Entre aquilo que é uma conversa com o intuito de transmitir uma ideia positiva e aquilo que pode ser tráfico de influência ou corrupção. Não é?

Em segundo lugar é preciso ter muito cuidado com o percurso legislativo, todo o percurso legislativo deve ser o mais transparente possível, sob pena...para que possamos perceber se houve efetivamente intervenção e só intervenção do lobismo ou se foram para além disso. E, portanto, não só deve ser regulamentado e registado como

também deve ser o mais transparente possível. Ou seja, as pessoas devem ter acesso a todo esse processo legislativo para perceber.

A.M. - *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse? Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr. Fernando Negrão - Não concordo de todo. Não é? Porque um deputado em exclusividade na Assembleia da República não é um deputado em exclusividade na Assembleia da República. Os deputados em exclusividade na Assembleia da República (se forem todos) transformam-se em funcionários dos partidos políticos, não é!? Eu diria, em marionetes das direções dos partidos políticos. Se é isso que se quer para a sociedade portuguesa. Eu direi que isso resultou muito mal em experiências semelhantes e normalmente em ditaduras. Portanto, um deputado que tenha atividades exteriores à função de deputado, para além de não perderem o contacto com a vida real, tem mais liberdade dentro do seu partido para poder divergir das posições oficiais. A última coisa que eu desejo para um país democrático e para um sistema democrático é que os deputados se transformem em marionetes das direções dos partidos políticos.

Apêndice Q - Entrevista ao Dr. Duarte Marques
(realizada em Coimbra, a 12 de setembro de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Duarte Marques

Profissão: Deputado do PSD, pertence à Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas

Assembleia da República Portuguesa

Data: 12 de setembro de 2016, às 14:57

Local: Coimbra

Duração da Entrevista: 10 minutos

Deputado PSD, faz parte da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, em que o lóbi um dos principais temas de discussão

Antónia Mota (A.M.) - *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Duarte Marques – O lóbi do hotel, mas há outro tipo de lóbi que é o registo de interesses legítimos. Eu tenho uma experiência europeia, portanto, o meu conceito de lóbi tem a ver com a representação de interesses legítimos, que tem que ser transparentes. Para mim isso é lóbi, alguém que representa interesses junto de uma entidade, seja ela pública ou privada e que os faz de forma transparente e aberta com interesse de melhorar a qualidade da decisão política, neste caso a decisão política. Considero que o lóbi é mau quando o interesse é desequilibrado, quando as forças são desequilibradas, Se o lóbi for transparente é muito útil à decisão política, aliás se falar com qualquer eurodeputado o lóbi é uma ferramenta importante no esclarecimento e na transparência das decisões políticas que são tomadas

A.M. - *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Duarte Marques – É muito útil. É muito útil. Porque ajuda a esclarecer. Ajuda a ir mais a fundo nos temas. Os deputados não são especialistas em todas as matérias, sempre que há uma entidade que tem mais conhecimento que o pode transmitir aos deputados. Ela é sempre muito útil desde que seja transparente.

A.M. - *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal à semelhança do que é praticado na EU?*

Dr. Duarte Marques - Acho que Portugal deveria fazer precisamente uma transposição exata das regras europeias nessa matéria.

A.M. - *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria, então, a melhor maneira de o desenvolver atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Duarte Marques – É muito simples. É haver um registo público de interesses, um registo público de pessoas acreditadas para exercer a atividade de lóbi, sejam elas empresas profissionais de lóbi, sejam elas as pessoas representantes de empresas, de instituições, de lóbis, de sindicatos, de associações de setor que seja de feito de forma pública, para que sempre que haja uma conversa, uma reunião, etc. com o objetivo de influenciar ou de representar determinado tipo de interesses, isso seja disponível, disponibilizado a todos aqueles que querem saber.

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas (desde irregularidades até à corrupção) sobre os deputados, em particular, e os governantes, em geral?*

Dr. Duarte Marques - A atividade de lóbi não tem nada a ver com corrupção. Acho que a atividade regulamentada de lóbi, de defesa de interesses legítimos, é fundamental para evitar misticismos, para desviar comportamentos que se possam tornar desviantes, e sobretudo para moralizar, para tornar mais transparente, e tornar mais publica a representação desses interesses. Portanto, isso é um caminho, é uma parte importante, no caminho incremental na lógica da regulamentação da atividade de lóbi.

A.M. - *Na atual situação política, qual a influência efetiva que os grupos de interesse e/ou os grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. Duarte Marques – Eu acho que este processo de influência é muito superior e muito mais eficaz e tem muito mais eficiência quando é feito por exemplo junto dos governos, porque grande parte da legislação também passa pelos governos e os gabinetes são muito menos escrutinados que na AR. Eu acho que o registo, as regras devem ser implementadas, quer para gabinetes, quer para membros do governo, quer para deputados, quer para outros decisores públicos, como autarcas, como juizes, como gestores públicos de empresas públicas, etc., etc.

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobistas? Justifique.*

Dr. Duarte Marques - Eu acho que sim, mais importante do que regulamentar a profissão de lobista, está em regulamentar a atividade de lóbi. Portanto, o lobista pode ser o profissional de lóbi que não representa em particular interesse nenhum mas aquele para o qual é contratado, como por exemplo o representante de uma determinada fileira, empresa, setor, etc, etc..

A.M. - *Quem são, em seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?*

Dr. Duarte Marques - Olhe, se quer saber a minha opinião. Os que são mais contra. Hoje em dia quem é contra... é quem, acha que fazer lóbi, defender e representar interesses é uma coisa pecaminosa, portanto, a esquerda normalmente é mais contra este tipo de coisas, porque acham que não deve de haver influências exteriores à decisão pública. Eu não concordo. Eu acho que hoje em dia os partidos de direita são mais a favor do lóbi pela via da transparência. Eu noto da Assembleia que o PSD e o CDS estão mais nesse caminho, o Partido Socialista de alguma forma também, o único partido que vejo mais contra é o PCP e o Bloco.

A.M. - *Concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na AR, para evitar possíveis conflitos de interesse?*

Dr. Duarte Marques – Concordo. Concordo.

A.M. - *Se sim, qual seria a melhor maneira de legislar sobre esta questão?*

Dr. Duarte Marques – Obrigar à exclusividade ou então diferenciar bastante os poderes e a remuneração dos que estão em exclusividade e dos que não estão exclusividade.

A.M. - *Qual a relação que vê entre a legalização do lóbi e a Qualidade da Democracia?*

Dr. Duarte Marques – Tem uma grande relação, acho que é unívoca. Acho que é completamente sucedânea uma da outra. Acho que a regulamentação do lóbi melhora a qualidade da democracia. Porquê? Porque permite que todos tenham acesso à influência e não apenas aqueles que tem contatos, que foram ex-ministros, que foram membros de gabinete, etc. etc..

Acho que a regulamentação vai elevar e nivelar o patamar de influência de todos os interesses que existem. O problema do lóbi, eu faço muita questão de dizer isto, é quando os lóbis são desequilibrados na sua força. Se eles forem equivalentes, é muito bom para a decisão política. Se tivermos uma farmacêutica e uma associação de doentes

ao mesmo nível é ótimo, porque estamos a discutir ao mesmo nível de informação e qualidade de informação. Se a farmacêutica tiver muito mais conhecimento técnico e gente para influenciar e a outra tiver muito menos, cria aqui um desequilíbrio muito grande de acesso à informação.

A.M. - *Se os conflitos de interesse existem, e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual: “mesmo que um determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável, ele é contudo inteiramente legítimo do ponto de vista legal”. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?*

Dr. Duarte Marques - Se eu percebi bem a sua pergunta. Eu não sei. Porque acho que se... se... É impossível viver num mundo em que os interesses políticos e os económicos não conversem. Tem que falar. Nós não podemos legislar às escuras, fechados num gabinete sem conhecer a realidade. Portanto, quanto mais informação houver para ambos os lados, melhor. Tem de é que ser transparente.

A.M. - *Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?*

Dr. Duarte Marques – Não tem nada a ver. Não tem nada a ver. Lóbi e corrupção são coisas completamente distintas.

A.M. – *Onde é a fronteira?*

Dr. Duarte Marques – É entre aquilo que é legal e o que é ilegal. A corrupção passa-se quando se prejudica o interesse público para beneficiar o interesse privado. Isso é corrupção. Lóbi não tem nada a ver. Lóbi é o que faz os sindicatos, é que faz os defensores, por exemplo a QUERCUS. É um bom lóbi ou um mau lóbi? É um excelente lóbi. Fazem falta lóbis desses.

A.M. - *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Duarte Marques – Pode repetir a pergunta.

A.M. - *Quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Duarte Marques – Acho que não tem influência nenhuma. Porque a defesa dos interesses portugueses na europa é feita através do governo, e dos vários *stakeholders* setoriais, esses a nível europeu tem lóbi, isso aplica-se aos portugueses...

A.M. - *A in experiência de não haver lóbi em Portugal, não há representação do junto dos eurodeputados. Por exemplo, a quota do leite ou no campo por exemplo da agricultura...*

Dr. Duarte Marques - Isso eu não acho. Porque acho que há determinados setores que tem um bom lóbi em Bruxelas. Sobretudo na área agrícola, a CAP é o lóbi português em Bruxelas, aliás é mais forte que o próprio governo nesse aspeto. Deveria de haver mais lóbi organizado para atuar em Bruxelas, deveria de haver mais empresas portuguesas a representar interesses em Bruxelas.

A.M. – *Empresas ...*

Empresas, Associações, etc. porque muitas vezes as empresas estão representados em Associações europeias. Ou seja, por exemplo a indústria dos sapatos não têm um lóbi direto em Bruxelas, mas a associação Europeia de produtores de sapatos tem. As associações que tiver mais influência, dirige mais a influencia desse determinado lóbi a nível europeu. Se houver interesses mais diretamente empresas portuguesas representadas em Bruxelas isso tem interesse para todos.

Muitas vezes a indústria Quem tem mais influência dirige mais a política

Acho que isso é vantajoso para todos.

Apêndice R - Entrevista ao Dr. Luís Montenegro
(realizada em Coimbra, a 13 de setembro de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Luís Montenegro

Profissão: Deputado, líder da bancada parlamentar do PSD

Assembleia da República

Data: 13 de setembro de 2016, às 14:15

Local: Coimbra

Duração da Entrevista: 15 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Dr. Luís Montenegro -. O meu nome é Luís Montenegro. Sou advogado e líder parlamentar do PSD da Assembleia da República, deputado da Assembleia da República, e tenho 43 anos.

Antónia Mota (A.M.) - Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?

Dr. Luís Montenegro -. Em Portugal é um bocadinho difícil de definir porque basicamente não há ainda uma definição, enfim, uma circunscrição do que é que pode, ou não pode, ser um objeto para integrar essa atividade. E francamente creio que está a começar agora um debate que será proveitoso, com certeza, e independentemente das opções que depois possam ser tomadas, se é que vão ser algumas. Mas pelo menos avançar-se-á nesse domínio. Objetivamente, quer em Portugal, quer um pouco por toda a Europa – embora nos órgãos europeus a coisa tenha já uma prática diferente - não há propriamente muita tradição de regulamentar essa atividade.

A.M. - A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?

Dr. Luís Montenegro - Pois, eu para responder a essa pergunta tinha que partir do princípio de que há lobistas e, portanto, que esse conceito estava pré-determinado. Vou ultrapassar o facto de não haver e dizer, pelo menos na minha vertente parlamentar, que é aquela pela qual eu posso responder, eu nunca foi membro de governo e portanto admito que sendo um poder executivo isso será ainda mais, enfim, usual ou pelo menos

haverá uma interação maior. Nós no parlamento, normalmente eu diria, que em mais de noventa por cento dos casos o nosso diálogo é com instituições, associações, com estruturas representativas de empregadores, de trabalhadores, sindicatos...o grosso da nossa interação passa-se muito no plano institucional. É evidente que, por exemplo quando se fala com a confederação da indústria portuguesa, porventura, fala-se dos assuntos que têm implicação direta nos empresários do setor e portanto, por via disso, admito que uma das finalidades do lóbi seja transmitir uma visão das coisas, no fundo tentar sensibilizar o agente político para que uma determinada opção possa ser feita. Mas nós normalmente fazemos, enfim, neste sentido...claro que o parlamento e os grupos parlamentares e os deputados são cada vez mais abertos e portanto nós também recebemos às vezes pedidos individuais, de pessoas não é...uma ou outra vez de empresas é raro, nesta fase é raro. Sei lá, terá acontecido meia dúzia de vezes neste período em que eu estou à frente deste grupo parlamentar. Eu creio que diretamente até nunca recebi nenhuma, mas si que há lá pedidos, que já os fizemos, sobre aspetos muito específicos e normalmente muito direcionados a um apeto muito concreto ou de uma norma do orçamento que está mal interpretada, ou que não está suficientemente densificada, mais do que projeto propriamente ditos.

A.M. - Acha que devia ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades lóbis, à semelhança do que acontece na EU?

Dr. Luís Montenegro - Eu acho que é, de facto, uma discussão que se está a iniciar e que deve ser aprofundada. Aqui o foco principal é o foco transparência. O que é necessário não é proibir as pessoas de apresentarem o seu ponto de vista e a sensibilização que elas podem fazer de quem têm uma decisão pela frente. Aqui a questão é que isso seja transparente e que as pessoas saibam, não é? O que é que cada um defende.

A.M. – Na União Europeia há registo de lóbis...

Dr. Luís Montenegro - É verdade...acho que aqui, como lhe disse...nós aqui no parlamento, e no grupo parlamentar do PSD, sinceramente nunca levámos muito longe a nossa reflexão. Por uma razão nós estivemos no governo entre 2011-2015 e esse assunto foi tratado no âmbito do governo. É uma questão de opção. A possibilidade legislativa tanto é do parlamento como é do governo. Naquela circunstância houve um secretário de estado do PSD, ou indicado pelo PSD, que preparou um projeto, que nós não chegamos a conhecer mas que sabíamos que estava pronto, mas nós ainda não fizemos

isso. Mas não temos nenhum tabu no sentido de dizer que não fazemos. Não. Vai haver, até agora, algumas iniciativas no âmbito de uma Comissão que está criada precisamente para reforçar a transparência e nós participaremos e aprofundaremos. E depois logo se vê qual é a decisão que tomamos.

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas, desde irregularidades até à corrupção sobre os deputados, em particular, e os governantes em geral?*

Dr. Luís Montenegro - Isso acho, sinceramente, que não. Francamente, acho que não. Essa pergunta e a respetiva resposta não precisam de nada. Isso é como as leis de anticorrupção. Por mais leis que hajam não significa que as pessoas não se desviem delas. É da lei das coisas, é da natureza das coisas. Muito mais importante do que um decisor ouvir uma instituição ou uma personalidade, ou um lobista, para simplificar linguagem, é a consciência que ele tem do que significa exercer uma função e qual deve ser o interesse que deve ser privilegiado. Nós podemos ouvir pessoas, e mais uma vez - simplificando a linguagem - lobistas – há lobistas que têm interesses contraditórios e depois decidimos não em função de nenhum daqueles interesses, mas do interesse coletivo. Desse ponto de vista a lei pode clarificar, pode trazer transparência, mas nunca trará como consequência a eliminação da conduta. Isso aí, para mim, é clarinho. Pode ser preventivo mas não chega.

A.M. - *Na atual situação política qual é a influência efetiva que os grupos de pressão ou de interesse têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo como governativo em Portugal?*

Dr. Luís Montenegro - Não tenho muita ideia sobre isso. Acho que cada caso é um caso. Eu acho que há...por exemplo, hoje é voz. O ministério da educação é dominado pelo sindicato dos professores, por exemplo. Porquê? Porque se parte do princípio que muitas das decisões que têm sido tomadas correspondem àquilo que é o interesse específico daquele sindicato. Claro que isto é um bocadinho, enfim, superficial mas não deixa de ter do ponto de vista político uma carga. Se tem depois do ponto de vista técnico, legislativo ou decisório, não sei. E admito que se isso se passa nesse caso, como na área de economia, empresas públicas relevantes, empresas do setor privado relevantes, em setores estratégicos, naturalmente tentam sempre que determinadas estratégias e decisões sejam tomadas, porque é do interesse delas. E podem ou não ser

do interesse do país. Que dizer, imagine que uma determinada empresa, uma grande empresa, por exemplo da área da energia, propõe uma solução qualquer em termos fiscais nessa área...pode até ser uma boa ideia. No passado, por exemplo, mais do que hoje em algumas coisas, havia muitos incentivos públicos às energias renováveis. Isso era para favorecer as empresas? Não, não seria. Essas decisões terão sido tomadas a pensar no interesse coletivo, na preservação do ambiente, na procura de fontes alternativas, no desenvolvimento económico, na diminuição da fatura energética, do défice energético, etc. Pode haver algumas dessas pretensões que correspondam também ao interesse coletivo. Aqui a dificuldade e o problema é quando o interesse coletivo é preterido face ao interesse particular, porque esse interesse particular se mexeu de uma determinada maneira.

A.M. - *Acha que estão reunidas as condições necessárias para a implementação da profissão de lobista?*

Dr. Luís Montenegro - Tenho algumas dúvidas.

A.M. - *Quem são no seu entender, têm as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi?*

Dr. Luís Montenegro - Neste momento há um projeto do CDS e o partido socialista também já avançou essa intenção. Há partida são os partidos políticos que estão mais, enfim, empenhados em fazer uma legislação. Nós estamos a acompanhar, como lhe disse. Se me pergunta: há algum movimento nacional a reclamar esta regulamentação, não me parece. Francamente, mas também não é preciso haver esse movimento para se poder tomar uma boa decisão também é verdade. Não consigo identificar assim nenhuma, nenhum setor de atividade, nem mesmo nenhuma força política que se esteja agora aqui a destacar. Repito, acho que é uma discussão que o país ainda não fez e acho que têm interesse em o fazer.

A.M. - *Qual a relação entre a legalização do lóbi e a qualidade da democracia?*

Dr. Luís Montenegro - Acho que tudo aquilo que têm a ver com a transparência das decisões, com fundamentação das decisões, que é uma coisa muito importante, uma das formas de combater a corrupção, o uso indevido da capacidade de influenciar uma decisão é obrigar o decisor a fundamentar a sua decisão. É no fundo demonstrar que aquela decisão tem uma determinada finalidade e que produz um determinado resultado

que é benéfico para a comunidade. E, portanto, acho que esse é um ponto fundamental e que muitas vezes não é traduzido, porque há aqui de facto muita confusão.

A.M. - *Se os conflitos de interesse existem e se assumem diferentes formas no parlamento português o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política. A sua resolução fica no quantos do tratamento jurídico sendo portanto inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual mesmo quando determinado conflito de interesse seja eticamente e politicamente reprovável ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre a política e os negócios tão importantes para a qualidade da democracia?*

Dr. Luís Montenegro - Eu acho que esse ponto é um ponto fundamental e não devia ser olhado com demagogia nem com...enfim, num sentido populista da questão. Os parlamentares têm que...é pressuposto do exercício parlamentar, da representação da vontade do povo, uma total liberdade e independência na decisão. Total liberdade e independência. Independentemente dos deputados terem as suas profissões, as suas famílias, a sua vida, os seus interesses, é pressuposto do exercício da sua função que, acima de tudo isso, eles são deputados porque estão a prover o bem comum e a representar a vontade do povo. No dia em que se apertar, enfim, a possibilidade dos deputados poderem ter esses interesses, que são fáticos, está-se a limitar muito o recrutamento da classe política. Repare numa coisa: eu como deputado legislo sobre as normas do direito da família, para que as pessoas casem, se divorciem, partilhem bens, e eu também sou pai, sou marido, sou filho. Quer dizer, vamos lá ver, é preciso delimitar bem onde as coisas começam e onde as coisas acabam. Um professor está inibido de legislar sobre a área da educação só porque é professor e tem esse interesse? Ou pelo contrário, um professor acrescenta a essa discussão o conhecimento técnico e a experiência que tem nessa área? É uma questão é muito bem colocada e merece um aprofundamento rigoroso e desapassionado.

A.M. - *Concorda que os deputados devam estar em exclusividade na assembleia da república para evitar possíveis conflitos de interesse? E qual a melhor maneira de legislar sobre essa questão?*

Dr. Luís Montenegro - Não concordo. Acho que isso é muito limitativo das opções democráticas e tem um efeito pronuncioso porque o facto de uma pessoa estar em exclusividade não significa que não possa decidir em função de um interesse. É tão simples quanto isto. Não é esse o fator determinante. Uma pessoa não é mais honesta ou menos honesta por estar em exclusividade ou não estar. É honesta se praticar as suas ações tendo em vista o interesse coletivo. É desonesta se preterir esse interesse em função do interesse particular com a intenção de prejudicar o interesse coletivo. Isso é independente de a pessoa estar em exclusividade ou não.

A.M. - Qual é para si o limiar entre lóbi, corrupção, ou tráfico de influências?

Dr. Luís Montenegro - O lóbi talvez esteja mais perto do tráfico de influências, mas deve distinguir-se do tráfico de influências precisamente porque é pressuposto no tráfico de influências uma conduta censurável, e o lóbi propriamente tido como tal não é censurável, ou não deve ser censurável, na medida em que, em princípio, o conceito deve estar associado à possibilidade de uma pessoa representar um determinado ponto de vista ou fundamento de uma determinada decisão. Eu diria que os conceitos só se aproximam quando todos funcionam de forma errada e portanto contrária à lei, não é? Pode fazer lóbi de uma forma correta, influenciando uma decisão, eventualmente, mas de uma forma correta, aberta e transparente, como também pode fazer permitindo que o agente que tem pela frente decida em função de um interesse que não é o interesse prevalecente.

A.M. - Na sua opinião quais as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?

Dr. Luís Montenegro - Não sei. Tenho alguma dúvida ...dizem mas não sei, que há alguns portugueses que fazem esse tipo de atividade em Bruxelas e que em Bruxelas há frentes de lobista fortes de outros países. Admito que uma das consequências da regulamentação da atividade possa ser essa. Admito. Se me perguntar se eu acho que nós devíamos legislar com essa finalidade específica, acho que não. Se a circunstância de se poder regulamentar a atividade terá um efeito positivo nesse domínio, talvez. Porque isso significa que os pontos de vista nacionais poderão ter uma representação naquilo que é a capacidade de persuasão das instituições europeias maior, não é?

Apêndice S - Entrevista ao Dr. Luís Marques Mendes
(realizada em Lisboa, a 14 de setembro de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Luís Marques Mendes

Profissão: Advogado e comentador político

Empresa: Abreu Advogados

Data: 14 de setembro de 2016, às 19:17

Local: Lisboa

Duração da Entrevista: 44 minutos

Meio de recolha: Gravação Áudio

Antónia Mota (A.M.) – *Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?*

Dr. Marques Mendes - Em Portugal o conceito não será muito diferente do que é noutros países, mas de alguma forma é o patrocínio, a representação de interesses específicos dentro da sociedade portuguesa. Alguém que, digamos assim, assume esse papel junto da sociedade e junto das instituições. Não deve ser muito diferente essa definição, esse conceito e essa definição não deve ser muito diferente em Portugal do que é em Espanha, na Europa e fora dela. Portanto, entendo assim, sem prejuízo de que essa definição em termos legais no nosso país, pelo menos até ao momento, não existe, mas um dia que venha a existir não andará longe disto. O patrocínio, a defesa, a representação de interesses próprios e profissionais dentro da sociedade portuguesa.

A.M. - *A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?*

Dr. Marques Mendes - Eu acho que é positivo porque garante maior lisura, clareza e transparência. Mas nós temos uma lacuna em Portugal, uma vez que essa atividade, que existe regulamentada nalguns países da Europa e ao nível das instituições europeias, em Portugal não existe. Já houve debates nesse sentido, julgo que até intenções legislativas, mas isso não existe. Agora, se vier a existir, independentemente da regulamentação que venha a ter, acho a ideia em si positiva porque contribui para uma certa transparência nesta atuação. Não é que tenha uma grande esperança de que isso vai alterar ou mudar

substancialmente a vida que temos, não acredito, sou muito realista. Agora, acho que é positivo, mesmo muito positivo, que essa regulamentação venha a ser criada.

A.M. - Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades lóbi em Portugal, à semelhança do que é praticado na União Europeia?

Dr. Marques Mendes - Julgo que o obrigatório ou voluntário numa questão desta natureza é muito difícil de separar. Como é que se constitui a obrigatoriedade de uma matéria desta natureza? Há muita gente que eventualmente faz lóbi e que acha que não faz, ou pelo menos não assume que faz e, portanto, não se pode obrigar alguém, de uma forma coerciva, que não se dedique exatamente a essas atividades. O voluntário, evidentemente que corre o risco de não ter concretização e, portanto, temos um registo de lóbis que não tem ninguém registado como tal. Não é uma equação fácil. O voluntário seria o processo mais correto e mais adequado, sobretudo numa sociedade que deve cultivar alguns princípios de liberdade de atuação, mas corre-se o risco de não ter efeito nenhum. O obrigatório corre o risco também de não bater certo uma intenção com a realidade, uma vez que julgo que em Portugal há muito boa gente que não tem propriamente uma atividade definida e que, em boa verdade, na prática faz lóbi. Uma pessoa que não é nem gestor, nem advogado, nem médico e que na prática faz lóbi, mas que não quer assumi-lo devido um certo estigma que existe na sociedade. Porque existe, de facto, esse estigma. Eu costumo dizer, em brincadeira, com respeito a estas matérias, que o estigma existente relativamente ao lóbi é semelhante ao estigma do arguido, no domínio criminal. Falo agora da minha área de intervenção jurídica. Alguém que é arguido, não é drama nenhum do ponto vista jurídico. O arguido de um modo geral até é constituído para ter mais direitos de defesa. Porque o ser arguido não é propriamente já uma conceção de alguém que está incriminado, que está acusado, que está quase condenado. Não é. Esse é mais o acusado, alguém que já está acusado. Alguém acusado ou pronunciado é muitíssimo mais grave que ser arguido. Todavia, para a sociedade, para a opinião pública, para quem não é jurista, arguido é sinal quase de condenado. Com o lóbi passa-se algo de muito semelhante. Alguém que faz lóbi de uma forma assumida, com transparência, e que é o patrocínio, o apoio, a defesa, a representação de certos interesses de natureza profissional, assumi-lo não me parece que tenha drama nenhum. Mas na nossa sociedade não é visto assim, o que significa que, até se desmistificar isto e alguém assumir com naturalidade que pratica lóbi, eu acho que vai demorar imenso tempo. Ou seja, não é por se fazer de hoje para amanhã a legislação,

que a realidade vai mudar com facilidade. Há sempre um tempo maior ou menor, mais longo ou menos longo, que medeia entre o momento da lei e o momento da aplicação integral da lei. Tudo isto, portanto, tem muito a ver com o obrigatório ou voluntário. Admito que se crie uma ideia de obrigatoriedade que, posteriormente, terá uma dificuldade em bater certo com a realidade. Tal como o voluntário, esse aí o ideal, que corre o risco de não funcionar. Reconheço que não é uma opção fácil.

A.M. - *Concorda com o registo dos lobistas das suas atividades e honorários. Qual seria então a melhor maneira de desenvolver, atendendo às especificidades do sistema político português?*

Dr. Marques Mendes - Não sei. Tenho dificuldade em me pronunciar. Acho que alguém deve assumir qual é de facto a área em que representa certos interesses e, portanto, a área em que atua. Tanto quanto ela poder ser mais identificada e mais concretizada, tanto melhor. Admito que sim, mas não sou propriamente um especialista nessa matéria e conheço até bastante pouco de legislações neste domínio. Conheço um bocadinho dentro da União Europeia, mas pouco mais.

A.M. - *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências e intuições, desde irregularidades à corrupção sobre os deputados em particular e os governantes em geral?*

Dr. Marques Mendes - Não. São realidades e coisas distintas. Eu considero que esse é um dos problemas que existem em Portugal, de estar tudo um bocadinho misturado. A atividade de lóbi, se for regulamentada, significa que é uma atividade legal. Ao passo que a corrupção e o tráfico de influências são atividades ilegais. Primeiro, a distinção é enorme. E, portanto, mesmo que o lóbi venha a ser legalizado, a corrupção vai continuar a ser crime. O tráfico de influências vai continuar a ser crime. As coisas não mudam substancialmente. Só há um caso que pode mudar um pouco. No domínio da corrupção julgo que as coisas não se vão alterar substancialmente. No domínio do tráfico de influências sim. A fronteira entre o crime de tráfico de influências e o lóbi é uma fronteira muito ténue. O crime de tráfico de influências não é um crime muito fácil, digamos assim. É fácil de ser acusado, é fácil de falar de tráfico de influências no discurso, na retórica, na comunicação, no entanto, do ponto de vista jurídico, existe o tráfico de influências para fins lícitos, ou seja, para fins legais, e o tráfico de influências para fins ilícitos, ou seja, fins ilegais. Portanto, para o fim ilícito essa fronteira é mais

fácil. No que toca ao fim lícito essa fronteira não é tão fácil. No fundo, o que é o tráfico de influências para o fim lícito? Alguém que cai na alçada do tráfico de influências e que, digamos assim, faz um patrocínio para que este assunto seja resolvido rapidamente. Para o fim lícito pode haver uma influência, mas é apenas para um fim lícito.

No lóbi a fronteira é muito curta. Desse ponto vista, de hoje para amanhã a regulamentação do lóbi vai de alguma forma “minimizar” o crime de tráfico de influências ou vai criar uma perturbação muito maior, que é definir perante um caso concreto o que é e o que não é.

Relativamente à corrupção, julgo que a corrupção já é um caso completamente diferente e, portanto, haver o lóbi instituído e legalizado, ou não haver, não vai fazer grande alteração relativamente ao crime de corrupção.

A.M. - *Na atual situação política qual a influência efetiva que os grupos de interesse ou grupos de pressão têm no processo de decisão política, tanto a nível legislativo, como a nível governativo em Portugal?*

Dr. Marques Mendes - Sempre têm alguma importância. Estive muitos anos na vida política, 22 anos consecutivos (pouca gente em Portugal tem tanto como eu e pouca gente tem tantos anos de governo como eu tenho), e nunca senti nenhuma pressão ilegítima nem nenhuma pressão imoral, nenhuma pressão ilegal, nenhuma ameaça, chantagem, nunca senti nada disso. E nem senti o lóbi naquele sentido mais tradicional da palavra. A questão do lóbi está muito relacionada com isto: se o governante receber a Associação Nacional dos Transportadores está a receber um lóbi? Eu pessoalmente considero que não. Se está a receber um sindicato, eu não considero que seja um lóbi. Considero que, nessa altura, está a receber uma associação do setor, um sindicato do setor, uma associação profissional do setor, que vai representar os interesses do seu setor e isso não precisa de registo de nenhuma espécie porque é público e notório. E que evidentemente representa o seu interesse. Tal como um partido político, que também é uma associação política, quando faz um programa, quando faz um comício, quando faz uma manifestação, está a representar o seu interesse político. Não é preciso um registo de lóbis para esta natureza. Do meu ponto de vista, são coisas completamente diferentes. E, portanto, um governante ou um ministro, que receba sindicatos, associações profissionais, associações de várias naturezas, eu considero que isto é o

normal numa atividade política. Governar é ouvir, é dialogar, é sentir e depois decide-se da forma que melhor se entender.

Eu encaro o lóbi da perspetiva de alguém que tem uma atividade profissional registada, que paga os seus impostos, e que de alguma forma representa o interesse da empresa “A”, sem, todavia, ser nem dirigente, nem administrador da empresa “A”. Que representa o interesse de um grupo da empresa, sem, todavia, ser nem gestor, nem administrador, nem acionista da empresa. Isso é que me parece que pode configurar a atividade lóbi, porque o resto não me parece, de maneira nenhuma. Ou seja, eu insisto neste ponto. Alguém que é dirigente de uma empresa, ou acionista, ou gestor, que é dirigente de um sindicato, ou dirigente de uma associação profissional, não acho que seja um lobista. Eu acho que esse é um dirigente, um acionista, um responsável com um determinado interesse e, portanto, esse está registado por natureza, porque é um facto público e notório, e como se refere na área do direito, não carece de provas.

Ao longo da minha vida recebi muita gente neste quadro, como qualquer dirigente político recebe. Receber lobistas no sentido próprio de alguém que faz um lóbi por isto ou por aquilo, é possível que tenha acontecido em tantos anos na minha vida política, mas não tenho uma noção que isso tenha sido essencial à atividade. Por outras palavras, não me parece que em Portugal, sem prejuízo de considerar muitíssimo positiva a regulamentação do lóbi, não me parece que, ainda hoje, no nosso país, o lóbi, em termos práticos, tenha uma grande atividade, como julgo que terá já noutros países da Europa, que estão já numa fase mais avançada. Em Portugal acho que as coisas estão muito corporatizadas, ou seja, as associações profissionais do setor tratam na medida desse setor, os sindicatos tratam do seu setor, depois há outras representações, há os vários setores profissionais, e, portanto, haverá também pessoas que para além disto fazem lóbi, mas eu julgo que hoje em dia não é ainda uma parte essencial da atividade na sociedade portuguesa, nem de longe nem de perto, sem prejuízo. Mesmo sendo muito minoritária, acho que, havendo a transparência, a sua legalização será positiva.

A.M. - *Considera que estão reunidas as condições para a implementação da profissão de lóbi?*

Dr. Marques Mendes - Isso acho que estão sempre. Independentemente de se fazer uma lei e ela depois ter uma aplicação maior ou menor, de haver um registo que tem mais ou menos pessoas registadas, acho que é positivo que isto se faça. Tem é que ser muito bem debatido, porque é uma matéria pouco debatida em Portugal. É debatida

nalguns setores, mas em termos públicos acho que isto passa ao lado. E sobretudo porque a forma como isto se faz é muito importante, e insisto, porque estamos na fronteira com o chamado crime de tráfico de influências, sobretudo para bem lícito. Estamos na fronteira. E acho que hoje muito daquilo que se considera crime de tráfico de influências acaba por ser lóbi e, às tantas, no futuro algum lóbi será tráfico de influências. Mas será muito difícil a separação das águas entre uma e outra, sobretudo quando o tráfico de influências é para fim lícito.

Portanto, isto significa que a regulamentação tem de ser feita com muito cuidado, sob pena de se estar a criar um problema maior que aquele que se resolve.

Porque eu acho que se conhece mal o tráfico de influências. É comum ouvir-se “aquele cidadão faz tráfico de influências”. Eu não tenho muito essa ideia. Quer dizer, há muita prática de tráfico de influências, mas hoje em dia qualquer coisa é tráfico de influências. Por exemplo, eu além de advogado sou comentador político. E eu tenho pressões junto de mim todas as semanas por causa dos meus comentários. E eu tenho telefonemas, convites para almoçar e para jantar, para falarem comigo, para me exporem e sugerirem isto e para me recomendarem aquilo, para me meterem uma cunha para isto ou para aquilo. Eu tenho disto talvez mais como comentador, do que alguma vez tive como governante. Mas devo dizer que acho isso uma coisa perfeitamente normal. Eu nunca me senti nem chantageado, nem ameaçado, nem pressionado no sentido legítimo da palavra, muito menos corrompido. Ou seja, acho isso normal. E não acho que quem faz isto seja lobista no sentido de que tem que se inscrever num qualquer registo de interesse para ser público. Acho que faz parte e, ao contrário do que as pessoas pensam, muito disto que eu tenho de telefonemas, contactos, pedidos de encontros, não vem da política, não vem dos partidos, não vem dos deputados nem dos governantes. Vem de outros setores, da banca, de setores económicos, e não económicos, da área social e, devo dizer, que vejo isso com toda a naturalidade. Nunca vi ninguém a pressionar-me de forma ilegítima, a fazer uma chantagem e, portanto, o que é que eu faço? Ouço (são sempre contributos, umas vezes com interesse, outras sem nenhum interesse) e seleciono. Acho que é o papel que tem que fazer um comentador, como de hoje para amanhã faz um governante em circunstâncias semelhantes. Portanto, eu dou este exemplo muito prático, que é uma experiência que apenas tenho tido nos últimos anos, em que eu sinto mais “pressões” agora nesta atividade do que tinha enquanto governante durante tantos anos, e eu não considero que isto seja lóbi, nem de longe nem de perto. O que significa que, quando se fizer a regulamentação, tem que se ser muito

cuidadoso em tudo isto, sob pena de estarmos a misturar coisas que não devem ser misturadas e a termos um conceito de alguma coisa que não corresponde bem à realidade.

A.M. - Quem são, no seu entender, as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi no nosso país?

Dr. Marques Mendes - Eu julgo que em teoria toda a gente é a favor, mas nunca tive o cuidado de fazer essa contabilidade. Mas julgo que em teoria toda a gente é a favor, o problema depois é se na prática têm de facto real vontade de o fazer. Essa é que é a diferença.

A mim, a vida política ensinou-me várias coisas e uma das coisas que me ensinou foi que há certas causas que ninguém ousa discordar e toda a gente concorda porque fica bem na fotografia, mas depois nos bastidores fazem os possíveis e os impossíveis para que nada aconteça. E, portanto, não é apenas no domínio do lóbi. É em muitas outras atividades. Por exemplo, a generalidade dos políticos em Portugal defende que haja uma grande aproximação dos eleitos aos eleitores e que os deputados possam ser eleitos por círculos uninominais ou por círculos bastante mais pequenos, para haver uma maior aproximação ao eleitor, uma maior responsabilização política. Até se fez uma revisão da Constituição em 1997, que já fez 19 anos, para criar círculos uninominais, um círculo um deputado, e, em público, sobretudo nos países eleitorais e porque fica bem, toda a gente defende isto. Mas depois ninguém faz nada. Há 19 anos que a Constituição permite fazer isto e ninguém faz, porque não há real vontade de o fazer. No entanto, fica mal na fotografia dizer mal destas ideias e eu acho que no lóbi acontece o mesmo. Não sei se há muitas entidades que discordam. Julgo que a esmagadora maioria, em teoria, dirá que é sempre bom a favor da transparência, mas depois, se há real vontade de o fazer, duvido.

A.M. - Qual a relação entre a legalização do lóbi e a qualidade da democracia?

Dr. Marques Mendes - Ainda hoje li que o lóbi é a segunda profissão mais antiga do mundo e, portanto, o lóbi existe sempre. Depois é preciso defini-lo. Há várias coisas que não são lóbis e muitas outras que são. Ou seja, o lóbi existe sempre. A grande questão é estar legalizado ou não estar legalizado e o estar legalizado é a diferença entre a transparência ou a falta dela. Portanto, o lóbi legalizado é uma ajuda à melhoria da

qualidade da democracia. O lóbi sem estar legalizado, e existindo à mesma, não contribui para a transparência, logo não é bom para a qualidade da democracia.

A.M. - Se os conflitos de interesses existem e assumem diferentes formas no Parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política e a sua revolução fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual mesmo que um determinado conflito de interesses seja eticamente e politicamente provável, ele é, contudo, inteiramente legítimo do ponto de vista legal. Será que este argumento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade da democracia?

Dr. Marques Mendes - Essa sim é uma questão muito importante, que já não é do domínio dos lóbis, mas que é uma questão muito importante, da qual tenho uma opinião muito radical. Eu acho que o problema mais sério que existe no Parlamento português é o problema dos conflitos de interesses. E não é apenas aquela questão dos advogados que são simultaneamente deputados. Essa questão existe relativamente aos advogados como também a vários outros deputados, porque não há nada que impeça um deputado de exercer uma profissão. Esta questão não se coloca no governante, porque o governante tem que estar em exclusividade de funções. Mas como o deputado não tem que estar em exclusividade de funções, esta questão levanta-se.

A maior parte das pessoas acha que se resolve este problema com a lei, com o regime de incompatibilidades, e eu há muitos anos que tenho a ideia que a lei é necessária, criando um regime de incompatibilidades, mas não é suficiente. Ou seja, há outras questões, como por exemplo ter que se definir incompatibilidades. Por exemplo, uma pessoa que sai do governo durante um determinado número de anos não pode exercer nenhuma função naquela área que tutelou. Isto é uma incompatibilidade. O problema é que, em democracia, a ética não se esgota da lei. Isto é um ponto muito importante. A ética está para além da lei. Há comportamentos que são legais, corretos do ponto de vista legal, mas que não são morais, são imorais. O que significa que há um problema legal e há um problema ético. O problema legal resolve-se com a lei. O problema ético resolve-se, do meu ponto de vista, com uma Comissão de Ética que analisa caso a caso e que se pronuncia sobre se um comportamento é eticamente censurável ou é eticamente admissível. Por exemplo, quando fui líder do PSD, em 2005, em eleições autárquicas,

tomei uma decisão que até hoje nunca nenhum dirigente político tomou. Afastei das listas de candidatos autárquicos do PSD alguns presidentes de Câmaras que eu considerava que não tinham uma imagem eticamente de credibilidade, designadamente porque tinham alguns problemas com a justiça, nomeadamente investigações judiciais. Mas não estavam acusados de nada, não estavam, pelo menos até à data, condenados de nada, ou seja, do ponto de vista legal podiam ser candidatos, uma vez que na época estavam a ser investigados apenas. Tanto que um ou outro depois foi condenado e um ou outro não foi condenado. Portanto, do ponto de vista legal nada impedia que eles fossem candidatos, mas eu considerei que do ponto de vista ético eles prestavam um mau serviço à democracia e afastei-os. Não os candidatei. Perdi essas eleições, ou seja, o partido do qual eu era dirigente máximo perdeu as eleições em Oeiras, em Gondomar, Ourique, e mais três ou quatro sítios no país, mas eu tomei essa decisão. Tenho autoridade para falar em matéria de ética porque decidi e corri riscos, porque perdi algumas eleições e com isso ganhei anticorpos dentro do meu partido porque alguns acharam muito mal o que eu fiz, embora o país, no seu conjunto, tenha achado bem. Esta é a prova de que um é o aspeto legal, outro é o aspeto ético. Há questões que se resolvem com a lei, porque se fosse um autarca já condenado, esta questão não se colocava porque a lei diz que não pode mais ser candidato, no entanto, uma pessoa que está a ser investigada por corrupção ou por fraude fiscal, do meu ponto de vista, mesmo investigado, não tem a imagem de credibilidade e de autoridade necessária para o exercício das funções. Claro que, na minha opinião, deve ser o próprio a dizer “eu não quero”, mas como o próprio se agarra ao lugar, alguém tem que tomar uma decisão e, nesse caso, sendo eu o responsável máximo, tomei essa decisão.

No Parlamento há situações em que um deputado, como não está em exclusividade, pode ter uma situação de conflito de interesses. Dando um exemplo recente, Maria Luís Albuquerque saiu do Governo e foi exercer atividade profissional, numa empresa que foi conhecida, ao mesmo tempo que exerce a função de deputada. Do ponto de vista legal não há nada que impeça, como de resto o Parlamento, num parecer da Comissão respetiva, se pronunciou. Aquela não era uma empresa que ela tutelasse, portanto, legalmente, não havia drama, no entanto, do ponto de vista ético, e pessoalmente, considero que havia problema, porque era uma empresa que girava em torno do Ministério das Finanças e que andava a tentar “aproveitar-se” de alguém que tem influência naquela área. E, por isso, enquanto comentador, fui muito crítico da decisão que ela tomou de aceitar. Ou seja, do ponto de vista legal não há problema nenhum. Do

meu ponto de vista e do ponto de vista ético existe. E aqui chegamos ao ponto: “como se resolve este problema?”. Evidentemente que a primeira solução é ser o próprio, achando que há alguma coisa que impeça, não aceita. Se eventualmente Maria Luís Albuquerque deixasse de ser deputada, a questão já não se colocava da mesma forma. No entanto, ela continua a ser deputada. Mas também, se não continuasse a ser deputada, às tantas também não teria sido convidada.

A Assembleia da República tem um problema tão sério, ou mais sério, do que a falta de lei de lóbi em Portugal: não tem uma Comissão de Ética. Quem vai à Assembleia da República, está lá presente nas comissões uma “Comissão de Ética”, mas é o caso típico em que o nome não condiz com a “coisa”. Chama-se de ética, mas não trata de questões de natureza ética, só trata das questões de incompatibilidades, ou seja, das questões jurídicas. Portanto, não interessa o nome, é necessário depois ver as competências. A generalidade dos países da Europa tem uma Comissão de Ética. A Comissão Europeia tem uma Comissão de Ética para analisarem as questões cujo problema não é legal, mas sim ético. Ou seja, no caso de Maria Luís Albuquerque, se existisse essa Comissão, que pronuncia apenas pareceres, recomendações, em matéria de ética, não em questões de leis, ela submeteria o seu caso, dizendo “fui convidada para este cargo, estou com intenção de aceitar e pergunto se isto levanta, ou não levanta, alguma questão de ética e de conflito de interesses”. A comissão pronunciar-se-ia e tudo era mais transparente.

Eu defendo, e tenho isto escrito em livros, que esta Comissão de Ética, para tratar das questões de ética e de conflitos de interesses, deveria ser constituída, não por deputados, mas por pessoas exteriores à Assembleia da República. Se for composta por deputados, corre-se o risco de dizerem que estão a julgar em causa própria. Se for pessoas exteriores à Assembleia da República com especial estatuto de credibilidade e de prestígio, estão acima de toda a suspeita. Por exemplo, ex-presidentes da Assembleia da República, ex-vice-presidentes da Assembleia da República, ex-provedores de Justiça. Pessoas que, normalmente, têm um estatuto de reputação acima de toda a suspeita. E, portanto, esta é uma falha enorme da Assembleia da República. Sendo muito cruel e muito direto como gosto de ser, a mesma Assembleia da República que, e bem, está finalmente preocupada com o registo dos lóbis e com a legislação deste domínio, ela própria não faz legislação dentro de si para resolver os seus casos típicos de conflitos de interesses. Considero, portanto, que a Assembleia da República deveria ser muitíssimo mais exigente consigo própria.

A.M. - Na sua opinião, os deputados deveriam de estar em exclusividade na Assembleia da República para evitar possíveis conflitos de interesses?

Dr. Marques Mendes - Não. Isso seria matar o Parlamento. Ele já está tão mau, que isso significaria matá-lo. Se estiverem em exclusividade, como os vencimentos são baixíssimos, evidentemente que só iriam para lá praticamente funcionários públicos. Não haveria outra hipótese. O Parlamento já perde qualidade de eleição para eleição, então o melhor seria quase fechá-lo porque já não tem qualidade nenhuma. Quando eu estava na Assembleia da República, e já saí há praticamente 10 anos, já considerava que o Parlamento tinha muito pouca qualidade. Eu fui líder parlamentar e já me queixava da falta de qualidade, que acho que cá fora ninguém imagina. Numa democracia a sério, há um conjunto grande de deputados de todos os partidos que nunca se sentariam na Assembleia da República. Eu cheguei a ver deputados que não sabiam escrever um discurso, que não sabiam articular uma frase do princípio ao fim. Eu próprio, como líder parlamentar, tive que corrigir muitos discursos de deputados. E acho que, desse tempo para cá, a situação piorou. Muitos daqueles deputados, se fossem candidatos às Câmaras Municipais dos seus concelhos, não tinham a menor das hipóteses de ser eleitos. Não têm sequer uma imagem de visibilidade. E não estou a falar de uma imagem de prestígio ou credibilidade. Eu sou muito crítico da classe política, do funcionamento dos partidos, da Assembleia da República e acho que, enquanto não mudarem o sistema eleitoral, estamos sempre a escolher os piores e a marginalizar os melhores. Isto porque são os partidos que escolhem, e ninguém vota em deputados. Como ninguém vota em deputados e só se vota num partido, ninguém conhece a maior parte dos deputados. Os chefes partidários metem “lá para dentro” tudo. De vez em quando vai um ou outro bom, mas a maior parte são medíocres, num caldeirão em que entra tudo. Se houvesse círculos uninominais, o povo votava com conhecimento de quem é o deputado. Assim, como não sabe quem é, vota num partido. E é isto que destrói a qualidade da democracia e não permite escolher os melhores.

Em segundo lugar, como os vencimentos não são minimamente atrativos, e ninguém tem coragem de falar disto, evidentemente que as pessoas que têm uma atividade profissional rentável, não estão para “passar de cavalo para burro”. E, portanto, hoje já é mau, se de repente ainda passar para a exclusividade, fica péssimo. Nesse caso a qualidade do Parlamento desaparece. E o problema é que o Parlamento é o local onde se fazem leis. Portanto, eu considero que essa questão da exclusividade seria um drama. Claro que é muito bonito dizer “não devem fazer mais nada”. Mas a ganhar o que

ganham, com o sistema eleitoral que temos, nunca mais se vê gente no Parlamento com um mínimo de crédito, prestígio e competência. Dir-se-á, “mas isto é um espírito de missão”. É tudo muito bonito, mas a vida também se faz de muitas outras coisas. Eu posso ter um grande espírito de missão, mas se eu não tenho dinheiro para poder viver com o espírito de missão, eu tenho que tratar de outra coisa. Haveria outras coisas a mudar, como a lei eleitoral, o regime remuneratório, de forma a colocar lá os melhores, mas, do ponto de vista da transparência, o mais importante é acautelar esta parte dos conflitos de interesses. Porque as incompatibilidades já se resolvem, evidentemente, através da lei, no entanto, para mim, são os conflitos de interesses que têm que ser acautelados. Mesmo quando se fala dos advogados que são deputados, eu acho que a questão não é substancialmente diferente do advogado que é empresário. É comum pensarem que um advogado, que é simultaneamente deputado, influencia a feitura de algumas leis e pode beneficiar um cliente que tenha no escritório. E eu costumo responder “obrigue-se”. Se ele declarar um conflito de interesses e os clientes que tem, então aí é como o lóbi, fica público. Fica, pelo menos, de uma Comissão respetiva. Por isso costumo dizer “obrigue-se”, tal como no lóbi se obriga a um conjunto de exigências. Eu não acho que a solução seja acabar com o deputado-advogado. Agora, é necessário obrigá-lo a declarar os conflitos de interesses. Estou à vontade para dizer isto porque enquanto fui deputado, nunca fiz advocacia. Desde que fiz política suspendi a advocacia, portanto estou à vontade porque nunca misturei as coisas. Mas reconheço que há outros que atuam de modo diferente e tenho que respeitar porque a lei não os impede. Ainda há alguns dias, nos jornais, era possível ler que uma quantidade de políticos recebe uma subvenção mensal vitalícia, mas eu prescindi, e nos jornais estava referido que eu fui o único que suspendi voluntariamente. Ou seja, eu tinha direito a receber mais de três mil euros e prescindi, e não sou propriamente rico. Mas achei que, como faço comentário político, não queria ser acusado de nada e, embora tivesse legalmente direito, considere que não era correto e, portanto, prescindi. Eu nem sabia, mas pelo que estava nos jornais, fui o único.

Quanto a esse problema do advogado-deputado, acho que se resolve com a clarificação em sede de registo de interesses. Mas, por exemplo, um advogado que é empresário pode exercer muito mais influência, dadas as suas atividades, uma vez que um deputado convive com os membros do Governo permanentemente. Portanto, um deputado que é simultaneamente empresário e acionista de uma empresa, se chegar junto a um membro do Governo e lhe falar de um assunto relacionado com um projeto de financiamento aos

fundos estruturais que apresentou e pedir ao senhor ministro se pode resolver o assunto rapidamente, neste caso acho que o deputado-empresário pode ter muito mais influência, não através de leis, mas através de uma conversa. E eu sei do que falo porque isto era o que acontecia no Parlamento e estou à vontade para o dizer porque nunca fui empresário, nem advogado, nem nunca exerci nenhuma atividade enquanto fui deputado.

Respondendo, e sintetizando, não acho que os deputados devam estar em exclusividade. Obrigá-los a isso é péssimo, porque isso ia funcionalizar o Parlamento. Em segundo lugar, o que tem que se vigiar é a questão dos conflitos de interesses e tem que haver a tal Comissão de Ética que faria toda a diferença do mundo, e sobre isso ninguém fala. Eu reconheço que não é muito “sexy”, mas é muito importante e os próprios não querem. E, portanto, na minha opinião, o mais importante é ter a seguinte preocupação: a ideia de que a lei regulamenta tudo é uma “tontaria”. Por mais que a lei seja bem-feita, ficam sempre situações de fora, porque a realidade ultrapassa sempre qualquer legislação, o que significa que nós temos que ter uma entidade, uma comissão, um grupo de ética, composto por pessoas que sejam senadores, ou seja, acima de toda a suspeita, para poderem ver caso a caso, situação a situação, para poderem ter sugestões, recomendações, censuras, que permitam que as questões que não são bonitas, corretas, morais, sejam de facto sancionadas.

A.M. - *Na sua opinião, quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr. Marques Mendes - A circunstância de o lóbi não estar legalizado em Portugal não significa que este não possa existir, no nosso país e junto das instituições europeias. Se ele existir legalizado, eu julgo que o processo é mais transparente e, sendo mais transparente, pode ter mais força, designadamente junto das instituições europeias.

Apêndice T - Entrevista à Dr.^a Assunção Cristas
(realizada em Leiria, a 16 de setembro de 2016)

Entrevistadora: Maria Antónia Gaspar da Mota

Entrevistado: Assunção Cristas

Profissão: Deputada e Líder do CDS

Data: 16 de setembro de 2016, às 22:00

Local: Leiria

Duração da Entrevista: 12 minutos

Meio de recolha: Gravação áudio

Dr.^a Assunção Cristas.- Sou a Assunção Cristas, tenho 41 anos, quase 42, sou casada e mãe de quatro filhos de 15, 13, 11 e três anos, sou licenciada e doutorada em direito, professora universitária, professora associada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Em 2007 iniciei actividade política, em 2009 fui eleita deputada, em 2011 fui reeleita deputada pelo CDS pelo distrito de Leiria e acabei por ficar no Governo. Exerci funções de Ministra da Agricultura. Neste momento sou deputada e líder do CDS.

A. M. – Como define ou entende o conceito de lóbi em Portugal?

Dr.^a Assunção Cristas - Uma atividade que não tem esse nome, que na prática existe através de as mais variadas pessoas, desde entidades coletivas, associativas e até pessoas individuais, mas que não são reconhecidas enquanto tal, como lobistas ou como atividade de lóbi. No fundo, trata-se de fazer valer, fazer ver e defender interesses particulares no sentido de alguém ou alguma instituição em particular, mas em Portugal nem sequer são reconhecidos por esse nome.

A.M. – A informação especializada fornecida pelos lobistas aos responsáveis políticos aquando do processo de tomada de decisão política é positiva?

Dr.^a Assunção Cristas – Em Portugal não havendo lobistas com esse nome, como essa designação, aquilo que nós pudemos dizer é que há interesses de conjuntos organizados normalmente pela via associativa e, é via associativa, que aparece, no fundo, um bocadinho para recebida para fazer valer e demonstrar determinado ponto de vista

levando, normalmente, significativa em relação a esse assunto, a esse ponto de vista e eu diria que, nesse aspeto existe e a informação é fornecida nuns casos com mais detalhe do que noutros dependendo, também, do interlocutor que se tem em cada momento.

A.M – *Acha que deveria ser obrigatório ou voluntário o registo das atividades de lóbi em Portugal, à semelhança do que é praticado na União Europeia?*

Dr.^a Assunção Cristas – Acho que primeiro era preciso explicar bem o que é que era o lóbi e, no fundo, difundir legalmente o que é o lóbi. E depois acho que faz sentido haver um registo, sim.

A.M. – *Obrigatório ou voluntário?*

Dr.^a Assunção Cristas. – Eu diria que obrigatório.

A.M. – *Se concorda com o registo dos lobistas, das suas atividades e honorários, qual seria a melhor maneira de desenvolvê-lo atendendo à especificidade do sistema político Português?*

Dr.^a Assunção Cristas - O registo junto do Parlamento seria a melhor forma porque o lóbi exerce quer junto do decisor governamental ou da alta administração pública, quer junto dos parlamentares, mas a entidade que eu vejo mais apta, mais capaz de gerir o registo desse tipo de contratualizado, etc, etc.

A.M. – *Acha que o registo dos lobistas é suficiente para evitar influências indevidas desde corrupção à irregularidade dos deputados em particular e dos governantes em geral?*

Dr.^a Assunção Cristas – Eu penso que a transparência traz, pelo menos, a possibilidade de escrutínio. Quando eu falo de um registo junto do Parlamento, o registo dos lobistas, isso pressupõe que, quando há uma interação quer com parlamentares, quer com membros do Governo, quer com membros da alta Administração Pública, tem de haver um registo dessa interação e, no fundo, do conteúdo, da razão de ser dessa interação. A partir desse momento as coisas ficam mais claras do ponto de vista de quem é que, em cada momento, interage. Eu acho que é positivo e que é bom e é necessário, até para uma decisão política informada, que os vários interesses em presença possam ter um acesso organizado, perfeitamente legal, sem nenhum tipo de conotação negativa, para que também, seja a administração, sejam os deputados, sejam os membros do Governo,

tenham toda a informação que é prestada de forma natural dentro do processo decisório normal.

A.M. – *Na atual situação política qual a influencia efetiva dos grupos de interesse ou grupos de pressão no processo de decisão política tanto a nível legislativo, como a nível governativo em Portugal?*

Dr.^a Assunção Cristas – Depende muito dos setores porque há setores bem organizados, bem representados, há outros que é uma pena que não estejam bem organizados e representados... depois faz falta essa capacidade de fazer chegar a preocupação, a mensagem de forma estruturada, de forma bem sólida, bem sustentada do ponto de vista da argumentação. Portanto, eu acho que é muito irregular... há áreas onde certamente há associações e dirigentes associativos que tem as coisas bem organizadas, há outras onde isso não existe

A.M. – *No fundo em seu entender onde estão as principais forças políticas, económicas e sociais a favor e contra a regulamentação do lóbi?*

Dr.^a Assunção Cristas – Neste momento a discussão está no Parlamento, como é sabido, e tem muitas nuances, portanto teremos de ver o fim do processo... O que eu lhe posso dizer é que o CDS há muito tempo que tem apresentado no Parlamento um projeto que vai nesse sentido.

A.M. – *Qual a relação entre a legalização do lóbi e a qualidade da democracia?*

Dr.^a Assunção Cristas – Positiva. Eu acho que a introdução de transparência nos processos de decisão e no enquadramento de processos de informação... E eu vejo sempre a atividade de lóbi como processo de informação, de argumentação, mas no fundo de prestação de pontos de vista que depois têm de ser ponderados pelos decisores políticos e contrastados com outros pontos de vista que serão, também, certamente, válidos para outras pessoas e para outros grupos. Portanto, nesse aspeto eu diria que é positivo que possa haver mais transparência, mais qualidade de informação prestada e que todo o processo esteja organizado de maneira absolutamente legal e natural.

A.M. – *Se os conflitos de interesses existem assumindo diferentes formas no parlamento português, o facto é que a sua reprovação tende a ser ética e política, a sua resolução física fica no plano estritamente jurídico, sendo, portanto, inteiramente*

formalista. Todos ouvimos recorrentemente o argumento segundo o qual mesmo que mesmo que um determinado conflito de interesses seja eticamente e politicamente reprovável a lei, contudo inteira o elemento legítimo do ponto de vista legal. Será que este elemento não acaba por obstaculizar toda e qualquer reforma que se queira fazer no sentido da separação entre o mundo da política e dos negócios, tão importante para a qualidade de uma democracia?

Dr.^a Assunção Cristas – É uma pergunta muito longa e eu já me perdi um bocadinho nela...O mundo do direito e o mundo da ética cruzam-se em alguns pontos, mas são mundos separados. A questão é saber em que ponto e qual é a medida de premeio do mundo da ética em relação ao mundo do direito e ao mundo jurídico, neste caso, o direito que regula relações que têm que ver com a política e o exercício das funções políticas. Naturalmente que há sempre uma zona de interação, mas depois há zonas em que essa interação não existe. A questão é saber, em cada momento, em que é que o legislador e a legislação consideram relevante e necessário verter para o Direito. É como... as regras de trato social existem, só podem ser ou não observadas, mas não são regras jurídicas e as regras da ética também exigem um juízo que não tem uma determinação jurídica. Saber até que ponto é que as regras jurídicas, que têm uma consequência jurídica, que é conhecida, que está regulada, deve ir além daquilo que é a sua formalização, é serem mais exigentes do ponto de vista ético, é aqui que se está a fazer o debate, e que obviamente, prosseguimos exemplos concretos para que o debate possa existir e para que se perceba se continuamos confortáveis com este formato ou se ele precisa de evoluir neste ou naquele sentido, na certeza, porém, de que o domínio ético é sempre mais exigente do que o domínio jurídico.

A.M. - Qual é o limiar entre lóbi e corrupção ou tráfico de influências?

Dr.^a Assunção Cristas – Acho que são coisas muito diferentes: o tráfico de influência e corrupção são crimes, são tipos penais perfeitamente descritos e regulados na legislação portuguesa. A atividade de lóbi é uma atividade que pode ser regulamentada e tem que ver com o fazer valer e apresentar, junto de determinados grupos, determinados pontos de vista que são legítimos porque também são necessários à própria decisão política. Perceber-se que pontos de vista é que há, que contrastes de interesses é que há, para resolver determinado assunto, determinada situação.

A.M. – *Em sua opinião quais são as consequências do não reconhecimento do lóbi em Portugal na representação dos interesses nacionais a nível europeu?*

Dr.^a Assunção Cristas – Não sei responder porque a verdade é que as entidades que sentem necessidade de se fazerem ouvir a nível europeu recorrem a lóbi que o exerce a nível europeu. Eu não sei. Não estou muito por dentro dessa prática, mas entidades que precisam sabem fazê-lo, estão representadas em Bruxelas ou recorrem a empresas de lóbi em Bruxelas. Não sei o suficiente sobre o tema para lhe responder...

A.M. – *Mas reconhece que se a atividade fosse regulamentada poderíamos ser mais competitivos em Bruxelas, seríamos mais lobistas, por exemplo...*

Dr.^a Assunção Cristas – Não sei, porque as entidades junto de quem se faz lóbi são diferentes, portanto certamente que implicará ter sempre gente lá, que conhece as coisas e que faz essa atividade. Eu não sei se o facto de lá estar permitirá fazer ao mesmo tempo, não sei, é possível. Mas eu não retiraria nenhuma consequência imediata de uma coisa e outra. Até porque, normalmente, quem exerce a defesa dos interesses portugueses são as entidades públicas. Não quer dizer que não haja entidades privadas. Há e fazem-no. Mas a linha da frente são as entidades públicas.

A.M. – *Para terminar, concorda que os deputados deveriam estar em exclusividade na Assembleia da República para evitar possíveis conflitos de interesse?*

Dr.^a Assunção Cristas – Acho que é positivo que haja liberdade de escolha para os deputados. Porventura, os deputados que estão em exclusividade no ponto de vista do incentivo dessa exclusividade, deveria haver uma diferenciação maior. Eu acho que seria pobre ter um parlamento feito de deputados em exclusividade, todos em exclusividade. Acho que o Parlamento se enriquece quando as pessoas também podem trazer para o Parlamento a sua experiência recolhida na sua vida profissional... Não sou muito adepta de políticos profissionais. Acho que isso degrada a representação e a democracia. Obviamente que é preciso ter cautelas com as situações de incompatibilidades, de impedimentos e por aí fora...